

UNESP 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

NATALIA ZANINETTI MACEDO

**PELAS PISTAS ONOMÁSTICAS: UM ESTUDO COMPARADO DA FONOLOGIA
DO PORTUGUÊS ARCAICO, DO PORTUGUÊS EUROPEU E DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Araraquara – SP
2019

NATALIA ZANINETTI MACEDO

**PELAS PISTAS ONOMÁSTICAS: UM ESTUDO COMPARADO DA FONOLOGIA
DO PORTUGUÊS ARCAICO, DO PORTUGUÊS EUROPEU E DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari.

Bolsa: FAPESP/CAPES – Processo 2015/08197-3; Processo 2017/08360-7.

Araraquara – SP
2019

Macedo, Natalia Zaninetti

Pelas pistas onomásticas: um estudo comparado da fonologia do português arcaico, do português europeu e do português brasileiro / Natalia Zaninetti Macedo – 2019

243 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Gladis Massini-Cagliari

1. nomes próprios. 2. português arcaico. 3. português brasileiro. 4. português europeu. 5. acento. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATALIA ZANINETTI MACEDO

**PELAS PISTAS ONOMÁSTICAS: UM ESTUDO COMPARADO DA
FONOLOGIA DO PORTUGUÊS ARCAICO, DO PORTUGUÊS EUROPEU E
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari.

Bolsa: FAPESP/CAPES – Processo 2015/08197-3.

Data da defesa: 28/06/2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari

Membro Titular: Profa. Dra. Natália Cristine Prado
Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Membro Titular: Profa. Dra. Marilza de Oliveira
Instituição: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (USP)

Membro Titular: Prof. Dra. Cristina Martins Fargetti
Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP)

Membro Titular: Prof. Dr. Daniel Soares da Costa
Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP)

Local: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Departamento de Linguística e Língua Portuguesa
UNESP – Campus de Araraquara

*À minha família, que tanto amo e
à minha orientadora, que tanto admiro.*

AGRADECIMENTOS

Nunca tive dúvidas, encantada com a profissão, desde sempre, quis ser professora. Minha mãe, pedagoga, logo me apoiou. Meu pai “investiu” no meu sonho: deu-me um dicionário e uma “lousinha” e nunca deixou com que faltassem gizes e livros, tantos quantos fossem possíveis. Aos 10 anos, eu estava decidida: seria professora de Português! Tamanha minha paixão pela Língua Portuguesa, aos 14, dei-me conta de um sonho: queria ser doutora em Letras. Aos 18 anos, tendo ingressado na Unesp, em Araraquara, dei o primeiro passo concreto. O sonho se ampliou: gostaria de ser doutora em Língua Portuguesa e também em Linguística. Algumas pessoas que conheci ao longo dos anos ajudaram-me a descobrir os “tesouros escondidos” e a encarar as fases com leveza e comprometimento. A primeira delas foi a Ana Carolina Speranza que, durante seu estágio de docência na graduação, entrou na minha vida e, com palavras amigas e muita paciência, explicou-me o que era fazer pesquisa em Letras. Outras amigas “unespianas”, muito alegres e queridas, também vieram a “florir” o caminho, como a Raquel Aizemberg, a Bruna Chiari, a Fernanda Chuery, a Lívia Mendes, a Eliane Galastri, a Geisibel Nascimento, a Mariane Carvalho e a Luciana Ribeiro. Foram três anos de iniciação científica; depois, dois anos de mestrado e, agora, no feliz ano de 2019, chegam ao fim os quatro anos de doutorado, rumo à defesa da tese.

Contemplando tudo isso, só posso ser imensamente agradecida a tantas pessoas queridas que me deram suporte e auxílio ao longo dessa trajetória, em especial: meus pais, Rosana e Natalino, meus avós, Ana e Roque, minha madrinha, Maria de Guadalupe, minha irmã, Thaís, minha afilhada, Catarina, minhas amigas queridas, em especial a Luciana, e meu marido, Rafael, o grande amor da minha vida. Todas essas pessoas me ajudaram a ser mais forte quando precisei e também me ajudaram a descobrir uma versão melhor de mim mesma.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, às minhas amigas amadas portuguesas, da Residência Estudantil Laranjeiras, ao patriarcado de Lisboa, que possibilitou a coleta de nomes portugueses, aos voluntários desta pesquisa e aos amigos que fiz na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Também agradeço aos colegas da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e aos membros do Grupo de Pesquisa, em especial o André e o Adriel, e a todas as meninas queridas que dele participam, sempre solícitas e amáveis.

Aos professores que me ajudaram e contribuíram com valiosas dicas e sugestões teóricas e metodológicas por ocasião do exame de qualificação, os professores doutores Daniel Soares da Costa e Cristina Martins Fargetti, além dos brilhantes professores com quem cursei disciplinas durante esse período, sobretudo o professor doutor Luiz Carlos Cagliari, “*muito obrigada*”. Aos professores que aceitaram, gentilmente, o convite para esta banca, registro aqui também meu agradecimento.

À professora doutora Maria Francisca Xavier, que prontamente aceitou receber-me para o estágio de pesquisa e que me acompanhou ao longo dos seis meses que vivi em Lisboa, agradeço de coração.

Por fim, e de forma especial, com admiração, carinho e gratidão, uma palavra à minha orientadora. Agradeço-lhe, Profa. Gladis, por sua PACIÊNCIA e por seu APOIO ao longo de todos esses anos de orientação às pesquisas que desenvolvi. A senhora acompanhou meu amadurecimento pessoal e acadêmico ao longo de quase dez anos e soube ser luz, guiando-me pelo caminho, apontando meus erros quando necessário, ajudando-me a corrigi-los e segurando minhas mãos em momentos de fraqueza. A senhora acompanhou-me, ora mais de perto, ora ao longe (do outro lado do oceano), enquanto eu desbravava o caminho do mundo científico e, com sua inigualável competência profissional, tornou a jornada rumo ao cumprimento do meu sonho muito mais leve e feliz. Com todo o sentido que a palavra carrega em si: OBRIGADA!

Agradeço à agência financiadora desta pesquisa, FAPESP/CAPES¹, pelo auxílio financeiro concedido durante a bolsa no país (Processo 2015/08197-3) e durante a BEPE em Portugal (Processo 2017/08360-7).

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

*“Põe um motivo sobrenatural na tua atividade profissional de
cada dia, e terás santificado o trabalho.”*
(ESCRIVÁ, 1999, p.123)

RESUMO

O estudo de nomes próprios em termos da investigação da identidade fonológica de uma língua foi sugerido por Massini-Cagliari (2004, 2010). De acordo com a autora, quando um falante decide adaptar (ou não) um nome de origem estrangeira ao sistema de sua língua, revela conhecer sua identidade linguística em termos rítmicos e ser capaz de operar com e sobre ela, adotando um posicionamento claro como sujeito usuário da língua. Neste trabalho, estudamos o processo de atribuição de antropônimos no Brasil e em Portugal, que apresentam regras muito específicas e distintas para a nomeação de seus cidadãos, e recorremos aos nomes próprios registrados nas cantigas medievais galego-portuguesas para o estudo de uma época da qual já não existem mais falantes nativos. O objetivo principal foi investigar o comportamento de falantes do Português Arcaico (PA), do Português Brasileiro (PB) e do Português Europeu (PE) em situações em que precisam fazer escolhas quanto à pronúncia de nomes próprios emprestados ou criados a partir de outros sistemas linguísticos. Analisamos, de acordo com as teorias fonológicas não lineares, questões relacionadas à sílaba e ao acento dos nomes oriundos do Português Medieval e do Português Contemporâneo (brasileiro e europeu). Para análises dos processos de adaptação fonológica no PA, coletamos e analisamos 673 nomes próprios registrados nas *Cantigas de Santa Maria* e nas cantigas profanas e os categorizamos de acordo com o sistema fonológico do PA delineado por Massini-Cagliari (1999, 2015), de modo que 15% dos topônimos e antropônimos encontrados apresentam padrões silábicos e/ou acentuais que não se encaixam nas regras fonológicas da língua da época. Para a análise do PB, utilizamos o *corpus* reunido por Macedo (2015), isto é, um total de 14.716 nomes próprios coletados em escolas da cidade de São Carlos, SP, dos quais dispúnhamos, para alguns deles, da transcrição fonológica e da descrição dos padrões silábicos e acentuais. Observamos processos de adaptação fonológica ocorridos na pronúncia de nomes emprestados do inglês e identificamos casos em que características prosódicas não *default* apareceram, contrariando as expectativas da língua de chegada, como padrões silábicos incomuns ou a manutenção de um padrão acentual excepcional no português (proparoxítonos e paroxítonos terminados em sílaba pesada). Dentre esses, encontramos nomes com grafias estilizadas e grande número de criações antroponímicas, que revelam a liberdade conferida pela legislação brasileira no que tange a escolha de nomes próprios. Para o estudo do PE, o *corpus* que coletamos reúne 3.948 antropônimos de fichas de batismo de 82 paróquias da diocese de Lisboa. Neste universo, encontramos 50 antropônimos aparentemente não pertencentes a cidadãos estrangeiros e que não constam na Lista de vocábulos admitidos como nomes próprios em Portugal, a qual traz um panorama dos nomes próprios adotados por cidadãos portugueses no triênio de 2014-2016. Alguns destes casos foram identificados como novas criações antroponímicas. As análises da transcrição da pronúncia de alguns nomes realizada por uma falante nativa de Portugal mostraram que, quanto aos parâmetros fonológicos, as principais irregularidades ao sistema da língua que observamos referem-se à adaptação de segmentos e ao deslocamento do acento. Em nomes não reconhecidos pela informante da pesquisa como pertencentes ao português, houve predominância de padrões marginais de acentuação. Por fim, constatamos que o PA é caracterizado por um maior grau de adaptação de nomes próprios estrangeiros à sua fonologia do que o Português Contemporâneo.

Palavras-chave: nomes próprios, português arcaico, português brasileiro, português europeu, sílaba, acento.

ABSTRACT

The study of proper names in terms of the investigation of the phonological identity of a language was suggested by Massini-Cagliari (2004, 2010). According to the author, when a speaker decides to adapt (or not) a name of foreign origin to their own language system, they reveal to know their linguistic identity in rhythmic terms and to be able to operate with and on it, adopting a clear position as a language user subject. In this work, we study the process of anthroponyms attribution in Brazil and Portugal, which present very specific and distinct rules for the nomination of their citizens, as well as the proper names taken from the Medieval Galician-Portuguese *Cantigas* (songs) for the study of a time of which there are no more native speakers. The main goal was to investigate the behavior of speakers of Archaic Portuguese (AP), Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) in situations that they need to make choices regarding the pronunciation of proper names borrowed from or created by other linguistic systems. We analyze, in accordance with non-linear phonological theories, issues related to the syllable and the stress of names derived from Medieval Portuguese and Contemporary Portuguese (both Brazilian and European). Regarding the processes of phonological adaptation in the AP, we collected 673 proper names from the *Cantigas de Santa Maria* and the profane *cantigas* and categorized them according to the phonological system of the AP, as proposed by Massini-Cagliari (1999, 2015). Their analysis revealed that 15% of the toponyms and anthroponyms listed presented syllabic and/or stress patterns that do not fit into the phonological rules of the language of that period. We used the *corpus* gathered by Macedo (2015) for the analysis of the BP, that contains a total of 14,716 proper names collected in schools of the city of São Carlos, SP, for some of which the phonological transcription and the syllabic and stress pattern description were available. We observed processes of phonological adaptation that occurred in the pronunciation of English-derived names and identified cases of non-default prosodic features, contrarily to the expectations of the Portuguese language, such as unusual syllabic patterns, or the maintenance of an exceptional stress pattern. Among these, there are names with stylized spellings and a large number of anthroponymic creations, which reveal the freedom granted by Brazilian legislation regarding the choice of proper names. For the study of the EP, the *corpus* we collected gathered 3,948 baptismal anthroponyms from 82 parishes in the diocese of Lisbon. Among those, there are 50 anthroponyms apparently not belonging to foreign citizens and that are not included in the List of proper names admitted in Portugal, which brings the landscape of proper names given to Portuguese citizens in the last triennium (2014-2016). Some of these cases were identified as new anthroponymic creations. The analyzes of the pronunciation transcription for some names performed by a native speaker from Portugal showed that, regarding the phonological parameters, the main irregularities to the language system observed refer to the adaptation of segments and the displacement of the stress. In names not recognized by the research informant as belonging to Portuguese, there was a predominance of marginal accentuation patterns. Finally, we found out that the AP was characterized by a greater degree of adaptation of foreign names to its phonology than in contemporary Portuguese.

Keywords: proper nouns, Archaic Portuguese, Brazilian Portuguese, European Portuguese, syllable, stress.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	Direcionalidade na construção dos pés.	110
Figura 3.3	Categorização dos prenomes coletados por Macedo (2015) e que compõem o corpus do PB deste trabalho	153
Figura 4.1	Processo de adaptação fonológica do nome próprio Ronald na passagem do IA para o PB, variedade são-carlense, com base na transcrição fonológica de Souza (2011) para o inglês.	216
Figura 4.2	Processo de adaptação fonológica do nome próprio Ronald na passagem do IA para o PE, com base na transcrição fonológica de Souza (2011) para o inglês.	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1	Porcentagem das subcategorias dos nomes “usuais no PB”	154
Gráfico 3.2	Porcentagem das subcategorias dos nomes “não usuais no PB”	154
Gráfico 3.3	Distribuição percentual das subcategorias na amostragem total	155
Gráfico 4.1	Distribuição percentual de nomes próprios nas <i>Cantigas de Santa Maria</i>	169
Gráfico 4.2	Distribuição percentual de nomes próprios nas cantigas profanas	179
Gráfico 4.3	Distribuição percentual de nomes próprios categorizados de acordo com o sistema fonológico do PA delineado por Massini-Cagliari (1999, 2015)	203
Gráfico 4.4	Distribuição percentual dos nomes próprios (não) adaptados à fonologia do PA	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	Características e particularidades dos antropônimos e do ato de nomeação por hebreus, gregos, romanos e lusitanos-romanos.	33
Quadro 1.2	Exemplificação de prenomes estrangeiros registrados em Portugal na Idade Média	36
Quadro 1.3	Nomes de origem árabe registrados em Portugal de 1221 a 1498	94
Quadro 2.1	Quantidade silábica	107
Quadro 2.2.	Conjunto dos valores dos parâmetros do acento no latim, no PA e no PB.	114
Quadro 2.3	Tipos de sílabas fonológicas possíveis em PA	117
Quadro 2.4	<i>Onsets</i> complexos no PA	119
Quadro 2.5	Consoantes em posição de coda simples	121
Quadro 3.1	Recorte do <i>corpus</i> coletado: antropônimos registrados nas <i>CSM</i>	127
Quadro 3.2	Composição dos manuscritos das <i>Cantigas de Santa Maria</i>	137
Quadro 3.3	Pronúncia, transcrições fonética e fonológica e padrão silábico no PB dos nomes que constituem o <i>corpus</i> do PB deste trabalho	156
Quadro 3.4	Pronúncia, transcrições fonética e fonológica e padrão silábico dos nomes que constituem o <i>corpus</i> do PE deste trabalho	161
Quadro 4.1	Análise fonológica dos antropônimos nas <i>CSM</i>	170
Quadro 4.2	Análise fonológica dos topônimos nas <i>CSM</i>	173
Quadro 4.3	Análise fonológica dos antropônimos nas cantigas profanas	180
Quadro 4.4	Análise fonológica dos topônimos nas cantigas profanas	181
Quadro 4.5	Pronúncia de nomes próprios com padrões marginais de acentuação no PE	212
Quadro 4.6	Transcrição fonológica e padrão silábico de nomes próprios no IA e no PE.	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1	Tipos de sílabas fonéticas possíveis em PA	115
Tabela 2.2	Tipos de sílabas fonológicas possíveis em PA	116
Tabela 3.1	Contagem absoluta e distribuição percentual dos nomes próprios coletados, classificados nas categorias “nomes usuais” e “nomes não usuais no PB”.	153
Tabela 4.1	Contagem absoluta e distribuição percentual das pautas acentuais dos nomes próprios coletados nas <i>CSM</i> e nas <i>CP</i> .	194
Tabela 4.2	Categorização dos nomes próprios analisados conforme a fonologia do PA.	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

/ /	Transcrição fonológica
[]	Transcrição fonética; trecho inserido
< >	Grafema
BD	Base de dados
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
C	Consoante
Co	Coda
CP	Cantigas profanas
<i>CSM</i>	<i>Cantigas de Santa Maria</i>
E	Códice dos músicos
F	Códice de Florença
<i>GLOSSA</i>	<i>Glosario da poesia medieval galego-portuguesa</i>
IA	Inglês Americano
IRN	Instituto de Registos e Notariados de Portugal
Nu	Núcleo
O	<i>Onset</i>
PA	Português arcaico
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
R	Rima
T	Códice rico
To	Códice de Toledo
TM	Teoria Métrica
V	Vogal
VANANP	Vocábulos Admitidos e Não Admitidos como Nomes Próprios
σ	sílaba
Σ	pé
ω	palavra fonológica

As transcrições fonéticas seguem o padrão do IPA (*International Phonetic Alphabet*).

SUMÁRIO

Introdução	16
1 A onomástica no passado e no presente da língua portuguesa	24
1.1 A Ciência Onomástica e a gênese dos nomes próprios: breve introdução	25
1.2 Nomes próprios: vestígios do passado e retratos do presente, da cultura e da história de um povo	28
1.3 Nomes próprios: formas opacas ou reflexos culturais?	37
1.4 Tradição e criatividade: nomes próprios no Brasil	46
1.5 O nome próprio em Portugal: avanços linguísticos e novas perspectivas	63
1.6 A investigação linguística de nomes próprios a partir das cantigas trovadorescas galego-portuguesas.	85
1.7 Considerações finais	123
2 Embasamento teórico	99
2.1 Acento e Sílabas na fonologia não linear	100
2.2 Acento e sílaba no PA	111
2.3 Considerações finais	126
3 Apresentação dos <i>corpora</i> e coletas de dados: em busca de pistas onomásticas	125
3.1 Coleta de nomes próprios no português arcaico	125
3.2 As cantigas trovadorescas para o estudo do português arcaico	129
3.3 As <i>Cantigas de Santa Maria</i>	134
3.4 As cantigas medievais profanas	140
3.4.1 Cantigas de amor	143
3.4.2 Cantigas de amigo	146
3.4.3 Cantigas de escárnio e maldizer	148
3.5 <i>Corpus</i> para análise do português brasileiro	151
3.6 Coleta do <i>corpus</i> do português europeu	159
3.7 Considerações finais	165

4 Análise dos dados	167
4.1 Nomes próprios no PA	167
4.2 Nomes próprios no PE e no PB	204
4.3 Considerações finais	220
Conclusão	222
Referências	228

INTRODUÇÃO

Por meio de uma análise comparativa da fonologia do português arcaico (PA), do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE), observamos, neste estudo, semelhanças e diferenças nos processos fonológicos de (não) adaptação ao sistema da língua realizados por falantes das diferentes épocas do Português a partir da pronúncia de nomes próprios (antropônimos e topônimos) estrangeiros, quando pronunciados por falantes nativos dessas línguas.²

O caráter promissor do estudo de nomes próprios em termos da investigação da identidade fonológica de uma língua tem sido comprovado por Massini-Cagliari (2004, 2010, 2011a,b, 2012, 2013), Souza (2011), Massini-Cagliari e Silva (2012), Prado (2014) e Macedo (2015). Para Massini-Cagliari (2011a, p.88-89), essa identidade revela-se quando, ao pronunciar nomes de origem verdadeira ou supostamente estrangeira, os falantes nativos da língua deixam transparecer que conhecem muito bem sua “identidade linguística” em termos rítmicos, sendo que operam com e sobre ela perfeitamente.

Estudos anteriores, como os de Freitas e Neiva (2006) e Assis (2007), entre outros, mostraram que a realização de nomes comuns de origem estrangeira é sensível à aplicação de processos fonológicos próprios do PB (século XX-XXI), quando

² O presente estudo foi desenvolvido no contexto do grupo de pesquisa “Fonologia do português: arcaico e brasileiro”, o qual se dedica a estudos que descrevam, fonologicamente, aspectos da Língua Portuguesa em dois períodos: o arcaico, trovadoresco (séculos XIII-XIV), e o português brasileiro (séculos XX-XXI). O objetivo mais amplo do grupo, coordenado pela Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, é chegar à descrição do componente fonológico da língua em épocas passadas e atuais a partir da descrição de fenômenos segmentais e suprasegmentais do português. Dessa forma, neste trabalho – que usufrui do sucesso das pesquisas realizadas e almeja contribuir para a sua expansão –, optamos por usar o rótulo “português arcaico” em vez de “galego-português”, à semelhança de Massini-Cagliari (1999, 2015), uma vez que pretendemos contribuir para a descrição de possíveis mudanças fonológicas na história do português. Cabe, todavia, a observação de que “na época trovadoresca, essas duas línguas não se diferenciavam (ou pouco se diferenciavam) [...] e essas variedades (?) eram *reconhecidas* pelos falantes da época como sendo a ‘mesma’ língua” (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.17, grifos da autora).

pronunciados em contexto de “português”. Entretanto, nomes próprios podem comportar-se de forma diferente, uma vez que nem sempre se “enquadram” bem nos parâmetros da fonologia da língua. Características prosódicas não *default* podem aparecer, contrariando as expectativas da língua de chegada, como são os casos dos padrões silábicos incomuns na língua portuguesa, por exemplo, ou a manutenção de um padrão acentual excepcional em PB. (MASSINI-CAGLIARI, 2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2013)

No que se refere ao Período Arcaico da Língua Portuguesa (neste trabalho, nos referimos ao período trovadoresco, isto é, fins do século XII até meados do século XIV), com exceção dos trabalhos de Massini-Cagliari (2011b, 2012, 2013) e Massini-Cagliari e Silva (2012), pouco se sabe sobre a realização fonética de nomes próprios de origem estrangeira; afinal, não existem mais falantes vivos dessa época. Dessa forma, a exploração das *Cantigas de Santa Maria (CSM)* e das cantigas profanas (cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer), de acordo com Massini-Cagliari (2011b, p.796), pode trazer pistas valiosas sobre a realização fonética desses nomes, visto que são compostas por versos divididos, por sua vez, em sílabas poéticas e rimas, permitindo, assim, investigações fonológicas da língua desse período.

Dada a impossibilidade de se gravar a pronúncia de falantes de PA, para o estudo da pronúncia de nomes próprios estrangeiros nesse estágio da língua, recorreremos a diversos glossários e dicionários de nomes próprios contidos nas cantigas e analisamos textos poéticos metrificadas³, o que engloba as cantigas religiosas e as profanas.

³ De acordo Massini-Cagliari (1995, p.13), “a escolha de textos poéticos para se estudar fenômenos prosódicos (e, em especial, o acento) de uma língua, inclusive e principalmente em seus estágios passados, já se provou adequada e eficaz”, conforme também demonstraram trabalhos anteriores citados pela autora, como os de Nespor e Vogel, 1986; Halle e Keyser, 1971; Maling, 1973; Youmans, 1989; Prince, 1989; Halle, 1989 e Kiparsky, 1989.

Para o PB, o *corpus* utilizado para fins de análises comparativas com o PA e com o PE foi o compilado por Macedo (2015), constituído por 14.716 nomes próprios coletados nas escolas municipais de São Carlos, interior de São Paulo.

De acordo com Assis (2007, p.50), adaptações fonético-fonológicas podem e devem ser levadas em consideração ao se tratar da integração de termos estrangeiros na língua de chegada, já que essa é, normalmente, a primeira adaptação sofrida e que serve de base para a ocorrência de outras. A autora atenta para o fato de que, apesar dos esforços para se repetir a forma ou o traço estrangeiro tal como é na língua de partida, nem sempre a tentativa de pronúncia dos empréstimos é bem sucedida, visto que os falantes acabam por deixar vestígios de sua própria prosódia e do sistema de sua língua nativa.

Dentre os processos observados na adaptação fonológica de nomes próprios estrangeiros ao PB, Souza (2011) e Macedo (2015) observaram os seguintes: (i) palatalização das oclusivas alveolares (como ocorre na adaptação do prenome⁴ *Richard* como ['hiʃardʒɪ]); (ii) vocalização do /l/ em posição de coda silábica (como em *Deniel*, realizado como ['deniɛʊ]); (iii) nasalização (como em *Maycon*, adaptado do prenome inglês *Michael*, realizado como ['maikõ̃]), (iv) epêntese (à semelhança do que ocorre em *Stefani*, quando o falante insere um [i] para evitar estruturas silábicas que não são possíveis em PB, realizado como [is'tefɛni]), entre outros.

Massini-Cagliari (2010) já afirmara anteriormente que processos como os supracitados ocorrem frente à tentativa dos falantes da língua de chegada aplicarem às formas estranhas à língua processos fonológicos típicos da fonologia de sua língua materna, o que torna, pois, o resultado da pronúncia “nativa” dessas palavras bem

⁴ *Prenome*, isto é, a “unidade antroponomástica mais estável, que raramente surge omitida” (NUNES, 1996), é, neste trabalho, assumido como sinônimo de *primeiro nome* ou *nome de um indivíduo*, que antecede o nome de família (no Brasil, sobrenome), podendo ser referido também como *nome de batismo* ou *antenome* (cf. HOUAISS, 2009).

diferente da estrutura silábica e segmental da língua de partida. Entretanto, em outras vezes, o que se tem observado é que nomes próprios emprestados (ou inventados a partir de um padrão que se acredita ser estrangeiro, no caso do PB) apresentam características – sobretudo prosódicas – que não são comuns ao PB (MASSINI-CAGLIARI, 2010, p.79).

Em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015)⁵, após a coleta e análise de um montante de 14.716 prenomes coletados na cidade de São Carlos (SP, Brasil), em consonância com os estudos anteriores de Massini-Cagliari (2010, 2011a, 2011b) e Souza (2011), observamos que o falante, ao escolher contrariar o que seria esperado em sua língua materna, acaba por confirmar e afirmar questões identitárias, deixando entrever seu posicionamento como sujeito usuário da língua.

Com o intuito de chamar a atenção pelo que soa “diferente”, os pais fazem a opção de eleger prenomes que se distanciem dos vernáculos para seus filhos. Motivados, assim, a operar com e sobre a língua, características prosódicas não *default* podem aparecer nos nomes eleitos, contrariando as expectativas da língua de chegada, como padrões silábicos incomuns na língua, por exemplo, ou manutenção de um padrão acentual excepcional em PB (Massini-Cagliari, 2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012; Souza, 2011 e Macedo, 2015).

Em relação às adaptações ocorridas em nomes próprios estrangeiros no PA, para este trabalho, foram escolhidas como *corpus* de base as cantigas religiosas de Afonso X (1221-1284) e as cantigas profanas.

As *Cantigas de Santa Maria (CSM)*, cunhadas para louvar a Virgem, narram relatos de milagres coletados em diversas partes da Europa. As cantigas profanas (CP), por sua vez, são classificadas em cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer e

⁵ O *corpus* de Macedo (2015), sobre análise fonológica de nomes próprios no PB, é detalhado na seção 3 desta tese.

abrangem as mais diferentes épocas do PA, bem como lugares, categorias sociais e nacionalidades. De acordo com Massini-Cagliari (1995; 1999), Dom Afonso X era, provavelmente, falante nativo de galego, uma vez que teria passado sua infância na Galiza; desta forma, as *CSM* teriam sido escritas em sua língua materna. Já as cantigas profanas, por sua vez, foram escritas por diversos trovadores galegos e portugueses, no seu idioma materno galego-português (além de alguns outros poucos trovadores estrangeiros – cf. Oliveira, 1994), que, àquela época, ainda não se diferenciavam. Conforme Melo (1967, p.114), “o que até o século XII era a mesma língua já são duas línguas diferentes no século XVI, dois co-dialetos, o português e o galego”.

Assim, neste trabalho, é nossa intenção, em relação ao PA, e tomando como ponto de partida a observação de como o poeta conta as sílabas poéticas, constatar a localização do acento nas palavras daquele período, sobretudo nos nomes próprios. Também estudamos as divisões silábicas dos nomes, quando possível, com o intuito de analisar os processos fonológicos ocorridos.

Do ponto de vista da identidade linguística (fonológica) do PA, do PE e do PB, algumas questões que examinamos foram: a) Em que medida as *CSM* e as cantigas profanas podem contribuir para estudos sobre a identidade da língua em um período onde já não se encontram mais falantes nativos vivos, e b) Se existe diferença de tratamento na (não) adaptação de nomes próprios em momentos distintos considerados da língua portuguesa (Português Arcaico e Português Contemporâneo).

Esta tese desdobra-se em quatro seções. Na primeira, fazemos uma revisão da literatura sobre antropônimos, a partir de obras de grande importância para a área. São revisitadas obras raras e que estão disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), bem como trabalhos relevantes publicados recentemente no Brasil e no exterior. É nossa intenção apresentar como a Ciência Onomástica pode contribuir para

investigação de vestígios do passado, além de retratar como a questão é vista no presente, no Brasil e em Portugal. Debruçamo-nos também sobre os nomes próprios na Idade Média, focalizando o período aqui estudado.

Depois, analisamos as diferentes visões de autores que defendem a presença de aspectos semânticos no nome próprio e a relação existente entre o nome e a identidade do indivíduo em algumas sociedades e também apresentamos trabalhos que, por outro lado, consideram os nomes próprios como “simples sons” ou “formas opacas”. Feito isso, abordamos questões de tradição e criatividade na onomástica brasileira, considerando motivações de escolha e as contribuições ao estudo da identidade fonológica do português brasileiro, a partir dos trabalhos de membros do grupo de pesquisa “Fonologia do Português: Arcaico e Brasileiro” que se dedicam a estudos que descrevam, fonologicamente, aspectos da Língua Portuguesa em dois períodos: o arcaico, trovadoresco (séculos XIII- XIV), e o português brasileiro (séculos XX-XXI). São retomados, principalmente, os trabalhos de Massini-Cagliari (2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012), Souza (2011), Massini-Cagliari e Silva (2012), Prado (2014) e Macedo (2015), que tratam de como os nomes próprios podem contribuir para o estudo da identidade fonológica do Português.

Ainda na primeira seção, também é estudado o nome próprio em Portugal atualmente, considerando os avanços linguísticos e as novas perspectivas apontadas pelo linguista e ex-consultor onomástico, o Prof. Dr. Ivo Castro. Por fim, são apresentados estudos de nomes próprios nos séculos XII a XIV, a partir das cantigas medievais.

A proposta da segunda seção é apresentar o embasamento teórico, que fornece suporte para a análise fonológica dos dados obtidos neste estudo. Apresentamos a fonologia não linear e abordamos a teoria métrica. Retomamos algumas considerações

que fizemos em Macedo (2015) e focalizamos os estudos de Massini-Cagliari (1995, 1999, 2015), Costa (2010, 2014) e Biagioni (2002), principalmente, no que se refere a sílaba e acento no PA. Consideramos as possibilidades silábicas no português daquela época, os segmentos que podem ocorrer em posição de ataque silábico, bem como a estrutura da coda, apontando as consoantes observadas em posição de coda simples. Abordamos a posição ocupada pelos ditongos no PA, com base em Zucarelli (2002) e em Biagioni (2002) e, por fim, apresentamos os padrões considerados canônicos para o acento lexical no PA por Massini-Cagliari (2015), bem como os padrões marginais de acentuação apresentados pela autora.

Na terceira seção, apresentamos os *corpora* que constituem nossa pesquisa. Primeiramente, as cantigas medievais galego-portuguesas, bem como os critérios que adotamos para a coleta de nomes próprios no PA. Depois, passamos para o *corpus* de análise do PB, apresentando nosso estudo anterior (MACEDO, 2015), em que coletamos 14.716 prenomes na cidade de São Carlos, SP. Por fim, descrevemos a coleta de antropônimos no PE atual, realizada na cidade de Lisboa, Portugal e transcrevemos as pronúncias realizadas.

Prosseguindo, na quarta seção, são feitas análises quantitativas e qualitativas dos dados coletados no PA, observando a pauta acentual dos nomes próprios, bem como suas silabações, em comparação com as amostragens obtidas para o estudo do PE e do PB. Para a análise, são consideradas questões fonológicas e ortográficas dos nomes próprios. Ressaltamos, ainda, que nosso objetivo é um estudo sincrônico dos dados.

Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo, observando-se questões relacionadas à fonologia dos nomes próprios e à identidade linguística e cultural nas diferentes épocas do Português Arcaico e Contemporâneo (brasileiro e europeu). A análise fonológica que fizemos a partir dos dados coletados está em consonância com os

resultados obtidos por Massini-Cagliari (1999, 2011b, 2012, 2015), Costa (2010) e Prado (2014) e pôde contribuir com novos nomes próprios analisados, que corroboram nossas afirmações. Com base nos dados que observamos em Macedo (2015) e nos que aqui estudamos, percebemos que havia um grau muito mais acentuado de adaptação fonológica e ortográfica de antropônimos estrangeiros na época do PA do que ocorre hoje para o PE e, principalmente, para o PB.

Esperamos, com esta tese, contribuir para o estudo de nomes próprios de origem estrangeira quando pronunciados por falantes de PA, do PE e do PB, apresentando como se comportam em diferentes contextos.

1 A onomástica no passado e no presente da língua portuguesa

Presente em todas as sociedades, raças e culturas, o nome próprio está intrinsecamente ligado ao ser humano e não há homem que não o possua, por direito e por necessidade. Podendo revelar traços do indivíduo que o carrega ou reportando os anseios de seus progenitores, o nome próprio e seus complementos (como alcunha, hipocorístico, sobrenome etc.) podem comunicar, *per se*, particularidades do ser nomeado que o torna único no meio em que se insere. Sua datação é tão antiga que não se pode prever quando esta prática passou a ser adotada nas relações sociais.

Neste trabalho, abordaremos o nome próprio na Idade Média, debruçando-nos especialmente sobre os nomes próprios contidos nas cantigas medievais galego-portuguesas, e, depois, na atualidade, concentrando-nos no Brasil e em Portugal. Mais especificamente, nossa intenção é, a partir destes estudos, seguindo os indícios fonológicos deixados por falantes nativos da língua na onomástica, desbravar caminhos da fonologia do português arcaico, brasileiro e europeu. Nas linhas que traçaremos sobre o estado da arte, nesta seção, não é nossa intenção efetuar um estudo exaustivo e definitivo sobre o nome próprio. Pretendemos, contudo, oferecer uma sistematização de informações recolhidas em diversos textos da área, no Brasil e em Portugal, cientes de que ainda há muito para ser lido, discutido e revisitado.

As documentações sobre o nome próprio no período medieval são deveras escassas e recorreremos, para tanto, a textos disponibilizados sobre o assunto na BNL e nas bibliotecas das Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, às quais tivemos acesso durante pesquisas bibliográficas realizadas em Portugal. Sobre o nome próprio nesse país, apresentamos um recorte de textos; todavia, é atribuída ao professor universitário e ex-consultor onomástico português, o linguista doutor Ivo Castro, a maior parte da

produção sobre o assunto nas últimas décadas, contemplando questões de linguística e legislação. No que se refere ao Brasil atual, os frutos de pesquisas linguísticas são mais recentes; não obstante, é crescente o número de pesquisadores que se dedicam aos estudos onomásticos a partir de uma perspectiva linguística.

1.1 A Ciência Onomástica e a gênese dos nomes próprios: breve introdução

Aos filólogos, documenta Leite de Vasconcellos (1928, p.02), coube a tarefa de designar por “Onomatologia” a seção da Glotologia⁶ que se encarrega do estudo dos nomes próprios, incluindo origem, razão de emprego, forma, evolução, etc. A Onomatologia, por sua vez, escreve o filólogo português, decompõe-se em outras três subáreas, sendo elas a Toponímia (ou Onomatologia geográfica, pois que se refere ao estudo de nomes de locais), a Panteonímia (que se refere ao estudo de fenômenos da natureza) e a Antroponímia (estudo de nomes de pessoa). Este último termo, cunhado pelo próprio Leite de Vasconcellos, apareceu pela primeira vez em um texto de sua autoria no primeiro volume da revista que criou, a *Revista Lusitana*.⁷

Segundo Serrote (2015, p.04), a origem etimológica da Ciência Onomástica remete ao termo grego *onomaso*, que significa “chamar”. Dick (1990, p.179) explica que “a expressão *Onomástica* (do grego, *onoma*, ‘nome’) teve o sentido etimológico ampliado para abranger a ‘relação explicativa dos nomes próprios’ em geral.”. Ullman (1977, p.161), no que tange à Ciência Onomástica, sustenta que “o estudo dos nomes próprios [...] pode esclarecer muitos aspectos da história política, econômica e social”.

Quanto à “variedade” abrangida pela designação “nome próprio”, o professor Leite de Vasconcellos (1928) escreve que, quando se usa o termo “nome”, referindo-se a uma pessoa na atualidade, este termo pode significar:

⁶ Houaiss (2009) define Glotologia como o “estudo científico de uma língua”.

⁷ *Revista Lusitana*, v. I, p.45, 1887 (cf. VASCONCELLOS, 1928, p.02).

- 1) o nome de batismo, isto é, o nome próprio ou individual,
- 2) o nome completo, ou seja, todos os nomes pelo qual uma pessoa é designada,
- 3) qualquer um dos nomes, seja o nome individual ou o sobrenome⁸ e, por fim,
- 4) alcunha⁹.

Na segunda metade de sua obra – um tratado de quase 700 páginas em que versa sobre antroponímia portuguesa –, publicada no início do século passado, o autor desdobra rótulos para o que costumamos denominar *nome personativo*, sendo os seguintes: nome simbólico, nome profano, nome de guerra, alcunha, pseudônimo, nome vocatório, sobrenome e apelido.

Vasconcellos (1928) explica que “nome simbólico” é utilizado, por exemplo, por membros de sociedades secretas em suas cerimônias e correspondência oficial da sociedade, enquanto “nome profano” é o nome “verdadeiro” destes, antes de receberem o simbólico. O “nome de guerra” vem do francês *nom de guerre*, e recorre, para tanto, ao que escrevera Lemos (1907) em sua *Encyclopedia portuguesa*, afirmando tratar-se de “pseudonymo que os maçons tomam para se conhecerem nas sessões maçônicas; e [...] pelo qual alguma pessoa é mais conhecida na sociedade, já pelos seus escriptos, já por outro qualquer motivo” (VASCONCELLOS, 1928, p.441). Ademais, não distingue com clareza o nome de guerra – que também tem acepção de nome utilizado na sociedade em geral para disfarce –, de pseudônimo e alcunha, apesar de explicar que o nome de guerra é escolhido pelo próprio indivíduo, enquanto a alcunha é geralmente dada ao indivíduo pelos demais. Quanto ao pseudônimo, defende ser este utilizado apenas em certos casos, já que na vida cotidiana seu uso não é comum.

⁸ Na atualidade, em Portugal, o termo “apelido” é empregado como sinônimo de “sobrenome”, adotado no Brasil.

⁹ Cabe ressaltar que “alcunha” pode assumir diferentes significados, dependendo do país em que a palavra é empregada. No Brasil, pode ser sinônimo de “apelido” (indicando alguma peculiaridade física, por exemplo), enquanto, em Portugal, pode revelar a procedência familiar do indivíduo, ou seja, o que no Brasil se designa por sobrenome.

O nome vocat6rio (que, no Brasil, corresponde ao vocativo) 6, ainda segundo Vasconcellos (1928, p.444), o nome “pelo qual trivialmente se costuma chamar e designar uma pessoa”, como, por exemplo, Jos6 Agostinho ou Jos6 Agostinho de Macedo. O vocat6rio (ou vocativo) pode ser apenas o nome pr6prio, ou este somado ao sobrenome, como Jos6 Agostinho, ou ainda, somente o sobrenome – aqui empregado no sentido lusitano –, Agostinho. Se, porventura, o sujeito for conhecido somente por este 6ltimo, a que os portugueses chamam “apelido”, ent6o o nome vocat6rio do sujeito pode ser apenas Macedo. Mas, refora o autor, o que importa 6 que o vocat6rio cumpra sua miss6o: ser breve. Assim, ningu6m usar6 “o Jos6 Agostinho de Macedo” como vocat6rio, por exemplo.

A defini76o para “nome” que Vieira (1845) j6 havia apresentado e que nos cabe recordar, 6 a de que se trata de “um termo do qual se costuma fazer uso, para com ele designar uma pessoa ou coisa” (VIEIRA, 1845, p.7). 6 ainda, segundo ele, “um dos pontos sobejamente provados, que no comeo d’uma Na76o, ou d’uma l6ngua vernacula, nunca os nomes tem sido applicados abstractamente, ou por mero efeito do acaso, mas sim com propriedade e conhecimento de causa [...]” (VIEIRA, 1845, p.10).

Quanto 6 principal fun76o de um nome pr6prio, afirma, esta 6 “ordinariamente distinguir os indiv6duos, ou apresentar o espirito dos seres, determinados estes pela id6a d’uma natureza individual” (VIEIRA, 1845, p.13). Cita ent6o Plat6o, que, em Cr6tulo, defende a exist6ncia de certa rela76o entre o nome pr6prio e a pessoa nomeada, considerando que os nomes n6o eram escolhidos ao acaso, mas por uma analogia com o car6ter, os v6cios, as virtudes, a profiss6o ou o que quer que fosse relacionado aos indiv6duos que os recebiam, podendo muitas vezes ser at6 uma profecia sobre o que o ser nomeado viria a ser no futuro devido o nome recebido.¹⁰

¹⁰ De acordo com Carvalhinhos (2008a, p.03), “ao estudar a quest6o do nome pr6prio de pessoa, M. Br6al (1992[1897]) nos lembra das duas correntes de pensamento que existiam na 6poca de Dion6sio: os

Anos depois, Vasconcellos (1928, p.23), nessa mesma linha, observa em seu trabalho que

os nomes pessoais nascem, em regra, de expressões da língua comum, isto é, ou de palavras simples, de derivados e de compostos, ou de frases: e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, a coisas e fenômenos da Natureza, ao tempo (como duração), à geografia, a qualidades físicas e morais dos indivíduos, a circunstâncias, necessidades e ocupações da vida ordinária, à religião ou à magia, à guerra, a domínio (em todo o sentido), a estados sociais, etc.

E, mais adiante, o mesmo autor recorda que, se em um primeiro momento quem se chamava *Manarius*, por exemplo, fosse de fato guerreiro, “com o tempo, a significação apagou-se ou perdeu-se, e os nomes tornaram-se meros símbolos pessoais, podendo aplicar-se a quaisquer pessoas, ainda àquelas as quais a significação não se convinha de modo algum ou era absolutamente desconhecida” (VASCONCELLOS, 1928, p.28). Vieira (1845) já reconhecera, por sua vez, que os nomes, com o passar das gerações, foram sendo transferidos de pais para filhos ou de avôs para netos, perdendo a precisão com que foram dados e a sua significação naquele contexto. Assim, afirma que começou, com o correr dos tempos, a se tornarem vagos, arbitrários, indeterminados e distanciados do seu primeiro destino. Sobre a história e significação dos nomes próprios, trataremos a seguir.

1.2 Nomes próprios: vestígios do passado e retratos do presente, da cultura e da história de um povo.

Leite de Vasconcellos (1928) afirma que estudar a antroponímia de uma nação implica, conseqüentemente, estudar a cultura e a história dela. O autor considera,

naturalistas (representados por Platão) e os convencionalistas (corrente aristotélica). Para os naturalistas, a palavra tem sua origem em princípios eternos imutáveis fora do próprio homem, havendo a correspondência intrínseca entre som e sentido. Por outro lado, a corrente representada por Aristóteles crê que a relação semântica entre objeto e palavra decorre de um acordo tácito ou, como diz o autor, um “contrato social” entre os homens. Percebe-se, nesta segunda posição, uma relação com o que Saussure formulou, no século XIX, como arbitrariedade do signo”.

todavia, que é importante os pesquisadores partirem da premissa de que nomes surgem e desaparecem continuamente em diversas línguas e sociedades. Isto se dá, justamente, por ser um processo vivo de ambas, sujeito a necessidades ou fantasias do povo, simplesmente, ou porque vão sendo substituídos por nomes mais “modernos”, colocando outros na gaveta do esquecimento. Serrote (2015), de forma semelhante, escreve que, ao longo do tempo, vários filólogos lançaram-se na tarefa de examinar os nomes personativos, objetivando conhecer a história e a cultura de um povo, bem como identificar fatos linguísticos e crenças de diversas comunidades. Sobre a importância de estudar a onomasiologia para compreender a sociedade, sua cultura e sua língua, o autor argumenta que “a língua e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. Por isso, estudar o léxico de uma língua é abrir a possibilidade de conhecer a história social do povo que a utiliza” (SERROTE, 2015, p.09).

Vasconcellos (1928, p.01) defende que o ato de os indivíduos humanos receberem um nome próprio que os identifique e, depois, nomearem também a outros é tão natural e antigo que, sem isso, dificilmente nossos antepassados entender-se-iam uns aos outros nas atividades mais triviais. Ou, então, teriam de recorrer o tempo todo a “perífrases incômodas”, caso não tivessem estabelecido o hábito de adotar uma “designação especial para cada um, que os distinguisse dos restantes, como *Hesiodo*, *Vergilio*, *Milton*”. O autor, que se dedicou ao estudo de etimologias e histórias de nomes próprios em Portugal, afirma que,

Originario de necessidade imperiosa, qual a de comunicarmos uns com os outros nas inumeras relações da vida quotidiana, o nome, ou na sua unidade, ou em cada um dos elementos que o compõem, reflecte vários aspectos d’essa vida e respectiva historia. Ajuda-nos, ao invés, o seu estudo a penetrar muitas vezes nas reconditas trevas do passado. Ao sangue primitivo (lusitanico, romano, etc) juntou-se sucessivamente novo sangue com a afluencia de povos do resto da Europa e do resto do mundo, patenteados em nomes a apelidos de

multipla especie. A abundancia de uns e outros mostra a importancia das infiltrações etnicas. Vemos toda a nossa historia passar efectivamente diante de nós, ao olharmos para as listas antroponímicas. (VASCONCELLOS, 1928, p.567)

No sentido de “penetrarmos nas recônditas trevas do passado”, recorreremos ao *Ensaio histórico sobre os nomes próprios, entre os povos antigos e modernos*, traduzido para a língua portuguesa por Vieira e publicado em 1845, em que é feita uma série de reflexões sobre os antropônimos.¹¹ O Ensaio abrange desde os nomes próprios entre os hebreus, gregos, romanos e demais nações antigas até chegar aos povos modernos. O autor dedica-se ainda a estudar nomes de influência cristã. Outros temas como pseudônimos, patronímicos, alcunhas, nomes de guerra, epítetos e crenças populares também são tratados na obra.

Ao observar a tradição antroponímica em Portugal, o filólogo Vasconcellos (1928, p.565-566) afirma que, “de todos os povos que habitaram o nosso solo ou o pisaram como conquistadores, ficaram sempre alguns vestígios na antroponímia”. Assim, resgata nomes pré-romanos vindo da Espanha, romanos, gregos, hebreus, germânicos e arábicos:

Em verdade nomes que se possam fazer ascender á epoca propriamente romana não abundam: considerar-se-hão tais, por exemplo: *Bento, Martinho, Romão, Valha*. Os nomes arábicos também não são muitos. Indirectamente Roma enviou-nos a maioria dos nossos nomes por intermedio da Igreja: nomes como os de cima; nomes que na sua fôrma pouco alterada revelam procedencia moderna, ou restauração de fôrmas obsoletas, por exemplo, *Croio, Julião, Maximiano*. Os nomes gregos, hebreu e outros de origem exotica, por exemplo, eslavicos (*Estanislau, Procopio, Venceslau, Nicolau*, em parte) vieram-nos igualmente pelo calendário cristão. Os nomes germânicos pertencem a duas epocas: á nossa mais antiga idade-média, por exemplo, *Soeiro*, e a influências posteriores (alemã, inglesa, francesa, italiana, etc), por exemplo, *Adolfo, Leonardo, Walter* (modernissimo). Á Literatura, á moda, e a outras correntes civilizadoras ou historicas, se devem novas camadas de nomes:

¹¹ Esse livro foi consultado na Biblioteca Nacional de Portugal em 2017, todavia, são desconhecidos o autor e o título na língua original, já que apenas consta o nome do tradutor da obra e o título em português.

Amadis, Elisa, Isabel, Napoleão. [...] Curioso seria determinar, para cada nome, a data da introdução. Mero *desideratum* por ora! [...] Dos nomes tanto latinos ou alatinados, como germanicos, acontece às vezes estar perdida no uso geral a fôrma primitiva, mas conservar-se fixada na toponímia até hoje.

Em obra anterior, *Lições de Philologia Portuguesa*, J. Leite de Vasconcellos já havia tratado dos legados deixados pelos povos que habitaram a Península: “o nosso onomástico medieval offerece muita variedade de nomes, uns de origem romana, outros de origem diversa, consoante os povos que vieram habitar o território que hoje se chama «Portugal»” (VASCONCELLOS, 1911, p.172). O autor considera que “os Romanos introduziram no seu vocabulário commum várias palavras das lingoas que encontraram na Península, as quaes palavras continuam hoje, em parte, a viver. Também no nosso onomástico existem vocábulos de origem pre-romana” (VASCONCELLOS, 1911, p.24), além disso, o autor trata da influência propriamente romana na antroponímia portuguesa. Na sequência, considera que, após a dominação romana, “vieram os Germanos e os Alanos para a Peninsula no século V. Os Alanos pouca importância tem para o nosso caso. Na denominação de «Germanos» abrangem-se varios povos, entre os quaes os Visigodos” (VASCONCELLOS, 1911, p.26). Todavia, sublinha a importância da onomástica para o estudo de elementos germânicos na língua portuguesa. Nomes como Adaulfus, Alaricus, Atanagildus, Attila, Randulfus, Sendinus, Theodoricus, Trastemirus, Vimaredus, Carlos (Karl), Luis (Ludwig) são mencionados como exemplo de nomes próprios dos germanos que haviam vencido os Lusitano-Romanos (VASCONCELLOS, 1911, p.173).¹²

Em sua obra de 1928 (p.28), Vasconcellos resgata que os nomes de proveniência germânica eram binários, ou seja, formados por dois elementos. Todavia, com o passar

¹² Vasconcellos (1911, p.434) explica-nos que o nome Luis, de origem germânica (Ludwig), passou para o francês (Louis), mas adquiriu importância entre os povos católicos somente com a canonização de S. Luis (rei francês) no século XIII, chegando até Portugal por intermédio da Espanha, onde havia a forma Lois.

do tempo e o obscurecimento do significado, eram criados nomes híbridos (latino-germânicos) cujas partes, não mais ligadas pelo sentido, eram apenas formadas maquinalmente. Além disso, o filólogo apresenta um predomínio de nomes germânicos e latinos na Lusitânia, afirmando que os conquistadores eram, em grande parte, responsáveis por inspirar a adoção de novos nomes. Somado a isso, demonstra a influência do cristianismo, que era mais responsável por crianças receberem nomes como Pedro, Maria, Samuel do que por serem descendentes de hebreus, por exemplo.¹³

Depois dos germânicos, o autor considera a influência árabe (vulgarmente chamada moura ou mourisca), sobretudo no Sul do reino, tanto no léxico comum quanto na antroponímia. Todavia, considera que “a influência arábica fez-se sentir pouco; e no Sul, embora ahi esta influencia tivesse grande importancia, havia os Mozarabes ou Moçarabes, que mantinham os seus costumes: por isso não admira que no onomástico geral apareçam nomes arabicos em número pequeno” (VASCONCELLOS, 1911, p.173).

No Quadro 1.1, listamos as considerações dos dois filólogos supracitados, Vieira e Vasconcellos, a respeito do ato de nomeação entre alguns povos antigos.

¹³ Aqui cabe a observação de que os nomes *João* e *Pedro* eram, de acordo com Franco (2006, p.138), “os dois nomes de batismo que, justamente, coroaram, tanto em França como em Portugal, a cristianização dos nomes próprios nos séculos XI e XII, sublimando a Igreja apostólica e universal”. Ademais, continua, “esses são, portanto, entre os antropônimos mais em voga, os únicos partilhados por aquelas duas cidades, o que acaba por denunciar realidades antroponímicas bem distintas. Os mesmos nomes, acompanhados pelo onomato *Jaime* (*James*), lideram igualmente as preferências nas comunas italianas, não obstante ter-se verificado aqui uma renovação dos *stocks* onomásticos, nas últimas centúrias da Idade Média”.

Quadro 1.1 – Características e particularidades dos antropônimos e do ato de nomeação por hebreus, gregos, romanos e lusitanos-romanos.

	VIEIRA (1845)	VASCONCELLOS (1928)
HEBREUS	<ul style="list-style-type: none"> - Nomes segundo uma disposição divina, ou conforme as vantagens que se desejavam à pessoa nomeada (p.14). - Não usavam sobrenomes, apenas anexavam em seus nomes o de seu pai (ex: Saul, filho de Cis) (p.35). - Passaram a usar até três nomes somente depois do comércio com nações estrangeiras (p.35). - Os meninos eram nomeados na cerimônia de circuncisão, (8 dias após o nascimento) e as meninas, passadas seis semanas (p.37; p.40). - Eram tomados nomes de parentes (p.38). - A adição de uma ou mais sílabas no nome era um sinal de nobreza (p.38). 	<ul style="list-style-type: none"> - O primogênito deveria receber o nome do avô paterno e o segundo do avô materno, enquanto a primeira filha, o da avó paterna e a segunda, o nome da avó materna. Os filhos a seguir deveriam receber os nomes dos tios ou tias avôs ou avós, principalmente daqueles que não haviam deixado descendência (p.420). - Os judeus podiam adotar um ritual de mudança de nome quando adoeciam, na tentativa de se mudar também a sorte do enfermo, como é o caso de escolher como novo nome <i>Rafael</i>, que significa “Deus curou”, podendo passar até mesmo a um nome oficial, depois de se lavar um auto (p.421).
GREGOS	<ul style="list-style-type: none"> - Uma lei em Atenas dava direito exclusivo aos pais para porem nomes a seus filhos, sendo muitas vezes respeitada a tradição de darem a estes o nome de seus avós. - Conforme Aristóteles, o nome era dado no sétimo dia depois do nascimento da criança (p.44).- As noivas poderiam mudar de nome antes de entrar na casa de seus maridos (p.48). - Costumavam designar os indivíduos por meio de um patronímico (p.49). - Poderiam ser adicionados os sufixos -ides ou -ades ao nome, exprimindo grandeza ou elevação da qualidade designada pelo nome primitivo (p.49). - Nomes de duas sílabas eram associados a escravos ou pessoas vis (p.50). - Gozavam da liberdade de abreviar nomes para com criados e crianças (p.51). - Os hipocorísticos surgiram no contexto de adaptar nomes por familiaridade ou afeto e, geralmente, tinham por terminações os sufixos - idion, -asion, -arion, -illos-, iskos, 	

	<p>entre outros (p.52).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Podiam ter dois nomes, bem como sobrenomes e alcunhas (p.53). 	
ROMANOS	<ul style="list-style-type: none"> - A princípio possuíam apenas um nome, depois dois e, por fim, podiam ter até quatro nomes, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - 1º: nome de família, a que chamavam propriamente nome (<i>nomem gentis</i>); nome de família, comum a todos os descendentes de uma casa. Por exemplo, Julius eram os descendentes de Julus; - 2º: Pronome (<i>praenomen</i>); distinguia as pessoas de uma mesma família; - 3º Sobrenome (<i>cognomen</i>); título honorífico ou que podia indicar vícios ou perfeições de quem o usava; - 4º <i>Agnomen</i>; era também a espécie de um sobrenome e caracterizava a subdivisão de um ramo (p.63-65); - Para Plutarco, as mulheres tinham o nome da casa e um sobrenome, enquanto para Festus, elas também tinham pronomes (p.75). - Os romanos recebiam o nome na cerimônia chamada <i>Nominalia</i>, que ocorria no oitavo dia depois do nascimento para as meninas e no nono para os meninos (p.76-77). - Podiam passar os nomes dos pais para os filhos, com pequenas mudanças e podiam unir o nome do pai e da mãe (p.79). - Os escravos, muitas vezes, só tinham o <i>praenomen</i> de seu dono com pequenas alterações (p.81). - era proibido colocar nos escravos os nomes de homens ilustres, assim como os filhos destes não podiam ter nomes de escravos (p.84). - Os nomes que designavam as casas geralmente eram terminados por <i>-ius</i> (p.116). 	<ul style="list-style-type: none"> - Tratava-se do sistema <i>tríplex nomen</i> (p.25). - Os cidadãos romanos costumavam juntar ao <i>praenomen</i>, ou “nome individual” um <i>nomen gentilicium</i>, ou “nome da <i>gens</i>”, e um <i>cognomen</i> (ou mais de um), que era uma designação de um ramo da <i>gens</i>, originalmente tirada de uma circunstância ou de uma qualidade (p.12). - Após 8 dias contados desde o nascimento, é que os rapazes recebiam o <i>praenomen</i>; já as meninas, no nono dia (p.29). - O dia em que as crianças recebiam o nome era chamado de <i>lustricus</i> (por causa da purificação) (p.29). - Apresenta uma outra hipótese, de Quinto Scévola, que dizia que o <i>praenomen</i> nos rapazes só tinha validade pública depois da imposição da toga viril, e nas meninas, apenas depois do casamento (p.28).
LUSITANOS- ROMANOS		<ul style="list-style-type: none"> - Os mais antigos nomes medievais provêm da época romana (p.24). - Tais nomes foram adotados pelo Cristianismo desde o século II-III, sendo a maior parte latina, mas também havia gregos e hebraicos e, posteriormente, nomes germânicos (séc. V) e arábicos (séc VIII) que foram admitidos pela Igreja para os seus fiéis (p.24). A maior parte dos nomes era de santos (p.26).

		<ul style="list-style-type: none"> - Nomes pagãos também eram transmitidos pelas gerações, uma vez que era natural que caíssem no esquecimento suas origens (p.26). - Os nomes germânicos tornaram-se moda durante um longo tempo e eram largamente usados, embora latinizados (p.24). Os germanos usavam apenas um nome, mas este podia ser composto (p.25). - Adaptavam os nomes à manifestação de sentimentos religiosos, de fé, humildade, esperança e afeto, como Amanda, Felix, Simplicius. Os nomes também podiam expressar as profissões (p.26).
--	--	---

Fonte: Adaptado de Vieira (1845) e Vasconcellos (1928).

Retomando a questão da aculturação onomástica nos primórdios da Lusitânia, Encarnação (2010, p.176), no que tange aos aspectos do contato de povos de línguas diferentes, dedica-se a estudar a integração, ou assimilação de nomes romanos pelos nativos. De acordo com o autor, o que houve foi uma latinização da antroponímia; uma “progressiva latinização onomástica”, de modo que os nomes indígenas foram desaparecendo aos poucos “para dar lugar aos latinísimos *tria nomina*” (ENCARNAÇÃO, 2010, p.176). O Quadro 1.2 a seguir mapeia a origem estrangeira de alguns nomes que foram largamente utilizados ao longo dos séculos pelos habitantes de terras lusitanas, extraído do estudo sobre a antroponímia primitiva da Madeira de Nunes (1996, p.10-11).

Quadro 1.2 – Exemplificação de prenomes de origem estrangeira registrados em Portugal na Idade Média.

Prenomes de proveniência latina	Agostinho; Amador; António; Apariço; Bárbara; Brás; Beatriz; Benedito; César; Cecília; Constança; Clara; Custódio; Diogo; Domingos; Julião; Justa; Lourenço; Lucano; Lucrécia; Luzia; Marçal; Marcos; Margarida; Martinho; Mécia; Maior; Paio; Paulo; Pascoal; Romão; Sancho; Sebastião; Senhorinha; Ursula; Valentim; Valério; Vicente; Violante; Vitória.
Prenomes de proveniência grega, que passam para as línguas românicas através do latim	Agueda; Alexos; Alexandre; Ambrósio; André; Apolonia; Baptista (nome de inspiração religiosa que surge associado à forma João evocando S. João Baptista), Catarina; Cosme; Dinis (através do francês Denis); Estevão; Eusébio; Filipe; Gregório; Heitor; Helena; Inês; Iria; Jerônimo; Jorge; Madalena; Mateus; Nicolau; Pantaleão; Zenóbio.
Prenomes de proveniência hebraica que passaram ao grego e chegaram até nós através do latim. Geralmente, de inspiração religiosa	Abraão; Adão; Ana; Baltasar; Bartolomeu; Daniel; Eva; Gabriel; João; Maria; Marta; Melchior; Miguel; Mosen ou Moisés, Rafael; Simão.
Prenomes de proveniência germânica latinizados ¹⁴	Afonso; Gonçalo; Rodrigo; Álvaro; Bernardo; Duarte; Elvira; Fernando; Guiomar; Hugo; Luís; Ricardo.
Prenomes de influência provençal	Leonor (Alienor).
Prenomes de origem obscura	Vasco; Garcia (Gracia); Mair.
Prenomes estrangeiros de influência literária (a partir do séc XV)	Ivam, Oliveiros, Sagramor, Viviam.

Fonte: Nunes (1996, p.10-11).

¹⁴ Aqui, Nunes (1996, p.11) observa que, no entender de Piel, os prenomes de proveniência germânica que foram latinizados “são, em grande parte, compostos ou bitemáticos, em que os dois elementos do nome composto são normalmente ligados entre si através de uma vogal de ligação que pode sofrer síncope, por exemplo, Afonso < Ad(e)-fonsus, Gonçalo < Gund(e)salbus, e Rodrigo < Rod(e)-rigo [...]. Segundo Piel (1959), Guilherme não é um prenome de origem germânica, mas sim um nome tardio de origem provençal, pois os visigodos não tinham nomes terminados em –elmus “elmo”, e “Mendo” é uma forma reduzida ou hipocorística do nome germânico bitemático “Hermenegildo” (NUNES, 1996, p.11). Além disso – continua Nunes (1996, p.11) ao tratar da antroponímia germânica apoiada no estudo de Vasconcellos (1928) –, a antroponímia germânica, predominante até o século XII, aos poucos dá espaço aos nomes latino-cristãos de santos, deixando para “segundo plano” os primeiros nomes de origem germânica. Nas referências bibliográficas desta tese, referenciamos o citado trabalho de Piel como (Piel, 1976).

Ao tratar, todavia, de histórias e reflexos culturais dos nomes próprios, deparamo-nos com outra questão que tem sido assunto de acirrados debates: teria o nome próprio um significado em si mesmo? Para tanto, apresentamos, a seguir, considerações de diversos intelectuais da linguagem que se posicionaram para tratar os nomes próprios como simples sons ou como heranças culturais e sociais.

1.3 Nomes próprios: formas opacas ou reflexos culturais?

No que se refere a aspectos semânticos do nome próprio, recorreremos ao trabalho de Ullman (1977), para quem “a posse de um nome é, e tem sido desde tempos imemoriais, privilégio de todo o ser humano” (ULLMAN, 1977, p.148). O autor apresenta-nos a afirmação de Heródoto e Plínio quanto aos Atarantes (ou Atlantes), um povo situado no norte da África e que poderia ser classificado de “aberração da natureza”, por supostamente ser o único grupo conhecido em que cada ser humano não é individualizado por um nome.

Ao tratar da ligação do nome e seu som, Ullman (1977, p.149), revisitando culturas, trata dos “masais”, povo africano que jamais menciona o nome de membros falecidos da tribo, trocando até mesmo substantivos comuns por seus sinônimos quando estes soam parecidos com o nome do morto, indicando a sacralidade velada no som do nome. Ainda quanto ao “impacto” que a sonoridade de um nome próprio pode causar para algumas sociedades, com base em Ogden e Richards (1936, p.37), Ullman afirma que o romano Cícero, em seus recrutamentos, cuidava de alistar em primeiro lugar nomes que poderiam trazer boa sorte, como Victor ou Félix, pois que, em sua superstição, acreditava que nomes auspiciosos a ocupar os primeiros lugares da lista do censo, ao serem convocados, lhes renderiam, com maior probabilidade, a vitória. O autor lembra ainda do amor proibido entre Romeu e Julieta, cujos nomes significavam

as brigas interfamiliares e que comprometia o amor dos jovens, levando Julieta a suplicar ao amado que o rejeitasse, a fim de se destituírem da inimizade entre suas famílias.

Sobre a questão do esvaziamento de significado de antropônimos nas sociedades ocidentais, em detrimento ao significado que este poderia veicular, Carvalhinhos (2008b) escreve que:

Em função de antropônimo, podemos afirmar que, pelo menos no caso das sociedades ocidentais, o nome de pessoa se particulariza por ser um signo linguístico parcialmente privado se seu significado original, do mesmo modo que existe o esvaziamento do topônimo, tornando-o opaco. O que emerge desta afirmação e da discussão que tentamos implementar atualmente é não apenas o status do antropônimo como signo de língua tão opaco ou desvinculado de seu referente, ou nome etiqueta, como já propunha o filósofo Stuart Mill, no século XIX (1846). Vem à tona, também, a questão de se imaginar outras relações estabelecidas no campo mental do denominador, renovando o significado do nome e propondo novos referentes a partir dos pré-existentes. (CARVALHINHOS, 2008b, p.308)

Ullman (1977, p.151-157), que já adotara a postura de considerar os nomes próprios desprovidos de significado, expõe-nos, ao longo de sua obra, diversos critérios que, durante os anos, vem sendo propostos pelos estudiosos para categorizarem um nome próprio como tal. A seguir, apresentamo-los:

- 1) *Unicidade* – o gramático grego Dionísio Trácio define que um nome próprio significa um ser individual, todavia não leva em consideração que pessoas diferentes podem ter o mesmo nome;
- 2) *Identificação* – aceitos por vários filósofos linguistas que defendem a ideia de que um nome próprio identifica uma pessoa, distinguindo-a, quando ocorre em nossa memória, de outras da mesma espécie;

- 3) *Designação contra conotação* – sugerido por John Stuart Mill no livro *A system of Logic*, este critério pressupõe que os antropônimos permanecem usuais mesmo que se distanciem do seu primeiro significado, já que não são conotativos. Um indivíduo não precisa, necessariamente, ter o atributo que aquele nome significa (por exemplo, *Bruno* pode ser usado para nomear um indivíduo ruivo, apesar de seu significado primitivo designar indicar um indivíduo de cabelos castanhos)¹⁵;
- 4) *Som distintivo* – trazido ao lado do segundo critério elencado, este, por sua vez, soma à importância da identificação o fato de que nomes são rótulos que chamam nossa atenção, tão somente, sem que tenhamos de considerar o que eles significam. Para Gardiner (1954), é por isso que as pessoas são apresentadas pelos primeiros nomes e existem cerimônias de batizados que nos comunicam o som pelo qual a pessoa será arquivada em nossa mente.¹⁶
- 5) *Crítérios gramaticais* – relacionado a algumas línguas e cultura específicas como, por exemplo, em fijano (idioma das Ilhas Fiji, na Oceania), em que topônimos e antropônimos são precedidos do prefixo *ko-*, enquanto os substantivos comuns pelo prefixo *na-*; ou como em inglês, em que os nomes próprios, na maioria das vezes, não são precedidos por artigos, ou em francês, no

¹⁵ Noutra parte do livro, no capítulo intitulado “Palavras Transparentes e Opacas”, Ullman (1977, p.167) recupera o Ato II, cena 2 de Romeu e Julieta: “Que há num nome? Aquilo a que chamamos rosa teria a mesma doce fragrância com qualquer outro nome”.

¹⁶ Ullman (1977, p.187) escreve depois, sobre esse mesmo critério, que “o elemento sonoro nos nomes próprios tende a marcá-los na nossa atenção com uma intensidade particular e isto compele-nos a realçar as suas possibilidades onomatopaicas: desembaraçada de qualquer significado, a fantasia do escritor terá o campo livre”. Mais à frente, ainda sobre a sonoridade dos nomes próprios, o autor considera que “a expressividade de certas combinações sonoras pode influenciar um escritor na escolha dos nomes para as suas personagens” e cita o conselho de que a escolha de um nome próprio num poema, por exemplo, pode dar-lhe um rumo diferente.

qual os nomes de países são precedidos por artigos, enquanto no inglês geralmente não o são.

Dos 5 critérios postulados, o autor conclui que o segundo (identificação) é o mais útil, uma vez que “a diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos simples marcas de identificação” (ULLMAN, 1977, p.160).

Retomando a dialética do significado *versus* significante e valores carregados pelos nomes próprios, Serrote (2015, p.13), que estudou a antroponímia da língua kimbundu em Malanje, afirma que “o antropônimo é o meio de identificar a origem linguístico-cultural de cada indivíduo. Faz-nos pertencer a uma família ou a um grupo étnico e dá-nos identidade”. É por isso que o ato de nomeação indica, segundo ele, pertencimento à sociedade na qual nos inserimos e perpetuação de quem somos (ou fomos) na memória e registros de nossos semelhantes.

Dick (1990) postula que os “designativos [aqui a autora se refere aos topônimos e antropônimos] ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída”. Para ela, os nomes próprios “tornam-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais”. Justifica a linguista que “são, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser através deles, escaparia às gerações futuras” (DICK, 1990, p.178).

Carvalhinhos (2007, p.02), por sua vez, afirma que, antigamente, “o nome próprio cumpria a função significativa, isto é, sua função semântica estava assegurada: o indivíduo não era apenas designado por seu nome, como recebia toda sua carga conotativa”. Tanto era, reconhecemos, que os textos bíblicos nos apresentam diversos

protagonistas que mudaram de nome devido a certas funções que passavam a desempenhar, como no caso de Simão que passa a chamar-se Pedro (*Kēphās* em grego, que quer dizer pedra) quando assume a função de ser “pedra”, isto é, fundamento da igreja cristã nascente¹⁷. Entretanto, continua a linguista, como a língua é naturalmente dinâmica, o nome rapidamente pode ser esvaziado de seu real sentido etimológico, restando apenas um “invólucro, uma forma opaca que oculta o verdadeiro significado original do nome” (CARVALHINHOS, 2007, p.03). Vasconcellos (1928, p.426), por exemplo, lista casos em que são preteridos determinados nomes em prol da “consonância com o sobrenome [...], [sendo que] na Idade Média, isto era mais frequente do que hoje, porque dependia do uso de patronímicos: Martim Martins, [...], Domingo Domingues”, etc.

Neste ponto, no entanto, há divergências entre os acadêmicos, pois inúmeros trabalhos afirmam que, em determinadas culturas, o nome próprio nunca se distancia ou torna opaco seu primeiro significado, como em algumas culturas indígenas e africanas, sendo a sonoridade um critério indiferente para a escolha, por exemplo.¹⁸ Ao citar os

¹⁷ Pereira (2003, p.302) estudou como, na Bíblia, é tratada a questão do nome próprio e a “função” que pode designar. Para o autor, “a atribuição do nome pode representar uma mudança significativa da condição humana. Assim aconteceu, por exemplo, com Simão, filho de Jonas, a quem Cristo dirigiu as seguintes palavras: ‘Tu és Pedro, e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja’ (Mt 18). Assim, receber um novo nome assinala, de alguma forma, o nascimento de um homem novo. Não será também este o sentido da mudança de nome do Papa e dos civis que se consagram à vida religiosa?” (PEREIRA, 2003, p.302), questiona. O autor ressalta que o exemplo dado da figura de Pedro se estende a muitos outros, dando margem para um estudo sobre a “gênese da linguagem e a motivação linguística” (PEREIRA, 2003, p.302).

¹⁸ Sobre a prática de nomeação nas sociedades indígenas, Fargetti (2018) explica que esta pode variar muito de uma etnia para a outra. A autora dedica-se a estudos sobre a língua juruna e explica, por exemplo, algumas particularidades dos nomes próprios adotados por seus falantes nativos. Comenta com propriedade, já que se dedica a estudos dessa língua desde 1989, sobre aspectos relativos à nomeação e identidade/pertencimento à comunidade. Trata, inclusive, de processos relacionados à escolha de nomes juruna, à adoção de sobrenome quando da necessidade de registro civil, o tratamento dado a nomes de pessoas já falecidas pelos membros da etnia, os processos de novas criações antroponímicas mais recentes e comenta casos de adaptação ortográfica e fonológica ao português. A linguista observou, por exemplo, como o prenome *Xibitii*, um nome masculino, foi adaptado por um escrivão no cartório que, ao não compreender os sons da língua juruna, tentou fazer uma aproximação com os sons do português, resultando na forma *Chibot*, “desconsiderando, totalmente, as diferenças observadas na língua e ortografia juruna”. A autora chama a atenção para este fato, especificamente, porque causou transtornos ao rapaz indígena, que passou a ser caçado por outros membros da etnia, uma vez que a pronúncia incorreta de um nome é sempre tida como “fala de bicho”, nunca como “fala de gente”. (FARGETTI, 2018, p.293)

povos Kakutina, Mebengokre e Xavante, a título de ilustração, Lima (1997, p.25) mostra-nos a importância que o nome próprio assume nessas culturas, em que sua ausência ou presença acarreta sérias consequências para o ser (não) nomeado.¹⁹

Vasconcellos (1928, p.421) conta-nos o caso de um pai judeu que, depois de ter visto vários de seus filhos que, um após o outro, receberam o nome de Isaac e morreram, decidiu, por superstição, nomear o último filho Isaac Haim José, na esperança de que este tivesse vida prolongada, já que *haim* significa “vida” e *José* dá o sentido de “acrescentar” – exprimindo o seu desejo de que Isaac gozasse de vida longa.

Lopes (1994), que se dedicou a estudar os nomes próprios egípcios durante a época do Império Novo, explica-nos que os antropônimos assumiam, naquela sociedade, um caráter particular e revelavam – ou melhor, preservavam, porque muitas vezes era matéria digna de decifração – a natureza do ser nomeado. Seus estudos levaram-na a concluir que os nomes próprios no Antigo Egito refletiam a história daquele povo, bem como suas ideias ao longo do tempo. A autora afirma que tais ideias estavam “enraizadas na linguagem, na dimensão nomeadora da linguagem” (LOPES, 1994, p.570). Aquele povo, que acreditava no poder da palavra, estendia-o ao nome próprio, como uma espécie de ato criador e este, por sua vez, “era muito determinado pela crença na significação especial do nome” (LOPES, 1994, p.9). Explica ainda a autora que “o conhecimento do nome permitia, de imediato, o conhecimento do homem ou do deus, seu portador”. Tanto era que “nele estavam contidas todas as significações do ser, uma ‘família de descrições’, positivas e negativas” (LOPES, 1994, p.10). Um sujeito poderia receber vários nomes, cada um exprimindo uma faceta da sua individualidade: um nome relativo a seu avô, outro a fatos de seu nascimento e outro ainda um apelido, por exemplo. “Os seus nomes eram, assim, formados de muitos

¹⁹ Para um estudo do povo Mebengokre, Lima (1997) remete-nos a Lea (1992, p.274) e, no que tange ao povo Xavante, indica o trabalho de Lopes da Silva (1986, p.67-68).

pedaços. Todos eles contribuíam para construir o indivíduo, para o moldar, para lhe conferir uma história que não era senão a soma dos seus diferentes destinos” (LOPES, 1994, p.14). A pesquisadora conclui que, à semelhança do que Platão adaptaria para os gregos séculos depois, “os nomes próprios do Antigo Egito expressavam identidades, existências, vitórias ou fracassos. Histórias dos vários tempos que constituem uma vida” (LOPES, 1994, p.50-51).

Retomando a questão conflituosa daqueles que defendem ser os nomes próprios “simples sons” ou dos que reconhecem as heranças retratadas no nome, recuperamos o trabalho de Dick (1990), que pondera ambos os lados. No que se refere à “função semântica” dos nomes, Dick (1990, p.180) menciona o estudo de Mill (1879) e explica que

os estudiosos da língua têm aceito nesse campo e, ao que parece, segundo consenso unânime, as diretrizes sugeridas por J. Stuart Mill, no século XIX, situando os nomes próprios em uma relação meramente ‘distintiva’ e, não ‘significativa’, conforme era usual, porque inerente ao substantivo comum. (DICK, 1990, p.180)

Prova disso é que os nomes atuais, segundo a linguista, são escolhidos mais por “modismos atuantes no momento do que por qualquer outra preocupação com o seu legítimo significado; aliás, o dinamismo natural da língua esvazia-os, rapidamente, de seu verdadeiro sentido etimológico” (DICK, 1990, p.181). Tais “nomes da moda” se espalham rapidamente pelos meios de comunicação e se tornam conhecidos, sobretudo quando ganham popularidade por obedecerem a critérios eufônicos.²⁰

Citando dois autores ingleses, Ogden e Richards (1954 [1923]), Dick (1990, p.186) considera a sacralidade que, muitas vezes, levava ao sigilo do nome. Trata-se da relação entre “nome e alma” estudada pelos autores e que transcrevemos a seguir:

²⁰ Dick (1990) não desconsidera o fator conservador das tradições familiares, que tendem a perpetuar certos nomes na família.

The greater part of mankind must once have believed the name to be that integral part of a man identified with the soul [...]. Nearly all primitive peoples show great dislike to their names being mentioned [...]. The true and great name of Allah is a secret name, and similarly with the gods of Brahmanism and the real name of Confucius. Orthodox Jews apparently avoid the name Jahweh altogether. [...] Every ancient Egyptian had two names—one for the world, and another by which he was known to the supernal powers. (OGDEN; RICHARDS, 1954 [1923], p.27-28)²¹

Dick (1990, p.186) cita como exemplo outros povos que levam a sério a questão de escolha de nomes próprios baseados em propósitos motivados, como atrair favores ou afastar possíveis infortúnios. A autora apresenta-nos o trabalho de Carreira e Quintino (1964), que estudaram a antroponímia da Guiné Portuguesa. Apresenta ainda a cultura de alguns povos indígenas americanos, que “sempre acreditaram na função personalíssima do nome individual [...], [pois,] para eles, o nome é parte e parcela da pessoa à qual pertence” (DICK, 1990, p.187). Passando por outros povos, tais quais os Karib das Ilhas de Dominica, os Tiriyo do Alto Paru de Oeste, os Bororo da região centro-oeste brasileira, os Tupi quinhentistas, os Omágua, da América do Sul, a linguista apresenta-nos peculiaridades de cada uma dessas sociedades no que se refere à adoção de nomes próprios. Em todos os grupos que cita, afirma que há uma importância singular no ato de nomeação dos sujeitos que, não raras vezes, possuem dois nomes: um que pode se tornar público aos demais e outro que preservam e revelam-no apenas em circunstâncias especiais.

Ademais, explanando uma prática comum entre os Tupi quinhentistas, Dick (1990, p.188) explica-nos que, nessa sociedade, o *status* do guerreiro poderia ser mensurado pela quantidade de nomes que ele agregava ao seu, nomes estes que eram

²¹ “A maior parte da humanidade deve ter acreditado que o nome é aquela parte integrante de um homem identificada com a alma [...]. Quase todos os povos primitivos demonstram grande desgosto pelo fato de seus nomes serem mencionados [...]. O verdadeiro e grande nome de Alá é um nome secreto, assim como o nome dos deuses do Bramanismo e o verdadeiro nome de Confúcio. Os judeus ortodoxos aparentemente evitam o nome Javé por completo. [...] Todo egípcio antigo tinha dois nomes – um para o mundo e outro pelo qual era conhecido pelos poderes supremos” (tradução nossa).

tomados de cada inimigo que matava, demonstrando sua coragem e bravura, como *Abaetê*, o bravo, *Yaparyara*, o que é destro no arco, o arqueiro, entre outros.

Dick (1990, p.189) apresenta-nos, então, uma citação de Carreira e Quintino (1964, p.19), que endossamos: “uma sociedade sem identificação de seus componentes, movimenta-se no vago; é apenas um agrupamento natural de indivíduos próximos uns dos outros: amorfos, indistintos e indefinidos”. É por isso que o estudo da Onomástica tem muito a contribuir, sobretudo “para a leitura sociocultural de uma região ou comunidade [...]”, como afirma Serrote (2015, p.06). Para este autor, “é importante estudar a Antroponímia a fim de conhecermos a história e a cultura do nosso povo, pois permitir-nos-á identificar factos linguísticos e crenças presentes [...]” (SERROTE, 2015, p.06). O mesmo lexicólogo, que se dedicou a estudar os antropônimos da língua Kimbundu e que defende a estrita relação entre nome e identidade, explica-nos que, “no antropônimo Kimbundu, existem ensinamentos em forma de provérbios, adágios, contos, representando a experiência da vida e a sabedoria da história” (SERROTE, 2015, p.15), o que demonstra não ser o nome próprio, nessa cultura, um “simples som”. Eis a importância que o nome próprio personativo assume, nessa sociedade:

O nome antroponímico, na cultura Kimbundu, é mais do que uma simples designação da pessoa, porque o nome concretiza a pessoa, é a própria pessoa. O nome dura mais do que a pessoa. Em qualquer lugar de Angola onde as pessoas estiverem, desde que tenham os nomes nas línguas locais e conheçam as suas genealogias, são mais fáceis de encontrar seus familiares do que aquelas que apenas trazem nomes portugueses. Neste contexto, o nome pode ajudar a reencontrar e a reunir uma família. (SERROTE, 2015, p.58)

Entretanto, isso não parece valer para os Katukina, que usam dois tipos de nome: em sua própria língua, *hane*, e em português, *nawã hane*, explica-nos Lima (1997, p.9-10). Nessa sociedade, a atribuição de um nome em português “não segue nenhum padrão pré-estabelecido e qualquer pessoa pode sugerir um nome em português para

uma criança recém-nascida, que será bem recebido principalmente se for inédito na aldeia”, apesar de salientar que, depois da morte, o nome em Katukina é preservado e repassado a outros, enquanto o nome em português é esquecido. Por outro lado, “na escolha e transmissão dos nomes ancestrais, os Katukina agem mais com a intenção de preservar o acervo onomástico do que de fazer repetir ciclicamente os papéis e posições terminológicas. E, nesse sentido, revelam preocupações muito mais históricas que sociológicas” (LIMA, 1997, p.19). Isso demonstra que, em algumas sociedades, o ato de nomeação pode ser encarado tanto como carregado de significado, no sentido de preservação da cultura, quanto de inovação e abertura, dando aos recém-nascidos “nomes inéditos” – como simples sons – ao lado de nomes tradicionais que já carregam.

Diante do que expusemos e das literaturas específicas que consultamos, estamos de acordo com a postura adotada por Carvalhinhos (2008b, p.310), que afirma que, justamente por ser Ciência, construída por cada contribuição e reflexão, a dialética de presença ou ausência de significado dos nomes próprios não, necessariamente, precisa de uma resposta definitiva – e, tampouco, seria nossa intenção propô-la neste estudo. O que se deve considerar é que “um sistema antroponímico varia de sociedade para sociedade, por isso, apesar de alguns aspectos comuns a vários sistemas, não é possível generalizar afirmações” (CARVALHINHOS, 2008b, p.309).

1.4 Tradição e criatividade: nomes próprios no Brasil

Sobre o nome próprio no Brasil, no caminho que percorremos dos escritos históricos sobre os antropônimos, retomamos o filólogo português Leite de Vasconcellos (1928, p.569), que afirma que “tudo o que se diz de antroponímia portuguesa pôde aplicar-se na essência, *mutatis mutandis additisque addendis*, mas com

leves alterações, não só ao Brasil [...], por causa das relações históricas primitivas, [mas também] á Galiza, a Lião, e a Castela [...].”

Amaral (2011) propõe uma classificação dos antropônimos usados no português brasileiro. Para o autor, o “sintagma antroponímico”, no Brasil, é constituído por ortônimos e alônimos. Os ortônimos correspondem ao nome civil completo que neste país é garantido por lei; constituído por prenome ou nome de batismo e sobrenome, “também denominado como *nome de família*, geralmente, transmitido de pais para filhos” (AMARAL, 2011, p.70). Já os “alônimos” são os “antropônimos que não correspondem com os nomes oficiais garantidos pela legislação e atribuídos ao indivíduo no registro civil” (AMARAL, 2011, p.71). O autor inclui na categoria “alônimos”, os hipocorísticos, apelidos, pseudônimos, etc.

De forma semelhante à afirmação de Vasconcellos (1928) que transcrevemos acima, Carvalhinhos (2008b, p.309) escreve que

O sistema antroponímico brasileiro veio do português, com contribuições de antropônimos africanos, em pequena parte, e indígenas, em maior parte, além dos atuais estrangeirismos e criações. Por sua vez, os antropônimos portugueses formaram-se a partir do sistema trinominal romano e suas sucessivas mudanças ao longo do tempo, obtendo, após a fragmentação do império, contribuições germânicas e árabes, conforme as invasões na península ibérica.

Para Dick (2000, p.221), o nome próprio é fruto de um ato volitivo dos pais e pode deixar impressa uma marca, desde o princípio, no sujeito nomeado. Em suas palavras,

a identidade cultural do ser humano como pessoa inicia-se [...] com a própria ritualística da doação de um chamamento [...]. O condicionamento psicológico que, a partir daí, acompanhará o homem em seus diversos papéis sociais, tem origem na relação associativa entre o nome recebido e as diferentes conotações semânticas decorrentes. Desse momento em diante, a criança será levada a familiarizar-se mais intensamente com essa expressão sonora identificada com o seu *repraesentamen* simbólico. (DICK, 2000, p.218)

No Brasil, o nome, responsável por singularizar seu portador, “é representado, na maioria das vezes, pelo desconhecimento de seu significado” (DICK, 2000, p.219). No entender da pesquisadora, “historicamente, a etimologia dos nomes pessoais não se inscreveu, na sociedade letrada brasileira, como uma de suas preocupações imediatas, tal qual ocorre nas sociedades ágrafas” (DICK, 2000, p.219).

O pesquisador e folclorista Mário Souto Maior, em 1974, já havia publicado um livro no qual, num tom um tanto quanto jocoso, isto é, numa linguagem mais literária do que se pretende nos discursos científicos, trata de investigações antroponímicas que realizou no Brasil. Diz ser este um assunto curioso, que atrai estudantes, repórteres e pais. Para o autor, o país caracteriza-se por registrar uma infinidade de nomes, dos mais tradicionais aos mais excêntricos, sendo a origem dessa “desordem” a herança cultural que herdamos dos colonizadores vindos de diversas partes do mundo, “cada qual portador de [...] uma língua, costumes, hábitos, crenças e tradições” (SOUTO MAIOR, 1974, p.39) na arte de nomear. Apesar disso, o autor nota a predominância de nomes portugueses, seguidos por nomes italianos, alemães, japoneses, sírio-libaneses, estando, inclusive, muitos desses já “abrasileirados”²².

Apesar de ser um assunto que desperta curiosidade na população em geral, o sociólogo argumenta a importância de se ter um olhar científico sobre o tema e se utilizar uma metodologia adequada para o levantamento e análise de dados. Ao estudar

²² Ressaltamos aqui o trabalho de Rodrigues e Coelho (2016) sobre nomes de origem germânica e a contribuição destes para a antroponímia brasileira. As pesquisadoras salientam o fato de nomes como Fernando, Elvira, Eduardo, Arlete, Rodrigo, Henrique e Ricardo, tão comuns atualmente no Brasil, serem de origem germânica. Além disso, tratam de como antropônimos germânicos “têm servido de modelo para abstração de esquemas construcionais de nomes próprios. Por exemplo, o formativo –aldo, ocorrendo preferencialmente em posição final, daria origem a um esquema de formação de antropônimos do tipo [[x] -aldo]_{NP}, que a posição X pode ser ocupada por qualquer nome ou morfema do rol de antropônimos que existem em português, daí a presença de indivíduos no Brasil nomeados como: Josealdo, Josualdo, Francinaldo, Jonaldo etc.” (RODRIGUES; COELHO, 2016, p.83). Mais além, as pesquisadoras ressaltam o fato de que “o modelo de construção neológica dos antropônimos costuma basear-se na estrutura bitemática, característica possivelmente decorrente da influência germânica” e exemplificam citando nomes como Francinaldo, Gerval ou Ederval (RODRIGUES; COELHO, 2016, p.85-86).

uma amostragem de nomes brasileiros, Souto Maior conclui que a maior parte era de nomes legitimamente portugueses e ameríndios²³. O autor também registrou a existência de muitos nomes adjetivados, “com a finalidade de engrandecer, de exaltar, de louvar” o seu portador, como Antônio Manso Pacífico Sossegado, por exemplo (SOUTO MAIOR, 1974, p.45). Além disso, apresenta-nos nomes que indicam as aspirações nobres dos pais para seus filhos, inspirados em figuras públicas, como Sócrates Moreira, Joana D’Arc Colombo, Américo Vespúcio de Souza, Getúlio Vargas da Silva, John Kennedy Oliveira dos Santos, Tarzan da Costa, Errol Flynn Barbosa, entre outros, além de considerar a forte tradição católica no país que leva-nos a adotar nomes de santos de devoção ou nomes bíblicos.

Mas também é comum que muitos pais deem a seus filhos nomes que possam vir a ser vexatórios²⁴, como Cornélio, Barrigudinha, Gilete, Getúlio Subirá, Antônio Dodói ou José Amâncio e Seus Trinta e Nove. Todos esses, escreve Carlos Drummond de Andrade no prefácio da obra do referido sociólogo, por serem extravagantes, podem ser também motivo de riso, “que faz sofrer seu portador em benefício do fígado alheio, mas sua motivação é sociológica e psicologicamente séria, pelo que entremostra de gostos, idéias e hábitos dos brasileiros” (SOUTO MAIOR, 1974, p.13). O poeta, analisando a obra que tem em mãos, nota que, “na hora de colar ao filho uma etiqueta para toda a vida, não só a imaginação se põe a trabalhar”²⁵.

²³ Quanto aos nomes ameríndios, cabe aqui a constatação de Dick (2000, p.223), que tem observado o decréscimo de nomes indígenas de origem tupi, apesar da permanência de alguns poucos nomes, como Maíra, Tainá e Cauê, e a intercorrência de estrangeirismos.

²⁴ Obata (1986, p.08) cita um trecho da legislação brasileira que proíbe a adoção de nomes embaraçosos: “A lei n.º 6.015 de 1973, no seu artigo 55, prevê que ‘os oficiais do registro civil não registrarão pronomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores.’”. Massini-Cagliari (2011a) também comenta sobre as medidas impostas pela legislação citada.

²⁵ Carvalhinhos (2014, p.90) explica que este prefácio já havia sido publicado em 1973 no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, sendo o livro de Souto Maior publicado no ano seguinte, em 1974. Não encontramos essa informação na edição consultada.

De acordo com Drummond em seu prefácio, no ato de nomeação,

entram no jogo o espírito religioso, a definição política, a fascinação por supostos heróis do dia, o desejo de transferir ao recém-nascido virtudes e glórias de um modelo prestigioso, pela identidade onomástica. Há um fator de magia inconsciente na operação [...] [trata-se de] um sutil ato criador, que é o de individualizá-lo por meio de um nome que o marque para sempre – nome que seja um sinal concreto [...]. Ela [nossa gente brasileira] procura caprichar na escolha de nome para seus herdeiros. É um capital primeiro que lhes reserva, com a mais santa das intenções. (SOUTO MAIOR, 1974, p.14-15)

Retomando o artigo de Dick (2000), em que a pesquisadora trata da investigação linguística na onomástica brasileira, temos que, em nossa sociedade, já não há mais a preocupação em considerar o nome como um signo de língua, dotado de motivação e significado pertinente. Ao contrário, de acordo com pesquisas de campo realizadas pela autora com alunos de escolas de São Paulo de diferentes faixas etárias, suas constatações mostram-nos que, atualmente, escolhem-se os nomes por diversas razões que não levam em conta o significado. Foram frequentes justificativas como “é bonito”, “combina comigo”, “tem tudo a ver comigo” (sendo estas umas das formas populares de referir-se à adequação nome/pessoa, transpondo para o receptor uma atitude meramente pessoal do doador), ou ainda “é um nome forte”, “eu gosto dele”. Novamente, a autora chama-nos a atenção para o esvaziamento da carga valorativa do nome, visto que muitas vezes os pais escolhem prenomes por questões de gosto, modismo, eufonia, etc.

A autora, então, discute mais motivações de nomeação no Brasil. Estuda, por exemplo, os casos dos nomes religiosos, as práticas de nomeação baseada no Antigo Testamento pelos evangélicos²⁶, a repetição dos nomes dos pais, avós ou outros familiares, e a tendência altamente produtiva nos dias de hoje e que ainda assim será, segundo a pesquisadora, em todas as camadas sociais pela força do veículo, dos nomes

²⁶ Sobre o estudo do processo de nomeação por famílias evangélicas baianas, indicamos a leitura de Rabinovich, Costa e Franco (2008).

da moda, “que entendemos como recuperação de formas antigas, em atualização de uso, difundidos, de modo particular, pelos meios televisivos, através das personagens das novelas diárias” (DICK, 2000, p.223).

Fato curioso é que Dick já nota, nos anos 2000, a partir das entrevistas que realizou, que os nomes classificados como “modismos aparentes” poderiam ter uma produção mais “controlada”, visto que nos últimos cinco anos notava-se uma retomada de antigas bases antroponímicas ao serem eliminados nomes duplos e preferidos os simples. Quando da análise dos antropônimos coletados, e impelida pela notável cientificidade com que trata a sistematização na análise de dados onomásticos, Dick (2000, p.224) formula uma “tríplice tipologia de nomes correntes nos conjuntos antroponímicos paulistas, e mesmo brasileiros”. Assim, propõe os “*nomes perenes*”, isto é, aqueles que ocorreram em quase todos os levantamentos realizados e respeitam aos nomes tradicionais, oriundos das primeiras camadas portuguesas transplantadas, como José e Maria, em composição ou sintagma simples; os “*nomes cíclicos*”, ou seja, nomes que, motivados por algum fator extrínseco, são “acionados” em determinadas épocas, como Carolina ou Gabriela, por exemplo, e, por fim, os chamados “*nomes de moda*”, como vimos.

Rabinovich *et al.* (1993) estudaram o processo de atribuição de nomes próprios e seu papel no desenvolvimento segundo o relato dos nomeados. A pesquisa realizada pelos psicólogos atenta para o impacto na autoestima de pessoas que recebem nomes não usuais na cultura em que se inserem, concluindo que, na maior parte das vezes, “o nomeado tem orgulho do seu nome que o identifica e personaliza” (RABINOVICH *et al.*, 1993, p.88). Quanto às projeções feitas pelos pais quando escolhem um nome personalizado para seu filho²⁷, escrevem que

²⁷ Esse assunto posteriormente foi estudado por Tesone (2009, p.147) também sob uma perspectiva psicológica. O autor, no trabalho intitulado *Inscrições transgeracionais no nome próprio*, conclui que “o

Partindo da hipótese de que os nomes são a projeção dos desejos (conscientes e inconscientes) dos pais nos filhos, nota-se que a escolha da tradição para os filhos homens mostra as expectativas dos pais quanto à continuidade da família, enquanto que para as filhas, o projetado é estética e fantasia, um ideal ligado à atratividade e a emotividade. [...] As crianças teriam, ao nascer, papéis pré-estabelecidos pela sociedade, endossados e interpretados pelos pais em “scripts” individualizados segundo o tipo de avaliação e o tipo de expectativas destes com relação à criança. (RABINOVICH *et al.*, 1993, p.90-91)

Além disso, no estudo realizado, os psicólogos apresentam a estreita relação entre nome e identidade, concluindo que

Pelo nome, a pessoa é inserida no contexto social, tanto familiar quanto da sociedade em geral, ao mesmo tempo que, através dele, constrói sua identidade. Essa identidade é construída em função de um duplo referencial: a pessoa em relação ao grupo e a pessoa em relação a si própria. Porém, identificadas ou não, as pessoas usualmente desconhecem a influência do nome em suas vidas. (RABINOVICH *et al.*, 1993, p.91-92)

Ainda sobre o processo de atribuição de nomes próprios, Mexias-Simon (2005) constatou que: 1) retomar nomes de amigos e/ou parentes é mais comum na classe menos favorecida; 2) a mídia influencia menos as pessoas melhor situadas financeiramente; 3) da mesma forma, as classes melhor situadas prendem-se mais à eufonia dos nomes que a razões próprias, sejam quais forem.

A referida autora, que aponta para o critério “eufonia” como um dos principais norteadores da escolha de muitos pais, explica que, em seu trabalho, optou por rotular como nomes tradicionais “a seqüência de fonemas reconhecida facilmente como um nome de pessoa”, enquanto classificou como nomes estrangeiros aqueles que “se

nome é um compromisso entre os desejos materno e paterno a respeito do filho”. Para ele, trata-se de uma “alquimia fundadora” dos pais, que desejam deixar marcas impressas em seus filhos. Além disso, Tesone (2009, p.148) argumenta que essas marcas atravessam as gerações, uma vez que o nome dado à criança contém em si os sonhos dos pais e da família em seu conjunto a seu respeito, sendo que “o nome conserva, como uma cera, as marcas do outro, a superposição das marcas que atravessam as gerações que o habitam”. Aqui também ressaltamos os trabalhos pioneiros de Massini-Cagliari (2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2013) que tratam dessa questão sob uma perspectiva linguística e os de Souza (2011) e Macedo (2015), também nesse âmbito.

afastam do sistema fonológico e/ou gráfico da Língua Portuguesa, ou que possuem correspondente identificável em português (por exemplo, Pablo, que poderia ser traduzido por Paulo)”. Já os nomes criativos foram assim classificados pela autora quando eram “nomes totalmente insólitos”, que soavam estranhos ou era a primeira vez que deles se ouvia falar (MEXIAS-SIMON, 2005, p.697).

A linguista escreve “que o gosto pelos nomes de origem estrangeira ou com grafia falsa ou verdadeiramente estrangeirada pode se dever a uma admiração pelo ‘lá de fora’, como a exibição de erudição, a busca de exotismo, de cor local, de originalidade, de expressividade” (MEXIAS-SIMON, 2005, p.697). Da mesma forma, chama a atenção para “um vago desejo de imortalizar a pessoa reverenciada, ou de que se lhe repitam as características” quando os pais decidem dar à criança nomes de artistas ou pessoas que, em determinado período da história, foram personalidades influentes.²⁸ Quanto ao “desejo de ser diferente” por meio de um nome próprio, Mexias-Simon (2005, p.708) assinala se tratar de uma característica marcadamente brasileira. Para a autora, tal “valorização do que é, ou parece ser, *de fora*” é representada pelas escolhas de nomes próprios “tão originais”, afirma.

De forma semelhante, Massini-Cagliari (2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2013), Souza (2011) e Macedo (2015), também se dedicaram a estudar os critérios em que os pais brasileiros geralmente se baseiam no momento de nomear seus filhos. As

²⁸ Dick (1990, p.182) já elencara alguns motivos que podem desencadear o processo de adoção de nomes próprios sugeridos por Guérios (2004 [1949]), sendo eles: a) influências históricas, políticas e religiosas, b) circunstâncias, tempo e lugar do nascimento do indivíduo, suas particularidades físicas, c) nomes relativos a profissões e d) nomes curiosos ou excêntricos (que apresentam características distintas daqueles conhecidos ou usuais). Macedo (2015, p.95), por sua vez, identificou as seguintes motivações de escolhas dos prenomes: escolha pelo significado (0,5%), homenagem a algum personagem (9,4%), homenagem a artista brasileiro (3,5%), homenagem a artista estrangeiro (2,2%), homenagem a jogador (1,3%), homenagem a parente ou amigo (23,1%), homenagem a político brasileiro (0,2%), homenagem a político estrangeiro (0,3%), junção de outros nomes (2,5%), motivo não especificado (9,3%), outro motivo específico (7,8%), motivo religioso (10,4%), por ser um nome bonito (27,9%), pronúncia agradável/ nome “soa bem”/ nome “forte” (1,6%). Assim, vemos que, à semelhança dos critérios adotados por Mexias-Simon (2005), os informantes da pesquisa de Macedo (2015) também parecem revelar a importância do critério “eufonia” (apontados como “nome bonito” e “pronúncia agradável/ nome “soa bem”/ nome “forte”) no momento da escolha do nome próprio.

pesquisadoras analisam as realizações de nomes próprios estrangeiros (ou criados tendo como base o idioma inglês) quando pronunciados por falantes nativos de português brasileiro.

O trabalho de Massini-Cagliari (2010, p.81) aponta para o fato de muitos pais escolherem nomes para seus filhos que pareçam (apesar de não o serem de fato) de origem estrangeira, apresentando padrões ortográficos diferentes do que se esperaria no Brasil, tais como Thatyana para Tatiana, Josielly para Josiele ou Edwardo para Eduardo, por exemplo. Também apresenta criações recentes como *Keirrison*, *Richarlyson*, *Onibson* e *Weberth* entre outros que retratam a criatividade do povo brasileiro, tendo como base nomes ingleses (MASSINI-CAGLIARI, 2010, p.85). A autora atenta para o fato da presença de terminações como *-son*, *-ton* e *-er* em muitas dessas novas criações antroponímicas, que dão um ar “exótico” aos nomes inventados. Sua conclusão é de que a adoção de nomes estrangeiros ou inventados tendo como modelo nomes “importados” pode ser determinada por fatores extralinguísticos, incluindo o fato de que alguns falantes específicos de português brasileiro consideram que nomes próprios estrangeiros podem soar mais “elegantes” do que nomes vernáculos. É por isso que muitos pais escolhem nomes estrangeiros para nomear seus filhos – precisamente por causa de suas características fonéticas diferentes (e “elegantes”). Além disso, analisa que alguns desses pais que optam por nomes estrangeiros o fazem apenas porque não querem um nome popular ou muito comumente usado para seus filhos. Sua hipótese é a de que tais pais acreditam que nomes incomuns e únicos podem representar pessoas com uma personalidade especial. Por fim, postula que muitos pais podem apenas querer homenagear uma personalidade pública que admiram dando o mesmo nome a seu filho.

Sobre os nomes próprios “exóticos” ou “não convencionais” no Brasil, Carvalhinhos (2014) também se dedica a analisar tais características peculiares de

muitos brasileiros. De acordo com a autora, no Brasil não se costuma levar em consideração a etimologia dos antropônimos no momento da escolha, sendo que esta gera apenas interesse e curiosidade superficiais quando o assunto emerge numa conversa informal, mas sem maiores consequências. Tanto é assim que, normalmente, se considera tão somente os sentimentos e impressões causados pelos nomes no momento em que são pronunciados, e nada mais.

Retomando o trabalho de Cabral (2007), a autora classifica o nome próprio como um “símbolo social”, sendo mais do que um simples elemento pessoal de identificação (CARVALHINHOS, 2014, p.79). Ademais, recupera a afirmação do autor de que há uma crença particular de muitos pais que esperam “manipular a identidade de seus filhos através dos nomes que lhes atribuem”. Ressalta então as possibilidades elencadas pelo autor na escolha dos prenomes: “um nome indígena para os que querem patriotismo; um nome de cantor para os que querem que filhos brilhem na sociedade de consumo midiático [...] um nome “diferente para os que se querem distinguir do rebanho, etc.” (CABRAL apud CARVALHINHOS, 2014, p.79-80).

No que se refere a “nomes exóticos”, a linguista explica que, embora o Ato Federal Número 6.015/73 incentive os pais a nomearem seus filhos com nomes vernáculos, não se proíbe que estes escolham nomes estrangeiros, visto que há muitos imigrantes no Brasil, especialmente depois do final do século XIX. De acordo com a autora, o fato de tais nomes se perpetuarem como herança dos imigrantes que aqui chegaram abriu as portas para que outros nomes estrangeiros semelhantes penetrassem no léxico virtual, criando variações, como o nome inglês Rosemary que, apesar de ter Rosa Maria como correspondente vernáculo, abriu as portas para que outras variantes fossem criadas, como Rosimére, Rosymeiry, Rosimeiry, e assim por diante

(CARVALHINHOS, 2014, p.88)²⁹. Na visão de Carvalhinhos (2014, p.92, tradução nossa), “o que faz um nome excêntrico ou exótico geralmente é a transparência semântica em relação a outros nomes”.

Apresentamos aqui os exemplos trazidos por Massini-Cagliari (2013, p.174) e por Carvalhinhos (2014, p.89) sobre a família pernambucana apresentada no programa televisivo *Domingão do Faustão*, em 17 de abril de 2011, em que seus membros possuíam nomes oficialmente registrados sem quaisquer empecilhos legais, apesar de serem “embaraçosos”. De acordo com Massini-Cagliari (2013, p.174), os nomes apresentados no programa eram Xerox, Fotocópia, Autenticada, Carimbo, Epílogo, Delícia Caldas e duas irmãs gêmeas chamadas de Minúscula e Maiúscula.

Ademais, Carvalhinhos (2014) cita outros casos apresentados por Guérios (1994, p.34)³⁰, que chegam a causar espanto; são eles: Amada Sempre, Eclâmpsia, Esparadrapo, João Cólica, João da Mesma Data, José Casou de Calças Curtas, Oceano Atlântico, Padre Bispo Cardeal, Primeira Delícia, entre outros (CARVALHINHOS, 2014, p.91-92).

Sob uma perspectiva sociocultural, a pesquisadora – apesar de dizer que não há uma evidência empírica – afirma que, para o senso comum, geralmente nomes exóticos ou não usuais estão relacionados à baixa renda ou desvantagens socioculturais (CARVALHINHOS, 2014, p.92). Em pesquisa realizada em escola localizada em bairro periférico da cidade de São Paulo, Carvalhinhos (2014, p.97-104, tradução nossa) encontrou as seguintes motivações para tais nomes:

²⁹ Aqui cabe observar que Castro (2003) já havia apontado para as variantes do nome vernáculo Rosa Maria encontradas em nosso país: “no Brasil é possível encontrar senhoras chamadas Rosemary, Rosemeire, Rosemere, Rosemary, Rosimeire, Rosimere, Rosimeri, Rozemeire, tudo variantes do mesmo nome inglês”.

³⁰ Nas referências bibliográficas deste trabalho, corresponde a Guérios (2004 [1949]).

- (1) Tradição e família: homenagem a si próprio (quando à criança é dado o nome de um dos pais), nome tradicional na família³¹ e homenagem.
- (2) Etimologia: nome escolhido baseado em significado etimológico transparente (a autora cita o caso de uma participante da pesquisa chamada Yasmin, cujo nome faz referência à flor branca jasmim, e também a outra participante chamada Vitória, cuja mãe teve uma gravidez complicada).
- (3) Criatividade: aqui, a autora cita nomes como Carlielsson, Andresca, Alextricia, reflexo da criatividade dos pais que criaram tais nomes movidos por peculiaridades.
- (4) Influência da mídia: se antigamente a Literatura influenciava a escolha dos nomes, segundo a autora, hoje em dia, deixando de lado a etimologia, os nomes parecem ser escolhidos por influência da mídia, seja televisão, rádio ou cinema – e ainda poderíamos incluir o acesso facilitado à Internet. Nessa categoria estão os nomes inspirados em artistas, jogadores de futebol, ou outras pessoas influentes, cujas escolhas são motivadas por razões extralinguísticas e geralmente pretendem conectar os nomeados aos indivíduos de sucesso que possuem tais nomes.
- (5) Devoção, referência à religião ou efemérides: são citados nomes que constam na Bíblia, como Naymam, Micael, Harã e Hebrom.³²
- (6) Outros motivos: influência política, nomes que “soam bonito” ou motivos estéticos, independentemente do significado, como Yhuliana, Ludyenne, Ivoneide, Layra, Dalin, Analu, Marleide, Gilmax.

³¹ A tradução literal do termo *family logic* usado pela autora poderia ser “lógica familiar”, isto é, quando um determinado nome é comum a várias gerações de uma mesma família.

³² Vescovi (2014) estudou a escolha de nomes próprios de pessoas pelos habitantes pioneiros de uma cidade no interior do estado do Paraná (Palotina) e observou ser o critério “religiosidade” o mais produtivo e o que mais influenciou os pais na escolha de antropônimos para seus filhos.

A partir do estudo realizado com nomes que não são considerados tradicionais ou vernáculos, Carvalhinhos (2014, p.105) afirma que, no Brasil, geralmente eles não são escolhidos por conter significados etimológicos, mas por terem um significado simbólico, referencial, emocional, psicológico e, raramente, linguístico. Além disso, a autora não encontrou correlação entre “embaraço” e “nomes exóticos” para os seres nomeados, apenas notou que pode haver algo no campo da psicologia que mereça ser considerado.

Ainda sobre as formações neológicas no sistema antroponímico brasileiro, Seide e Grespan (2013) ressaltam que os “nomes da moda” vêm ganhando espaço em nosso país. As autoras, que estudaram as ocorrências de nomes duplos, chegaram à conclusão de que os tradicionais nomes de santos que, durante muitas gerações, deram nomes às crianças, sobretudo o nome Maria (de acordo com elas, o mais frequente em todas as décadas), vêm sendo substituídos por nomes duplos com pelo menos um prenome estrangeiro. As pesquisadoras encontraram na cidade de Toledo, no estado do Paraná, nomes duplos como Wellyngton Patrick, Wéllica Samara, Hendrya Nicole e Kaio Lenon ao invés dos esperados tradicionais “Marias Luíças e Joões Pedros” e afirmam que “apesar de parecerem estranhas, essas novas formações são cada vez mais comuns” (SEIDE; GRESPAN, 2013, p.16).

De acordo com artigo *on-line* publicado em 2016 no Portal “Cidadania e Justiça”³³, do governo federal brasileiro, informações disponibilizadas pelo IBGE indicam que, no Censo 2010, o nome preferido para brasileiras ainda era Maria (11,7 milhões de pessoas indicaram possuir esse prenome). Sobre “nomes da moda”, o artigo conclui que nomes antes privilegiados pelos pais para seus filhos em décadas anteriores, já não o eram mais nos anos 2000, como Alzira, Oswaldo, Geralda, Severina ou

³³ No referido *website* não consta a autoria do artigo. A matéria completa pode ser acessada em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/um-brasil-de-marias-e-joses-ibge-apresenta-os-nomes-mais-comuns-do-pais>>.

Severino, Avelino, Waldemar, Terezinha, Neusa, Benedito. Alzira, por exemplo, que apareceu 8.132 vezes em 1930, teve apenas 288 ocorrências nos anos 2000. De forma semelhante, Terezinha, utilizado por 84.879 meninas na década de 1950, foi eleito para nomear apenas 768 meninas nos anos 2000, ao passo que nomes de pessoas famosas como Cauã, Rian, Enzo e Sophia, por exemplo, passaram a ganhar popularidade entre os brasileiros.

No ano de 2018, com 361.100 registros de nascimento emitidos³⁴, o nome preferido no Brasil foi Enzo Gabriel para os meninos (18.156 registros) e Maria Eduarda (15.760 ocorrências) para as meninas, de acordo com o *website* “Portal da Transparência”, mantido pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais e regulamentado pelo Conselho Nacional da Justiça do Brasil.

Sobre o aumento de uso de nomes próprios estrangeiros e/ou que muitas vezes causam estranheza aos ouvidos de alguns cidadãos, Massini-Cagliari (2011a, p.79) já escrevera que “os falantes de PB têm muita liberdade no que concerne à escolha dos nomes próprios de seus filhos”. A pesquisadora cita o trabalho de Calaça (2001, p.79) em que se explica que, pela legislação brasileira, os impedimentos para escolha de nomes próprios ocorrem apenas se o nome eleito for ridículo ou imoral; todavia, é permitindo aos pais escolherem a ortografia que lhes parecer mais conveniente para nomear seus filhos.

Para Carvalhinhos (2007, p.17), “o nome é muito mais que um mero identificador ou uma etiqueta, é antes um vasto campo de estudo e um convite a entender as sociedades que o geraram, numa perspectiva diacrônica, e as que o utilizam, em perspectiva sincrônica”. De acordo com Scarpim (2014, p.136), “o nome, tanto para quem atribuiu como para quem recebe, é um elemento muito importante na definição da

³⁴Informação disponível no *website* do governo federal brasileiro <https://transparencia.registrocivil.org.br/registry>. Acesso em 10 fev 2019.

identidade”. De fato, unindo os pensamentos de ambos os autores, a onomástica pode oferecer muitas pistas para se compreender o homem, a sociedade e a relação do homem consigo mesmo (identidade), com suas crenças, suas expectativas para com o filho – muitas vezes entendido como continuação dos pais. Já para os linguistas, o nome próprio pode trazer informações valiosas sobre a língua e a percepção do falante sobre ela, ou sobre sua “identidade fonológica”, no que tange a questões de pronúncia dos antropônimos.

Sobre a “identidade fonológica” do português, investigada a partir de nomes próprios, temos os recentes trabalhos publicados por Massini-Cagliari (2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012), Souza (2011), Massini-Cagliari e Silva (2012), Prado (2014) e Macedo (2015). O termo, para o estudo da fonologia do português, foi utilizado pela primeira vez por Massini-Cagliari (2004).

Pontes (2008), em seu trabalho no campo da Antropologia, afirma que

por ser um dos bens simbólicos mais prezados e cobiçados nos campos de produção simbólica, o “nome próprio”, como mostrou Bourdieu e Delsaut (1975), funciona como uma marca ou uma “grife” que, em virtude desses processos intrigantes de alquimia social, tem o efeito “mágico” de produzir uma “curiosa contaminação de prestígio” para tudo e todos que gravitam ao seu redor. “Glória de empréstimo”, diria outro arguto analista da vida em sociedade, o escritor Machado de Assis (PONTES, 2008, p.181).

Ainda sobre Machado de Assis, Caldwell (2002, p.61) recupera escritos do autor sobre os nomes próprios: “Ora [...], é sabido que os nomes valem muito. Casos há em que valem tudo. De um ou de outro modo, a influência dos nomes é certa”.

Massini-Cagliari (2010) analisou o motivo de muitos pais escolherem para seus filhos nomes que fogem do que seria esperado no português – sobretudo aqueles que recaem no padrão prosódico excepcional, como muitos nomes emprestados do inglês ou inventados a partir desse idioma. A autora afirma que

a motivação para a eleição de uma palavra de origem suposta ou verdadeiramente estrangeira para nomear uma criança e o diferente comportamento de nomes próprios e comuns de origem estrangeira pode residir sobre uma questão extralinguística, [a qual parece estar] extremamente relacionada à questão de identidade lingüística propriamente dita (que inclui a identidade fonológica). (MASSINI-CAGLIARI, 2010, p.172)

Para a linguista, ao adotar nomes de origem inglesa, ou criar nomes novos (exemplifica com os registros brasileiros *Richarlyson, Keirrison, Ender, Silgleison, Kimarrison, etc*), os pais “pretendem, *conscientemente*, fugir dos padrões prosódicos da sua língua” (MASSINI-CAGLIARI, 2010, p.172, grifos da autora). Esta fuga do padrão prosódico pode ser um caminho a ser trilhado na discussão da identidade fonológica do português brasileiro. Sua hipótese é a de que “a reafirmação de que os padrões canônicos de acentuação (paroxítonos terminados em sílaba leve e oxítonos terminados em sílaba pesada) são percebidos e operacionalizados pelos falantes nativos, mesmo que às avessas (MASSINI-CAGLIARI, 2010, p.173).

Nas palavras de Benwell e Stokoe (2006, p.18), “*identity may be a matter of being ‘subject’ to, or taking up positions within discourse, but also an active process of discursive ‘work’ in relation to other speakers.*”³⁵. É nesse sentido que, ao escolher um nome exótico que não segue o padrão esperado para o seu idioma, o brasileiro reforça sua identidade lingüística: ele deseja mostrar ao seu interlocutor que conhece bem sua língua e, por seus próprios motivos, dela deseja se afastar, escolhendo ou criando um nome com base no idioma inglês. Poderíamos dizer que se trata de uma tomada de posição do falante.

As autoras recuperam também a abordagem variacionista para o conceito de “identidade”. Neste campo da Sociolinguística, importa considerar as variáveis lingüísticas (por exemplo, características de acento, padrões sintáticos ou morfológicos,

³⁵ “Identidade pode ser uma questão de ser "sujeito", ou de tomada de posição dentro do discurso, mas também um processo ativo de 'trabalho' discursivo em relação a outros falantes” (tradução nossa).

características de conversação, tais como tipos de perguntas) em uma população (geralmente, mas não exclusivamente geográfica) (BENWELL; STOKOE, 2006, p.26).

Os sociolinguistas variacionistas teorizam a identidade como uma construção pré-discursiva que provoca comportamentos específicos (BENWELL; STOKOE, 2006, p.26). Rostas (2010), que estudou a questão da identidade fonológica a partir de balizas suprasegmentais para a adaptação do *reggae* cantado em São Luís, retoma os estudos sociolinguísticos de Labov. A título de exemplificação, recupera a análise de 1963 do linguista que estudou o comportamento dos falantes nativos da ilha de Martha's Vineyard (estado de Massachusetts, EUA). Na ocasião, observou que os veranistas levavam à ilha uma forma de pronúncia considerada de prestígio e que se aproximava do inglês-padrão, enquanto os nativos da ilha, “ressentindo-se da invasão cultural e econômica dos veranistas, exageravam na pronúncia da vogal-núcleo como forma de demarcar seu espaço, sua identidade, sua cultura, seu perfil de comunidade e de grupo social” (ROSTAS, 2010, p.24).

Ainda sobre identidade como fenômeno linguístico, recorreremos à obra de Joseph (2004). Para o autor, manifestar a identidade e, mais importante ainda, interpretá-la, pode ser visto como algo central para a própria existência e para o funcionamento da linguagem. O autor sintetiza a identidade na resposta da pergunta que qualquer pessoa pode fazer a outra: “quem é você?”. Para ele, a primeira alternativa esperada pelo interrogador será escutar como resposta o nome próprio do interlocutor, que serve para isolá-lo de outras pessoas. Ter um nome faz parte da experiência cotidiana de todos nós e seu significado pode ser sublimado à função dêitica de designar indivíduos particulares – obviamente que variando muito de cultura para cultura, como afirma o autor. Este defende ainda que há uma distinção entre identidade individual e identidade

de grupo. No que se refere à identidade individual, esta é estabelecida, em parte, por posição em relação a outros com a mesma identidade de grupo. (JOSEPH, 2004)

Talvez isso possa contribuir para entendermos as motivações que levam à escolha de nomes próprios diferentes do que se esperaria para um brasileiro: há o desejo de se diferenciar do grupo – ou da língua portuguesa, no caso de nomes exóticos adotados no Brasil. Por ter consciência de que nomes como Maria ou Pedro, por exemplo, soariam como “tradicionais” ou “brasileiros”, o falante escolhe nomes exóticos frente a seus compatriotas, por identificar-se como “o diferente” no grupo ao qual pertence. É por isso que, conscientemente, evita nomes que seriam esperados em sua língua. E é essa procura pelo que não é comum no seu idioma que revela sua (in)consciente identidade fonológica. Na esperança de afirmação de identidade e personalidade, dá asas à sua criatividade e à forma como se espelha no que vem de fora, no que é “importado”. É a busca por sua identidade individual que revela sua identidade fonológica.

Diante do exposto sobre o nome próprio no Brasil, bem como algumas questões de motivação de escolha e identidade, a seguir, introduziremos a questão do nome próprio na Pátria-mãe, Portugal.

1.5 O nome próprio em Portugal: avanços linguísticos e novas perspectivas

Apesar de ambos os países adotarem a mesma língua oficial, de um lado, reinam a imaginação e a liberdade na escolha de nomes próprios de seus cidadãos; do outro, a palavra final é do Estado, que faz questão de preservar a tradição onomástica no país. De um lado do oceano, na ex-colônia, publicam-se, quase que mensalmente, dicionários em bancas de revista e listas na Internet mostrando as tendências de novos nomes do momento. Já do outro, no “velho mundo”, a lista é atualizada anualmente e tem caráter

oficial, sendo publicada pelo Ministério da Justiça com um nome que parece deixar bem clara a obrigatoriedade dos antropônimos de passar pelo crivo de uma instância superior: “Vocábulos Admitidos e Não Admitidos como Nomes Próprios”.

Muito sobre antroponímia portuguesa já foi escrito com maestria singular por filólogos e linguistas lusitanos. Mas, dentre eles, destacamos a recente obra, publicada em 2017 pela Imprensa Nacional, do linguista português contemporâneo Ivo Castro. No livro intitulado *A Estrada de Cintra: Estudos de Linguística Portuguesa*, o autor reúne, entre outros, seus trabalhos publicados ao longo dos anos que têm como tema a onomástica portuguesa. A seguir, de forma sintética, faremos considerações sobre o patrimônio onomástico português, tentando “amarrar” alguns dos textos deste e outros autores relevantes – não todos, porque há muitos que merecem atenção – e apresentar um panorama daquilo que de mais identitário tem o homem nas relações sociais: o nome.

Castro (2017) elenca como principais estudiosos que se ocuparam de estudos antroponímicos em Portugal Joseph-Maria Piel, A. A. Cortesão, Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Dieter Kremer, Antenor Nascentes, Pedro Cunha Serra, José Pedro Machado e Iria Gonçalves; e aqui acrescentamos também o nome dele próprio e o de Feytor Pinto.³⁶

Segundo Pinto (2010), autor que trata sobre Política de Língua em Portugal, em abril de 1974, 99% da população que habitava o país tinha o português como língua materna, sendo que a taxa de estrangeiros que viviam no país era quase insignificante: apenas 0,4%, sendo a maioria de outros países europeus. Todavia, nos 15 anos seguintes à Revolução de 25 de abril, “o peso da população estrangeira e, portanto, da quantidade de potenciais falantes de outras línguas maternas, quase triplicou e verificou-se uma

³⁶ O mesmo linguista afirma que “quem estuda a antroponímia portuguesa sabe como é escassa a bibliografia de apoio”, além de que, normalmente, estas “reportam-se principalmente a épocas antigas da língua” (CASTRO, 2017, p.290).

alteração profunda na composição dessa população” (PINTO, 2010, p.37). Além disso, em 1979, o cenário da predominância de imigrantes europeus em terras lusitanas alterou-se, sendo que cerca de 150 mil africanos (entre legais e clandestinos) passaram a residir no país, além de emigrantes que regressavam à pátria, vindos de diversas partes da Europa, Ásia e América. Portugal reabria as portas que havia fechado aos estrangeiros (final do governo Salazar e a redemocratização) e, por ela, também entravam muitas variedades da língua portuguesa: cerca de 10% da população estrangeira falava português brasileiro e 7% da população total trazia ao país as diversas variedades do português falado nas ex-colônias africanas. A alfabetização alavancava (chegando aos 85%) e, no país, um número considerável de falantes nativos de outras 11 línguas, para além do português, totalizava, no início dos anos 1990, 1% da população. (PINTO, 2010, p.37-39)

Ambos os linguistas, Pinto (2010) e Castro (2017), concordam na relevância do contato intercultural propiciado nesse palco. As situações de contato entre grupos culturais (e linguísticos) diversos, segundo Pinto (2010, p.19), têm levado desde então à interação da cultura com a política linguística em Portugal. Alguns passos nesse sentido têm sido dados, devagar, mas constantemente, como, por exemplo, a inserção de novos nomes estrangeiros, ano a ano, na lista de nomes próprios aceitos disponível no *website* do Ministério da Justiça.

Apesar de o português ser a língua da maioria dos habitantes do país, o inglês é a língua internacional da Europa há meio século (antecedido pelo latim e pelo francês), afirma Castro (p.45-46). De acordo com Pinto (2010, p.25), com o fim da implementação do francês como primeira língua estrangeira nas escolas, em 1973, o inglês passou a assumir papel de destaque. Conforme os dados apresentados pelo linguista, em 1995, o inglês era a língua estrangeira mais ensinada no sistema educativo

português, embora o país ainda possuísse uma menor percentagem, dentre os membros da União Europeia, de pessoas que sabiam falar o idioma.

Muito embora esse panorama apresentado – a saber, o de um país receptivo ao imigrante e ex-emigrante retornado do estrangeiro (e que, por isso, carrega consigo um pouco do país onde viveu) –, Portugal ainda mantém sob custódia do estado o tesouro da onomástica nacional. Tido como um patrimônio que guarda a tradição católica³⁷, bem como que faz memória aos conterrâneos antepassados, a regulação da atribuição do nome próprio a cidadãos portugueses é amplamente respeitada nas “conservatórias do registo civil”, se bem que não se pode dizer que seja sempre obedecida na prática do dia a dia.

O modelo de regulação dos nomes dos portugueses atualmente em vigor, de acordo com Pinto (2010, p.81-82),

remonta a 1496, a partir de quando judeus e muçulmanos, e depois também romanis, foram obrigados a adoptar nomes próprios católicos. A primeira tentativa de abandono da exclusividade dos registos paroquiais apenas teve lugar em 1832 e só em 1911 foi finalmente criado um Registo Civil obrigatório para todos os cidadãos independentemente da confissão religiosa. [...]

Aqui, sobre o primeiro Código do Registo Civil da República, de 1911, Castro (2017, p.291) informa:

o Código do Registo Civil de 1911 estipulava (art. 143.º) que o nome próprio pode ser escolhido “nos diferentes calendários” religiosos, nesse aspecto prosseguindo uma tradição antiga que Leite de Vasconcellos reconhecia: “Sendo os Portugueses, como são, povo católico, ninguém se admirará de que eles vão muitas vezes á religião escolher nomes” (LEITE, 1928, p.84). O código admitia ainda que fossem usados os nomes de “personagens conhecidas na história”, prática tradicional igualmente registada pelo Doutor Leite; que anota sem comentário crítico novidades republicanas como chamar-se às meninas Outubroina, Nova Pátria e Aurora de Cinco de Outubro. O que o código de 1911 exclui é que possam servir de nome próprio os nomes de família, bem como os de “cousas, qualidades, animais ou análogos”.

³⁷A qual, por sua vez, sugere no Cân. 855 do Código de Direito Canónico (edição portuguesa) que “procurem os pais, os padrinhos e o pároco que não se imponham nomes alheios ao sentido cristão”.

Depois, no Código de 1932 (artigo 242º), há um pormenor que teve de passar a ser observado: mantidas as mesmas disposições do Código de 1911, “deixam de poder ser dados nomes que envolvam referência política” (CASTRO, 2017, p.291).

A próxima adição às restrições pode ser vista então no Código de 1958 (artigo 123º), “que pode ser entendida como reacção ao cosmopolitismo crescente da sociedade, já que até então não parecera necessária: ‘Os nomes próprios devem ser portugueses’, sem precisar o que por tal se entende” (CASTRO, 2017, p.291).

Ainda sobre legislação, o ex-consultor onomástico de Portugal enfatiza que, mantendo o código anterior, de 1967 (art. 130.º), já passam a ser feitas concessões aos nomes estrangeiros:

Estes são aceites pelo registo civil na sua “forma originária” se o registando for estrangeiro ou tiver outra nacionalidade além da portuguesa. Mas também podem ser aceites para registandos portugueses, desde que o nome seja traduzido ou seja “adaptado, gráfica e foneticamente, à língua portuguesa”. Temos, assim, pela primeira vez admitido o processo de aporuguesamento de nomes estrangeiros, que continua até hoje e precisa de ser discutido; esta medida diverge da prática brasileira, que sempre admitiu nomes estrangeiros na forma originária. Esta abertura, mais aparente que efectiva, foi acompanhada no mesmo código de 1967 de uma revolução: deixou de ser obrigatório que os nomes fossem escolhidos entre nomes de santos e figuras históricas, bastando que, como anteriormente, não tivessem referências políticas, não fossem denominações fantasiosas, nomes de família, de coisas, animais e qualidades. (CASTRO, 2017, p.291-292)

Sobre o primeiro Código de Registo Civil do regime democrático de 1978 e seguintes, apresentamos o comentário detalhado de Pinto (2010), já que Castro (2017, p.292) se limita a dizer que “o de 1978 não alterou as disposições anteriores e o de 1995 chegou à redação que vigora hoje”. Vejamos:

no que à atribuição do nome próprio diz respeito, era exactamente igual ao último código do regime ditatorial, de 1967. Continuou a ser obrigatória a adopção de nomes da onomástica nacional, com a ortografia oficial, ou de nomes estrangeiros traduzidos ou fonética e graficamente adaptados à língua portuguesa. Esta regra geral manteve-se durante todo o período em análise. No entanto, foi sendo concedida liberdade de escolha a grupos muito

restritos da população. Ainda antes de 1974, a estrangeiros e a portugueses com dupla nacionalidade, depois, também a portugueses nascidos no estrangeiro (1982), a filhos de, pelo menos, um progenitor estrangeiro e de portugueses com dupla nacionalidade (1997) e, finalmente, já no século XXI, a portugueses que professem uma religião diferente da católica (2001). (PINTO, 2010, p.82)

Assim, o que percebemos diante dessas exposições é que não são todos os cidadãos que podem adotar um nome não previsto na lista oficial disponibilizada pelo Ministério da Justiça. Todavia, pelo que extraímos das leituras, isso não constitui um grande problema, já que, “entre os portugueses, ela [a política onomástica] parece ser naturalmente aceite” (CASTRO, 2017). O mesmo linguista, noutra ocasião, afirma:

O facto de a sociedade aceitar com impressionante unanimidade o regime vigente poderá significar que a normativa dispõe de aprovação geral. Nos últimos cinquenta anos (únicos de que há estatísticas), não houve mais de 4000 reclamações contra a recusa oficial do nome que os pais queriam atribuir aos filhos. Como muitos destes nomes eram gritantemente disparatados, por vezes mesmo desrespeitadores da dignidade da criança a nomear, ficou automaticamente respondida e desautorizada a contestação que os tomou por pretexto. Não significa isto que não haja aqui matéria para discutir, para ponderar e escolher, inclusive para modificar a normativa, quer em sentido oposto ao atual, quer em reforço e consolidação do que atualmente se faz. (CASTRO, 2017, p.301)

Até novembro de 2017, na página da Internet do Ministério da Justiça, o Instituto de Registos e Notariados (IRN) disponibilizava duas listas: uma com o património onomástico português, na qual se incluíam os pedidos de novos nomes que haviam sido aceitos naquele determinado ano e que abriam, portanto, precedentes para ser adotados por qualquer pai que com ele também quisesse registrar seu filho; já a outra lista apresentava os nomes cujos pedidos receberam parecer negativo e, portanto, não poderiam ser adotados pelos solicitantes ou pelos demais cidadãos, funcionando como “exemplo”. Estas listas, postas à disposição da população, eram intituladas

*Vocábulos Admitidos e Não Admitidos como Nomes Próprios (VANANP)*³⁸. Castro (2017, p.288) salienta o seu papel decisivo e heterogêneo, sujeitas à renovação constante, uma vez que retratam as diferenças de formação dos sucessivos consultores que as assinam e a evolução do quadro legal em que atuavam à sua época. O ex-consultor onomástico de Portugal, Prof. Dr. Ivo Castro – agora substituído pelo Prof. Dr. João Paulo Silvestre, também linguista –, afirma não admirar que os pareceres dados numa ocasião por dado consultor possam ser naturalmente subscritos por outros. Assim, relata casos em que ele mesmo, enquanto consultor, reverteu pareceres antigos, e supõe que a mesma situação possa já ter acontecido anteriormente e vir a acontecer com seus sucessores.

No final do ano de 2017, as listas de pareceres de nomes admitidos ou não em Portugal, registrados nas listas de VANANP, após muitos anos, deixaram de constar na página da Internet do IRN/Ministério da Justiça. Foram substituídas por apenas uma lista, sem título, na qual constam nomes adotados por cidadãos registrados no país no triênio de 2014-2016. Em termos práticos, se um cidadão com nacionalidade portuguesa já adotou um destes nomes, o mesmo direito deve ser concedido aos demais compatriotas – uma novidade no tesouro onomástico nacional. Na lista agora em vigor, não constam nomes que obtiveram parecer negativo. O que há é uma relação de nomes portugueses tradicionais entremeados por nomes com influência estrangeira, sobretudo

³⁸A existência dessas duas listas, extintas no final do ano de 2017, pode ser comprovada pelo que afirma Castro (2017, p.285) anteriormente à “lista única” atualmente disponibilizada no *website*: “São muito raros os casos em que o processo não fica decidido deste modo [nos balcões das conservatórias de Registo Civil], que faz apelo, fundamentalmente, ao conhecimento empírico que o funcionário tem do corpo antroponomástico da língua portuguesa. Se ele tem dúvidas quanto a um nome próprio, pode recorrer em primeira instância a duas listas que circulam entre as conservatórias e são periodicamente actualizadas pelos serviços centrais. Essas listas – uma de nomes recusados, outra de nomes admitidos [...] – são elaboradas a partir das decisões que foram tomadas pelos serviços centrais em resposta a uma consulta das conservatórias. Esta consulta, que constitui a segunda instância, só tem lugar se os interessados, verificando que o nome pretendido está na lista de recusados, insistem no pedido ou se, não estando o nome nessa lista, o funcionário continua a duvidar da sua aceitabilidade. Assim, tanto aqueles casos em que o nome figura na lista dos autorizados, como os casos em que os interessados se conformam com a recusa e mudam de pretensão, ficam resolvidos na conservatória”.

advindos de línguas como o inglês, francês, italiano e chinês. Também são encontrados nomes próprios de religiões não cristãs (hindu e islâmica, por exemplo) ou novas criações cujas grafias destoam da tradição antroponímica portuguesa ou nela introduzem novidades.

A seguir, a título de ilustração, expomos alguns nomes relacionados na última lista disponibilizada pelo IRN no *website* do Ministério da Justiça. Na prática, esses são alguns dos nomes que foram autorizados a cidadãos registrados em Portugal nos anos de 2014, 2015 e 2016.

(1) Nomes próprios e suas variantes:

Femininos:

Beatrice	Letissia
Béatrice	Letizia
Beatris	Letícia
Beatrise	Mariam
Beatrix	Marie
Beatriz	Máriyah
Djenyfer	Mary
Faatima	Marya
Faatimah	Maryah
Fatiany	Maryam
Fatima-Zahara	Micaela
Fatma	Micaella
Laeticia	Mical
Laetitia	Michele
Laëtitia	Micheli
Lecticia	Michell
Lectícia	Michelle
Lethicia	Michelly
Lethícia	Mickaela
Lethycia	Natali
Leticia	Natalia
Letícia	Nátalia
Léticia	Natalie
Leticya	Natalina

Natasha	Stefanny
Natchala	Stefany
Nathalia	Steffany
Nathália	Stéphane
Nathalie	Stephania
Vitália	Stephanie
Nicky	Stéphanie
Nicol	Stephanny
Nicole	Stephany
Nicoleta	Stéphany
Nicolle	Sthéfany
Nicolly	Viktoria
Nicolý	Viktória
Rosa	Viktoriia
Rosália	Viktoriya
Rosalie	Vitoria
Rosalina	Vitória
Rosalinda	Vítória
Rosaline	Vitorina
Rosamar	Vittoria
Rosana	Vittória
Rosangela	Vyctorya
Rose	Yasmim
Roseane	Yasmin
Roseanna	Yasmina
Rosiany	Yasmine
Rosie	Yásmine
Rosinda	Yasmini
Rosita	Yasmira
Roslene	Yasmmyn
Rossana	Yassmin
Rossandra	
Vicki	Masculinos:
Vicky	
Victoria	Anthoni
Victória	Anthony
Vida	Antoine
Viera	Anton
Viktoriia	Antón
Viktoriya	Antoni
Stefane	Antonin
Stefani	Antonino
Stefania	Antonio
Stefaniia	António

Antônio	Keven
Antony	Kevil
Dave	Kevim
Davi	Kévim
Daví	Kévim
Dávi	Kevin
David	Kevin
David-Alexandru	Kévin
Davide	Kevindeep
Davids	Kevyn
Davidson	Louis
Davih	Lui
Davy	Lui
Dawid	Luis
Dawith	Luís
Deive	Matei
Deivid	Mateo
Deiwilson	Matéo
Joan	Mateus
Johan	Matheo
John	Mathéo
Johnny	Matheus
Johny	Mathias
Jon	Mathieu
Jóni	Micah
Jonny	Michael
Yohane	Michaiah
Yóhane	Michal
Yohann	Michel
Yohrán	Michelangelo
Júnio	Michell
Junior	Michelson
Júnior	Mickaël
Kellvin	Mickaël
Kelve	Miguel
Kelvim	Miguelangelo
Kelvin	Mihai
Kelvin	Mihail
Kelvio	Mihir
Kelvy	Mikael
Kelvyn	Mikaele
Kevan	Mike
Kévan	Mikel
Keven	Mikha'

Mikhael	Pietro
Mikhail	Pyetro
Mikheil	Rafael
Mychel	Rafaël
Mykael	Rafael-Constantin
Mykail	Rafaello
Mykhael	Rafaello
Mykhail	Rafay
Mykhailo	Raffaello
Nichita	Rafhael
Nicholas	Raphael
Nick	Raphaël
Nickelson	Raphäel
Nico	Raphaël-Louis
Nicodemo	Tom
Nicodemos	Tomas
Nicol	Tomás
Nicola	Tómas
Nicolae	Tomasz
Nicolas	Tomaz
Nicolás	Tomáz
Nícolas	Tome
Nicolau	Tomé
Nicolay	Tommaso
Nicollas	Tommy
Nícollas	Zac
Petelson	Zacaria
Peter	Zacarias
Peterson	Zachariah
Petr	Zacharias
Petro	Zachary
Philipe	Zaci
Philipp	Zackary
Philippe	Zackery
Phillip	Zacky
Pierre	

(2) Influência do léxico inglês

Blessing	Excel
Chester	Honey
Deep	Man
Destiny	Orange
	Prince

Princess
Shine
Sky
Summer
Sun

Trinity
Twin
Walker

(3) Nomes próprios com suposta influência de pessoas famosas estrangeiras

Béyoncé
Britney
Neymar
Rhianna

Riana
Shaquira
Yanni

(4) Supostos nomes afetivos (sílabas tônicas, primeira sílaba e diminutivos) na função de prenomes

Alfredinho (Alfredo)
Bia (Beatriz, Bianca)
Carminho (Carmo)
Carol (Carolina)
Chris (Cristiano)
Clarinha (Clara)
Dani (Daniel)
Deya (Andreia)
Fabião (Fabio)
Gabi (Gabriel)
Gui (Guilherme)
Isa (Isabel)
Jaqui (Jaqueline)
Joaninha (Joana)
Juanita (Joana)
Juli (Juliana)
Julinha (Julia)
Ka (Karina)
Karol (Carolina)
Kérinha (?)
Kiko (Francisco)
Kris (Cristiano)

Laly (Laís)
Le (Leonardo)
Lena (Helena)
Lilly (Lívia)
Liv (Lívia)
Lola (Ângela)
Lucy (Luciana)
Luizinho (Luís)
Mah (Maria)
Malú (Maria Luísa)
Manu (Manuela)
Martinha (Marta)
Martinho (Martim)
Ni (Nicole)
Quintazinha
Rafa (Rafaela, feminino)
Rafa (Rafael, masculino)
Rosarinho (Rosário)
Rosita (Rosa)
Si (Simone)
Teresinha (Teresa)

(5) Nomes próprios “tradicionais” com grafia estilizada

Dannyel (Daniel)
Dieggo (Diego)
Ghabriel (Gabriel)

Thiago (Tiago)
Thaís (Taís)
Thays (Taís)

Klementyna (Clementina)
 Qristina (Cristina)
 Valhentina (Valentina)

(6) Topônimos na função de antropônimos

Áfrika	Goa
Dakota	Iran
Lisbon	Paris
Brooklyn	Sienna
Medina	

(7) Nomes simples na função de nomes próprios

Atlas	Marflor
Azul	Margaritta
Capucine	Marguerita
Cereja	Marinha
Cruz	Mel
Fanta	Nené
Figo	Oceana
Infante	Oceane
Joio	Océane
Krisma	Oceano
Krittika	Oi
Louca	Rio (feminino)
Loucas	Romana
Magno	Samba
Mago	Vida
Maré	Viola

(8) Nomes próprios italianos com correspondentes vernáculos

Paolo	Salvatore
Paolla	Luigi
Paola	Mona

(9) Nomes próprios emprestados ou adaptados do idioma inglês

Christiaan	Djhonathas
Djayson	Dyllan
Djenifer	Eddie
Djeny	Eddy
Djenyfer	Elliot

Elton	Sendy
Elvis	Sephora
Jackline	Sharon
Jenifer	Sharren
Jénifer	Stevan
Jeniffer	Steve
Jennifer	Steven
Jenny	Taylor
Jennyfer	Rhiann
Jhennifer	Taysson
Kate	Travis
Kelly	Wallace
Kellyn	Winnie
Kendall	Suse
Lewis	Suellen
Merydjene	Suéli
Monroe	Suzy
Prince	Tiffany
Rayson	Tracy
Robert	Rachael
Sally	Tiphany
Sandy	Wendy
Séfora	Whitney

(10) Nomes próprios indígenas brasileiros

Iara
Iarah
Yara

(11) Nomes próprios compostos

Ana-Jane	Estréla-Marina
Anajulia	Fatima-Zahara
Andra-Ioana	Helena-Edi
Anna-Carolina	Jade-Noémi
Annye-Keller	Jane-Grace
Ben-Hur	Junior-Hervé
Beatriz-Elena	Johanna-Sophie
Charles-David	Jomila-Lucía
Cheng-He	Lain-Antonio
Darius-Alexandru	Léo-Paul
David-Alexandru	Martim-Yanni
Ellie-Rosa	Levi-Jordan

Me-Diné	Paul-Alexandre
Lou-Anna	Rafael-Constantin
Nik-Nikita	Raphaël-Louis
Maria-Luís	Ruby-Rose
Maria-Luiza	Yuri-Martin
Maria-Valentina	Zara-Bella
Marie-Louise	Zoe-Marie
Papa-Ndiogou	

(12) Supostas inovações na onomástica portuguesa ou nomes próprios de outras culturas ou religiões

Adaylton	Nelsyanne
Bronoéalfate	Neymara
Carlosjonse	Nickelson
Casey	Petelson
Cédrick	Philomène
Chrisland	Pixie
Diasm	Prableen
Edineusa	Radija
Evanilson	Ramatoullaye
Fatoumata	Rhuana
Gilchrist	Rhyanne
Jacymiilly	Rianne
Jake	Rouguiatou
Jekssimil	Rouguiyata
Joseberto	Roumaysa
Kellyson	Ruidney
Kelson	Sage
Kelton	Shereya
Kheylla	Sierra
Llyhara	Silke
Lok	Skyeah
Luwejíyane	Skylar
M'hammed	Snezhana
M'ma	Snigdhita
M'mahawa	Sukhdeep
Mads	Sukhmeet
MaMa	Swazilene
M'Hammed	Sylvie
Mikha'	Tályana
N'deye	Tara
N'zayla	Tatherr
Nelsiany	Tauany

Tchissola	Wendie
Tesla	Weng
Thérèse	Wenni
Tiguidanke	Wiam
Timeea	Wiame
Tita	Wilfania
Tiwatope	Wiliana
Trevor	Wiliane
Tshayene	Wiliannie
Tsz	Willciany
Tudor	Willow
Uié	Willyane
Ut	Winnie
Uxue	Wyatt
Vadeleisy	Wyssan
Vadhvansh	Xuantong
Vaishnavi	Xymelle
Vanaika	Yachne
Vanellope	Yanessa
Vanélsia	Yeomney
Vanshdeep	Yu
Vanshika	Zahara
Vedika	Zahira
Vidhi	Zahra
Vigna	Zahraa
Vladyslav	Zainabou
Vladyslava	Zainah
Vrischika	Zaíne
Wallak's	Zidane
Wallak's	Zikra
Wareesha	Zoei
Wayame	Zoey
Weidy	Zooey

Pelos exemplos, constatamos algumas novidades nos caminhos da onomástica portuguesa. Agora os portugueses já podem tomá-la como uma “lista de inspiração” para escolher novos nomes. Estes, por sua vez, nos parecem tão variados e com tantas grafias possíveis, que causam admiração aos que estavam acostumados com as publicações anuais das listas de nomes “recusados”. Todavia, surgem algumas questões, que discutiremos a seguir.

Em Portugal, sua pátria, Castro (2017, p.283-284) afirma que há dois *processos linguísticos* com elevado índice de uso que são regulamentados por lei: 1) sujeição da língua escrita a uma norma ortográfica definida por decreto da Presidência da República (e que afeta toda a população escolarizada) e 2) escolha dos nomes próprios e dos apelidos³⁹ dos recém-nascidos, traduzida no seu registo civil como cidadãos (afetando a totalidade da população).

De acordo com o ex-consultor onomástico, apesar das inúmeras dificuldades, os nomes próprios e sobrenomes devem ser “vistos como unidades linguísticas, vocábulos de gramática difícil, de etimologia talvez não tão problemática, que merecem de linguistas e gramáticos uma atenção mais assídua e diversificada que aquela que têm recebido” (CASTRO, 2017, p.282). O linguista conclama seus colegas de profissão a darem “mais atenção ao nome próprio como objecto de estudo linguístico, quer no plano da recolha e classificação de dados, quer em uma reflexão que se traduza em doutrinas de aplicação” (p.283). Também informa-nos que o primeiro consultor do Ministério da Justiça do sistema de consulta e autorização que já vigora há 50 anos foi um gramático (p.286). Na sequência, vieram outros três, professores da cadeira de Paleografia da Faculdade de Letras de Lisboa, e aponta para o curioso fato de “como a natureza dos problemas onomásticos parecia ser captada pelos responsáveis de então”. No período de 1950 a 1999, afirma que 2.110 nomes não foram aceitos pelos consultores, mas advoga que as recusas foram, em grande parte, justificadas. A seguir, transcrevemos a análise que fez dos dados:

De facto, encontram-se entre eles 616 nomes que são estrangeiros (Annie, Idriss), 376 são combinações fantasiosas a partir de partes de nomes já existentes (Dilarmando, Favarte, Elisângela), 96 são diminutivos (Bibi, Guto, Lena), 213 apresentam formações graficamente defeituosas (Bauduino, Caionara, Catuchia, Djon, Jassufina, Jeovane), 105 são substantivos ou adjetivos comuns (Bonança, Cardo, Franzina, Homem,

³⁹ O autor se refere ao que, no Brasil, corresponde ao “sobrenome”.

Magnífica, Nívea, Ovnis, Paúl, Valquíria, Valquírio), 89 são apelidos [sobrenome, na variedade do português brasileiro] (Álvares, Barbosa, Salazar), 56 são topónimos (Lisboa, Portugal, Sinai, Vilnius). Ao todo, são cerca de 1550 os vocábulos que, por pertencerem a uma destas categorias que não podem, por tradição ou demérito próprio, servir de nome próprio pessoal, foram recusados em Portugal durante os últimos 50 anos. Assinale-se que estas categorias representam um guia precioso na apreciação de novos casos, na medida em que constituem uma espécie de catálogo de tendências não aceitáveis da atribuição do nome pessoal e da respetiva jurisprudência. (CASTRO, 2017, p.288-289)

Diante disso, constata que os outros 550 nomes recusados não se enquadram em nenhuma das categorias supracitadas. O pesquisador verificou que 10% dos nomes recusados sem motivo aparente foram encontrados em registros da lista telefônica, daí supondo que estes nomes já tinham sido adotados antes do parecer emitido por determinado consultor ou eram casos de infração (intencional ou não) das listas de VANANP por parte do funcionário responsável pelo registro. Depois, expõe os dados do período em que foi consultor (de 1998 a 2014), durante o qual recusou 830 novos casos. E afirma que, após a lei da liberdade religiosa, o número de consultas diminuiu bastante, além do que a maior parte dos casos quase sempre acabou por ser resolvida nas próprias conservatórias.⁴⁰

Castro (2017) ainda atenta para algumas questões que eram frequentes na época das listas de VANANP: 1) muitos funcionários não tinham dúvida quanto aos nomes apresentados e não as consultavam, portanto, autorizando os registos baseando-se apenas em seu conhecimento empírico – ou ainda consultavam-nas, mas decidiam não as ter em conta, registrando nomes que a outros cidadãos foram recusados; 2) casos em que um funcionário recusava aos pais o registro de determinado nome com base nas listas, não permitindo o nome em questão, sendo que outros funcionários que a ela não se atentaram permitiam os mesmos; 3) existência de um potencial elemento criador de desigualdade no tratamento de escolhas idênticas de nomes, constituindo elemento que

⁴⁰ Castro (2017) não explica os motivos das recusas em seu período.

não podia ser assacado aos funcionários de atendimento, nem às suas conservatórias, mas ao próprio sistema, que costumava funcionar bem para as situações normais, esmagadoramente maioritárias, mas precisava ser usado com critério e atenção às realidades da sociedade. (CASTRO, 2017, p.389-390)

Sobre o caso de “abrir precedentes”, numa palestra proferida no Colóquio Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto em 2001, o autor expõe o fato de que

um nome, mesmo que aberrante, ser usado por um pequeno número de pessoas constitui motivo para se repetir o seu registo; por isso os pais, ao escolher o nome para o seu filho, saberão que qualquer nome do repertório [lista de nomes permitidos] lhes está facultado; e saberão ao mesmo tempo que qualquer pretensão neologista não apoiada pelo repertório será examinada com instrumentos muito mais certos que os atualmente existentes. (CASTRO, 2001, não paginado).

Retomando a discussão da lista publicada em novembro de 2017 com os nomes registrados em Portugal nos anos de 2014, 2015 e 2016, verificamos que, apesar de na alínea A do Artigo 103º sobre a Composição do nome, do Código do Registo Civil aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, constar que “os nomes próprios devem ser portugueses, de entre os constantes da onomástica nacional ou adaptados, gráfica e foneticamente, à língua portuguesa, não devendo suscitar dúvidas sobre o sexo do registando”, percebemos casos em que nomes não foram adaptados graficamente ao português, como M’hammed, ou foneticamente, como Vanshdeep ou Brooklyn.⁴¹ Depois, em virtude das inovações do acordo ortográfico de 1990 (em vigor no Brasil e em Portugal), observamos inúmeros nomes registrados em que aparecem três novas letras acolhidas pelo alfabeto <k, w, y>, como Klementyna (Clementina, antes do

⁴¹ Disponível na página da internet do IRN/Ministério da Justiça <http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislação>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

Acordo dos países lusófonos). Observamos ainda a interação com outros idiomas e a adoção de muitos nomes próprios até então não pertencentes à onomástica nacional.

Recuperamos as palavras de Castro (2017, p.166) sobre a interação cultural que deixou marcas na península ibérica:

A civilização romana impôs a sua língua aos povos que dominou na Península Ibérica, mas tomou deles muito elementos, que passaram a integrar o latim ibérico e permanecer nas línguas sucessoras. Estabeleceu assim um modelo de empréstimo e assimilação de dados de outras culturas, que continuaria a ser aplicado com êxito nos subsequentes contactos com a língua e a cultura de germanos e mulçumanos. Certos elementos foram tomados conscientemente, como os topónimos e o vocabulário comum, outros de forma mais insensível, como os traços de pronúncia.

Se Portugal, durante anos, resguardou o seu património onomástico, agora, pelo contato com outras línguas e culturas, delas também tem “tomado conscientemente” a inspiração de nomes e tem se mostrado mais “insensível” no que diz respeito a traços de pronúncia. Apesar de a lei afirmar que ao português só são permitidos nomes “portugueses”, a nova lista publicada recentemente mostra que, por terem sido abertos precedentes, a população está autorizada a escolher entre nomes germanos, mulçumanos, chineses, indianos, ingleses, franceses, etc. e se assemelhar aos brasileiros quando o assunto é “criatividade onomástica”. Todavia, nomes que não constem na lista devem ainda seguir o procedimento habitual.

Outro fato que merece atenção é o caso de hipocorísticos serem usados como prenomes. Castro (2017, p.293) afirma que nada dizem os Códigos de Registo Civil sobre o seu uso. Todavia, contesta sua aceitabilidade enquanto nomes próprios de cidadãos, visto que “estes são redução ou a transformação do seu nome próprio, criada no círculo restrito dos seus íntimos e deles privativa”. Sua crítica é de que

É insensato querer registar um diminutivo como nome próprio, porque assim se destruiria o seu grande efeito, que é o de separar os que sabem e podem utilizá-lo de todos os outros. Entre estes figura o Estado: sendo o nome

registado na conservatória um dos dispositivos pelo qual o Estado reconhece um determinado cidadão, e que prefere para se dirigir a ele, ninguém esperará que o trate por Toneca. Estas parecem ser, pelo que tenho observado, as principais categorias de nomes que não podem ser dados, sem condições, aos portugueses. (CASTRO, 2017, p.293)

Mas, analisando a lista, constatamos a ocorrência de 44 nomes que classificamos como “diminutivos”.

Quanto às “combinações mais ou menos acronímicas de partes de nomes”, o linguista afirma não ver problema, sendo que, por elas, o filho recebe por nome metades coladas dos nomes dos pais. Sobre isso, afirma: “Essa prática tem grande voga no Brasil e tem sido reprimida entre nós; arredados os motivos de gosto, haverá razões para não aceitar uma prática que era familiar aos nossos antepassados godos?”. Mas, no que se refere à expressão “denominações de fantasia”, condenadas pelos códigos de 1967 e de 1978, Castro (2017, p.292) se questiona se estas se referem às

numerosas formações defeituosas, deturpações fonéticas ou ortográficas, adaptações semicultas de nomes estrangeiros, que de uma maneira ou de outra decorrem sempre de um estranho desejo de dar à geração seguinte nomes que nem nós nem os nossos anteriores tivemos? Recusar estas aberrações não é problema: faz-se por estritas razões técnicas.

Quanto aos topônimos usados como nome próprio, Castro (2017, p.292) afirma:

Mas a legislação nada diz dos topónimos: onde está, portanto, a razão de ser de os consultores do Ministério de Justiça terem recusado 56 topónimos como nomes próprios? Não contesto a recusa, que também recomendo em casos idênticos, mas simplesmente aponto que aqui está uma situação de falta de apoio doutrinal às decisões que são tomadas. Julgo reconhecer no topónimo um nome que tem muitas afinidades com o nome de família (de que é aliás uma grande fonte), prestando-se por isso melhor a ressaltar os laços existentes entre um grupo de indivíduos do que a distinguir entre si os membros do grupo, função maior do nome próprio. (p.292)

Assim, fica explicado o motivo de agora serem permitidos e constarem, pelo menos, 10 nomes aprovados na nova lista publicada que, originalmente, eram topônimos.

Por fim, tratamos dos nomes simples. O linguista constata que “além dos nomes estrangeiros, nunca foi permitido dar a pessoas nomes de coisas, exceto tratando-se de ‘nomes muito vulgares’, como ressaltaram alguns códigos” (CASTRO, 2017, p.292). Nossa contagem, que uniu diversos substantivos simples na função de nomes próprios, enumerou cerca de 30 – muitos deles bastante inovadores, como “Cereja”, “Oceano” e “Samba”.

Diante do exposto, percebemos que inserções lentas, mas graduais acompanham os Códigos de Registo Civil de Portugal ao longo dos anos; ainda que, nos últimos, parecem ter acelerado. Da análise dos dados coletados no *website* do IRN na página da Internet do Ministério da Justiça do último triênio, constatamos que grande quantidade de nomes e regras foi revista, de modo que nomes passaram a integrar a lista na qual muitos pais podem se inspirar de agora em diante.

Retomando o parágrafo inicial deste texto, parece que a pátria lusitana já não está tão distante de se assemelhar à sua ex-colônia, ao menos a julgar pela criatividade observada na nova lista de 2017. E unicamente discordaremos de Castro (2017) – em quem vimos firmemente nos apoiando para trilhar caminho seguro nas incursões deste estudo – quando afirma que diferença notável entre os dois países, Brasil e Portugal, afeta especialmente os nomes de batismo, ressaltando que, no Brasil, “gozam de uma superior liberdade de escolha e de criação, que permite o aparecimento de formas muito originais, de numerosas variantes para o mesmo nome e de uma livre inclusão de nomes estrangeiros, como é próprio de país que tem acolhido muita imigração”. As normas estão em processo de mudança em Portugal que, ao que tudo indica, também seguirá na mesma via criativa brasileira.

Para concluir, e esperando que mais análises sejam feitas sem tardar, fazemos nossas as palavras do exímio linguista e ex-consultor onomástico de Portugal: “embora

o que mais importe na língua de uma sociedade organizada de modo estável, sejam as fases de permanência e manutenção, não deve surpreender que os momentos que mais apaixonam os linguistas sejam, desde sempre, os de grande aceleração” (CASTRO, 2017, p.135-136). A história parece estar escrevendo um novo capítulo sobre a onomástica portuguesa, como haveria de ser numa sociedade multicultural como a que Portugal vem se tornando.

1.6 A investigação linguística de nomes próprios a partir das cantigas trovadorescas galego-portuguesas

Há poucas (mas valiosas) contribuições de literatos e linguistas sobre os nomes próprios em cantigas medievais. A seguir, tentaremos reuni-las, apresentando ao leitor uma síntese de nossas leituras. Nossa intenção é caminhar em busca de indícios fonológicos na onomástica para discutir questões de silabação e acento nos nomes próprios daquele período. Os estudos mais recentes a que tivemos acesso sobre aspectos fonológicos de nomes próprios reunidos das cantigas medievais – e principal objeto de investigação deste trabalho – são os trabalhos de Massini-Cagliari (2011b, 2012, 2013) e Massini-Cagliari e Silva (2012).

Outro estudo linguístico anterior que também merece destaque é o de Pereira (1997), que se dedicou à antroponímia nas cantigas trovadorescas de escárnio e maldizer e, por ocasião da visita à Biblioteca Nacional de Portugal, tivemos acesso a uma cópia impressa dessa obra de grande valor para nossa investigação. O autor, que inicia chamando-nos a atenção para a curiosidade das origens que é inata ao homem, argumenta em favor do *corpus* textual que elege para o estudo da antroponímia no período medieval recortado. Afirma que, partindo das 431 cantigas da segunda edição de Lapa (1970), contabilizou 94 antropônimos – ou lexemas, como os classifica –, somando-se os prenomes, apelidos (sobrenomes) e alcunhas. A razão desta modesta

contagem é que o autor não leva em consideração outros nomes que não o primeiro, como ocorre em indivíduos identificados por dois ou mais elementos, tais como Lopo Gato, Marinha Lopes, Mila Sancha Fernandiz, etc.

Como bem observou Freitas (2010, p.08), “entre nós, José Leite de Vasconcelos (1858-1941) terá sido um dos primeiros a explorar os antropónimos medievais e modernos portugueses, numa perspectiva filológica, buscando essencialmente a origem linguística e as características de designação”. Depois dele, seguiram-se muitos pesquisadores que se aventuraram na árdua tarefa de estudar a antroponímia medieval. A seguir, trataremos de reunir algumas das contribuições de diversos medievalistas, entre eles alguns historiadores, filólogos, sociólogos e linguistas, com foco na antroponímia do período em que foram escritas as cantigas trovadorescas, apesar de algumas vezes extrapolarmos os limites ou resgatarmos alguns fatos importantes que influenciaram a antroponímia do período recortado.

Por narrarem milagres operados por intercessão da Virgem na vida de pessoas da época, no caso das Cantigas de Santa Maria, ou por falarem mal da vida de outras, nas de escárnio e maldizer, os trovadores acabaram por deixar-nos pistas valiosas: eles reuniram um número razoável de nomes próprios, inclusive estrangeiros. Além disso, por serem poesias metrificadas, compostas por versos divididos em sílabas poéticas e rimas, é possível supor como aqueles nomes eram pronunciados no português arcaico: mais do que fazer um levantamento de nomes, há meios de investigarmos a realização deles pelos falantes daquela época. (MASSINI-CAGLIARI, 2011b, 2012, 2013; MASSINI-CAGLIARI e SILVA, 2012).

As cantigas trovadorescas possuem um valor histórico inegável e, como bem classificou Pereira (1997, p.22), estudioso das cantigas profanas, os trovadores eram como “jornalistas do seu tempo”, uma vez que, nas cantigas, encontramos “sirventeses

políticos, sátiras literárias e morais, tensões e até chufas pessoais”, trazendo uma reportagem dos acontecimentos da época. O mesmo autor faz uma descrição dos temas que considera “mais significativos para o conhecimento histórico da sociedade galego-portuguesa da alta idade média e que, de algum modo, nos ajudam a perceber as possíveis motivações que comandam a criação antroponímica, principalmente ao nível das alcunhas e apelidos” (PEREIRA, 1997, p.22). Dentre eles, cita: a traição dos Alcaides de D. Sancho II, a deserção dos Cavaleiros de Afonso X na Guerra de Granada, as quezílias entre Trovadores e Jograis, a decadência da nobreza nos séculos XII e XIV, a vida desregrada das soldadeiras, que eram personagens frequentemente alvejadas na sátira galego-portuguesa, sobretudo pelos seus depravados comportamentos sexuais.

Já destacamos, no início desta seção, a influência de diversos povos no percurso histórico do sistema antroponímico do português. De acordo com Soledade (2012, p.324),

O patrimônio lexical do português se constituiu a partir de origens diversificadas, tendo, como lastro essencial, as palavras advindas do latim e do grego via latim, com contribuições, mais ou menos significativas, das línguas com as quais, primeiro o latim vulgar, depois o romance galego-português e, por fim, a língua portuguesa entraram em contato no seu processo histórico.

Nesse sentido, a autora chama-nos a atenção para o fato de que, apesar de vincular-se no seu início ao sistema latino de nomeação, o sistema antroponímico do português foi sendo aos poucos reformulado pelos seus falantes, como consequência, entre outros fatores, “à ascensão política e social da plebe, à integração dos chamados bárbaros e à promoção do Cristianismo” (SOLEDADE, 2012, p.323). Também considera que, de acordo com o que aprendeu no estudo de Piel (1989 [1976]),

a partir do século XII, são densamente incorporados nomes latino-cristãos referentes a santos, relegando os germanismos a uma posição secundária. Outro aspecto relevante é a considerável contribuição germânica para o léxico antroponímico, em confronto com sua pequena parcela de contribuição para o léxico comum, quadro que é diametralmente oposto à influência lexical árabe. Piel associa essa configuração dos empréstimos germânicos na antroponímia à solidariedade hispanogoda-cristã, em função da presença islâmica, o que, em contraposição, justificaria a escassez do elemento árabe no rol dos nomes personativos. (SOLEDADE, 2012, p.324)

Outro fato interessante que a pesquisadora apresenta como resultado de suas pesquisas em documentos notariais é o grande número de homônimas, o que indicava haver poucos prenomes no universo antroponímico daquela época, diferentemente de hoje em que observamos grande variedade de nomes e formações neológicas.

Ainda sobre os prenomes na Idade Média, apresentamos o estudo de Billy (2012), que se dedicou a pesquisar nomes adotados pela nobreza e pela aristocracia do período. Segundo o estudioso, na Idade Média, o primeiro nome era usado para descrever uma pessoa, para identificá-la com seu grupo familiar e para indicar sua identidade sexual. O nome próprio, afirma, poderia conotar origem étnica ou geográfica, o pertencimento a um área linguística, o *status* social, o pertencimento a uma família/clã. (BILLY, 2012)⁴²

Na referida obra, sobre a escolha de nomes, o pesquisador francês chega à conclusão, a partir do *corpus* que reuniu, de que os nomes para os rapazes da aristocracia geralmente eram escolhidos pelos pais (apenas em casos excepcionais a mãe é quem o escolhia) inspirados em nomes de príncipes estrangeiros, enquanto gozavam de maior liberdade na escolha dos nomes de suas filhas. Já as pessoas da área rural prezavam pela tradição na hora de eleger nomes para seus filhos, fato que, ao

⁴² No trecho original do livro, temos: “*In the Middle Ages, the first name is used to describe a person, to identify him in a family group, to indicate his sexual identity (which will not be possible later on, with epicene first names). In the medieval system of thought, there is a necessary balance between the nominee and his name: his actions, his life, his destiny, his death are programmed by his name. The very meaning of the name is at his origin. The name can also connote ethnic or geographical origin, the belonging to a linguistic area, the social status, the belonging to a family/clan etc. In the short, the name can be used as na object for studying social relationships*”. (BILLY, 2012, p.53)

longo dos anos, parece ter mudado, já que nomes considerados “nobres” passaram a ser usados também por pessoas comuns, como resultado de “imitação”. No transcorrer dos séculos, os nobres continuaram a usar nomes pertencentes a seus antecessores e já considerados “fora de moda”. (BILLY, 2012, p.54-55)

Fato interessante notado por Billy (2012, p.55) é que, na Idade Média, “*names of royal, princely or lordly families form a vast array of names for lower classes; even if they do not have a holy halo, they do bear an aura of distinction*”⁴³. Isso se dava pelo fato de tais nomes, apesar de não terem um “halo sagrado”, gozarem, todavia, de certa “aura de distinção”. Ao serem, depois, passados para gerações sucessoras, mostravam 1) a consolidação dos vínculos feudais e 2) o desejo ou a expectativa de uma proteção dos príncipes para sua própria família e herança. O pesquisador francês também constatou que muitos pais tomavam a literatura como fonte de inspiração, outros transformavam nomes comuns da própria língua em nomes próprios, outros ainda optavam por nomes de “bom augúrio” – prática herdada da Antiguidade – ou nomes de caráter “promissor”. (BILLY, 2012, p.55)

Quanto aos nomes dados por motivos religiosos, estes eram abundantes, escreve Billy (2012, p.57): “*in the middle ages, names of saints (universal, regional or local) were more and more an option for parents who looked for new names. Whatever the name, it was given to the child for the power and spiritual protection it invoked.*”⁴⁴ Sobretudo após a queda do Império Romano, destaca Silva (2012, p.34-35), “o cristianismo se tornou um elemento aglutinador que aproximou os vários povos invasores”, até mesmo no que se refere à antroponímia. Desta forma, nomes de pessoas de diversos países e línguas declaradas santas pela Igreja passavam a ser conhecidos e

⁴³ “Nomes de famílias reais, principescas ou senhoriais formavam uma vasta gama de nomes para as classes mais baixas” (BILLY, 2012, p.55, tradução nossa).

⁴⁴ “Na Idade Média, nomes de santos (universais, regionais ou locais) era cada vez mais uma opção para pais que procuravam novos nomes. Qualquer que fosse o nome, seria dado à criança poder e proteção espiritual que invocavam”. (BILLY, 2012, p.57, tradução nossa)

serviam como motivação para que novos nomes compusessem o “depósito” de prenomes locais⁴⁵.

Retomando o estudo de Billy (2012), no que tange à renovação do antigo estoque de nomes, o autor chega à conclusão de que, na Idade Média, nomes de origem religiosa – augurativos ou hagianímicos⁴⁶ – eram quase sempre passados para filhos, netos, sobrinhos e afilhados. De acordo com o autor,

Literary, laudatory, pejorative names, names derived from ethnic or place-names have rarely been passed downs to descendants; they were often perpetuated in family names from the twelfth century onwards (as nomina paterna or paterna). Most of the stigmatising names were rarely passed down to descendants and have disappeared during the fifteenth century.(BILLY, 2012, p.59)⁴⁷.

Quanto à relação entre nome próprio e classe social, notou que

Differences between social classes are marked by the use or the absence of certain names or types of names, whose appearance was temporally delayed depending on the class in question (e.g. aristocratic names appear later in the lower classes, and vice versa). Moreover, classes are distinguished based on statistical aspects regarding names, such as condensation (the average number of persons bearing the same name) and concentration (the percentage of the population bearing the most frequently used names). (BILLY, 2012, p.59-60)⁴⁸

Freitas (2010, p.22), em seu estudo sobre questões de identidade pessoal e diferenciação social a partir da análise de antropônimos da oficialidade régia, de 1367 a

⁴⁵ De acordo com Nunes (1996, p.11), que estudou nomes medievais entre os séculos XIV e XV, “é principalmente a partir do século XIV que a Igreja começa a exercer uma influência directa no nome de baptismo, legitimada desde o Concílio de Trento”.

⁴⁶ Houaiss (2009) define o termo “hagianímia” como relativo a “hierônimo”, isto é, “designação comum às palavras ligadas à religião”.

⁴⁷ “Nomes literários, laudatórios, pejorativos, nomes derivados de etnia ou nomes de lugares raramente foram passados para descendentes; eles foram frequentemente perpetuados em nomes de família a partir do século XII em diante (como *nomina paterna* ou *paterna*). A maioria dos nomes estigmatizantes raramente foi passada para descendentes e desapareceu durante o século XV”. (BILLY, 2012, p.59, tradução nossa)

⁴⁸ “As diferenças entre as classes sociais são marcadas pelo uso ou pela ausência de certos nomes ou tipos de nomes, cuja aparência foi temporariamente retardada dependendo da classe em questão (por exemplo, nomes aristocráticos aparecem mais tarde nas classes mais baixas e vice-versa). Além disso, as classes são distinguidas com base em aspectos estatísticos relativos a nomes, como a condensação (o número médio de pessoas com o mesmo nome) e a concentração (a porcentagem da população que leva os nomes usados com mais frequência).” (BILLY, 2012, p.59-60, tradução nossa)

1481, constatou uma dominância de nomes de proveniência germânica, como Fernando, Álvaro, Afonso, Gonçalo, Rodrigo/Rui e Luís, ainda que João tenha sido, em sua investigação, o prenome com maior frequência.⁴⁹ Sobre antropônimos de influência judaico-cristã, além de João, nomes como Pedro, Martim ou Vicente também foram frequentes.⁵⁰ Já nomes de origem greco-romana, tais quais Gil, Nicolau e André, aparecem somente abaixo do décimo segundo colocado no *ranking* dos mais prevalentes. Na população seriada pela investigadora, “todos os nomes greco-romanos identificados assumem uma posição aquém dos 5%” (FREITAS, 2010, p.22).

Sobre os nomes raros na Idade Média, Franco (2006, p.140), em seu estudo sobre onomástica no século XIV, chegou à conclusão de que “havia uma tendência para um maior conservadorismo por parte da antroponímia eclesiástica, considerando que o recurso a nomes raros é claramente mais reduzido do que no seio dos laicos”. Além do mais, Franco (2006, p.140) notou que “embora as preferências onomásticas gravitem muito mais em torno de um núcleo cerrado de nomes próprios [...], desenha-se, em paralelo, uma forte tendência para a renovação do *stock* antroponímico [...], constituído por nomes raros”.

⁴⁹ De acordo com Freitas (2010, p.22), *João* – de influência judaico-cristã – era o nome dominante no Portugal medievo, da mesma forma que em toda a Europa Ocidental.

⁵⁰ Noutro momento de discussão dos nomes próprios coletados entre os servidores régios, a mesma pesquisadora assinala que, naquela época, não se verificava “uma cristianização do nome, uma vez que, à excepção dos apelativos pessoais de João (1º lugar) e de Pedro (3º lugar), as restantes designações de uso comum são de origem germânica, muito embora possam ter sido «cristianizadas» em virtude da nomeação de santos e algumas figuras da Igreja ou por terem sido nome de baptismo de pessoas com elevado fervor religioso, por exemplo: S. Luís, rei de França” (FREITAS, 2010, p.27). Sobre o protagonismo do nome próprio *João*, aliás, Franco (2006, p.137) escreve que, apesar de não ser tão forte como o conhecido pelo onomato *Maria*, *João* era, entre o *stock* de nomes masculinos da cidade do Porto, no século XIV, o mais frequente, seguido de *Martim* ou *Martinho*, *Domíngos*, *Afonso*, *Pedro*, *Estêvão*, *Lourenço*, *Vicente*, *Rui* ou *Rodrigo*. Segundo a autora, o nome *João*, se comparado com o território francês, conquistou Portugal um pouco tardiamente – século XII –, mas, como afirma, esse prenome “veio para ficar e enraizar-se na antroponímia portuguesa nos últimos tempos da Idade Média” (FRANCO, 2006, p.137). Antes disso, todavia, no período que medeia entre os séculos X e XIII, *Pedro* é que era o nome de maior relevância, afirma Franco (2006, p.144). A autora explica que, somente nos séculos seguintes, João, Domingos, Afonso, Gonçalo e Fernão passaram a ser preteridos a Pedro.

Quanto aos nomes muito raros, ou seja, com mais ou menos uma única ocorrência no *corpus* que reuniu, Freitas (2010, p.23) aponta algumas causas explicativas:

- 1º) A origem dos nomes raros é múltipla. Existem nomes de origem grecoromana, judaico-cristã, germânicos, tal como nos de uso corrente.
- 2º) Só o cruzar de dados biográficos recolhidos nos catálogos prosopográficos nos permite inferir que as diferenças onomásticas se devem nalguns casos à proveniência estrangeira (Armon; Hucheia; James – o equivalente a João), outros muito plausivelmente à invocação de figuras da Igreja, santos, papas (Gabriel, Gregório, Lázaro, Urbano, por exemplo), outros à persistência de patronímico (Eanes, Mendes, por exemplo), outros marcam a continuidade da presença (Jerónimo, Manuel), outros manifestam alguma irrupção (Ricardo ou Vítor), e finalmente, outros de que podemos inferir uma descensão no uso em relação ao período antecedente (Paio, Geraldo).

Ainda sobre nomes germânicos, como Fernando, Álvaro, Afonso, Gonçalo, Rodrigo/Rui e Luís, assinala Freitas (2010, p.27) que estes “detêm uma expressão quantitativa e qualitativa assinalável entre os servidores régios” e cita, para tanto, Gonçalves (2003, p.281), autora que defende ser a onomástica galego-portuguesa a “mais profundamente germanizada da Península”.

Antes mesmo do século 14, Vasconcellos (1928) afirma que a situação de empréstimos do germânico sofreu pequenas mudanças a partir do reinado de D. Afonso Henriques, pois que nomes dessa origem passaram a ser mais raros, se comparados aos nomes cristãos adotados na Península (VASCONCELLOS, 1928, p.44).⁵¹

A partir do século XII, nomes como Afonso, Álvaro, Elvira, Gonçalo, Ramiro, Rodrigo e Ruy passam a ser mais abundantes, sendo que “provêm dos primeiros tempos da nossa história medieval [...] e conservam-se até hoje”, segundo o filólogo português, que advoga em favor da pertinência de se consultar os nomes que aparecem nos Cancioneiros trovadorescos (VASCONCELLOS, 1928, p.54).

⁵¹ Aqui cabe observar, todavia, que “nomes como Francisco, Guilherme e Henrique permaneceram” (VASCONCELLOS, 1928, p.54).

Ainda conforme o autor, que retoma as palavras de Brandão (1690)⁵², no tempo de D. Afonso Henriques, poderia ocorrer de se adotar apenas o nome próprio, que poderia ou não ser acrescido de alcunhas e sobrenome. Poderiam ser somados ainda títulos designativos de classe ou condição, como *Afranius presbyter*, muito embora o mais usual fosse o nome individual estar acompanhado de sobrenome. (VASCONCELLOS, 1928, p.95). Mais adiante, o filólogo explica que, na Idade Média, um costume dos povos indo-europeus fora mantido: tratava-se de colocar, na sequência do prenome, a filiação, expressa, por sua vez, por um genitivo em *-i*, *-onus* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*) ou por um genitivo com sufixo próprio, como *-az*, *-oz*, *-uz*, *-iz* (que depois se tornaram *-ez*, *-es*, etc). (VASCONCELLOS, 1928, p.102)

Afirma, todavia, que pelos documentos observados da Idade Média, os nomes eram bastante simples, e,

a princípio juntava-se ao nome proprio um simples patronimico, ou uma designação geografica, indicativa de naturalidade, residencia, ou posse; ás vezes uma alcunha. O patronímico foi rigoroso até o sec XV, e depois degenerou em apelido, como também a designação geografica e a alcunha, que de individuais se tornaram patrimonio de familias. [...] As nossas relações com povos estranhos, desde a idade-média, se fizeram que, como se disse, aceitassemos d’eles muitos nomes propios, fizeram que a par admitissemos muitos apelidos de igual origem; e o mesmo aconteceu, *plus minus*, quando nos pusemos a descobrir e conquistar terras por esse mundo além. (VASCONCELLOS, 1928, p.566)

Ainda sobre o “recoo da onomástica germânica e da espectacular concentração das preferências onomásticas nos nomes religiosos, designadamente apostólicos”, Franco (2006, p.24) observa que o fato “está articulado não somente com a afirmação do sistema feudal, mas também com um novo ordenamento social e com uma reacção

⁵² Vasconcellos (1928) referencia o trabalho como “Antonio Brandão, Mon. Lusit., vol. III, liv., cap.4º (na ed. de 1690, p.171)”.

contra a aliança entre Igreja e o poder político, inerente ao movimento de reforma dos séculos XI e XII” (FRANCO, 2006, p.24).

No que se refere a nomes de árabes e moçárabes, o filólogo Vasconcellos (1928) fornece, à página 381 de sua obra, amostragens de nomes coletados em Portugal, baseando-se nos escritos de outros especialistas em árabe e tratam, em sua maioria, de nomes de mouros que viviam em Lisboa. Tais nomes estão concentrados no período de 1221 a 1517⁵³ e, pela listagem que nos é oferecida, percebemos a mistura de nomes árabes e portugueses. O autor explica-nos, na sequência, que, pelos dados, pode-se constatar a existência de “relações cotidianas entres ambos os povos, apesar de os mouros viverem separados, como já se sabe, em bairros especiais” (VASCONCELLOS, 1928, p.381). No quadro 1.3, transcrevemos exemplos de nomes arábicos, fornecidos pelo autor, de mouros residentes em Portugal durante a Baixa Idade Média.

Quadro 1.3 – Nomes de origem árabe registrados em Portugal de 1221 a 1498

Período informado	Nome estudado	Observações do autor
1221 a 1226	Aboali	= abu Ali “pai de Ali”
	Afomade	= Ahmad ou Ahmed
	Afomede Calvo	Calvo trata-se de uma alcunha portuguesa
	Focem Alcayde	= Haçen
	Jocefe	Do hebraico
1273	Exa	Nome de mulher, em Lisboa
1298	Mouro Calvo	Arquiteto que dirigiu a construção do castelo do Alandroal
1326	Belamyz	“mercador em Avis”
1374 a 1484	Abalmeque	
	Aly	
	Azmede	

⁵³ Segundo Vasconcellos (1928, p.384), o domínio dos árabes sobre o território português acabou em 1249-1250.

(os nomes listados neste período são de mouros em Lisboa)	Baboso	Alcunha portuguesa
	Brafome	Brafame
	Ffátema	
	Ffotos	
	Hya	
	Imana	Ymena, Imina
	Mafomede	Maffamede
	Omar	
1450	Caçome	Filho de Mafamede Láparo, morador em Lisboa, mestre de fazer tapetes
1493	Behahea	Carpinteiro
	Durduz	Guia de Alcacer
	Humed bem Omar	Criado de alcaide Alaâroz (de Alcacer Quibir)
De 1498 a 1517 (depois da expulsão, em 1498, ficaram ainda alguns mouros em Portugal)	Alle	
	Almançor	
	Azmede Capelão	Alcunha ou sobrenome
	Fátema Capelôa	
	Mafamede Láparo	Último capelão dos Mouros
	Mafamede Namorado	
	Mafamede Roballo	
	Osmar Aliquante	Ou d'Alicante

Fonte: Vasconcellos (1928, p.381-383).

Vasconcellos (1928, p.383) comenta ainda os nomes de mouriscos, isto é, “indivíduos cristãos de nomes arábicos”. Estes, segundo o filólogo, seriam mouros convertidos ao cristianismo ou moçárabes (indivíduos “arabizados”)⁵⁴. Além disso, sugere que muitos sobrenomes⁵⁵ adotados naquele momento são os mesmos que os portugueses adotam agora. Em sua obra, trata de nomes de judeus portugueses, que até

⁵⁴ Vasconcellos (1928, p.84) afirma que os moçárabes eram bilíngues e falavam românico e árabe, que foi suplantado pelo português em Portugal e pelo castelhano na Espanha.

⁵⁵ Aqui, usamos a acepção brasileira para “sobrenome”.

1496 usaram nomes hebraicos.⁵⁶ Cita como exemplo o nome Manuel, “originalmente hebraico, mas depois tido como o mais cristão possível” e comenta os nomes dos cristãos-novos, tirados do calendário cristão ou emprestados de seus padrinhos, sendo que o uso de nomes duplos se tornou frequente entre os cristãos-novos emigrados (VASCONCELLOS, 1928, p.398-399). O autor trata o caso do nome Jaime que, apesar de ter se alterado muito, é de origem hebraica.

Ao tratar do “aportuguesamento de nomes estrangeiros”, o filólogo analisa a simplificação de sons que geralmente ocorre quando são passados para o português. Focalizando os sobrenomes (ou, para ele e seus compatriotas, “apelidos”), trata de casos como Lencaster > Lencastre, Cisneros > Cisneiro, Rotzinska > Roseira, Hurtere > Utra, Kempis > Campos, Esmenaut > Esmeraldos, Mont’Auban > Montalvão, Pignatelli > Pinhateli, Tamagnini > Tamanhini (VASCONCELLOS, 1928, p.535-536). De nomes personativos, escreve sobre Carlos, uma palavra germânica alatinada, e Ciro, nome de vários personagens gregos. De outro lado, analisa o autor, não se pode deixar de notar sobrenomes portugueses a que se procurava fazer o inverso dando-lhes ares de estrangeiro.

Desta forma, a partir da revisitação aos estudos de diversos pesquisadores sobre a antroponímia, fica evidente que o nome próprio, no território onde se situa Portugal hoje, desde os mais longínquos séculos, recebeu influências de diferentes povos, algumas mais outras menos expressivas. É de se notar, todavia, que muitos dos nomes “estrangeiros” adotados na Idade Média são, até hoje, conservados e utilizados com naturalidade por portugueses, com maior ou menor grau de adaptação à língua.

⁵⁶ O filólogo explica que D. João I e D. Afonso V proibiram o uso de nomes judeus a partir dessa data.

Considerações finais

Nesta seção, em que tratamos do estado da arte de nomes próprios no Brasil, em Portugal e na Idade Média, foi nossa intenção revisitar os estudos de diversos autores e apresentar o que se vem publicando sobre o assunto ao longo das décadas. Apresentamos a Ciência Onomástica e o que esta abrange, a visão de renomados pesquisadores – como a de Leite de Vasconcelos em sua obra de 1928 –, as definições de “nomes próprios” que vêm sendo propostas em diversos trabalhos desde então e como os nomes próprios podem contribuir para as investigações em ciências humanas.

Abordamos a importância de se estudar a antroponímia, os vestígios deixados por diferentes povos em nossa história e as consequentes aculturações onomásticas ocorridas, além de exemplificarmos prenomes de origem estrangeira registrados em Portugal na Idade Média. Depois, tratamos da dialética “ausência *versus* presença” de aspectos semânticos nos nomes próprios, sobretudo com base nos trabalhos de Ullman (1997), Carvalhinhos (2007, 2008b) e Dick (1990) e assumimos a defesa de que o sistema antroponímico varia de sociedade para sociedade, sem nos permitir generalizações.

Caminhamos, na sequência, para o estudo de nomes próprios no português brasileiro atual e apresentamos, com base em pesquisas linguísticas recentes, as motivações de escolhas dos prenomes, o gosto dos brasileiros por nomes de origem suposta ou verdadeiramente estrangeira, bem como questões ortográficas e fonológicas que neles puderam ser analisadas. Apresentamos os nomes preferidos para nomear crianças nascidas no ano de 2018, de acordo com o Conselho Nacional da Justiça do Brasil, que os disponibilizou para consulta *on-line*, e concluímos o estudo sobre nomes

próprios brasileiros tratando de um tema recente, abordado pela primeira vez por Massini-Cagliari (2004): a identidade fonológica do Português.

Sobre o nome próprio em Portugal, foi nossa intenção revisitar obras como as de Pinto (2010) e Castro (2017), que se ocuparam de estudos antroponímicos e de questões sobre política da língua nesse país. Apresentamos a extinta lista de “Vocábulos Admitidos e Não Admitidos como Nomes Próprios” e analisamos alguns nomes que nela constavam.

Por fim, tratamos da investigação linguística de nomes próprios nas cantigas medievais galego-portuguesas. Revisitando trabalhos que consideram os nomes tanto nas cantigas religiosas, quanto nas profanas, buscamos informações sobre a realização dos nomes próprios naquela época. Caminhamos em busca de indícios sobre os nomes próprios registrados pelos trovadores e apresentamos um panorama de como eram escolhidos os nomes próprios naquela época. Tratamos de como o sistema antroponímico foi sendo reformulado, focalizando a influência cristã nos nomes próprios, bem como a integração com outros povos e as marcas deixadas. Quanto à análise fonológica de nomes próprios estrangeiros no Português Arcaico registrados nas cantigas trovadorescas, ressaltamos que os estudos de Massini-Cagliari (2011b, 2012) e de Massini-Cagliari e Silva (2012) são os únicos dos quais temos notícia até o momento.

2 Embasamento Teórico

Analizamos, de acordo com as teorias não lineares (CLEMENTS E HUME, 1995; BISOL, 1996; CAGLIARI, 1997, 1999; FREITAS E SANTOS, 2001; MASSINI-CAGLIARI, 1999, 2015), os nomes próprios coletados neste trabalho. Para a análise do PA, o *corpus* de suporte que utilizamos foi a edição de Mettmann (1986-1989), e o sistema fonológico, o proposto por Massini-Cagliari (1999, 2015).

Em Macedo (2015, p.24-62), apresentamos uma revisão da literatura sobre a fonologia não linear⁵⁷, seu percurso histórico, que teve seu início como reação aos estudos chomskianos, e também abordamos outras teorias que a compõem. Debruçamo-nos primeiramente sobre a teoria gerativa padrão e ressaltamos a importância da publicação do *The Sound Pattern of English*, o SPE, em 1968, responsável por abrir os caminhos para análises não lineares. Depois, perpassamos a Fonologia não linear e algumas das teorias que a compõem, para então chegarmos à análise da sílaba – que ocupa lugar de destaque nas análises fonológicas e, segundo Blevins (1995, p.206), tem tido papel crescente com o passar das décadas – e do acento, “alvo das mais variadas descrições fonológicas”, de acordo com Massini-Cagliari (1992, p.71). Em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015), também analisamos a sílaba e o acento no PB e no Inglês Americano (doravante, IA), de acordo com as teorias não lineares, para dar suporte às análises dos nomes próprios estudados em ambas as línguas.

Uma vez que objetivamos fazer um estudo comparativo do comportamento fonológico de nomes próprios no PA, no PB e no PE, passamos, a seguir, a uma breve apresentação de trabalhos do grupo de pesquisa no qual estamos inseridos que se dedicaram ao estudo aprofundado de sílaba e acento nestes sistemas fonológicos.

⁵⁷ De acordo com Massini-Cagliari (1999, p.72), convencionou-se chamar de fonologia não linear a teoria métrica, a teoria lexical, a teoria autossegmental e a teoria prosódica.

2.1 Acento e Sílabas na fonologia não linear

Na Linguística, o significado de acento está mais relacionado “com o termo ‘tonicidade’ da gramática normativa (quando as palavras são classificadas em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, com base na posição de suas sílabas tônicas e átonas) do que com o termo ‘acento’ [sinal gráfico] propriamente dito” (MASSINI-CAGLIARI, 1992, p.9). De acordo com a autora, os modelos fonológicos não lineares definem o acento como uma relação de proeminência entre as sílabas, classificando “tônicas” ou “acentuadas” aquelas mais proeminentes e “átonas” as sílabas menos proeminentes.

Cagliari (1999) explica que, ao ser tratado como “unidade fonológica”, o acento passa, a partir dos modelos fonológicos não lineares, a ser analisado como uma proeminência resultante da relação entre os elementos prosódicos de um mesmo nível – sílaba (σ), pé (Σ) ou palavra fonológica (ω) –, sendo assim visto como um fenômeno *suprasegmental*, isto é, além do segmento.

De fundamental importância são os trabalhos de Liberman (1975), de Prince (1975) e Liberman e Prince (1977), cujas ideias lançadas deram origem à Teoria Métrica (TM). De acordo com Cagliari (2008, p.118), “a preocupação principal [da fonologia métrica] está voltada para os fenômenos dependentes da fonotática, em particular da sílaba e dos fenômenos rítmicos, em geral”.

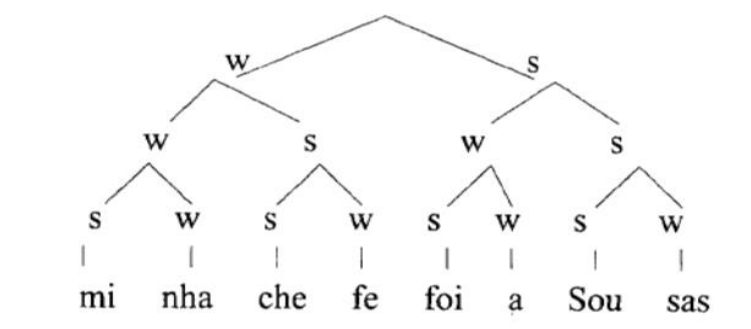
Traçando uma perspectiva do acento na teoria métrica atual, Massini-Cagliari (1999, p.75) nos apresenta um resumo de três momentos da fonologia métrica: a primeira versão, também chamada *standard* da teoria, elaborada por Hayes (1980), preocupada com a teoria paramétrica do ritmo, depois, o trabalho de Prince (1983), que propõe a utilização somente das grades (*grid-only*) e o abandono das representações arbóreas e, por fim, um terceiro momento no qual aparecem os trabalhos de Halle e

Vergnaud (1987), Kager (1989), Goldsmith (1990), Visch (1990), Haraguchi (1991) e Hayes (1995), defendendo tanto as representações em grade quanto as representações arbóreas, além de considerarem importantes para qualquer abordagem do acento os constituintes hierarquizados. A esta terceira versão, Massini-Cagliari afirma que coube sintetizar as vantagens dos dois primeiros tipos de representação em uma única, a saber, as grades parentetizadas (*brecketed grids*), bem como sustentar uma teoria de princípios e parâmetros.

De acordo com Matzenauer (2010, p.72), a proposta de Liberman e Prince (1977), que sugere os dois tipos de representação, isto é, a *árvore métrica* e a *grade métrica*, recebeu críticas porque “as grades são derivadas das árvores métricas e, portanto, apresentam parte da informação já contida nas árvores”. A árvore, de acordo com a autora, “representa basicamente as relações de proeminência entre constituintes métricos, sílabas e outros, mas que não indica diretamente qual é o mais proeminente de toda a sequência”, enquanto a grade “representa os elementos mais proeminentes de uma sequência, mas não os analisa em constituintes” (MATZENAUER, 2010, p.72).

No que diz respeito à primeira versão, em que as sílabas de um enunciado têm suas saliências representadas em forma de árvore, como exemplifica Cagliari (2008, p.120) em “minha chefe foi a Sousas”, as relações entre as sílabas, definidas como fortes (s – *strong*) e fracas (w – *weak*), configuram-se do seguinte modo:

(2.1)



Já na segunda representação (2.2), utilizando somente grades (*grid-only*), o autor (Cagliari, 2008, p.120) apresenta o mesmo enunciado da seguinte forma:

(2.2)

						x	
						x	
		x				x	
x		x		x		x	
x	x	x	x	x	x	x	x
mi	nha	che	fe	foi	a	Sou	sas

Na explicação de Costa (2010, p.86), nessa representação lançada por Prince (1983), atribui-se uma marca “x” para cada sílaba, responsável por estabelecer uma primeira relação de proeminência, que forma, por sua vez, em espaços mais ou menos iguais, um contínuo de forte e fraco no nível imediatamente acima. Mas seria diante da discussão da melhor representação que os trabalhos de Halle e Vergnaud (1987), Kager (1989), Goldsmith (1990) e Hayes (1995), considerando a necessidade dos constituintes hierarquizados na abordagem do acento, decidiram convergir as vantagens desses dois tipos de representação, propondo as grades parentetizadas (*bracketed grids*). Esse tipo de representação é particularmente interessante por mostrar com clareza a hierarquia das batidas rítmicas da representação em grade, sem contudo eliminar as ramificações que indicariam os constituintes que apareceriam em uma árvore métrica, como explica Prado (2014, p.192).

A fim de ilustrar as representações do acento nos três momentos da fonologia métrica, apresentamos a seguir os exemplos de Massini-Cagliari (1999, p.78-79) para o sintagma “Universidade de Campinas” de acordo com a representação em árvores (2.3), grades (2.4) e grades parentetizadas (2.5).

Diante dessas três possibilidades de representação, Massini-Cagliari (1999) ressalta, todavia, que o mais importante é considerar que todas elas tratam de *constituintes hierarquizados*.

Costa (2010) afirma que, para o estudo da formalização das grades parentetizadas, é necessário que o pesquisador considere antes descrever os níveis de constituintes com os quais lida na teoria métrica. Assim, passaremos a um breve estudo acerca da sílaba, que é o primeiro nível e “o qual também possui uma hierarquia na organização dos seus constituintes menores” (COSTA, 2010, p.88).

Em Macedo (2015, p.33), apresentamos a visão de Nespor e Vogel (1986) sobre a sílaba, para quem “trata-se de uma estrutura basilar, isto é, um elemento presente na fonologia de todas as línguas do mundo como domínio de muitas regras ou processos fonológicos”, a de Blevins (1995), que a define como “uma unidade estrutural, que tem a finalidade de possibilitar a organização melódica em uma frase” e a de Selkirk (1982), que a classifica como “uma unidade hierárquica cuja estrutura é atribuída por princípios gerais”. Ressaltamos ainda os dois principais argumentos dados por Selkirk (1982) para considerar a importância da sílaba enquanto unidade fonológica por se tratar de um elemento hierarquicamente organizado na estrutura prosódica:

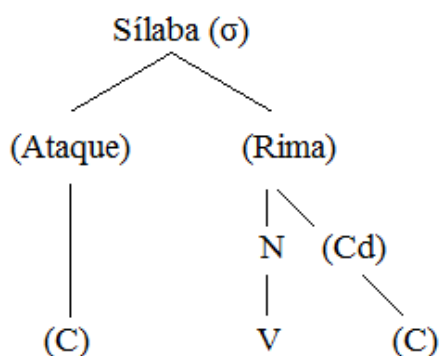
[o] primeiro argumento é que, somente com base na estrutura silábica de uma língua, podem-se explicar suas restrições fonotáticas; o segundo é que, por meio dela, se fazem as aplicações de regras fonológicas e, por último, o tratamento adequado de fenômenos suprasegmentais, como entonação e acento. (MACEDO, 2015, p.33)

Quanto à sílaba na fonologia métrica, ainda em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015), abordamos os principais trabalhos defensores dessa teoria, como o

de Selkirk (1982) – que considera, por sua vez, as propostas de Pike e Pike (1947), Fudge (1969) –, bem como o de Bisol (1999), em que a autora examina e detalha a estrutura interna de constituintes silábicos.

Na TM, a composição da sílaba (2.6) se dá pelo ataque (ou *onset*, que é um componente dispensável) e pela rima (componente obrigatório). A rima, por sua vez, é formada por um núcleo, seguido ou não por uma coda:

(2.6)⁵⁸

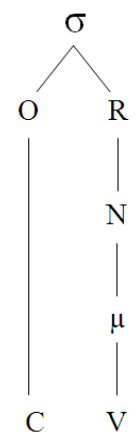
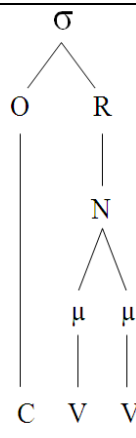
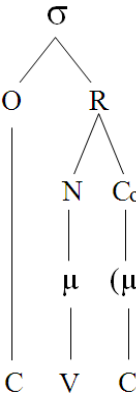


Ainda em Macedo (2015), retomamos o trabalho de Collischonn (2010), que aprofunda os estudos sobre a sílaba. Sobre a distinção entre sílabas leves e pesadas, que se reflete, por sua vez, nas regras de atribuição de acento, a autora esclarece que a estrutura interna da sílaba é fator determinante do peso silábico, sendo o ataque (ou *onset*) irrelevante para o peso silábico, enquanto a rima assume o papel: rimas constituídas somente por uma vogal são leves e rimas constituídas por vogal + consoante ou por vogal + vogal (ditongo ou vogal longa) são pesadas.

⁵⁸ Bisol (1999, p.702).

De acordo com Cagliari e Massini-Cagliari (1998), no que diz respeito à subteoria do peso silábico (outra abordagem existente), esta se baseia no valor moraico da sílaba no modelo métrico paramétrico de Hayes (1995) e é responsável por conferir maior importância aos fenômenos prosódicos e suprasegmentais como unidades e processos constitutivos do sistema fonológico das línguas. O Quadro 2.1 a seguir foi retirado de Macedo (2015, p.51), no qual resumimos informações recolhidas de Hayes (1995) e Cagliari e Massini-Cagliari (1998):

Quadro 2.1 – Quantidade silábica

Sílaba	Quantidade de elementos	Peso silábico	Representação
CV	1 (tanto na rima quanto no núcleo)	Monomoraica (sílabas leve)	
CVV	2 (na rima e no núcleo)	Bimoraica (sílabas pesada)	
CVC	Na rima: 2 No núcleo: 1	Monomoraica (línguas que contam apenas os elementos no núcleo) Ou Bimoraica (línguas que optam por contar os elementos da rima)	

Fonte: Macedo (2015, p.51), com base em Hayes (1995) e Cagliari e Massini-Cagliari (1998).

Tendo tratado de forma breve o nível da sílaba na TM e, uma vez que a retomaremos ainda nesta seção, ao analisar a silabação do PA, passamos, a seguir, ao próximo nível: o pé.

O primeiro parâmetro a ser estabelecido é a escolha do tipo de pé é, isto é, se unitário, binário, ternário ou ilimitado. De acordo com Massini-Cagliari (1999, p.82-83), uma vez escolhidos pés binários, o próximo passo para que a língua obtenha o seu pé canônico é a análise do peso silábico e da adjacência da cabeça em relação à posição da cabeça no pé (à direita ou à esquerda). Serão *iambos* aqueles cuja cabeça final tiver dominância à direita (. x), enquanto *troqueus* são aqueles que possuem a cabeça inicial com dominância à esquerda (x .). Depois, retomando a visão de Hayes (1995, p.71) sobre o inventário de pés binários possíveis, Massini-Cagliari (1999) explica que estes se reduzem a três (com relação ao peso silábico, nas línguas que o consideram): o **troqueu silábico**, que não leva em consideração o peso silábico, o **troqueu moraic**, que considera o peso silábico, e o **iambo**, constituído por uma sílaba breve seguida de uma longa:

(2.7)⁵⁹

Troqueu silábico:	(x .)		
	σ σ		
Troqueu moraic:	(x .)	(x)	
	∪ ∪	ou	—
Iambo:	(. x)	(x)	
	∪ σ	ou	—

No que diz respeito ao acento no português, transcrevemos, a seguir, a visão de Prado (2014, p.194), adotada também para as análises deste trabalho:

⁵⁹ Adaptado de Massini-Cagliari (1999, p.84).

De acordo com alguns pesquisadores como Bisol (1992), Wetzels (1992) e Massini-Cagliari (1999), o acento do português é sensível ao peso das sílabas, sendo atribuído a partir da localização de troqueus moraicais, do final para o começo da palavra. Este padrão geraria todas as palavras paroxítonas terminadas em sílabas leves (que é o padrão do português) e oxítonas terminadas em sílabas pesadas. Já os padrões excepcionais (proparoxítonas e paroxítonas terminadas em sílabas pesadas) são gerados por regras alternativas, em níveis mais profundos do léxico. No entanto, Mateus (1983) acredita que o acento do português recai sobre a última vogal do radical, opinião compartilhada por Lee (1995). Da mesma forma que a proposta anterior, esta também explica a atribuição do acento aos padrões não-excepcionais, sendo que, para as proparoxítonas, Lee (1995) recorre ao padrão trocaico para explicar a localização do acento. Embora este seja ainda um assunto controverso, o mais importante é perceber que o resultado das duas regras descritas acaba por atribuir o acento na mesma posição. É importante ressaltar que a opção por uma ou outra regra de atribuição do acento não influencia a análise deste trabalho, já que, mesmo diferentes, todas as regras anteriormente propostas têm que, obrigatoriamente, posicionar o acento sobre a sílaba em que ele de fato ocorre. No entanto, notamos que as descrições do acento que consideram o pé básico do português como sendo iâmbico acabam, em algum momento, considerando alternâncias trocaicas em suas análises. Portanto, para efeitos de comparação entre português (PB e PE) e inglês (IA), iremos optar pelo padrão trocaico.

Definido o pé básico da língua, parte-se para a construção dos pés, que pode ser orientada da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita (figura 2.1). Tal construção pode ser iterativa ou não. Depois, as línguas devem estabelecer o valor da Regra Final (*End Rule*), mostrada em (2.8)⁶⁰:

⁶⁰ Massini-Cagliari (1999, p.86).

TROQUEUS SILÁBICOS	
construídos da esquerda para a direita:	construídos da direita para a esquerda:
(x.) (x.) (x.) (x ... σ σ σ σ σ σ ... ----->	... x)(x.) (x.) (x.) ... σ σ σ σ σ σ <-----
TROQUEUS MORAICOS	
construídos da esquerda para a direita: ²¹	construídos da direita para a esquerda:
(x.) (x) (x) (x) (x) (x) (x.) (x.) ... u u — — — u u ... ----->	.) (x.) (x) (x) (x) (x) (x.) (x.) ... u u — — — u u <-----
IAMBOS	
construídos da esquerda para a direita:	construídos da direita para a esquerda:
(. x) (. x) (x) (x) (. x) (. x) (x) ... u u — — — u u — ... ----->	.) (. x) (. x) (x) (x) (x) (. x) (. x) ... u u u — — — u u <-----

Figura 2.1 – Direcionalidade na construção dos pés.

Fonte: Massini-Cagliari (1999, p.85).

(2.8)

Regra Final

- Crie um novo constituinte métrico acima da estrutura existente
- Localize a marca da grade (x), formando a cabeça deste constituinte *o mais à direita/o mais à esquerda* possível.

A noção da extrametricidade deve ser considerada na teoria métrica. Trata-se de “um recurso para explicar por que em determinadas línguas o acento não cai na última sílaba, mas na penúltima ou antepenúltima” (COLLISCHONN, 2010, p.135). A extrametricidade é importante em línguas como o inglês, o holandês, o latim e o polonês, por exemplo. Massini-Cagliari (1999, p.87) explica, todavia, que a extrametricidade se sujeita a duas outras condições, que foram colocadas por Hayes (1985) e por Halle e Vergnaud (1987): a Condição de Perifericidade, que determina que elementos extramétricos sejam periféricos, e a Condição de Não-Exaustividade, em que se bloqueia a extrametricidade quando esta abranger todo o domínio, como no caso dos monossílabos do latim.

Quanto aos pés degenerados, Massini-Cagliari (1999, p.89) ressalta que estes podem ser construídos sempre que necessário, de acordo com Halle e Vergnaud (1987), ou, por outro lado, conforme postula Hayes (1995), vinculando-se a uma proibição na língua, sendo absolutamente proibidos (proibição forte) ou permitidos somente em posição forte, isto é, quando dominados por uma marca (x) superior na grade. Costa (2010, p.94) esclarece que os pés degenerados ocorrem nos casos dos troqueus silábicos quando se trata de um monossílabo ou quando a sequência contém um número ímpar de sílabas; no que se refere aos iambos e troqueus moraicos, o autor afirma que ocorrem os também chamados “pés não completos” quando ficam sobrando sílabas leves à direita, em uma construção de pés da esquerda para a direita iterativamente, além de que estes também podem ser construídos no caso de monossílabos constituídos de sílabas leves.

Tendo descrito brevemente o acento e a estrutura da sílaba sob o olhar da Teoria Métrica, utilizada como fundamentação teórica deste trabalho, trataremos a seguir do acento e da sílaba no PA para analisar os nomes próprios que coletamos nas cantigas medievais galego-portuguesas.

2.2 Acento e sílaba no PA

O acento no PA por meio da análise da lírica profana e religiosa tem sido alvo de investigações de diversos trabalhos desenvolvidos no contexto do Grupo de Pesquisa “Fonologia do Português: Arcaico e Brasileiro” ao qual já nos referimos na presente tese.

A novidade trazida pelas análises de Massini-Cagliari (1995; 1999), no que se refere ao PA, é estudar, através de textos poéticos metrificados, fenômenos como acento e ritmo, porque “é somente a estrutura métrica dos versos que pode fornecer pistas a respeito da estrutura prosódica (aí incluída a estrutura métrica) de palavras de uma

época da língua que se conhece apenas através de textos escritos” (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p.150). A autora “foi a primeira a elaborar um estudo do acento lexical do PA, ao propor uma metodologia que enfoca os itens lexicais em posição de rima, proeminência principal do verso, para estabelecer os padrões acentuais do PA” (MASSINI-CAGLIARI, 2008, p.10). Depois, prosseguindo com as investigações, a pesquisadora avaliou, em trabalhos posteriores, as contribuições que a interface com a Música poderia trazer para as análises do acento no PA. Passou então a considerar que também se poderia determinar a proeminência principal de palavras que não ocorressem em posição de rima nas cantigas medievais, através da divisão dos compassos musicais das cantigas e a localização dos tempos fortes das batidas musicais (cf. Massini-Cagliari, 2008).

Também os trabalhos de Costa (2010, 2014) indicaram que, na maior parte das palavras analisadas nas cem primeiras *CSM* através da metodologia que considera a sílaba em posição de proeminência musical – incluindo nomes próprios, objeto de nosso estudo –, a pauta acentual linguística (tônica, pretônica, postônica, monossílabo átono e monossílabo tônico) coincidia com a posição de proeminência musical. Seus dados coletados forneceram uma amostra de mais de 32 mil coincidências entre proeminências musicais e sílabas textuais, sendo que quase 40% corresponderam a coincidências entre a proeminência musical e as sílabas tônicas de palavras polissilábicas (COSTA, 2014, p.218-219).

Massini-Cagliari (1999, p.154) constata que as cantigas trovadorescas se subdividem em três tipos básicos, sendo: cantigas formadas apenas por versos agudos; cantigas formadas por versos graves e cantigas em que os versos graves alternam com os agudos. A autora observou ainda, em consonância com Michaëlis de Vasconcelos, a predominância de cantigas compostas apenas por versos agudos. Como pé básico do

PA, assim como no latim e no PB, Massini-Cagliari considera o troqueu moraico, o que se comprova pela grande maioria de palavras do *corpus* analisado ser paroxítonas (a pauta paroxítona é o padrão trocaico canônico). No que se refere à construção dos pés, a linguista afirma que o PA é sensível à quantidade silábica, sendo que qualquer sílaba pesada, posicionada na penúltima ou na última posição silábica da palavra, atrai o acento lexical para si; e, em relação à ocorrência de pés degenerados, de forma semelhante ao PB, quando nenhum pé canônico puder ser construído, como no caso de monossílabos leves, sua ocorrência é permitida, tratando-se, assim, de uma *proibição fraca* em relação à ocorrência de pés degenerados. Por fim, no que diz respeito ao fenômeno de extrametricidade, explica que a consoante /S/, quando corresponde à realização da desinência de número plural dos nomes, é invisível ao processo de contagem de moras.

Em Massini-Cagliari (2015), nos são apresentados os padrões acentuais possíveis no PA, no nível lexical. A autora considera o fato, quanto à localização do acento, que os poucos autores que tratam do assunto são unânimes em concordar que havia grande quantidade de palavras paroxítonas e oxítonas no PA, mas discordam em relação à existência de proparoxítonas, sobretudo aqueles que tratam de *corpora* fechados, como é o caso de Nunes (1972, 1973). Outros, contudo, apesar de considerarem casos raros, atestam a existência de proparoxítonos, como Michaelis de Vasconcelos (1912-13) e Teyssier (1987). No que se refere às alterações de posicionamento do acento do latim ao PA, Massini-Cagliari considera a tendência de transformar em paroxítonas as palavras proparoxítonas latinas e aponta novamente os trabalhos de Michaelis de Vasconcelos (1912-13) e Nunes (1969) que abordam tais processos na língua daquela época. Depois, a autora fornece-nos um resumo do conjunto dos valores dos parâmetros do acento nos três períodos do português que

considera (reproduzido na figura a seguir), uma vez que as escolhas paramétricas que expõe “dão conta da grande maioria das palavras (padrões não excepcionais) da línguas nesses três momentos: paroxítonas e proparoxítonas em latim; oxítonas e paroxítonas, em PA e PB” (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.161).

	LATIM	PA	PB
pé básico	troqueu moraico	troqueu moraico	troqueu moraico
1. Quantidade de sílabas por pé	binário	binário	binário
2. Dominância	esquerda	esquerda	esquerda
3. Sensibilidade à quantidade das sílabas	sim	sim	sim
4. Direcionalidade	da direita para a esquerda	da direita para a esquerda	da direita para a esquerda
5. Iteratividade	não iterativo	não iterativo	não iterativo

Quadro 2.2- Conjunto dos valores dos parâmetros do acento no latim, no PA e no PB.

Fonte: Massini-Cagliari (2015, p.157).

Tendo tratado brevemente sobre o acento, que será retomado ao fim desta seção, passaremos, a seguir, à sílaba no PA. Com base em Massini-Cagliari (2015) e em outros trabalhos do grupo de pesquisa no qual estamos inseridos (que também consideram as cantigas medievais galego-portuguesas como *corpus* de pesquisa), analisaremos a seguir as possibilidades silábicas da língua daquela época.

Em seu estudo sobre as estruturas silábicas encontradas nas cinquenta cantigas de amigo, extraídas do CBN, nas sete cantigas de amigo de Martin Codax, presentes no *Pergaminho Vindel*, nas cinquenta cantigas de amor, extraídas do CA e nas sete cantigas de amor, de D. Dinis, presentes no *Pergaminho Sharrer*, Biagioni (2002, p.87-88) constata que, no PA, podem ocorrer ataques simples, vazios ou complexos. A pesquisadora encontrou dezessete tipos de sílabas fonéticas (=poéticas), que transcrevemos na Tabela 2.1.

Tabela 2.1. Tipos de sílabas fonéticas possíveis em PA.

Tipos de sílabas	Exemplo	Porcentagem (%)
V	v a mi go	9,47
CV	cv cã ta vã	43,90
CCV	ccv fre mo as	1,59
VV	vv eu	1,84
CVV	cvv foi	7,12
CVV	cvv mha	1,13
CVV (somente ditongos com qu-/gu-)	cvv gua rir	0,04
CCVV	ccvv prey to	0,23
VC	vc ve er	2
CVC	cvc a ues	17,25
CVVC	cvvc mais	1,92
CVVC somente ditongos com qu-/gu-)	cvvc qual	0,23
CCVC	ccvc en trar	0,30
VN	vn vy ã	1,29
CVN	cvn mã deu	10,63
CVVN	cvvn quan do	0,35
CCVN	ccvn grã	0,71

Fonte: Adaptado de Biagioni (2002, p.87-8).

A autora observou que a sílaba canônica em PA é o tipo CV, o mais comum em todas as línguas do mundo, ao passo que os tipos menos comuns envolvem sempre sílabas complexas, como CCVN, CCVV, CVV. A sílaba mínima em PA é composta por apenas por um elemento (V), como comprovou, mas pode haver vários tipos de sílaba

máxima, todos compostos por quatro elementos (não podendo ultrapassar esse limite no nível fonético, mas podendo variar no que se refere à sua distribuição).

Depois, partindo dos modelos fonológicos não lineares, Biagioni (2002, p.147) tratou sobre como cada uma dessas sílabas fonéticas deveria ser interpretada no nível fonológico. Assim, a pesquisadora encontrou os quatorze tipos que listamos na Tabela 2.2 a seguir:

Tabela 2.2. Tipos de sílabas fonológicas possíveis em PA.

Tipos de sílabas	Exemplo	Porcentagem (%)
V	v a mi go	9,47
CV	cv cã ta vã	43,90
CCV	ccv fre mo as	1,59
VV	vv eu	1,84
CVV	cvv foi	7,12
CVV	cvv mha	1,13
CCVV	ccvv prey to	0,23
VC	vc ve er	2
CVC	cvc a ues	17,25
CVVC	cvvc mais	1,92
CCVC	ccvc en trar	0,30
VN	vn vy ã (viam)	1,29
CVN	cvn mã deu	10,63
CCVN	ccvn grã	0,71

Fonte: Adaptado de Biagioni (2002, p.87-8).

No entanto, conforme observa Massini-Cagliari (2015, p.77), o inventário proposto por Biagioni reduz-se a onze tipos, se levarmos sem consideração, seguindo a tradição dos estudos sobre o PB desde Câmara Jr (2009 [1970]), que sílabas do tipo (C)VN podem ser consideradas como tendo um travamento nasal. A partir da releitura dos dados de Biagioni (2002) por Massini-Cagliari (2015, p.77), temos para o PA o que mostra o (Quadro 2.3):

Quadro 2.3. Tipos de sílabas fonológicas possíveis em PA.

Tipos de sílabas	Exemplo
V	a-mi-go
CV	a-mi-go; gua-rir
CCV	fre-mo-sa
VV	eu
CVV	foi
CVV	mha/miá
CCVV	prey-to
VC	ve-er
CVC	a-mor; qual
CVVC	mais
CCVC	en-trar
VN	vi-ã
CVN	en-tem-di; quan-do
CCVN	gran

Fonte: Adaptado de Massini-Cagliari (2015, p.77).

Passando para o estudo sobre os segmentos em posição de ataque silábico (*onsets* simples), Biagioni (2002, p.91-92) aponta que podem ocorrer os seguintes em posição intervocálica, indicados em (2.9), muito embora devam ser consideradas algumas restrições em relação à sua ocorrência em início de palavras, como é o caso de

sílabas com os fonemas /p/, /k/ e /r/, que apenas configuram *onsets* simples em posição intervocálica no nível fonético⁶¹.

(2.9)⁶²

/p/	p aſtor; culpa
/b/	b em; ſouber
/f/	f illar; defendi
/v/	v isgo/pavor
/m/	m adre/irmã
/t/	t al/fontes
/d/	d elgado/tardada
/s/, /tʃ/, /s/	s ofrer/disserdes
/z/, /dz/, /z/	z azerar/ Z orro
/n/	n amorada/manhanas
/l/	l azerar/fala
/r/	r edereite
/k/	q uiser/aquestas
/k ^w /	q uando/aquanto
/g/	g uisado/comigo
/g ^w /	g ua/guardar
/ʃ/, /tʃ/	ch orã/acharei
/ʒ/, /dʒ/	j az/oge
/k/	v alha
/p/	m anha
/r/	r ubi/uerra

Com relação aos *onsets* complexos, apresentamos um quadro elaborado por Massini-Cagliari (2015, p.82), com exemplos advindos das cantigas profanas e religiosas (Quadro 2.4). A autora explica que apenas as consoantes /p, b, t, d, k, g, f, v/

⁶¹ Massini-Cagliari (2015, p.80) esclarece que, no nível fonológico, estudos recentes têm conferido a tais consoantes um caráter de “geminadas”.

⁶² Exemplos de Biagioni (2002, p.91).

aparecem na primeira posição de *onset* complexo, enquanto são permitidas somente as líquidas /l, r/ na segunda posição.

Quadro 2.4 – Onsets complexos no PA.

Sequência consonantal	Exemplos	Sequência consonantal	Exemplos
Pr	pro logo, primeira	pl	temp lo
Br	bra ço, gabriel	bl	pob lo, estabelecido
Tr	tro bar, tr age	tl	---
Dr	mad re, ped ra	dl	---
Kr	cr isto, cr uz	kl	clar idade, cl érigo, cl emêto
Gr	mir agre, aleg ria	gl	---
Fr	fr emosa, fr or	fl	---
Vr	ly vro, lav rar	vl	para ula

Fonte: Adaptado de Massini-Cagliari (2015, p.82).

Nas cem cantigas de amigo e de amor que analisou, Massini-Cagliari (2015) afirma que os exemplos para as sequências de obstruinte mais /t/ foram muito mais frequentes que as sequências C+l. Nas cantigas de amigo e de amor analisadas, entretanto, com relação aos *onsets* complexos, encontrou nesta posição somente sequências de oclusivas ou fricativas labiodentais mais tepe, sendo o nome próprio *Clemenço* a única palavra encontrada com uma lateral na segunda posição de *onset* seguindo uma oclusiva; os demais exemplos listados no Quadro 2.4 foram encontrados pela autora nas *CSM*.

Partindo de observações feitas por Mattos e Silva (1989) e Maia (1986), sobre a ocorrência da sequência C+l ser mais frequente nas *CSM* do que nas cantigas profanas, Massini-Cagliari (2015, p.84) sugere a hipótese da “tendência mais latinizante do discurso religioso, que, embora composto em galego-português, referia-se a um

universo que dominava o latim, língua oficial da Igreja”, sendo as palavras desse tipo consideradas como obsoletismos. Demais palavras com *l* na segunda posição de *onset*, de acordo com a autora, como *poblo*, por exemplo, são classificadas por Rodríguez (1983) como castelhanismos presentes nas *CSM*.

O PA era muito mais restrito com relação à construção de *onsets* complexos, de acordo com Massini-Cagliari (2015, p.85-6), do que o PB e o PE. No que se refere ao PB, a autora lista (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.86), com base em Silva (2001, p.157), as seguintes restrições que transcrevemos a seguir:

Restrições em sílabas com duas consoantes prevocálicas

- a. Quando C1 e C2 ocorrem, a primeira consoante é uma obstruente (categoria que inclui oclusivas e fricativas pré-alveolares) e a segunda consoante é uma líquida (categoria que inclui /l, r/).
- b. /dl/ não ocorre e /vl/ ocorre apenas em um grupo restrito de nomes próprios que são empréstimos (ex: Wladmir, Wlamir, etc.)⁶³.
- c. /vr/ e /tl/ não ocorrem em início de palavra e apresentam distribuição restrita, ou seja, com poucos exemplos.

Tendo abordado as possibilidades da estrutura do *onset* no PA, a seguir consideramos a estrutura da coda. Embora, nessa posição, predominem as sílabas abertas, o travamento silábico é permitido, como apontam Biagioni (2002, p.105) e Massini-Cagliari (2015, p.88). O Quadro 2.5 traz quatro possibilidades de consoantes formando codas simples no PA, a partir do *corpus* profano analisado, sendo elas: /l/, /r/, /S/ e /N/. Massini-Cagliari atesta que, no PA, as evidências são muito débeis a favor da consideração de coda complexa na língua daquela época.

⁶³ Em Macedo (2015), na análise de nomes próprios no PB, identificamos o nome Nadla, uma criação onomástica.

Quadro 2.5 – Consoantes em posição de coda simples.

Consoante	Grafema(s) correspondente(s)	Exemplos ⁶⁴
/l/	L	soldada, salvar, deslealdade, altar, dulta
/r/	R	lazerar, ueer flor, mar, loor, carne, portas, altar, salvar, abrir
/S/	s, x, z	poys, quix, diz, cantigas, mais, deus, deslealdade, aduz, cruz
/N/	m, n, ~	bem, ben, bẽ, cantiga, bondade, razon, enton, coração, porẽ, ãtender

Fonte: Massini-Cagliari (2015, p.88).

Massini-Cagliari (2015, p.88) explica que representou o segmento /S/, nesse contexto, como arquifonema, pois pode ter mais de uma realização fonética, indicando uma relação de neutralização da oposição que existe entre /s/ e /z/ na posição de *onset*. De forma semelhante, a autora explica que, seguindo o que faz Câmara Jr (2009 [1970]) para o PB, representa o travamento nasal como arquifonema para o PA.

No tocante ao segmento /r/, este é representado como simples fonema, uma vez que “não há provas de que já havia, naquela época, o mesmo tipo de variação livre atestada atualmente, no PB, na pronúncia de /r/ em posição final de sílaba, principal argumento a favor da sua consideração como arquifonema no PB” (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.89). De comportamento semelhante, explica a autora, é o /l/, que tem valor de fonema (em uma perspectiva estruturalista) porque o PA, ao contrário do PB, não vocaliza esse som em final de sílaba.

Outro fato importante apontado no trabalho de Massini-Cagliari (2015, p.90), no que diz respeito ao preenchimento por consoantes no caso de codas simples no PA, é que a autora encontrou uma diferença entre os *corpora* analisados: alguns casos problemáticos foram encontrados nas cantigas religiosas, como os nomes próprios **Cidad-Rodrigo**, **Monsarrat** e **Elisabeth/Elisabet**, o que não ocorreu nas profanas⁶⁵.

⁶⁴ Os exemplos desta pesquisa serão expostos na seção referente à análise dos dados.

⁶⁵ Os dados encontrados neste trabalho serão detalhados na seção 4 deste trabalho.

Com relação ao caso de encontros vocálicos, Massini-Cagliari (2015, p.104) argumenta a favor da “enorme preferência do PA pela silabação de sequências de vogais como ditongos”. No entanto, continua a autora, “ao contrário do que acontece no PB atual, os hiatos são mais tolerados em PA e, em alguns casos, são a única solução possível de silabação de encontros vocálicos intra e intervocabulares (por exemplo, vogais duplas)”.

O núcleo da sílaba no PA pode ser simples (V) ou ramificado (VV), em caso de ditongos. Enquanto, na interpretação de Biagioni (2002, p.123), para o PA, todos os ditongos ocupam duas posições no núcleo, Zucarelli (2002, p.99) expressa uma opinião contrária, considerando mais adequada a hipótese de que o glide estaria na coda.

Retomando a premissa de Massini-Cagliari (2015, p.123) de que, no Português Medieval, o acento é construído sobre a silabação, e não o contrário, finalizamos esta seção apresentando os padrões mais recorrentes de acento lexical no PA a que a autora chegou depois de minuciosa investigação nas cantigas profanas e religiosas. Massini-Cagliari (2015, p.183) conclui que a maioria das palavras analisadas se encaixa no padrão “acento na sílaba que contém a segunda mora da direita para a esquerda”. Os padrões considerados canônicos pela autora foram os seguintes:

- a) paroxítonas terminadas em sílaba leve (sílabas abertas);
- b) oxítonas terminadas em sílaba pesada (sílabas bimoraicas, travadas por consoante ou contendo um ditongo decrescente no núcleo);
- c) paroxítonas terminadas em sílaba leve precedida por uma sílaba pesada, padrão que engloba tanto as sílabas travadas por consoante com as sílabas contendo um ditongo decrescente, como as palavras *alto*, *mandadeiro*, entre outras.
- d) paroxítonas terminadas em sílaba leve precedida por consoante nasal ou lateral palatal (/ɲ/ e /ʎ/), como em *Espanna*, *fremosinha*, *batalla* e *maravilha*, por exemplo;

- e) palavras terminadas em hiato formado por vogal nasalizada seguida de vogal oral, como em *menya*, *bõa*, *algũa*, *mão*, entre outras;
- f) paroxítonas terminadas em ditongo crescente /k^w/ e /g^w/, cujas sequências, no nível fonológico, formam sílabas leves do tipo CV, com núcleos simples, mas com *onsets* (simples também) preenchidos por consoantes complexas, como em *augua*, *lingua*, *mingua*.

Em relação aos padrões marginais de acentuação, Massini-Cagliari (2015, p.182) identifica os seguintes:

- a) oxítonas terminadas em sílaba leve, como *rubi*, *aloé*, *maravedi*, *assi*;
- b) proparoxítonas (ocorrência bastante marginal, sendo que jamais ocorre na posição de rima, além da constatação de processos fonológicos que tendem a transformar antigas proparoxítonas em paroxítonas em muitos casos);
- c) paroxítonas terminadas em sílaba pesada.

Considerações finais

Nesta seção, em que tratamos da teoria utilizada para a análise dos dados desta pesquisa, vimos uma revisão da literatura sobre a fonologia não linear, bem como o seu percurso histórico. Abordamos a teoria métrica, que nos deu suporte para a análise do acento e da sílaba no português, e apresentamos os principais trabalhos da área. Referenciamos trechos de nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015), ao qual remetemos o leitor para um estudo mais detalhado sobre a sílaba e o acento no português e no inglês americano, e apresentamos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa em que nos inserimos sobre a sílaba e o acento no PA.

Fizemos considerações a respeito dos principais trabalhos que tratam do português daquela época e que serão úteis para a análise dos dados que coletamos nas cantigas medievais galego-portuguesas. Explicamos a metodologia inovadora de

Massini-Cagliari (1995, 1999) para o estudo do acento de uma época da qual já não existem mais falantes nativos. Trata-se de considerar os itens lexicais em posição de rima nos versos das cantigas. Depois, consideramos uma outra metodologia, também proposta pela autora (Massini-Cagliari, 2008) e aprofundada em Costa (2010), que trata de considerar a sílaba em posição de proeminência musical para a identificação da pauta acentual linguística que, como mostram os autores, coincidia com a posição de proeminência musical. Os dados analisados nesses trabalhos e também em Massini-Cagliari (2015) foram úteis para a categorização de algumas pautas acentuais de nomes próprios daquela época estudados neste trabalho, que não têm outra possibilidade de análise senão a consideração da pauta musical.

Ainda nesta segunda seção, consideramos a sílaba no PA com base em Massini-Cagliari (2015) e em outros trabalhos orientados pela autora, como o de Biagioni (2002), que sugeriu os tipos de sílabas fonológicas possíveis em PA – revisto por Massini-Cagliari (2015) com base na tradição dos estudos de Câmara Jr. (2009 [1970]) para o PB – e brevemente abordamos a posição ocupada pelos ditongos no PA, retomando os trabalhos de Zucarelli (2002), Biagioni (2002) e Massini-Cagliari (2015).

Por fim, apresentamos os padrões considerados canônicos de acentuação no PA de acordo com Massini-Cagliari (2015), de grande importância para, na quarta seção, analisarmos como comportavam-se os nomes próprios estrangeiros no PA, isto é, se, na lírica trovadoresca, aparecem adaptados ou não ao que se espera.

3 Apresentação dos *corpora* e coleta de dados

Nesta seção, apresentamos os *corpora* que compõem este estudo e os procedimentos para coleta de dados. Como cada *corpus* possui particularidades, dedicamo-nos a cada um de forma especial, a fim de aproximá-los no momento oportuno, quando da análise dos dados (seção 4). Nosso objetivo principal, ao coletar e sistematizar os nomes próprios no português arcaico e no português brasileiro e europeu atuais, é buscar indícios fonológicos que nos permitam o estudo de questões fonológicas de nomes próprios estrangeiros nas diferentes épocas e localidades focalizadas neste trabalho.

3.1 Coleta de nomes próprios no português arcaico

Para o estudo de questões relacionadas ao português arcaico, coletamos e mapeamos nomes próprios nas cantigas medievais galego-portuguesas (religiosas e profanas). No que diz respeito aos dados coletados nas *Cantigas de Santa Maria*, primeiramente, fizemos um levantamento de antropônimos e topônimos contidos no *Glosario* de Mettmann (1972). Estes nomes próprios foram, posteriormente, mapeados nas cantigas. Na sequência, consultamos fontes secundárias de informação – que detalharemos a seguir – e coletamos nelas informações referentes aos nomes medievais analisados, quando disponíveis. Assim, compilamos dois quadros, sendo um com informações dos antropônimos e outro dos topônimos coletados nas *CSM*, nos quais constam as seguintes informações: nome próprio coletado no *Glosario* de Mettmann (1972), número da *CSM*, número do verso, trecho da cantiga em que o nome próprio aparece – de acordo com a edição crítica de Mettmann (1986) –, e as informações sobre

esses nomes recolhidas no *Glosario* do mesmo autor (METTMANN, 1972), no *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes* de Guérios (2004[1949]), no *Dicionário etimológico do português arcaico* de Machado Filho (2013) e no *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval* de Carvalho da Silva (2007). Também registramos as observações contidas na base de dados *on-line* <www.cantigasdesantamaria.com>, organizada por Casson (2011), quanto à rima do nome próprio (por exemplo, no nome Abel, em que a rima é [ɛl]) e no apontamento das palavras de rima direta no grupo na cantiga (e.g., o nome Cistel, na cantiga em que aparece, rima com as palavras bel e chapitel). Classificamos, por fim, os nomes quanto à sua tonicidade (e.g., Cistel, um oxítono terminado em sílaba travada por lateral, e o seu respectivo padrão silábico, CVC.CVC). O Quadro 3.1 traz um recorte destes quadros, a fim de ilustrar as etapas de coleta e mapeamento dos dados.

Quadro 3.1 – Recorte do *corpus* coletado: antropônimos registrados nas *CSM*.

Nome próprio	Cantiga	Verso	Trecho da <i>CSM</i>	Glossário de Mettmann	Pág.	Dicionário de Guérios	Pág.	Dicionário de Machado Filho	Dicionário de Carvalho da Silva	
CISTEL (CVC.CVC)	122	23	de Cistel, que é santa e de paz	Cister: aa orden... De Cistel, que é santa e de paz; desta ordin de Cistel	62	—		Antropônimo francês <i>Cistel</i> , hoje <i>Cisteaux</i>)		
	332	16	Aquel mōesteiro éste desta ordin de Cistel,							
	Informações disponibilizadas no site < www.cantigasdesantamaria.com > (por Andrew Casson). Acesso em julho/2018: <ul style="list-style-type: none"> • Rima: [ɛl] • Palavras de rima direta no grupo: Cistél, bél, chapitél Oxítono terminado em sílaba travada por lateral									
CLEMENTE, SAN (CCV.CVC.CV)	195	92	mi leva, de San Clemente	CF. Cremente	63	Latim (Clemen, Clementis)	109			
Informações disponibilizadas no site < www.cantigasdesantamaria.com > (por Andrew Casson). Acesso em julho/2018: <ul style="list-style-type: none"> • Rima: [ente] • Palavras de rima direta no grupo: mente, manteneente, sergente, Clemente 										

Para a coleta e mapeamento dos nomes próprios nas cantigas profanas, consultamos uma base de dados *on-line* (BD) disponibilizada gratuitamente a pesquisadores e ao público em geral no *website* <<http://cantigas.fcsh.unl.pt/listacantigas.asp>>, resultante do Projeto “Littera, edição, atualização e preservação do património literário medieval português”, coordenado por Graça Videira Lopes, Manuel Pedro Ferreira, Nuno Júdice e demais colaboradores.

De acordo com informações disponíveis no *website*,

O texto editado de todas as cantigas e também da Arte de Trovar é apresentado em edição própria, feita a partir da leitura direta desses textos nos manuscritos que os transmitem. Para esta edição, levámos em conta, no entanto, as anteriores leituras de numerosos especialistas, quer as mais clássicas ou gerais, como as de Carolina Michaëlis, Henry Lang, Oskar Nobile, José Joaquim Nunes ou Rodrigues Lapa, quer as mais recentes, seja por género (como é o caso das 500 Cantigas d'Amigo de Rip Cohen), sejam as propostas nas edições monográficas de cada autor, ou nas edições antológicas com edição de texto, publicadas até ao momento (e sempre que a elas tivemos acesso). Assinalamos, em geral, em nota, o contributo, por vezes precioso, de cada um, quer no que toca ao esclarecimento de passos problemáticos, quer a informações suplementares de todo o tipo. (LOPES et al., 2011).

Nessa BD, colhemos antropônimos, topônimos, trechos e versos das cantigas profanas em que constam nomes próprios, bem como a descrição do género da cantiga, autor e localização nas fontes manuscritas. Os trechos das cantigas consultadas e os nomes próprios seguiram a ortografia dessa base de dados *on-line*, cujos critérios podem ser consultados no referido *website* na aba *Apresentação>Critérios>Critérios ortográficos*.

Primeiramente, coletamos os antropônimos e topônimos disponibilizados na referida base de dados. Depois, consultamos seis diferentes glossários e dicionários: o *Glosario da poesía medieval galego-portuguesa (GLOSSA)*, recurso *on-line* desenvolvido pelo Grupo de Investigación Lingüística e Literaria (ILLA) da

Universidade da Coruña, dirigido por Manuel Ferreiro (2014), o *Dicionário etimológico do português arcaico*, de Machado Filho (2013), o *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*, de Carvalho da Silva (2007), o glossário das *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, de Nunes (1973 [1926/1929]), o *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, de Michaëlis de Vasconcelos (1990 [1904/1922]), e as *Notas gerais das Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*, de Lopes *et al.* (2011), que trazem informações sobre os nomes próprios contidos nas cantigas profanas disponibilizadas na BD *on-line* já mencionada.

Semelhante tratamento em relação aos nomes próprios recolhidos nas CSM foi dado aos antropônimos e topônimos das cantigas profanas, que englobam as cantigas de amigo, de amor, e de escárnio e maldizer.

A seguir, apresentamos considerações de diversos autores sobre as cantigas religiosas e profanas e de como esse material contribuiu para a nossa investigação sobre a pronúncia de nomes próprios no português arcaico.⁶⁶

3.2 As cantigas trovadorescas para o estudo do português arcaico

As cantigas⁶⁷ trovadorescas constituem uma fonte histórica bastante útil para se conhecer os costumes e o cotidiano da época medieval em que foram escritas⁶⁸, além de conterem inúmeras informações para pesquisadores de diferentes áreas, quer da Literatura, quer da Linguística, tendo sido demonstrado por vários fonólogos o valor de tais cantigas para o estudo linguístico de fenômenos segmentais e suprasegmentais do português medieval.

⁶⁶ Dedicamo-nos ao estudo do nome próprio num subperíodo do PA, que pode ser também chamado de *trovadoresco*. (cf. Massini-Cagliari, 1999, p.27).

⁶⁷ Ferreira (1986, p.9) descreve o termo Cantiga como “uma obra vocal desdobrada em *palavras* (versos) e *som* (música)”.

⁶⁸ De acordo com Lopes *et al.* (2011), as cantigas trovadorescas galego-portuguesas foram produzidas entre os finais do século XII e meados do século XIV.

Para este trabalho, que objetiva investigar a pronúncia de nomes próprios em uma época da qual não restam falantes nativos, tais textos poéticos metrificados apresentam-se como excelente alternativa metodológica, conforme apontaram os estudos de Massini-Cagliari (2011b, 2012, 2014) e Massini-Cagliari e Silva (2012).

No que se refere às *Cantigas de Santa Maria*, ao narrar milagres envolvendo terras ou pessoas de diversas nacionalidades – sobretudo as “cantigas internacionais”, conforme classifica Mettmann (1986) –, conhecemos alguns topônimos e antropônimos daquela época e, com isso, o grau de adaptação de termos estrangeiros ao galego-português – ou português arcaico, que corresponde aos primórdios da língua portuguesa. De forma semelhante, as cantigas profanas têm muitos nomes a revelar, quando os trovadores descrevem personagens e cenários da época.

De acordo com Massini-Cagliari (1999, p.25), “no contínuo temporal da língua portuguesa, o período denominado de arcaico corresponde às primeiras manifestações em uma língua diferente do latim (mas derivada dele), que já podem ser chamadas de português”. Este “período histórico”, de acordo com Mattos e Silva (2006, p.21), inicia-se, formalmente, no século XIII, quando a língua aparece documentada pela escrita, ainda que antes já houvesse “traços da futura variante românica que se esboçava no noroeste da Península Ibérica”.

De acordo com Machado (2009, p.63),

na falta de testemunhos orais, quer directos, quer através de gravações de áudio, da situação linguística de épocas recuadas, resta ao investigador o recurso às fontes escritas, caso elas existam, e à reconstrução conjectural dessa mesma situação. No que diz respeito ao Galego-Português, ou também chamado Português Antigo, existe um número significativo de fontes escritas literárias e não literárias.

Mattos e Silva (2006, p.37), em sua obra sobre o português arcaico, afirma que “a documentação linguística fornecida pelo conjunto da lírica medieval galego-

portuguesa é riquíssima”, sendo que traz contribuições não só lexicais e morfológicas, mas também contribuições para o conhecimento de fatos fonéticos do período: “o fato de serem poemas de estrutura formal em versos rimados os torna fundamentais, no que concerne a estudos de história da língua, para o conhecimento de fatos fonéticos desse período”⁶⁹. Também Massini-Cagliari, em diversos trabalhos na área de fonologia, vem defendendo a pertinência da consideração de textos poéticos metrificados (como as referidas cantigas) como *corpus* da diacronia do português.⁷⁰ Um dos argumentos é que a poesia metrificada pode contribuir para a descrição de elementos fonológicos do PA, como acento e ritmo:

Porque os textos poéticos metrificados levam em conta o número de sílabas e/ou a localização dos acentos em cada verso, eles acabam por trazer muitas das informações necessárias para uma pesquisa sobre a prosódia de línguas mortas ou de períodos ancestrais de línguas vivas, uma vez que, a partir da observação de como o poeta conta as sílabas (poéticas), pode-se inferir os limites entre as sílabas das palavras e, a partir daí, sua estruturação interna; a partir da observação de como o poeta conta as sílabas (poéticas) e localiza os acentos em cada verso, podem ser inferidos os padrões acentuais e rítmicos da língua na qual os poemas foram compostos; da localização dos acentos poéticos, pode-se concluir a localização do acento nas palavras, ou seja, os padrões de acento lexical da língua, e, da concatenação desses acentos dentro dos limites de cada verso, os padrões rítmicos da língua em questão. (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.21)⁷¹

⁶⁹ Mattos e Silva (2006, p.50) considera que “a documentação poética é testemunho singular para se depreender alguns aspectos referentes às realizações fônicas [do período arcaico da língua]. A rima e a métrica sugerem algumas interpretações sobre elisões vocálicas, ditongos, hiatos, também sobre o timbre vocálico – aberto ou fechado, oral ou nasal”.

⁷⁰ Não há outro modo para se extrair informações prosódicas do PA se não a consulta ao material poético, o único que traz notações necessárias, como a metrificação dos versos. De acordo com Massini-Cagliari (1999, p.27): “quando se tem como objetivo a investigação de elementos prosódicos [...] de uma língua quando ainda não havia tecnologia suficiente para arquivamento e transmissão de dados orais, a possibilidade de escolha entre material poético e não poético para a constituição de um *corpus* não se coloca”. Ainda sobre a consideração de textos poéticos para o estudo do PA, sugerimos a leitura do trabalho de Massini-Cagliari (2014) intitulado “*Da legitimidade de textos poéticos musicados como fonte para o estudo da prosódia de tempos passados do português: o exemplo das cantigas medievais galego-portuguesas*”.

⁷¹ A autora cita o trabalho de Allen (1973, p.103) que já justificara a pertinência de se considerar poesias metrificadas para o estudo de fenômenos prosódicos das línguas: “[...] fenômenos métricos não podem ser ignorados, na medida em que, especialmente no caso de línguas ‘mortas’, a relação entre poesia e língua comum pode fornecer pistas para o padrão prosódico da última; em qualquer caso a forma do verso é uma forma da língua, embora especializada em função [...]” (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.21, tradução da autora).

Outro argumento a favor da pertinência das *CSM* para o estudo do PA é porque Afonso X teria sido falante nativo de galego-português (português arcaico) e, enquanto autor/organizador dos poemas, muito contribui para a nossa compreensão sobre o PA da época.

Sobre a contagem das sílabas poéticas nas cantigas medievais portuguesas, Parkinson (1998, p.186) apresenta-nos que “*é costume nos estudos de métrica galego-portuguesa fazer o cómputo silábico conforme o modelo francês, no qual no se conta a sílaba final acentuada*”⁷². Massini-Cagliari (1999, p.52) cita um trecho de Castilho (1850, vol. I, p.26), em que o autor ensina sobre a contagem de sílabas:

O metrificador não conta as syllabas pelo que ellas são grammaticalmente, mas só pelos tempos em que as pronuncia.

Todas as vogaes, que em uma ou diversas palavras se pronunciam (ou se podem pronunciar) como que em um só tempo, são para o metrificador uma só syllaba.

O metrificador, em alguns casos tem obrigação de elidir as vogaes; em outros, faculdade de elidir ou não; em outros, impossibilidade de as elidir:

Obrigação, como em *muito amor*, de que fará sempre *muit' amor*;

Liberdade, como em *saudade*, que pode ser *sa-u-da-de*, ou *sau-da-de*;

Proibição, como em *má alma*, que por modo nenhum fará *malma*, posto que semelhantes exemplos se encontram em antigos, e até em modernos.

O regulador é o ouvido, pois as regras só por elle e para elle foram ditas.

Todavia, Massini-Cagliari (1999, p.55) faz uma ressalva: no que se refere à contagem dos encontros vocálicos na lírica trovadoresca, a afirmação acima de Castilho deve ser vista com cautela, uma vez que nem todas as sequências vocálicas podiam ser elididas. Quando a elisão era aplicada, os trovadores costumavam marcá-la na escrita, não grafando a vogal que era suprimida no processo. A referida autora fundamenta sua afirmação em Cunha (1961), estudioso que “até hoje, melhor explicitou as regras de hiato e elisões nos encontros vocálicos”. De forma semelhante, Cangemi (2014), ao

⁷² Massini-Cagliari (1999) explica que, a depender da tradição, se conta até a última sílaba do verso (tradições espanhola e italiana) ou até a sílaba tônica da última palavra do verso (para o português e para o francês).

tratar do sândi vocálico externo no PA, também retoma o referido estudo pioneiro de Cunha (1961, p.91-92) para explicar suas análises que envolvem os encontros vocálicos nas cantigas galego-portuguesas.

Assim, dada a importância que as considerações do referido autor assumem para a análise dos dados observados nas cantigas trovadorescas, quando se leva em conta a metrificação destas, a seguir, transcremo-nas:

De ordem geral: a) aos trovadores não repugnavam os hiatos, embora revelassem acentuada inclinação para elidir a vogal do encontro, quando átona; b) o regime da elisão estava ligado ao ritmo do verso e era contra-regrado por impedimentos fonéticos, fonêmicos e morfológicos; c) a vogal final átona dos polissílabos perdia-se com mais frequência que a dos monossílabos; d) a sinalefa era aparentemente rara. De ordem particular: a) a vogal da preposição de só não se elidia antes de vogal quando esta era o corpo do pronome átono o, a, os, as; b) a vogal dos pronomes átonos me, lhe (ou lhi), se (ou si), xe (ou xi) sempre se elidia antes de outros fonemas vocálicos; c) a vogal do pronome mi elidia-se antes de palavras iniciadas por e, i e u, mas ditongava-se com as vogais a e o, quando as precedia; d) o pronome pessoal oblíquo o (a) combinava-se com as formas pronominais me, te, xe e lhe, mas, em outros casos, mantinha a sua autonomia silábica; e) o pronome lo (la) conservava sua vogal quando precedia formas do auxiliar aver, mas podia perdê-la ou não antes de outras palavras de início vocálico; f) não se elidia nem se yodizava a vogal do pronome e da conjunção que, bem como a das conjunções ca e se; g) a copulativa e não se ditongava com uma vogal subsequente; h) a preposição a contraía-se com o artigo el, mas hiatizava-se com outras palavras iniciadas por vogal; i) a vogal átona final de verso não sofria elisão nem sinalefa quando seguida do pronome o(s), a(s); j) em caráter exceptivo, admitia-se a fusão silábica de vogal nasal + vogal (oral ou nasal).

Além disso, retomando a maneira de trovar trazida por Castilho (1850), Massini-Cagliari (1999; 2015) ressalta que esta não era a única, no tempo dos trovadores. A autora se refere ao que ficou conhecido como *lei de Mussafia*. Nessa estratégia de metrificação, “todas as sílabas, inclusive as átonas do final, fazem parte da estrutura métrica do verso – isto é, são consideradas na contagem das sílabas poéticas do verso. Nesse caso, um verso agudo de n sílabas corresponde a um verso grave de $n-1$ sílabas”.

Em sua análise de dados, que considerou as cantigas profanas e religiosas, a autora chegou à seguinte conclusão:

Enquanto, no conjunto de cantigas profanas, há uma preferência pela estratégia conhecida como *lei de Mussafia*, isto é, pela consideração das átonas de final de verso como participantes da estrutura métrica do poema, nas cantigas religiosas essa estratégia aparece menos do que a outra, em que as átonas finais são desconsideradas na contagem das sílabas poéticas.

Uma vez justificada a escolha do *corpus* deste estudo, segue-se uma breve revisão da literatura sobre as CSM e as cantigas profanas.

3.3 As Cantigas de Santa Maria

A autoria das 420 CSM⁷³ é confiada ao rei de Leão e Castela, D. Afonso X, “o Sábio”, que, se não as escreveu em sua totalidade, já “*que tería moitas outras cousas en qué se ocupar*” (PARKINSON, 1998, p.183), deve, ao menos, ter acompanhado bem de perto a estruturação e a composição da obra. Leão (2007, p.21) afirma que o rei, durante sua infância, teve contato com a língua da Galiza, aprendendo o “galego-português erudito”, e, nesta língua, compilou a coletânea. De acordo com Mattos e Silva (2006, p.37), a língua utilizada diz respeito ao galego-português literário da primeira fase do Português Arcaico.⁷⁴

Parkinson (1998, p.193) escreve que “*a pergunta aparentemente simple de ‘¿cantas Cantigas de Santa María?’ non tem unha resposta sinxela*”. Fidalgo (2002, p.34), por sua vez, sustenta que: “*o máis plausible do labor do Monarca é o de ter reagrupado, ensamblado e personalizado todo esse torrente de material, non só*

⁷³ São 420 totalizadas cantigas, descontando-se sete repetidas.

⁷⁴ Cabe aqui a observação feita antes por Parkinson (1998) de se considerar que a língua utilizada nas cantigas não seja consistente em toda a coletânea, o que pressupõe esperarmos alguns casos de variação linguística. Ele cita a obra de Mettmann (1987), em que é possível identificar variáveis estilísticas e linguísticas, as quais podiam diferenciar grupos de cantigas.

facendo novas versións de milagres obrados por outros santos e atribuídos á Virxe, senón atrevéndose el a protagonizar algúns”.

Ao revisitar a literatura, Massini-Cagliari (2015, p.56-58) apresenta-nos a visão de renomados pesquisadores sobre o assunto. Começa com Mettmann (1986), para quem há uma multiplicidade de autores das músicas e dos poemas das *CSM*, cabendo a autoria a Afonso X somente das cantigas em que fala na primeira pessoa e nas quais narra suas próprias vivências. Na sequência, cita Parkinson (1998), para quem a lógica indica uma impossibilidade de o rei ter escrito a totalidade das *CSM*, mas tão somente algumas delas. Depois, apresenta a visão de Fidalgo (2002) para quem o rei limitou-se a organizar, supervisionar e revisar as cantigas marianas e a de Leão (2007), que atribui a Afonso X a função de um “mestre de obras” ou “diretor” de um grande projeto que contava com a ajuda de seus colaboradores.

Além disso, Massini-Cagliari (2015, p.57) expõe a posição de Montoya Martínez (1999), que está em consonância com a concepção de Filgueira Valverde (1985) e Snow (1999), isto é, a de uma “concepção ‘teológica’ de autoria”, na qual Afonso X seria um “autor principal” que teria “inspirado” a escrita das Cantigas, mas servindo-se de autores secundários para escrevê-las, à semelhança do que seria a escrita inspirada da Bíblia, que tem Deus como autor, mas que se serve dos autores de cada livro sagrado para compô-la. É exposta ainda pela autora a visão de Castro (2006, p.190), para quem o rei é uma espécie de “*persona trovador*”, que assume um papel fora da obra criada, ao mesmo tempo em que vive “um papel como personagem dentro da obra”, falando dele mesmo para a Virgem e para o público terreno. Por fim, a autora posiciona-se afirmando que,

De qualquer forma, tendo sido Afonso X o autor de todas ou de apenas algumas das *CSM*, sua biografia é o fator crucial na datação dos poemas da coleção, sendo relevante apontar as datas de seu nascimento (1221, em Toledo) e morte (1284, em Sevilha). Seu

reinado inicia-se em 1252, tendo sido rei até sua morte. (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.57)

As *CSM* são constituídas por testemunhos de milagres (gênero narrativo) e louvores à Virgem (gênero lírico). De acordo com Mettmann (1986, p.07), “*de las 420 Cantigas de Santa Maria, que constituyen el cancionero mariano más rico de la Edad Media, 356 son narrativas y relatan milagros de la Virgen; las demás, con la excepción de una introducción y dos prólogos, son de loor o se refieren a festividades marianas o cristológicas*”.

Fidalgo (2002, p.19) explica que, no século XIII⁷⁵, dois fatores essenciais contribuíram para que a hagiografia medieval conferisse tamanha importância à coleção de milagres marianos, impulsionando um novo gênero literário. De acordo com a autora, tratava-se da consolidação das línguas românicas e, também, a inclusão da figura da Virgem Maria no cânone hagiográfico. Assim, a “*Mai de Deus converteuse na mai de todos, invocada por paladíns, cabaleiros e trovadores*”.

Nesse contexto de dulia à Virgem Maria, que passa a ser retratada em diversas manifestações artísticas e tida como uma das marcas identitárias dessa época, surgem, de acordo com Fidalgo (2002, p.29), duas importantes coletâneas na Península Ibérica: os *Milagros de Nuestra Señora de Gonzalo*, escrita em castelhano, e as *Cantigas de Santa Maria (CSM)*, mais extensas e escritas em galego-português⁷⁶.

Segundo Massini-Cagliari (2015, p.58), as *CSM* sobreviveram em quatro manuscritos do século XIII: dois desses códices pertencem à Biblioteca del Monasterio

⁷⁵ Se bem que – explica a autora – os textos narrando grandes feitos por intercessão da Virgem têm o seu verdadeiro apogeu nos séculos XI e XII, ao mesmo tempo em que se nota um aumento no número das catedrais, mosteiros e santuários “*encomendados á proteccion de María, tais como Chartres, Soissons ou Salas*” (FIDALGO, 2002, p.26). Na sequência, atesta que foi com a introdução da festa da Imaculada Conceição que as primeiras coletâneas de milagres marianos foram compiladas na Inglaterra (séc. XI) e na França (séc. XII) (FIDALGO, 2002, p.27).

⁷⁶ Na opinião da autora, a *CSM* “*foron escritas para ser cantadas (mellor que recitadas), para entretenimento e proveito dun público inicialmente restrinxido, probablemente cortesán, que puidese apreciar o artificio compositivo e musical*” (FIDALGO, 2002, p.87).

de El Escorial, na Espanha, enquanto um outro está conservado na Biblioteca Nacional de Madri e o último pertence à Biblioteca Nazionale Centrale de Florença, na Itália.

A sigla *To* refere-se ao *códice de Toledo*, *T* corresponde ao *códice rico*, *F* ao *códice de Florença* e *E* ao *códice dos músicos*. Fidalgo (2002, p.52-56) afirma que *To* reúne as cantigas do projeto original, enquanto *T* e *F* constituem os dois volumes de um mesmo projeto editorial, sendo *F* uma possível continuação de *T*. Por sua vez, *E* é o *códice* que contém quase todas as cantigas de Santa Maria do projeto régio.

A seguir, no quadro 3.2, apresentamos um recorte de informações sobre os *códices* trazidas por Parkinson (1998, p.180):

Quadro 3.2 – Composição dos manuscritos das Cantigas de Santa Maria.

Nome e sigla	Contido
<i>To</i> (códice de Toledo) BN Madrid 10069 (antigamente da Biblioteca da Catedral de Toledo).	<i>Título, índice de 100 cantigas; prólogo, 100 cantigas numeradas; petición</i> <i>5 cantigas das Festas de Santa María precedidas de rúbrica explicativa,</i> <i>5 cantigas das Festas de Jesucristo, precedidas por rúbrica explicativa e con indicacións marxinais sobre o uso litúrxico,</i> <i>16 cantigas adicionais en epéndice precedidas por rúbrica explicativa.</i>
<i>T</i> (códice rico; códice de las historias) El Escorial, Real Monasterio de San Lorenzo, MS T. I.1.	<i>Índice (de 200 cantigas; título; prólogo e 192 cantigas con música (lagoas nos números 40, 150-51, 196-200); un fragmento da cantiga 424 foi copiada (¿posteriormente?) nunha folla branca despois do índice; as cantigas 2-25 teñen versións castelás do século XIV.</i>
<i>F</i> (códice de Florença) Florença, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20.	<i>Texto (ás veces incompleto) de 103 cantigas con pautas musicais mais sen notación musical, moitas delas seguidas por unha ou dúas páxinas de miniaturas sen texto correspondente, varias páxinas preparadas para miniaturas.</i>
<i>E</i> (códice de los músicos) El Escorial,	<i>12 cantigas numeradas das Festas de Santa María, cun</i>

<i>Real Monasterio de San Lorenzo, MS B.I.2.</i>	<i>prólogo; índice; título; prólogo, 400 cantigas numeradas, con música para a primeira estrofa (excepcionalmente, para todas as estrofas; falta em 298 e 365); Petiçon e epílogo (sen música).</i>
--	---

Fonte: Adaptado de Parkinson (1998, p.180).

Sobre as inter-relações entres os manuscritos, Parkinson (1998, p.191) escreve que “*os catro manuscritos revelan un proceso de amplificación e evolución continua da concección*” e explica que tais manuscritos (das Cantigas) têm a forma de Cancioneiro, “*unha colectánea organizada con números, títulos, índices, etc*”. Bréa (1993, p.113) fornece-nos uma descrição mais detalhada sobre o Cancioneiro, um “livro que contém peças líricas (por vezes acompanhadas de melodia) compiladas segundo um determinado critério que lhes dá unidade. A sua origem pode ser detectada já na Antiguidade clássica, mas é na Idade Média que adquire um desenvolvimento especial”.

Parkinson (1998, p.193) sistematiza a composição das CSM do seguinte modo:

2 cantigas iniciais: *título e prólogo (Mettmann A/B)*,
 2 cantigas finais: *Pitiçon, Nembressete Maria (números 410 na edición de Mettmann)*,
 40 cantigas de loor (*das cales dúas se repiten nas cantigas de festa de E*)
 353 milagres (*mais sete milagres en E que repiten outras cantigas*)
 11 cantigas das festas de Santa María (*números 410-25 na edición de Mettmann*) *mais dúas repetidas.*

As cantigas de louvor “exaltam a Mãe de Deus vista sobretudo como nossa indulgente advogada junto do seu Filho, e exortam a louvá-la (outras ainda, poucas, celebram festividades marianas ou de Cristo)” (BERTOLUCCI PIZZORUSSO, 1993, p.143). As cantigas de milagre, por sua vez, narram fatos ocorridos dentro e fora do território do rei-autor, ou milagres originalmente conhecidos em outras línguas e agora narrados em galego-português.

Apesar da riqueza literária e linguística dos louvores à Virgem, para o nosso estudo, que investiga os diversos nomes próprios das personagens e das localidades presentes nas cantigas, interessa-nos, sobretudo, as cantigas de milagres, que os apresentam em maior quantidade por narrar acontecimentos envolvendo pessoas e lugares da época⁷⁷. De acordo com Bertolucci Pizzorusso (1993, p.143), tratam-se estes de “milagres marianos já internacionais em latim e em língua vulgar, relativamente a igrejas e santuários europeus (principalmente franceses) e ibéricos (em especial, os de fundação afonsina, como Santa Maria del Puerto)”. Mongelli (2009, p.282) também considera o fato de o cancionero mariano de Afonso X ser baseado em “fontes antigas e diversas, latinas, francesas, ibéricas e mais a tradição oral”.

Sobre as *CSM* enquanto uma coleção de milagres de diversos locais, Parkinson (2015, p.07) escreve:

*A typical miracle collection contains a selection of international and widely diffused miracles and clusters from smaller compilations of miracles associated shrines such as Canterbury, Laon, Rocamadour and Soissons, combined with more localised or generic miracles.[...] In this Anthology [CSM] we include miracles associated with the Spanish shrines of Salas, Montserrat, Castroxeriz, and Vilasirga, and eith the Portuguese shrine of Terena, as well as the French shrine of Rocamadour. Other tales have Spanish or Portuguese locations: in Oña, and in Galicia, in Ciudad Rodrigo, in Faro and in Estremoz.*⁷⁸

⁷⁷ Para coleta e análise dos dados deste trabalho, consideramos todos os nomes próprios de locais e personagens que aparecem nas *CSM*.

⁷⁸ “Uma típica coletânea de milagres contém uma seleção de milagres internacionais e amplamente difundidos, e agrupamentos de pequenas compilações de milagres associados com santuários como Canterbury, Laon, Rocamadour e Soissons, combinados com milagres mais localizados ou genéricos. [...] Nesta antologia [*CSM*], incluímos milagres associados aos santuários espanhóis de Salas, Montserrat, Castroxeriz, e Vilasirga, e o santuário português de Terena, bem como o santuário francês de Rocamadour. Outras cantigas têm localizações espanholas ou portuguesas: em Oña, e na Galiza, em Ciudad Rodrigo, em Faro e em Estremoz”. (PARKINSON, 2015, p.7, tradução nossa)

Por sua vez, Leão (2007, p.23) considera que

As cantigas de miragre narram intervenções milagrosas da Virgem em favor de seus devotos, ocorridas nos mais diversos ambientes: em terra ou mar, campo ou cidade, convento ou alcova, estrada ou igreja, mas em especial nos seus santuários, tanto em Portugal e Espanha, quanto na França e Itália, ou até mesmo na Terra Santa e em outros sítios do Oriente Médio.

Mettmann (1986, p.11-12) analisa que as *CSM* são divididas em três grandes grupos, a depender de sua procedência e dos cenários dos feitos que retratam. Fonte (2014, p.41) resume essa divisão em: milagres internacionais, isto é, ocorridos em todo o ocidente cristão; milagres nacionais, aqueles ocorridos na Península Ibérica e, por fim, os milagres pessoais, quando relacionados diretamente ao Rei Afonso X ou aos seus.

De acordo com os dados fornecidos por Mettmann (1986, p.12), contabilizamos que 173 cantigas (41,2%) narram milagres ocorridos a nível internacional. Em muitas dessas cantigas, é possível encontrar nomes próprios de personagens e/ou localidades estrangeiras, dando-nos pistas para investigarmos se, nas cantigas, tais antropônimos e topônimos aparecem adaptados ou não à fonologia do português arcaico.

3.4 As cantigas medievais profanas

As cantigas profanas, escritas entre finais do século XII e meados do século XIV⁷⁹ são definidas “mais pelo assunto de que tratam do que pela sua forma”, de acordo com Massini-Cagliari (1999, p.31). Assim, são classificadas em três gêneros poéticos utilizados pelos trovadores: cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer. Dentro

⁷⁹ Periodização definida por Tavani (1980 *apud* Ferreira 1986). Mongelli (2009, p.XXXIX) também situa a produção lírica europeia neste mesmo período (entre os séculos XII e XIV) e assume que seu apogeu deu-se, principalmente, no século XIII, no “cenário da Idade Média Central”.

desses três gêneros maiores, chegaram até nós cerca de 1680 cantigas profanas⁸⁰, escritas por aproximadamente 187 trovadores e jograis⁸¹ (LOPES *et al.*, 2011), e recolhidas em três grandes cancioneiros e cinco conjuntos de folhas avulsas (ou “volantes”) contendo uma ou mais composições (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.34):

- *Cancioneiro da Ajuda* (A);
- *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* ou *Colocci-Brancuti* (B)⁸²;
- *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (V).
- *Pergaminho Vindel* (N)⁸³;
- *Pergaminho Sharrer* (D);
- Códice Vaticano Lat. 7812 com os cinco lais de Bretanha (L ou V^a).
- Volume miscelâneo MS 9249 da Biblioteca Nacional de Madri;
- Páginas 9-11 do volume miscelâneo M 419 da Biblioteca Pública Municipal do Porto (P).

As principais características das fontes das cantigas são apresentadas de forma detalhada em Massini-Cagliari (2007). O primeiro referenciado, isto é, o *Cancioneiro da Ajuda* (A ou CA), foi encontrado por Charles Stuart de Rothesay, embaixador do governo britânico em Portugal, na Biblioteca do Real Colégio dos Nobres. De acordo com Massini-Cagliari (2007, p.13), este manuscrito em pergaminho é “o mais contemporâneo aos trovadores e o único de procedência ibérica”, mas, infelizmente, não traz todas as composições, a notação musical nunca chegou a ser iniciada, as pinturas das miniaturas estão incompletas, entre outras intempéries. Depois, o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (B ou CBN), que antigamente recebia o nome de

⁸⁰ Lopes *et al.* (2011), à semelhança de Sánchez e Zas (2001, p.12), contam 1680 cantigas profanas. Mongelli (2009), por sua vez, conta um pouco menos, 1664 cantigas, enquanto Tavani (1974, p.46) conta 1685. Para a realização deste trabalho, consideramos 1680 cantigas profanas disponíveis na base de dados do *website* consultado para a coleta de dados (Lopes *et al.*, 2011), conforme explicamos na seção 3.

⁸¹ Mongelli (2009) considera 150 trovadores e jograis.

⁸² De acordo com Massini-Cagliari (2015, p.39), trata-se do cancioneiro com cantigas galego-portuguesas mais completo dentre os três mencionados.

⁸³ Pode ser conhecido também pela abreviatura PV.

Cancioneiro Colocci-Brancuti, é, para Massini-Cagliari (2007, p.16), o mais completo e importante dentre os três, possuindo 758 páginas e cerca de 1.560 cantigas, pertencentes aos três gêneros canônicos e de autoria de cerca de 150 trovadores e jograis. Por fim, o *Cancioneiro da Vaticana* (V ou CV), mandado copiar por Angelo Colocci na Itália, certamente tem relação com o CBN, tendo ambos saído, provavelmente do mesmo *scriptorium* e possuindo afinidades entre si. Recebe este nome porque se encontra na Biblioteca da Vaticana e, conforme explica Massini-Cagliari (2007, p.23), há opiniões divergentes se teria sido transcrito por um único copista ou produzido por duas mãos.

O *Pergaminho Vindel* e o *Pergaminho Sharrer* levam ambos os nomes de seus descobridores. De acordo com Massini-Cagliari (2007, p.24), no que se refere ao primeiro, descoberto pelo livreiro paulista Pedro Vindel, este é “o único testemunho remanescente de músicas de cantigas de amigo, com seus respectivos textos”, e parece ter sido escrito no final do século XIII ou início do século XIV; trata-se de uma folha volante, com textos de sete cantigas de amigo de Martim Codax, seguidas por suas respectivas músicas. Já o Pergaminho Sharrer, um fólio mutilado e bastante danificado, também datado do final do século XIII ou início do XIV, traz registros de sete cantigas de amor de D. Dinis, além de conservar melodias de cantigas portuguesas (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p.26). No que tange o volume miscelâneo da Biblioteca Vaticana, formado por três folhas e contendo os cinco *lais de Bretanha*, que compõem também o CBN, Massini-Cagliari (2007, p.27) acredita, assim como propõe Pellegrini (1959), que se trata de um manuscrito independente, e não de um fragmento de um cancionero, por exemplo.

Uma vez que o Cancioneiro Geral de Michaelis de Vasconcelos (1990 [1904]) propõe que as cantigas sejam organizadas em “três seções, correspondendo a cada uma delas a um dos três gêneros básicos, assim ordenadas: primeiro, a seção de amor; em

segundo lugar, a seção de amigo; por último, a seção das cantigas de escárnio e maldizer” (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.36), nesta tese também seguiremos essa ordem para tratar de cada um dos gêneros.

3.4.1 Cantigas de amor

A começar pelas cantigas de amor, é importante destacar que o tema principal deste gênero é, justamente, o sentimento assim designado. Por meio de seus cantares, o trovador dirige-se à dama.

Spina (1996, p.376), nos apêndices de sua obra, traz a seguinte definição para o vocábulo dona:

Do provençal: *domna, dompna, midons*. A mulher casada, suserana, que pode ter domínio e senhorio, dispor deles sem o conhecimento do marido. Na poesia galego-portuguesa pode referir-se também à donzela. Diz-se também senhor. [...] Aparecem nas nossas cantigas as expressões dona d’algo e dona virgo (CV, 507, 757), designando respectivamente a fidalga, isto é, a senhora de haveres, e a donzela.

Massini-Cagliari (2007 p.4) resgata o fato de este tipo de cantiga se aproximar da matriz provençal, sendo os trovadores galego-portugueses os responsáveis por tê-la levado à Galiza. De acordo com Lanciani (1993, p.136), “a cantiga de amor adota moldes poéticos e fórmulas lexicalizadas de ascendência provençal (por exemplo, a apóstrofe “mia senhor”, decalcada sobre o trovadoresco “midons”), mas dilui a sua intensidade expressiva, despersonalizando-os e estereotipando-os.”.

Cunha (2004, p.113) explica que a “mi dons (*mi dominus*)” era a “mia senhor” do trovador galego-portugues, que reconhecia nela a mesma autoridade que o vassalo reconhece a seu senhor.

Lapa (1966, p.130), ao comparar a poesia amorosa galego-portuguesa – “uma súplica apaixonadamente triste” –, afirma que esta, em relação à provençal, é “mais coração” e, por essa razão, “sempre uno, o turbilhão emocional permanece até ao fim

substancialmente o mesmo, com uma ou outra modificação levíssima de forma”. Ademais, continua Lapa (1966), a cantiga de amor galego-portuguesa distancia-se da estética da dos provençais: naquela, há uma monotonia que vai se desenvolvendo ao longo das estrofes, fazendo com que fosse necessário ao trovador limitar a repartição estrófica das cantigas.⁸⁴ Quanto à estrutura formal deste gênero,

a cantiga de amor apresenta-se em geral estruturada em três-quatro estrofes (mais raramente, duas ou cinco) de sete versos, decassílabos, octossílabos ou heptassílabos (*vid.* Cantiga de mestria), muitas vezes concluídas pela *fiinda* (que corresponde à *tornada* provençal, ao *envoi* francês, ao *congedo* italiano): a um particular tipo de cantiga de amor, na qual o discurso ultrapassa os limites estróficos para se desenvolver ininterruptamente do primeiro verso da estrofe até ao último verso da *fiinda*, dá-se o nome tradicional de cantiga de *ata-fiinda*. De qualquer modo, não faltam neste gênero exemplos de cantigas de refram, com estrofes de quatro-cinco versos seguidas por um refram de um-dois-três versos. (LANCIANI, 1993, p.137)

Mongelli (2009, p.6) também trata da questão formal das cantigas de amor e, no que toca à rima, escreve que

o espaço físico das cantigas – que raramente ultrapassa o limite de quatro *coblas*; e a disposição das rimas – preferencialmente em *abbacc* ou *ababcc* (quando se trata de sextetos; os heptetos e as oitavas costumam acrescentar ainda a rima *a*) – colaboram para a coesão e a verticalidade tautológica da confissão, represada inclusive na repetitividade dos poemas com refrões.

Dado o contexto da Idade Média, a concepção do “amor feudalizado” aqui cantado é a de um amor cortês (cf. CUNHA, 2004), em que o trovador “serve à sua dona como o vassalo serve o suserano, com diligência e fidelidade” (LAPA, 1966, p.139). Spina (1996, p.363) também endossa o fato de que “existe um serviço de amor como existe um serviço de cavalaria. O amante se torna um *home-lige* da pessoa amada, ou mesmo do amor personificado; cumpre suas vontades, obedece a suas ordens,

⁸⁴ Para Lapa (1966, p.134-135), nas cantigas de amor galego-portuguesa, diferente das canções provençais, o trovador “arrastado nos tumultos do coração, não tem olhos para disfrutar serenamente a natureza exterior”. Ainda que possa haver cenários da natureza presentes neste tipo de cantiga, não são suficientes para “empolgar o namorado, distraíndo-o de seu amor”.

executa seus menores caprichos”. Todavia, esse “amor cortês” (*amour courtois*)⁸⁵ da poesia dos trovadores galego-portugueses deve ser diferenciado do mesmo sentimento amoroso occitânico. Cunha (2004, p.109) explica que, nas cantigas de amor (e, principalmente, nas de amigo), prevalece a pureza e a ingenuidade, “um simples namoro entre um cavaleiro ou infância e a dona-*virgo*”, enquanto o amor cortês occitânico trazia “uma sublimação do sentimento amoroso entre o trovador-amante e a dama, de situação superior e sempre casada, um amor adúltero”. Nessa conjuntura, não era conveniente que o nome da dama fosse divulgado, dada a “mais absoluta discrição”. Tratava-se de uma “poesia do segredo [...] a alma do amor”, sendo o segredo “não só uma regra de cortesia como ainda uma defesa do coração” (LAPA, 1966, p.145).

Dois trovadores em especial – mestres na tal arte da “poesia do segredo” – são citados por Lapa (1966, p.145): Fernan Gonçalves de Seabra e Pero Garcia Burgalês, alcunhados de “o mais fino artista do verso” e de “poeta irônico”, respectivamente. Em um trecho da poesia de Fernan Gonçalves (CA, 446), fica clara essa “gala em calar o nome da senhora”:

(3.1)

Muitos me preguntan, per bõa fé,
 perguntas que non devian fazer:
 que lhes diga por quem trobo ou qual é;
 e porén ei a todos a dizer
 ca non saberán quen é mia senhor
 per mi, entanto com' eu vivo for.

Noutra situação, porém, vemos o trovador Pero Garcia “num acesso de desespero, nomear a senhora entre três nomes de mulher: Joana, Sancha, Maria (CA, 89, 104, 105 e 106). Maneira hábil de citar o nome, desafogar o coração, guardando a regra do amor cortês.” (LAPA, 1966, p.145).

⁸⁵ De acordo com Cunha (2004, p.113), “ao sentimento assim designado, os trovadores denominavam *verai'amors*, *bom'amors* e, principalmente, *fin'amors*”.

Por fim, apresentamos a definição dada por Brea (1999, p.26), que define a cantiga de amor como uma

composición de temática amorosa (polo xeral, o amor non correspondido), posta en boca do poeta que solicita o ben da súa senhor, ou lamenta a súa indiferencia ou desdén. A perspectiva é, por conseguinte, sempre masculina, e resulta case indispensable a presenza do vocativo señor.

3.4.2 Cantigas de amigo

De acordo com Massini-Cagliari (2007, p.6), “a diferenciação entre os cantares de amor e de amigo pode ser feita tanto em relação à sua forma, quanto ao assunto de que tratam”. Brea (1999, p.26) explica que a cantiga medieval galego-portuguesa de amigo trata-se de uma

composición de temática amorosa, posta en boca dunha muller (unha moza noviña, polo xeral) que lamenta a ausencia ou o desamor do seu namorado, ou (en menos ocasións) espera ilusionada o encontro con el. Un bo número delas son cantigas dialogadas (coa nai, com outras mociñas, co próprio amigo) e invocacións a elementos da natureza pedindo novas do ausente.

Aliás, tal diferenciação vem da “Arte de Trovar”, do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, transcrito pela mão de Angelo Colocci:⁸⁶

E porque algũas cantigas i há em que falam eles e elas outrossi, por en é bem de entenderdes se som d'amor, se d'amigo: porque sabede que, se eles falam na prim[eir]a cobra e elas na outra, [é d']amor, porque se move a razom dele, como vos ante dissemos; e se elas falam na primeira cobra, é outrossi d'amigo; e se ambos falam em ãa cobra, outrossi é segundo qual deles fala na cobra primeiro.

Ferreira (1986, p.09) explica que “amigo”, nas cantigas profanas, “é aquele por quem ãa moça confessadamente se enamora. Este amor, de que são cúmplices a *madre* e

⁸⁶ Transcrevemos aqui o trecho da *Arte de Trovar* do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, presente na edição crítica de Giuseppe Tavani (1999), não paginado, disponível para consulta *on-line* em <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=6108>>. Acesso em janeiro de 2019.

as amigas íntimas da donzela (*irmanas*), constitui o horizonte temático do poema”. Nessas cantigas, em que a donzela abandonada pelo *amigo* padece insatisfeita e está “sob o poder vigilante da mãe”⁸⁷ (LAPA, 1966, p.149), há uma maior flexibilidade formal e temática. O trovador, embora culto, se faz passar por mulheres pertencentes ao povo, narrando os sofrimentos femininos, como a *coita* infindável, tal qual uma jovem dama sofredora o faria (MONGELLI, 2009, p.91-94). Sobre esse “fingimento” do poeta, Lapa (1966, p.148) mostra que “usurpando a vez da mulher, o homem, tornado artista, respeita o uso antigo e finge-se de mulher namorada, ou antes, transforma-se nela por um esforço admirável de imaginação”. Por sua vez, a donzela – protagonista deste gênero –, tanto em seus monólogos quanto nos diálogos, entra em contato com outras personagens, seja com a mãe, as confidentes ou a até mesmo a própria natureza, muitas vezes personificada.

A mesma autora traz à baila o fato de muitos estudiosos desse gênero considerarem a “teoria da origem autóctone da cantiga de amigo que, ao contrário da cantiga de amor de inspiração cortês e provençal, seria um produto ‘popular’ e ‘ibérico’” (LANCIANI, 1993, p.136). Michaëlis de Vasconcelos (1922, p.V) já ressaltara o “saboroso nacionalismo”, no que se refere a tal estilo popular das Cantigas de amigo, que refletia em “ingénuas apóstrofes às flores do verde pino, às avelaneiras floridas, às aves que cantam de madrugada, às cervas do monte, às ondas do mar de Vigo, às barcas do rio forte, a Santiago, o padroeiro das Espanhas, e a Santa Maria, de diversas invocações regionais”.

No que toca à estrutura formal deste gênero, de acordo com Lanciani (1993, p.135),

⁸⁷ A figura da “mãe” – cujo papel na família portuguesa era o de ser vigia da filha, sobretudo na ausência do pai (muitas vezes em guerra contra os mouros) –, é abordada com detalhes por Lapa (1966, p.162-167).

A cantiga de amigo prefere, em vez da estrofe de 7 versos sem refram (a chamada cantiga de maestria) da poesia de amor, os esquemas estróficos e rítmicos breves de 2-3-4 versos com refram, entretecidos de estruturas paralelísticas que introduzem a iteração paroxística dos conceitos e das fórmulas, com o consequente abrandamento da situação e a predominância dos tons encantados, irrealis e suspensos que conferem ao género uma espécie de mágica atemporalidade e “a-espacialidade” próprias da fábula e, talvez ainda mais, da lenda.

Já no que diz respeito ao “assunto”, Spina (1996, p.79) explica que compõem as cantigas de amigo galego-portuguesas:

- a) o *cantar d'amigo exclusivamente amoroso* (em que a donzela nos narra a separação do namorado e as circunstâncias acessórias dessa partida);
- b) o *cantar de romaria* (em que a donzela convida companheiras, a irmã ou a própria mãe para uma peregrinação a santuários);
- c) a *alva* (ou *alba*) (cujo tema típico é o da separação dos amantes ao amanhecer, depois de um desfruto amoroso durante a noite);
- d) a *pastorela* (que versa normalmente os temas de encontro entre cavaleiros e pastoras que são por eles requestadas de amor);
- e) as *bailadas* (que traduzem as manifestações coreográficas das populações primitivas, versando os temas da dança e das circunstâncias sentimentais que ela pode suscitar);
- f) as *marinhas* ou *barcarolas* (a versarem temas de amor envolvidos por sugestões e circunstâncias da vida do mar).

3.4.3 Cantigas de escárnio e maldizer

Há ainda um terceiro género poético, não amoroso, das cantigas profanas: as cantigas de escárnio (escarnho) e maldizer, “um repertório precioso (e ainda não inteiramente decifrado) dos usos linguísticos medievais” (TAVANI, 1993, p.139). Nesse tipo de cantigas, segundo Massini-Cagliari (2007, p.9), “estão reunidas não apenas sátiras morais e políticas, as sátiras literárias ou as maledicências pessoais, como também prantos, tenções e paródias”⁸⁸. Para Ferreira (2016, p.1, grifos nossos), a

⁸⁸ Em importante nota de rodapé, Massini-Cagliari (2015, p.53) traz as definições de pranto e tenção dadas por Jensen (1993) e Gonçalves (1993), respectivamente, e as quais transcrevemos:

Pranto: “género lírico medieval galego-português, derivado do provençal *planh* ou *planch*, do latim *plancto*, forma de expressão elegíaca tradicional por ocasião da morte duma pessoa de alta sociedade, e que muitas vezes é protector do poeta.” (JENSEN, 1993, p.562)

dependem da *intencionalidade da sátira*, as cantigas de escárnio e maldizer são agrupadas em quatro diferentes modalidades:

- 1) **sátira política** (contra a traizón ao señor lexítimo; a inxerencia activa da xerarquía eclesiástica nos asuntos civís; a extrema covardía na batalla dalgúns nobres e cabaleiros, ou as malas prácticas dos privados do rei, entre outros temas);
- 2) **sátira social, persoal e de costumes** (contra a mesquindade e avareza ridícula dos ricos-homes; contra a escaseza ou avareza dos fidalgos; contra a renuncia a defender a liñaxe para vingar un rapto; sobre a sexualidade vista desde os prismas deformantes do exceso, da carencia ou do desvío, entre outros)⁸⁹;
- 3) **sátira literaria** (ataques entre trovadores ou contra os xograres por non saberen medir os versos, por cantaren ou tocaren mal, por exemplo) e
- 4) **sátira moral** (crítica xeral contra a perda dos vellos valores e a decadencia do mundo presente).

O desconhecido autor da *Arte de Trovar* do Cancioneiro Biblioteca Nacional de Lisboa, sobre esse gênero, escreve distinguindo as cantigas de escárnio das de maldizer, sendo que, nas primeiras, o trovador zombava de alguém sem nomeá-lo, enquanto, nas últimas, atacava de maneira desvelada:

Cantigas d'escarneo som aquelas que os trovadores fazem querendo dizer mal d'algúem em elas, e dizem-lho per palavras cobertas que hajamdous entendimentos, pera lhe-lonom entenderem [...] ligeiramente; e estas palavras chamam os clérigos hequivocatio. [...] E pero que alguns dizem que há i algúas cantigas de juguete d'arteiro, estas nom som mais ca d'escarnho, nem ham outro entendimento. Pero er dizem que outras há i de risabelha, estas ou seram d'escarnho ou de maldizer; e chamam-lhes assi porque riimendea vezes os homens, mais nom som cousas em que sabedoria nem outro bem haja.

Cantigas de maldizer som aquela[s] que fazem os trovadores [...] descobertamente e [em] elas entram palavras e[m] que querem dizer mal e nom haver[am] outro entendimento senomaquel que querem dizer chaam[ente]. E outrossi as todas fazem dizer [...]. (ARTE, 1999)

Tenção: gênero de cantiga em que dois trovadores dialogam sobre um assunto em relação ao qual têm opiniões opostas. (cf. GONÇALVES, 1993)

⁸⁹ Aqui cabe a observação de Brea (1999, p.29) de que o *escárnio pessoal* constitui, provavelmente, o grupo mais numeroso das cantigas deste gênero. Algumas pessoas das quais se zomba seriam perfeitamente identificáveis na época, ao passo que, para o leitor de hoje, anônimas. Os defeitos mais ressaltados seriam atitudes incorretas, maus comportamentos, defeitos físicos, desvios sexuais, dentre outros.

Por outro lado, Tavani (1993, p.138) não vê razões para tal distinção e sugere que ambos os tipos de cantiga podem ser agrupados sob o rotulo “cantigas de maldizer”:

A frequente renúncia do autor ou dos autores das rubricas em fazer distinções entre “escarnho” e “maldizer” parece indicar que a expressão “cantigas d’escarnh’e de maldizer” estava em vias de se fixar numa fórmula estereotipada que já se utilizava para designar qualquer cantiga satírica; e, na realidade, as diferenças reduziam-se ao uso, nas cantigas de maldizer, de termos abertamente obscenos.

O mesmo autor aponta que, nesse gênero predominantemente lírico, há traços de narrativa – apesar de não coexistirem nos mesmos segmentos textuais. Para ele, as funções líricas e narrativas são distribuídas ao longo da cantiga “com predominância da função narrativa na primeira cobra (onde se expõe sinteticamente o assunto) e um quase total retorno à função lírica nas outras cobras, que se destinam a produzir variações paralelísticas sobre o tema” (TAVANI, 1993, p.139).

Na contramão das poesias amorosas, as cantigas de caráter moral e satírico podiam ser divididas em três classes fundamentais, de acordo com Lapa (1966, p.172):

- 1) queixas sobre a decadência da cavalaria e a rudeza dos barões;
- 2) sátiras contra as mulheres;
- 3) ataques à corrupção e desmandos do clero.

O mesmo autor enumera alguns fatos que teriam gerado maiores “celeumas” dentre os trovadores, a julgar pelo quanto deles se ocupam em suas cantigas de escárnio: a entrega dos castelos ao Conde de Bolonha; a cruzada da Balteira; o escândalo das amas e tecedeiras; as impertinências do jogral Lourenço e a traição dos cavaleiros na guerra de Granada.

De volta à *Arte de Trovar*, o autor anônimo estabelece que, quanto à forma, “estas cantigas se podem fazer outrossi de meestria ou de refram”. Entretanto, pondera Massini-Cagliari (2007, p.10), “não se pode dizer que as cantigas de escárnio e de

maldizer fossem, quanto à forma, tão populares quanto às de amigo, por causa do recurso das ‘palavras cobertas’”, em que os trovadores davam às palavras dois possíveis entendimentos, como explica. Ademais, no que se refere às cantigas do tipo “de mestria”, a referida autora nota a semelhança, no tocante à métrica, mais com as cantigas de amor do que com as de amigo.

3.5 *Corpus* para análise do português brasileiro

Uma vez que este trabalho pretende comparar processos fonológicos segmentais (silabação) e suprasegmentais (acentuação) de nomes próprios de dois momentos do português (Português Arcaico e Português Contemporâneo), e tendo já apresentado o *corpus* do PA, detalhamos agora o *corpus* para o estudo do PB, que compilamos em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015), para, na sequência, tratarmos do *corpus* para a análise de questões linguísticas no PE.

O *corpus* do PB é formado por prenomes coletados em listas de frequência das escolas municipais da cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. A pesquisa de campo realizada consistiu em visitas às escolas a fim de se obter informações sobre os antropônimos (prenomes e hipocorísticos), possibilitando assim uma amostragem de dados que se aproxima da realidade da variedade linguística analisada. Foram consultadas as listas de frequência de 66 escolas municipais, sendo contabilizados 14.716 prenomes de crianças de 4 meses a 14 anos.

Os participantes da pesquisa foram convidados a responder um questionário com informações referentes a seus antropônimos, sendo que 1.122 participantes se voluntariaram para essa etapa. Posteriormente, os prenomes coletados foram consultados em dois dicionários antroponímicos, o de Guérios (2004[1949]) e o de Oliver (2010), sendo que, conforme constatamos, o de Oliver (2010) mostrou-se mais

adequado por conter um maior número de antropônimos, além de registrar a possível origem do nome e suas variantes em outros idiomas – sendo útil para o apontamento dos nomes de origem inglesa para a subsequente análise dos processos de adaptação ao PB. Os nomes foram classificados em: (i) Usuais no PB e (ii) Não usuais no PB. Por nomes “usuais no PB”,

entendem-se os prenomes que, mesmo tendo uma origem etimológica incerta, são populares e utilizados por brasileiros com naturalidade, sem nenhuma referência direta ou indireta à língua inglesa. Já os nomes classificados como “não usuais” são, nesta pesquisa, aqueles que não constam no dicionário antroponímico de Oliver (2010) – sendo denominados como “novas criações” – ou importados da língua inglesa, possuindo a grafia idêntica à da língua de origem ou adaptada ao sistema do PB, conforme notações do referido autor. (MACEDO, 2015, p.75)

Na sequência, os antropônimos foram alocados em subcategorias: os prenomes usuais no PB foram distinguidos entre “nomes dicionarizados com ortografia padrão” e “nomes com ortografia estilizada ou variantes de nomes dicionarizados”; já os nomes não usuais no PB foram classificados em “nomes de origem inglesa”, “nomes com adaptações fonológicas ou ortográficas ou que são variantes de nomes ingleses” e nomes classificados como “novas criações antroponímicas”, conforme ilustra a Figura 3.3 a seguir.

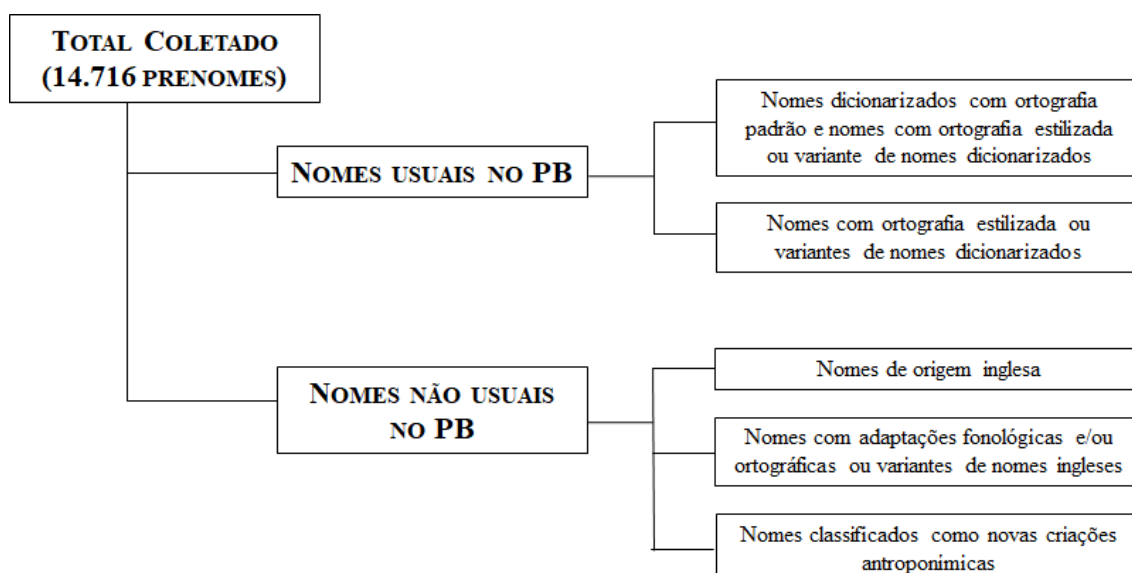


Figura 3.3 – Categorização dos prenomes coletados por Macedo (2015) e que compõem o *corpus* do PB deste trabalho.

Fonte: Macedo (2015, p.76).

Por se tratar de um estudo quantitativo e qualitativo, foi realizada também análise percentual dos dados obtidos, que são detalhados a seguir (Tabela 3.1).

Tabela 3.1. Contagem absoluta e distribuição percentual dos nomes próprios coletados, classificados nas categorias “nomes usuais” e “nomes não usuais no PB”.

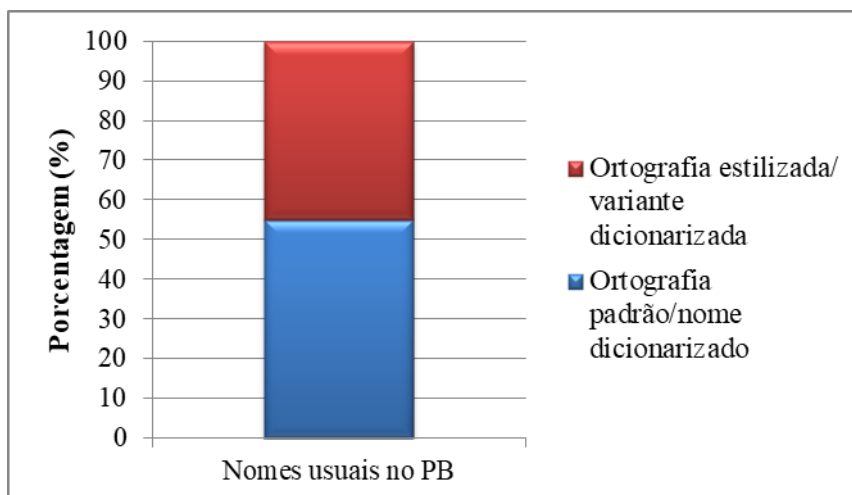
Categoria	Nomes coletados	Porcentagem
Nomes usuais no PB	11.160	76%
Nomes não usuais no PB	3.556	24%
Total	14.716	100%

Fonte: Macedo (2015, p.91).

Dos nomes “usuais no PB”, 55% eram nomes dicionarizados com ortografia padrão, enquanto 45% eram nomes com ortografia estilizada ou variantes de nomes dicionarizados (Gráfico 3.1). Já entre os nomes não usuais no PB, 19% enquadraram-se em “origem inglesa”, 23% em “adaptações fonológicas e/ou ortográficas ou variantes do

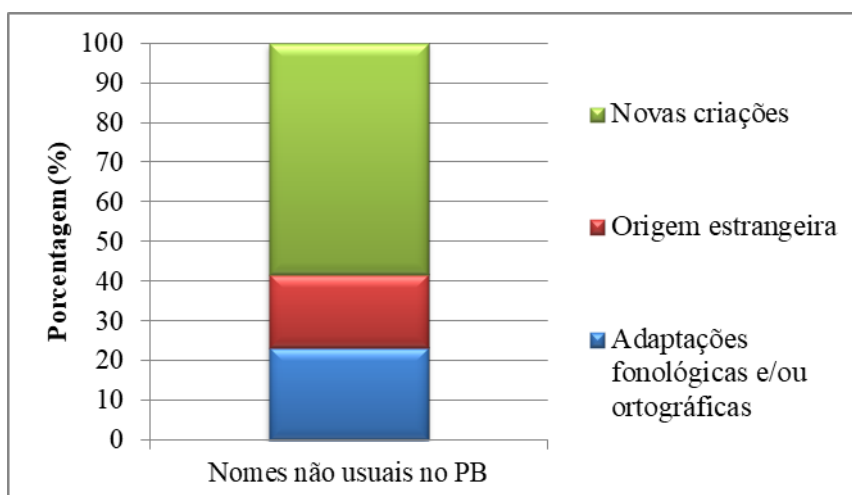
inglês” e 58% foram classificadas como “novas criações” (Gráfico 3.2). Em outras palavras, mais da metade dos nomes não usuais no PB consistiram em novas criações antroponímicas.

Gráfico 3.1. Porcentagem das subcategorias dos nomes “usuais no PB”.



Fonte: Macedo (2015, p.92).

Gráfico 3.2. Porcentagem das subcategorias dos nomes “não usuais no PB”.

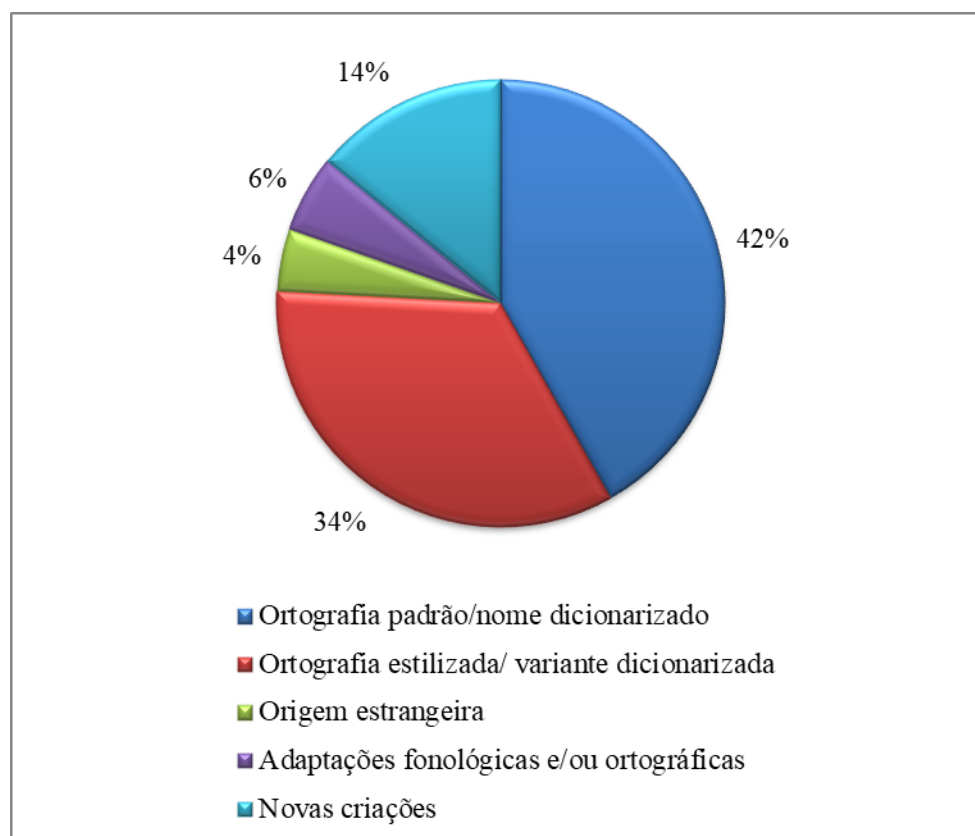


Fonte: Macedo (2015, p.92).

Dos nomes analisados, Macedo (2015) observou que a maior porcentagem, isto é, 42% do total, enquadrou-se como nomes dicionarizados com ortografia padrão, seguindo-se: ortografia estilizada ou variante de nomes dicionarizados (34%), novas criações (14%), adaptações fonológicas e/ou ortográficas ou variantes do inglês (6%) e

origem inglesa (4%) (Gráfico 3.3). Assim, apesar de as novas criações representarem a maior porcentagem dentro da categoria “nomes não usuais no PB”, esta subcategoria representa apenas 14% do total amostrado.

Gráfico 3.3. Distribuição percentual das subcategorias na amostragem total.



Fonte: Macedo (2015, p.93).

Macedo (2015) também transcreveu fonética e fonologicamente (de acordo com o IPA – *The International Phonetic Alphabet*), alguns nomes coletados, seguidos de seus padrões silábicos (Quadro 3.3). São precisamente estes 74 antropônimos que constituem o *corpus* do PB para a presente pesquisa.

Quadro 3.3 – Pronúncia, transcrições fonética e fonológica, e padrão silábico no PB dos nomes que constituem o *corpus* do PB deste trabalho.

Nome analisado	Transcrição fonética no PB	Transcrição fonológica no PB	Padrão silábico
Adilson	[a'dʒiʊsõõ]	/a.'dil.soN/	V.CVC.CVC
Adrian	['adrjẽ]	/'a.drjaN/	V.CCVVC
Alexsander	[alek'sẽder]	/a.lẽ.ki.'saN.deR/	V.CV.CV.CVC.CVC
Allan	[a'lẽ]	/a.'laN/	V.CVC
Andrew	['ẽ̃dreu]	/'eN.drew/	VC.CCVV
Andrey	[ẽ'drei]	/aN.'drej/	VC.CCVV
Anthony	['ẽntonɪ]	/'aN.to.ni/	VC.CV.CV
Bryan	['brajẽ]	/'braj.aN/	CCVV.VC
Brendo	['brẽ̃do]	/'breN.do/	CCVC.CV
Camile	[ka'milɪ]	/ka.'mi.li/	CV.CV.CV
Cauet	[kaʊ'ue]	/kaw.'we/	CVV.VV
Cleiton	['kleiʔõõ]	/'klej.toN/	CCVV.CVC
Cristofer	['kristofer]	/'kris.to.feR/	CCVC.CV.CVC
Daiane	[daɪ'ani]	/daj.'a.ni/	CVV.V.CV
Deivid	['deɪvidʒɪ]	/'dej.vi.di/	CVV.CV.CV
Deniel	['deniẽu]	/'de.ni.ew/	CV.CV.VV
Dhienifer	['dʒjenifer]	/'dʒje.ni.feR/	CVV.CV.CVC
Ednan	[edʒi'nẽ]	/e.dʒi.'naN/	V.CV.CVC
Emili/ Hemilly	['emilɪ]	/'e.mi.li/	V.CV.CV
Endrel	['ẽ̃dreu]	/'eN.drew/	VC.CCVV

Erick	[ˈɛrɪkɪ]	/ˈɛ.ri.ki/	V.CV.CV
Gleici	[ˈglej̥sɪ]	/ˈglej.si/	CCVV.CV
Ingrid	[ˈɪŋɡrɪdʒɪ]	/ˈiN.gri.di/	VC.CCV.CV
Jacqueline	[ʒakeˈlinɪ]	/ʒa.ke.'li.ni/	CV.CV.CV.CV
Jenifer	[ˈdʒɛnɪfɛr]	/ˈdje.ni.feR/	CV.CV.CVC
Jonatan	[ˈdʒonətɐ]	/ˈdjo.na.taN/	CV.CV.CVC
Joyce	[ˈʒɔj̥sɪ]	/ˈʒɔj.si/	CVV.CV
Kaíke	[kaˈikɪ]	/ka.'i.ki/	CV.V.CV
Kailaine	[kaɪˈlɛj̥ni]	/kaj'laj.ni/	CVV.CVV.CV
Kamily	[kaˈmilɪ]	/ka.'mi.li/	CV.CV.CV
Karoline	[karoˈlinɪ]	/ka.ro.'li.ni/	CV.CV.CV.CV
Kauan	[kaʊˈɐ̃]	/kaw.'aN/	CVV.VC
Keilla	[ˈkeɪ̯la]	/ˈkej.la/	CVV.CV
Kelly	[ˈkɛli]	/ˈkɛ.li/	CV.CV
Kemilly	[ˈkɛmilɪ]	/ˈkɛ.mi.li/	CV.CV.CV
Kenedy	[ˈkɛnɛdʒɪ]	/ˈkɛ.ne.di/	CV.CV.CV
Kerin	[ˈkɛrɪ̃n]	/ˈkɛ.riN/	CV.CVC
Kerollany	[kɛroˈlɛj̥ni]	/kɛ.ro.'laj.ni/	CV.CV.CVV.CV
Kerollyn	[ˈkɛrolɪ̃n]	/ˈkɛ.ro.liN/	CV.CV.CVC
Ketelyn	[ˈkɛtɪlɪ̃n]	/ˈkɛ.ti.liN /	CV.CV.CVC
Kethanli	[ˈkɛtɐ̃li]	/ˈkɛ.taN.li/	CV.CVC.CV
Ketlen	[ˈkɛtlɪ̃n]	/ˈkɛt.liN/	CVC.CVC
Ketlin	[ˈkɛtlɪ̃ŋ]	/ˈkɛ.tliN/	CV.CCVC
Kevem	[ˈkɛvɛ̃j̥]	/ˈkɛ.veN/	CV.CVC

Lorrayny	[lo'hẽɲni]	/lo.'haj.ni/	CV.CVV.CV
Maila	['maɪla]	/'maj.la/	CVV.CV
Maycon	['maɪkɔ̃]	/'maj.koN/	CVV.CVC
Nataly	['natalɪ]	/'na.ta.li/	CV.CV.CV
Nickolas	['nikolas]	/'ni.ko.laS/	CV.CV.CVC
Nicolý	[ni'kɔɪ]	/ni.'kɔ.li/	CV.CV.CV
Nilton	['niɔ̃tɔ̃]	/'nil.toN/	CVC.CVC
Patrick	pa'triki]	/pa.'tri.kɪ/	CV.CCV.CV
Peter	['peter]	/'pɛ.teR/	CV.CVC
Quétele	['kɛtɪɪ]	/'kɛ.ti.li/	CV.CV.CV
Rayani	haj'ẽni]	/haj.'a.ni/	CVV.V.CV
Rayca	['hajka]	/'haj.ka/	CVV.CV
Renan	[he'nẽ]	/he.'naN/	CV.CVC
Rian	[hi'ẽɲ]	/hi.'aN/	CV.VC
Richard	['hiʃardʒɪ]	/'hi.ʃaR.di/	CV.CVC.CV
Rillary	['hilarɪ]	/'hi.la.ri/	CV.CV.CV
Ritchelly	hi'ʃɛɪ]	/hi.'tɛ.li/	CV.CV.CV
Robson	['hɔbisɔ̃]	/'hɔ.bi.soN/	CV.CV.CVC
Ronald	['honaɔ̃dʒɪ]	/'ho.naL.di/	CV.CVC.CV
Sahymon	['saɪmɔ̃]	/'saj.moN/	CVV.CVC
Sahyron	['saɪrɔ̃]	/'saj.roN/	CVV.CVC
Shakyronhyw	[ʃakiro'niɔ̃]	/ʃa.ki.ro.'niw/	CV.CV.CV.CVV
Stefani/ Stefhany	[is'tɛfɛni]	/iS.'tɛ.fa.ni/	VC.CV.CV.CV
Thairiny	[taɪ'riɪ]	/taj.'ri.ni/	CVV.CV.CV

Thalison	[ˈtalɨsõũ]	/ˈta.li.soN/	CV.CV.CVC
Villen	[ˈvilẽn]	/ˈvi.leN/	CV.CVC
Wallacy	[ˈʋalasĩ]	/ˈwa.la.sɨ/	VV.CV.CV
Wervelen	[ˈʋɛɾvelẽĩ]	/ˈwɛR.ve.leN/	VVC.CV.CVC
Wesley	[ˈʋɛsleɨ]	/ˈwɛS.lej/	VVC.CVV
Willian	[ˈʋilɨẽ]	/ˈwi.li.aN/	VV.CV.VC

Fonte: Macedo (2015, p.79-82).

3.6 Coleta do *corpus* do Português Europeu

A coleta de dados no Português Europeu (PE) ocorreu durante o estágio de pesquisa em Portugal, entre julho de 2017 e janeiro de 2018⁹⁰. Diante da impossibilidade de coletar nomes próprios de crianças registradas em Portugal por impedimentos burocráticos, recorreremos ao auxiliar do bispo católico lisboeta e responsável pelos registros paroquiais de batismos dos fiéis em Lisboa e cidades vizinhas. O cônego nos autorizou a consultar os extratos dos batistérios das paróquias pertencentes à Diocese de Lisboa, sob a supervisão da historiadora responsável pela orientação a pesquisadores.

Durante o processo de coleta de dados, estávamos cientes das limitações próprias desse *corpus*, ao selecionarmos apenas uma parte da população portuguesa, isto é, católicos que buscavam o sacramento do batismo. Todavia, essa alternativa para estudo de questões antroponímicas já havia sido relatada com sucesso por Mexias-Simon e Oliveira (2004), que haviam consultado registros de batistério de paróquias do Rio de Janeiro. Em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015) apontamos que as autoras

⁹⁰ Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP; processo 2017/08360-7).

perscrutaram as motivações essenciais que determinaram a escolha dos prenomes coletados em duas paróquias do Rio de Janeiro, com base nos batistérios existentes desde 1928 a 1972. Assim embasados, coletamos nomes próprios de fiéis batizados na diocese de Lisboa durante o ano de 2016.

O banco de dados que compusemos, com os nomes e informações dos catecúmenos, era alimentando diariamente com visitas ao Patriarcado de Lisboa, situado junto à Igreja de São Vicente de Fora, sob supervisão da historiadora responsável, que nos ajudava a decifrar caligrafias de difícil interpretação, ou fornecia outras informações, quando necessárias, referentes às fichas. Os dados coletados incluíam: ano de nascimento e de batismo, nome das crianças, dos pais e avós e cidade em que os pais escolhem apontar como nascimento dos filhos. Foi-nos explicado que era permitido aos pais indicar o local de domicílio como local de nascimento da criança, de forma que uma criança nascida em Londres, mas domiciliada em Lisboa, por exemplo, poderia apontar esta cidade como local de nascimento. Essa foi uma variável confusional significativa, já que as regras portuguesas para nomeação permitem que crianças nascidas no estrangeiro adotem nomes que não constem na onomástica portuguesa; voltando ao exemplo acima, não saberemos ao certo se uma criança registrada como “John” supostamente nascido em Lisboa seria um inglês com um nome tradicional em sua pátria ou uma criança portuguesa com um nome estrangeiro, uma vez que há tabeliães que não obedecem a Lista de Vocábulo Admitidos e Não Admitidos em Portugal.⁹¹

Uma vez que as fichas de batistério não estavam digitalizadas, nossa primeira tarefa consistiu em digitalizar os nomes e as informações referentes a eles. Consultamos os arquivos de quase todas as paróquias e catalogamos nomes próprios de crianças

⁹¹ A partir de novembro de 2017, a referida lista deixou de existir, mas, como os nomes que estudamos neste trabalho foram registrados antes de sua extinção, decidimos considerá-la.

batizadas no ano de 2016 – excetuando-se o sobrenome a fim de preservar a identidade dos batizados. Foram feitas então transcrições fonológicas das gravações de pronúncia de alguns destes nomes, realizadas por uma falante nativa, estudante de curso superior e residente em Lisboa, que se voluntariou para a pesquisa. Gravamos ainda alguns nomes brasileiros coletados por Macedo (2015), mas sem informar sua origem à voluntária, a fim de encontrarmos eventuais diferenças na pronúncia desses antropônimos quando ditos por falantes destas duas variedades – a brasileira e a portuguesa.

A seguir, apresentamos as transcrições fonéticas e fonológicas dos dados, bem como o padrão silábico correspondente aos nomes que constituem o *corpus* do PE deste trabalho (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 – Pronúncia, transcrições fonética e fonológica, e padrão silábico dos nomes que constituem o *corpus* do PE deste trabalho.

Nome analisado	Transcrição fonética no PE	Transcrição fonológica no PE	Padrão silábico
Adilson	[ɐ' dilsən]	/a.'dɪl.soN/	V.CVC.CVC
Adrian	[' adriem]	/'a.dri.eN/	V.CCV.VC
Alexia	[ɐ' lɛksɿa]	/a.'lɛk.si.a/	V.CVC.CV.V
Alexsander	[ɛlɛ' ksənder]	/a.lɛk.'saN.deR/	V.CVC.CVC.CVC
Allan	[' alɛn]	/'a.laN/	V.CVC
Amélie	[ɐ' mɛli:]	/a.'mɛ.li/	V.CV.CV
Anthony	[' ẽnt ^h oni:]	/'eN.to.ni/	VC.CV.CV
Bryan	[' braɣɛn]	/'braj.eN/	CCVV.VC

Charlotte Jeanne	[ʃɛr'lotʰizɪ'ɛni:]	/ʃaR.'lɔ.ti/ /zi.'a.ni/	CVC.CV.CV CV.V.CV
Dayane Sofia	[daɪ,ɛnɪsu'fiɐ]	/daj.'a.ni/ /so.'fi.a/	CVV.V.CV CV.CV.V
Deivid	['zeɪ.vidʰ]	/'dej.vid/	CVV.CVC
Denilson	[de'nɪlsõn]	/de.'niL.soN/	CV.CVC.CVC
Denny	['dɛni:]	/'dɛ.ni/	CV.CV
Dhienifer	[die'nifer]	/di.e.'ni.feR/	CV.V.CV.CVC
Diva Suelen	[,diva'suelɛn]	/'di.va/ /su.'ɛ.leN/	CV.CV CV.V.CVC
Djeferson Carlos	[,dʒɪɛfersɛn'karlɔʃ]	/'ʒɛ.feR.soN/ /'kaR.luS/	CV.CVC.CVC CVC.CVC
Dyanna	[di'ɛnɛ:]	/di.'a.na/	CV.V.CV
Edilson	['ɛdɪlsɛn]	/'ɛ.diL.soN/	V.CVC.CVC
Ednan	['ɛdnɛn]	/'ɛd.naN/	VC.CVC
Edson Dany	[,ɛdsɛn'dãni:]	/'ɛd.soN/ /'da.ni/	VC.CVC CV.CV
Elthan	['ɛltɛn]	/'ɛl.taN/	VC.CVC
Erick	['ɛrikʰ]	/'e.rik/	V.CVC
Hayden	['aɪden]	/'aj.deN/	VV.CVC
Jackson	['dʒɪɛksɛn]	/'ʒɛ.ki.soN/	CV.CV.CVC

Janifer	['ʒənifer]	/'ʒe.ni.feR/	CV.CV.CVC
Jayden Kyle	[,ʒej̥din'kaj̥ɛɫ]	/'ʒej.deN/ /'kaj.el/	CVV.CVC CVV.VC
Jedgael	[,ʒediga'ɛɫ]	/'ʒɛ.di/ /ga.ɛl/	CV.CV CV.VC
Jennifer Joyce	[,dʒenifer'ʒɔɪs]	/'ʒe.ni.feR/ /'ʒɔj.ce/	CV.CV.CVC CVV.CV
Jerson David	[,ʒɛrsɔ̃n'dəvid]	/'ʒɛR.soN/ /da.'vid/	CVC.CVC CV.CVC
Jessica Sophie	[,ʒɛsikɛsu'fi:]	/'ʒɛ.si.ka/ /so'fi/	CV.CV.CV CV.CV
Jeyse Patrike	[,ʒɛɪs 'patrik ^h]	/'ʒej.si/ /'pa.tri.ki/	CVV.CV CV.CCV.CV
Jonatan	['ʒonɛtɛ̃n]	/'ʒo.na.taN/	CV.CV.CVC
Ketelyn	['kɛtɪlɪ̃n]	/'kɛ.ti.liN/	CV.CV.CVC
Ketlen	['kɛtlɛ̃n]	/'kɛ.tleN/	CV.CCVC
Ketlin	['kɛtlɪ̃n]	/'kɛ.tliN/	CV.CCVC
Kevim Alexandre	[,kɛvɪjɛli'ʃændri]	/'kɛ.viN/ /a.le.'ʃaN.dri/	CV.CVC V.CV.CVC.CCV
Kevin João	[,kɛvinʒo'ẽũ]	/'kɛ.viN/ /ʒo.'awN/	CV.CVC CV.VVC
Kleiton	['kleɪtɛ̃n]	/'klej.taN/	CCVV.CVC

Lorrayny	[lo'hæini]	/lo.'raj.ni/	CV.CVV.CV
Ludimilson	[ludi'milsən]	/lu.di.'mil.soN/	CV.CV.CVC.CVC
Maria Emily	[mæ,ri'eмили:]	/ma.'ri.a/	CV.CV.V
		/'e.mi.li/	V.CV.CV
Martim Walter	[mæt,tin'valteɾ]	/maR.'tiN/	CVC.CVC
		/'val.teR/	CVC.CVC
Maycon	['majkõn]	/'maj.koN/	CVV.CVC
Maycol	['majkol]	/'maj.kol/	CVV.CVC
Maycool	[mæɪ'kul]	/mai.'kul/	CVV.CVC
Mélanie	['mɛlɛni:]	/'mɛ.la.ni/	CV.CV.CV
Mickael	[mikɛ'ɛl]	/mi.ka.'ɛl/	CV.CV.VC
Nayla Rose	[,najlə'rouz]	/'naj.la/	CVV.CV
		/'ro.zi/	CV.CV
Nilton	['niltɛn]	/'nil.toN/	CVC.CVC
Robson	['rɔbsɛn]	/'rɔb.soN/	CVC.CVC
Ronald	['ronald]	/'ro.nal.di/	CV.CVC.CV
Rudilson	[ru'dilsɛn]	/ru.'dil.soN/	CV.CVC.CVC
Sahymon	['sajmõn]	/'saj.moN/	CVV.CVC
Sahyron	['sajron]	/'saj.roN/	CVV.CVC
Shakyronhyw	[ʃakiro'niw]	/ʃa.ki.ro.'niw/	CV.CV.CV.CVV
Thalison	['talizon]	/'ta.li.zoN/	CV.CV.CVC

Tifany	['tífɛni]	/'ti.fa.ni/	CV.CV.CV
Wállyson	['ɔalizẽn]	/u.'a.li.zoN/	V.V.CV.CVC
Wander	['vønder]	/'vaN.deR/	CVC.CVC
Weliton	['ɔɛlitoN]	/u.'ɛ.li.toN/	V.V.CV.CVC
Wervelen	['ɔɛrvelen]	/u.'ɛR.ve.leN/	V.VC.CV.CVC
Wesly Cristhian	['ɔɛsli'kristiẽn]	/u.'ɛS.li / 'kriS.ti.aN/	V.VC.CV CCVC.CV.VC
Willian	['ɔilian]	/u.'i.li.aN/	V.V.CV.VC
Wilson	['ɔilsẽn]	/u.'iL.soN/	V.VC.CVC
Wlademir	['vladimir]	/'vla.di.miR/	CCV.CV.CVC
Yasmin	['ɔasmin]	/i.'aS.miN/	V.VC.CVC

Considerações finais

Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos que adotamos nesta pesquisa, bem como a constituição dos *corpora* para o estudo de questões fonológicas no PA, no PE e no PB atuais, a partir dos nomes próprios.

No que se refere ao PA, descrevemos a coleta e o mapeamento dos nomes próprios contidos nas *CSM* e nas cantigas profanas e apresentamos os materiais de suporte às análises, como glossários e dicionários, que consideramos fontes importantes de informação. Esclarecemos que os nomes coletados nas *CSM* e nas cantigas profanas foram classificados quanto a tipos silábicos e padrões de acentuação e apontamos trabalhos que atestam a pertinência da consideração de textos poéticos metrificados

como *corpus* da diacronia do português, além de uma breve revisão da literatura sobre as cantigas medievais galego-portuguesas.

Para o estudo de nomes próprios no PB atual, apresentamos o *corpus* de Macedo (2015). Explicamos tratar-se de um montante de 14.716 prenomes de crianças matriculadas na rede municipal de ensino da cidade de São Carlos, SP, e que foram categorizados em “nomes usuais” e “nomes não usuais” no PB. Depois, apresentamos transcrições fonéticas e fonológicas destes nomes, bem como suas silabações, úteis para as análises de processos fonológicos ocorridos na adaptação de prenomes estrangeiros à fonologia do PB.

Por fim, apresentamos o processo de coleta de nomes próprios no PE atual, que realizamos em Portugal, por ocasião de nosso estágio de pesquisa. De posse desses nomes, construímos nossa própria base de dados de antropônimos de crianças batizadas em paróquias lisboetas (3.948 antropônimos). Na sequência, apresentamos transcrições fonéticas e fonológicas das pronúncias de alguns desses nomes por uma falante nativa da língua, para, na seção 4, a seguir, estudarmos algumas questões de (não) adaptação fonológica à língua.

4 Análise dos resultados

Apresentamos, nesta seção, as análises quantitativas e qualitativas dos nomes próprios estudados. Iniciamos pela análise dos dados obtidos por meio das cantigas medievais religiosas e profanas, em que observamos se os nomes próprios coletados encontram-se (ou não) adaptados aos padrões fonológicos do PA. Depois, apresentamos um estudo dos dados que obtivemos para o PE em comparação com os dados que estudamos em Macedo (2015) para o PB. Nossa intenção é discutir, como propõe Massini-Cagliari (2011b, p.804), questões relacionadas à identidade fonológica de nossa língua em uma perspectiva comparativa de diferentes épocas.

4.1 Nomes próprios no PA

A efetivação (ou não) de adaptações fonológicas de nomes próprios de origem estrangeira no PA e no português contemporâneo (brasileiro e europeu) foi estudada, de forma comparativa, pela primeira vez por Massini-Cagliari (2011b, 2012), sendo retomada e ampliada posteriormente por Massini-Cagliari e Silva (2012). Nesses mesmos trabalhos, considerou-se a questão relacionada a “empréstimos” e “identidade”, uma vez que, “palavras emprestadas se configuram como ‘corpos estranhos’ ‘alienígenas’ ao conjunto supostamente homogêneo da *língua*” (MASSINI-CAGLIARI, 2011b, p.795, grifo da autora). Merece destaque o estudo de adaptação de nomes próprios de origem estrangeira por lidar “com uma situação ‘limite’ no que diz respeito à adaptação fonológica de empréstimos/estrangeirismos” (MASSINI-CAGLIARI, 2011b, p.796).

Em seu estudo, Ceschin (2002), considerando aspectos do léxico inovador das *Cantigas de Santa Maria*, aponta para o fato de estas oferecerem dados importantes para

a descrição histórica do acervo da língua portuguesa daquela época. O autor observa que as *CSM* “exibem variados aspectos do ambiente em que se originaram, com traços do momento, do espaço e da expressão que nelas confluíram e se configuraram” (CESCHIN, 2002, p.177). De forma semelhante, Massini-Cagliari (2011b, p.802) considera as *CSM* como um excelente material para pesquisas como a que aqui propomos, pelas seguintes razões:

em primeiro lugar porque, por conterem relatos milagrosos de diferentes origens, coletados em diversas localidades da Europa, colocam a necessidade textual de retratar locais e pessoas (referidas por seus nomes) de origem outra que não galego-portuguesa; em segundo lugar, porque se constituem de textos metrificadas e rimados, que fornecem pistas da realização fonética desses nomes, a partir da observação da divisão dos versos em sílabas poéticas e da consonância da rima.

Além disso, Massini-Cagliari (2011b, p.796) explica que, pelas cantigas, podemos mapear os contextos fonológicos em que as adaptações poderiam ocorrer no PA, inclusive aqueles contextos que, segundo a autora, eram “problemáticos (no sentido de não ‘encaixáveis’ na fonologia do galego-português da época, tendo que ser, conseqüentemente, adaptados) e quais eram considerados ‘aceitáveis’ (passando, portanto, ao contexto sonoro do PA, sem adaptações)”.

Dentro do universo do *corpus* religioso que nos propomos a estudar nesta pesquisa, consideramos a totalidade dos topônimos e antropônimos que aparecem nas 420 *CSM*, tendo como fontes importantes de informação os dicionários e glossários.⁹²

Seguindo os métodos que indicamos na seção 3.1 deste trabalho, pudemos analisar 129 antropônimos e 263 topônimos de acordo com o sistema fonológico do PA

⁹²Massini-Cagliari (2015, p.30) justifica as vantagens de se considerar vocabulários e glossários disponíveis como suporte adicional às análises em estudos que considerem tipos silábicos ou padrões de acentuação, como é o caso de nossa pesquisa. A autora considera que “os vocabulários e glossários contribuem com uma maior riqueza lexical – o que pode ser de boa utilidade (por exemplo, no estudo do acento lexical)”.

delineado por Massini-Cagliari (1999, 2015), conforme ilustramos no Gráfico 4.1 a seguir.

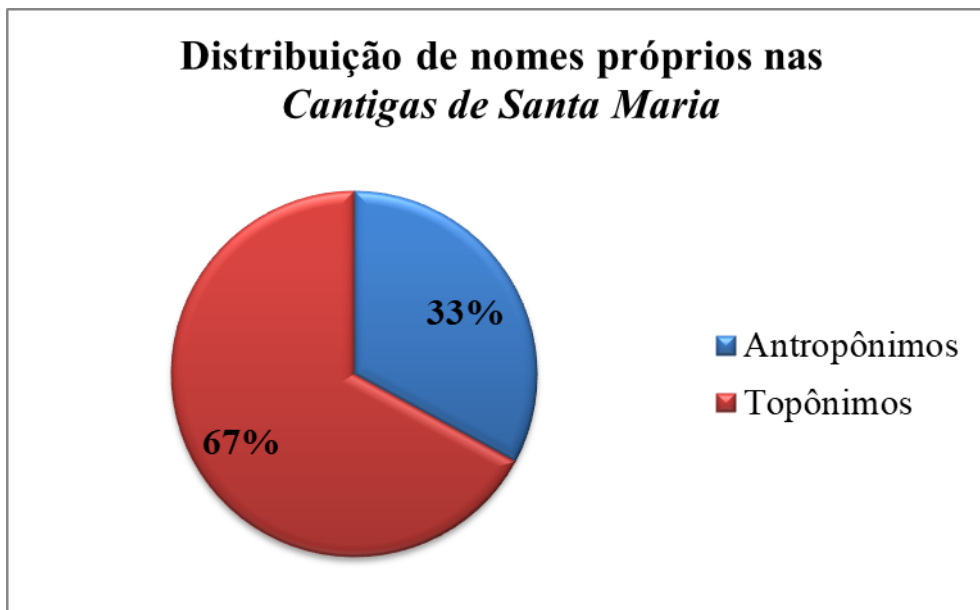


Gráfico 4.1 – Distribuição percentual de nomes próprios nas *CSM*.

Estes dados foram divididos em 11 categorias, levando em consideração as propostas de análises de Massini-Cagliari (2011b, 2012) e Massini-Cagliari e Silva (2012), conforme dispomos no Quadro 4.1. O ineditismo da análise desenvolvida neste estudo consiste em comparar e complementar os estudos anteriormente realizados para os antropônimos e propor a consideração também dos topônimos coletados.

A análise de antropônimos nas *CSM* realizada de forma pioneira por Massini-Cagliari (2011b, p.802-804) foi compilada pela autora em seis categorias iniciais. Da mesma maneira, Massini-Cagliari e Silva (2012) contribuíram com outras três diferentes categorias sobre a pauta acentual dos nomes próprios. Neste trabalho, uma compilação dos estudos citados e as análises fonológicas do acento realizadas por Costa (2010) nos permitiram agregar os antropônimos em onze categorias diferentes, somando-se, aos

nomes já identificados pelos autores citados, os encontrados nesta pesquisa, como expomos a seguir.

Quadro 4.1 – Listagem dos antropônimos nas *CSM*.

Categoria	Massini-Cagliari (2011)	Massini-Cagliari e Silva (2012)	Costa (2010)	Presente estudo
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílaba travada por nasal.</p> <p>(cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.802).</p> <p><i>Total = 21</i></p>	<p>Aben Mafon, Abiron (Abiram/Abirom), Abran, Aragon, Mafon, Merlin, Octavian, Reymon, Salamon.</p>		<p>Garin, German, Estevan.</p>	<p>Aben, Abiron, Abran, Mafon, Merlin, Octavian, Reymon, Salamon, Agostin, Adan, Balaam, Datan, Ebron, Faraon, Joan, Leon, Martin, Simeon.</p>
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa.</p> <p>(cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.802).</p> <p><i>Total = 10</i></p>	<p>Bonifaz, Fiiz, Tomás.</p>		<p>Matheus</p>	<p>Bonifaz, Fiiz, Tomás, Alis, Beatriz, Cayfaz, Denis/Dinis, Gormaz, Satanas.</p>

<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílaba travada por rótica.</p> <p>(cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 5</i></p>	<p>Ander (de Santander), Artur, Bondoudar, Vitor.</p>			<p>Ander (de Santander), Artur, Bondoudar, Vitor, Almançor (Al Mañçur).</p>
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral.</p> <p>(cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 13</i></p>	<p>Marçal.</p>		<p>Migael.</p>	<p>Marçal, Abel, Cistel, Bernal, Daniel, Emanuel, Gabriel, Manuel, Miguel, Misael, Rachel, Samuel.</p>
<p>Antropônimos paroxítonos realizados como oxítonos</p> <p>(cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 2</i></p>	<p>Brutus, Colistanus.</p>			<p>Brutus, Colistanus.</p>
<p>Antropônimos paroxítonos terminados em sílaba leve.</p> <p><i>Total = 40</i></p>			<p>Basillo/Basilo, Elbo, Garcia, Juyão</p>	<p>Abdalla, Affonso/Affonso, Agostyõ, Anania, Anna, Azaria, Bêito, Bernaldo, Berria, Catelinna, Clemente,</p>

				Corrade, Cremete, Diago, Domingo, Eva, Fernando, Gonçalvo, Gondianda, Jacobe, Jesse, Lourenço, Mafomete, Maria, Mariame, Martýõ, Minerva, Nero, Pedro/Pero, Recessiundo, Reimundo, Rodrigo, Sancha, Santiago, Soffia, Ysaía.
Antropônimos oxítonos terminados em sílaba aberta. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.804). <i>Total = 8</i>	Aleixi, Salome.	Aleixi, Ali, Davi, Içá, Moysi, Salome, Tome.		Aleixi, Ali, Davi, Içá, Jesu, Moysi, Salome, Tome.
Antropônimos oxítonos terminados em ditongos decrescentes. <i>Total = 3</i>				Andreu, Bartolomeu, Mateu.
Antropônimos paroxítonos terminados em sílaba pesada (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107). <i>Total = 14</i>	Cesar, Cristus, Eanes, Herodes, James, Judas, Lucas, Marcos, Messias, Sanchez, Telez.	Cesar, Cristus, Eanes, Herodes, James, Judas, Lucas, Marcos, Messias, Sanchez, Telez.		Cesar, Cristus, Eanes, Herodes, James, Judas, Lucas, Marcos, Messias, Sanchez, Telez, Ananias, Azarias, Aboyuçaf.

Antropônimos proparoxítonos (cf. Massini- Cagliari e Silva, 2012, p.107). <i>Total = 5</i>		Jeronimo, Basilio, Lazaro, Locifer, Theophilo.		Jeronimo, Basilio, Lazaro, Locifer, Theophilo.
Antropônimos com consoantes obstruintes na coda (cf. Massini- Cagliari e Silva, 2012, p.107). <i>Total = 8</i>	Elisabet, Octavian.	Abdalla, Aboyuçaf Diag Elisabet, Octavian.		Abdalla, Aboyuçaf, Elisabet, Octavian, Mafomat, Bernalt, Bonamic, Joseph.

Seguindo as categorias apresentadas para os antropônimos, analisamos também todos os topônimos contidos nas *CSM*, conforme o Quadro (4.2).

Quadro 4.2 – Listagem dos topônimos nas *CSM*.

Categoria	Costa (2010)	Massini- Cagliari (2005)	Presente estudo
Topônimos oxítonos terminados em sílaba travada por nasal. (cf. Massini- Cagliari, 2011b, p.802). <i>Total = 17</i>	Saixon, Sopetran.		Almaçan, Aragon, Beleem, Briançon, Carron, Faaron, Geen, Jahen, Jerusalem, Jordan, Leon, Leteran, Santaren, Seixon, Syon.

<p>Topônimos oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.802).</p> <p><i>Total = 16</i></p>	<p>Orlens, Seixons.</p>		<p>Alcaraz, Arraz, Belmez, Castroxeriz, Çuz, Estremoz, Gormaz (Sant' Estevan de Gormaz), Josafas, Monssarraz, Paris, Peiteus, Suz, Tarssis, Xerez.</p>
<p>Topônimos oxítonos terminados em sílaba travada por rótica. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 11</i></p>			<p>Aguadalquivir/Alquivir/Guadalquivir, Alanquer/Alenquer, Azamor, Beger, Fontebrar, Monpesler/Monpisler, Rocamador, Salvador, Santander, Sigrar, Sur.</p>
<p>Topônimos oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 7</i></p>			<p>Claraval, Conturbel, Irrael, Mongibel, Muradal, Portugal, Vila-Real.</p>
<p>Topônimos paroxítonos terminados em sílaba leve.</p> <p><i>Total = 174</i></p>	<p>Arrendaffe, Canete, Castro Radolfo, Cesaira, Clusa, Darouca, Estrela, Lugo, Prado,</p>		<p>Acre, Aguadalfajara, Aguadiana/Odiana, Alapa, Albeza, Alcanate, Aleimana/Alemanna, Aleixandria, Algarve, Algizira, Almaria, Alvaça, Alverna, Andaluzia, Archetecrÿo, Arcilla, Armenia, Armenteira, Arnedo, Arraixaca/Arreixaca, Ayamonte, Babilonna, Badallouce, Barçalona,</p>

	Rodão, Salerna, Vella.		Barrameda, Beja, Berria, Besanço, Bitoria, Bolonna, Borja, Bregonna, Bretanna (Inglaterra)/ Bretanna (França), Calatrava, Camela, Campã, Cantaaria, Caorce, Capela, Carriço, Cartagena, Castela, Catalonna, Ceta, Cezilla, Chincoya, Coira, Colliure, Colonna, Compostela, Conca, Consogra, Costantinoble/Constatinobre, Cova (Pena-Cova), Cudejo, Cunnegro, Daconada, Damiata, Doiro, Dovra/Doura, Egito, Elche, Engraterra/Englaterra, Escoça, Espanna, Espã, Estremadura, Exarafe, Fita, Foja, Fontefria, França, Galilea, Galiza, Gasconna, Graãada, Guadalete, Guadayra, Ingraterra, Laredo, Leirã, Libano, Limia, Lisboa/Lixboã, Lombardia, Lucã, Luzerna, Madalena, Madride, Manssella, Marsela, Meca, Meçinna, Medina, Mediterraneo, Molina, Morabe, Moriella, Moura, Murça, Murvedro, Mynno, Narbona, Nevia, Nevla/Nevra, Ocanna, Odimira, Olivença, Olivete, Onna, Osca, Osonna, Palença, Pavia, Perssia, Pisa, Poi, Porto, Prazença, Proença, Pulla, Rara, Requena, Ribadulla, Ribela, Rodrigo, Roma, Romania, Ronda, Salamanca, Saldanna, Salze, Sansonna, Santiago, Saragoça, Scala, Segonça, Segovia/Segobia, Sena, Sevilla, Silve, Sirga, Solarã, Sosonna, Suria, Tablada, Tarsso, Tejo, Terena, Terrão, Tocha, Toledo, Tolosa, Tomba, Torre, Tortosa, Toscana, Touro, Trevynno, Tudia, Valença, Valverde, Viso.
Topônimos oxítonos terminados em sílaba aberta. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.804).			Alcalá, Çalé, Gessemani, Saba, Sardonay, Tui, Venexi.

<i>Total = 7</i>			
<p>Topônimos paroxítonos terminados em sílaba pesada (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 24</i></p>	Beorges, Domas.		<p>Paroxítonos terminados em <s>/<z>: Achelas, Arcos, Aroches, Burgos, Caliz/Cadiz, Charthes, Combres, Elvas, Fenares, Frandes, Guimarães, Marrocos, Mayorgas, Olgas, Roenas, Salas, Silos, Tunez, Ucles, Ypocras.</p> <p>Paroxítonos terminados em <r>: Alcaçar, Tanjar.</p>
<p>Topônimos proparoxítonos (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 5</i></p>	Africa.	Evora, Arabia.	Cordova, Genua.
<p>Topônimos com consoantes obstruintes na coda (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 2</i></p>			Monsarrat, Valedolid.

No que se refere à lírica profana, apesar de a quantidade encontrada de nomes próprios mapeada em nossa pesquisa apresentar-se de maneira ligeiramente menos expressiva em comparação com os dados obtidos na análise da poesia afonsina, também alguns nomes de pessoas e de lugares retratados pelos trovadores nas cantigas deste gênero trouxeram contribuições interessantes às nossas análises linguísticas.

Os nomes próprios nas cantigas profanas foram registrados pelos trovadores em diferentes cenários e narrativas, sendo alguns desses nomes estrangeiros. Encontramos, conforme já sinalizara Lapa (1966) em seu estudo, nomes de santos (principalmente os que davam nomes a lugarejos e capelinhas), de donzelas e mulheres amadas ou seus maridos retratados nas cantigas, das mães e das confidentes, de nobres e vassalos, nomes retratados nos enlaces matrimoniais, nomes de trovadores e soldadeiras, nomes de personagens zombados ou denunciados pelos trovadores (como clérigos), bem como nomes de personagens de romances literários, entre outros. Nas cantigas profanas, também podemos assistir às cenas de diversos episódios da vida cotidiana e aos cenários contemplados (topônimos), tanto os que se passavam na Península quanto os que tinham origem ou influência do estrangeiro.

Cabe ainda a consideração de que, respeitando a “poesia do segredo” nas cantigas de amor, em que se prezava pela discrição da mulher amada, em algumas vezes, sendo necessária a invocação direta de seu nome, este era substituído por um pseudônimo. Em um caso pitoresco, por exemplo, num acesso de desespero, como sugere Lapa (1966), o trovador Pero Garcia Burgalês “chega a nomear a senhora entre três nomes de mulher: Joana, Sancha e Maria (CA 89, 104, 105 e 106), maneira hábil de citar o nome, desafogar o coração, guardando a regra do amor cortês” (LAPA, 1966,

p.145).⁹³ No que toca às cantigas de amigo, Lapa remete a uma cena em que “a menina queixa-se de que o namorado lhe assoalhou [isto é, tornou público] o nome”, o que era proibido pelo código cavalheiresco da época, como explica o autor. Nesse gênero de cantigas, encontramos, mais frequentemente, os topônimos ou nomes de santos e santuários.⁹⁴ Todavia, a maior parte dos nomes próprios do *corpus* profano é proveniente das cantigas de escárnio e maldizer. São retratados os mais variados nomes, sendo alguns deles vindos, por exemplo, de substantivos comuns que passam à função de nome próprio. Neste gênero, o trovador gozava de grande liberdade para nomear suas personagens, fornecendo-nos um maior repertório onomástico da época.⁹⁵

Todavia, como aponta Pereira (1997), é uma tarefa difícil distinguir os topônimos dos antropônimos nas cantigas profanas, sendo necessário ao pesquisador atentar-se para o contexto em que aparece cada termo. Depois, inspirando-nos na metodologia adotada pelo referido linguista em sua pesquisa, consideramos apenas um nome próprio para análise no caso de indivíduos identificados por dois ou mais elementos.⁹⁶

Em nossa pesquisa, encontramos 107 antropônimos e 174 topônimos advindos das CP que puderam ser analisados fonologicamente, como ilustramos no Gráfico 4.2.

⁹³ A propósito, Spina (1996, p.25) faz referência ao uso do *senhal*, “imagem ou pseudônimo poético com que o trovador oculta o nome da mulher amada”, com intenção de “não abalar a reputação da dama (*pretz*)”.

⁹⁴ Vale lembrar o caráter mais popular e nacional das cantigas de amigo, como aponta Massini-Cagliari (2015, p.52)

⁹⁵ De acordo com a *Arte de Trovar*, nas cantigas de maldizer, o trovador, querendo dizer mal de alguém, faz isso de maneira mais “descoberta”, enquanto, nas cantigas de escárnio, usam do artifício de palavras “cobertas”.

⁹⁶ Podemos citar algumas pesquisas onomásticas que merecem destaque por tratar da representação dos personagens mencionados pelos trovadores, como as de García (2018), Fernández (2018), Sodré (2013), Verissimo (2008, 2017) e Muniz (2008). Para uma análise do espaço ou “cenário” das cantigas profanas, com destaque para as de escárnio e maldizer, podemos indicar o trabalho de Rodríguez (1996). Os trabalhos de Pereira (1997), Agrelo (2007) e Dias (2009) consideram aspectos etimológicos dos nomes próprios no PA; sendo que, em sua análise, esta última autora dedica-se a estudar a influência estrangeira na adoção de nomes próprios e conclui que havia nomes de origem latina, hebraica, grega, celta, germânica, francesa, entre outras.

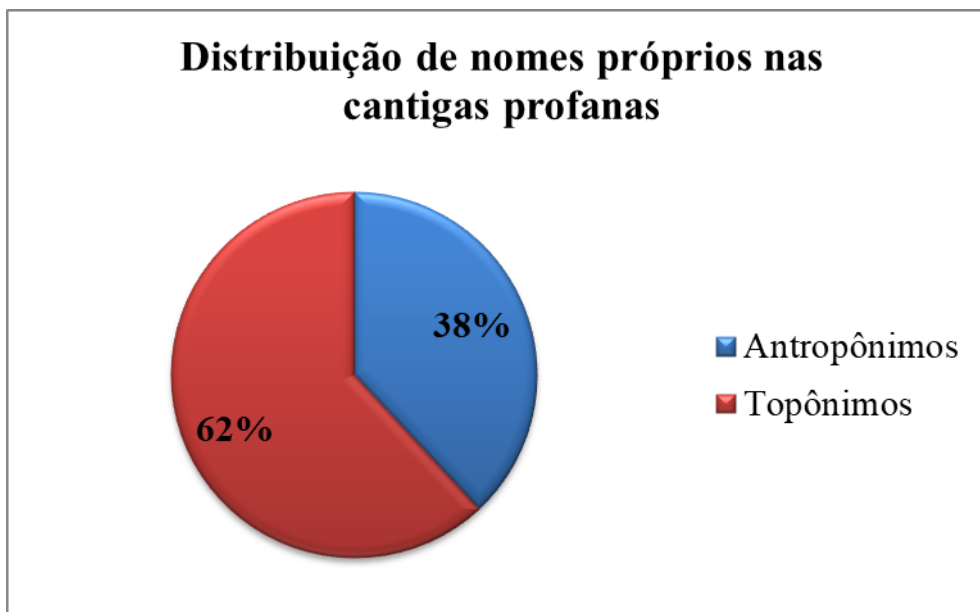


Gráfico 4.2 – Distribuição percentual de nomes próprios nas cantigas profanas.

Com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas quanto à grafia de alguns deles, recorreremos algumas vezes às edições fac-similadas dos cancioneiros disponibilizadas para consulta *on-line* por Lopes e equipe (2011), levantando, assim, as variantes manuscritas apresentadas nos diferentes cancioneiros, quando existentes. Como suporte adicional às análises, como detalhamos na seção 3, consultamos dicionários e glossários especializados que nos forneceram pistas quanto aos nomes estrangeiros.

Para a análise fonológica dos nomes próprios nas cantigas profanas, da mesma forma que fizemos para as cantigas religiosas, seguimos a proposta de Massini-Cagliari (2011a, 2011b) para a categorização, conforme os padrões fonológicos da época. Os dados foram interpretados como detalhamos nos Quadros 4.3 e 4.4 a seguir:

Quadro 4.3 – Listagem dos antropônimos nas cantigas profanas.

Categoria	Presente estudo
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílaba travada por nasal. (cf. Massini-Cagliari, 2011b,p.802).</p> <p><i>Total = 14</i></p>	<p>Adan, Albardan, Baian, Estevan, Fernan, Foan, Gaston, Joan, Martin, Melion, Merlin, Picandon, Simion, Tristan.</p>
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa. (cf. Massini-Cagliari, 2011b,p.802).</p> <p><i>Total = 7</i></p>	<p>Beatriz, Diniz, Fiiz, Gris, Luís, Nicolas, Paris.</p>
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílaba travada por rótica. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 6</i></p>	<p>Almañor, Ansur, Guiomar, Leonor, Leuter, Salvador.</p>
<p>Antropônimos oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral. (cf. Massini-Cagliari, 2011b, p.803).</p> <p><i>Total = 9</i></p>	<p>Abril, Bernal, Brancafrol, Corral, Gil, Manuel, Miguel, Reinel, Sordel.</p>
<p>Antropônimos paroxítonos terminados em sílaba leve.</p> <p><i>Total = 58</i></p>	<p>Afonso/Alfonso, Alho, Alvela, Beeito, Bepelho, Camela, Caralhote, Cecilia, Cheira, Chora, Clemente, Cogominho, Costança, Domingo, Elvira, Escalhola, Eva, Fagundo, Fernando, Franco, Garcia, Gonçalo, Gondrode, Gontinha, Gueda, Guilherme, Isolda, Joana, Juyão, Lopo, Lourenço, Luzia, Macia, Mafomede, Maria, Marco, Marinha, Martinho, Meendo, Nicolao, Orraca, Ovaia, Pachacho, Pedro, Peixota, Rodrigo, Saco, Sancha, Santiago, Servando, Sevilha, Sueiro, Teresa, Toda, Vasco, Vela, Xacafe, Xemeno.</p>

<p>Antropônimos oxítonos terminados em ditongos decrescentes.</p> <p><i>Total = 3</i></p>	<p>Andreu, Iseu, Mateu.</p>
<p>Topônimos paroxítonos terminados em sílaba pesada (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 7</i></p>	<p>Paroxítonos terminados em <s>/<z>:</p> <p>Airas, Domingas/Domingos, Flores, Gomes, Judas, Marcos, Nunes.</p>
<p>Antropônimos com consoantes obstruintes na coda (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 3</i></p>	<p>Josep, Marot, Vincent.</p>

Quadro 4.4 – Listagem dos topônimos nas cantigas profanas.

Categoria	Presente estudo
<p>Topônimos oxítonos terminados em sílaba travada por nasal. (cf. Massini-Cagliari, 2011a, p.802).</p> <p><i>Total = 15</i></p>	<p>Alvan, Aragon, Baguin, Belen, Carron, Geen, Jerusalen, Jordan, Leon, Lobaton, Monçon, Mormoion, Orzelhon, Santaren, Treeçon.</p>
<p>Topônimos oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa. (cf. Massini-Cagliari, 2011a, p.802).</p> <p><i>Total = 11</i></p>	<p>Alhariz, Blandiz, Eixares, Josafas, Ocrês, Orgaz, Ourens, Paris, Salnes, Silvez, Tamariz.</p>

<p>Topônimos oxítonos terminados em sílaba travada por rótica. (cf. Massini-Cagliari, 2011a, p.803).</p> <p><i>Total = 14</i></p>	<p>Aivar, Alcor, Alanquer, Augadalquivir, Azamor, Beger, Ensar, Escobar, Estepar, Leuter, Montemaior, Montpellier, Rocamador, Sar.</p>
<p>Topônimos oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral. (cf. Massini-Cagliari, 2011a, p.803).</p> <p><i>Total = 6</i></p>	<p>Bonaval, Cistel, Portugal, Vila-Real, Sil, Soveral.</p>
<p>Topônimos paroxítonos terminados em sílaba leve.</p> <p><i>Total = 104</i></p>	<p>Acre, Alamanha, Alfanje, Amarante, Andaluzia, Arnado, Arouca, Azevedo, Basto, Beira, Belenha, Benavente, Bizcaia, Castela, Castro, Catalonha, Celorico, Coimbra, Coira, Conca, Condado, Cornoalha, Crecente, Darra, Deça, Doiro, Dormãa, Endurra, Espanha, Estela, Estorga, Estremadura, Exarafe, Fagundo, Faria, Fariza, Faro, França, Gaia, Galiza, Gomorra, Granada, Guarda, Lecia, Leirea, Libira, Lisboa, Lombardia, Lora, Losi, Lugo, Maia, Marialva, Marselha, Meca, Minho, Molido, Momedo, Monsanto, Mora, Morrazo, Muimenta, Navarra, Nogueira, Olide, Olmedo, Outeiro, Palença, Pamplona, Pavia, Poi, Porto, Portugale, Reça, Redondela, Riba, Roda, Roma, Runa, Santiago, Segovia, Sesserigo, Sevilha, Sintra, Sodoma, Sortelha, Sousa, Sousela, Talaveira, Tarraçona, Toledo, Touro, Trancoso, Triidade, Tudela/Todela, Vaia, Valada, Valedolide, Valença, Valongo, Veiga, Vigo, Viveiro, Zamora/Çamora.</p>

<p>Topônimos oxítonos terminados em sílaba aberta. (cf. Massini-Cagliari, 2011a, p.804).</p> <p><i>Total = 1</i></p>	<p>Loulé.</p>
<p>Topônimos paroxítonos terminados em sílaba pesada (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 16</i></p>	<p>Paroxítonos terminados em <s>/<z>:</p> <p>Arcos, Barcelos, Burgos, Cadiz, Campos, Canhas, Chartes, Cizneiros, Elvas, Esturas, Felizes, Ferreiros, Lagares, Leiras, Lemos, Longos.</p>
<p>Topônimos oxítonos terminados em ditongos decrescentes <i>Total = 5</i></p>	<p>Badalhou, Cambrai, Campou, Galisteu, Lampai.</p>
<p>Topônimos com consoantes obstruintes na coda (cf. Massini-Cagliari e Silva, 2012, p.107).</p> <p><i>Total = 2</i></p>	<p>Monsarrat, Montpellier.</p>

A partir do universo amostral exposto nos Quadros 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 e desconsiderando os nomes próprios que aparecem repetidos nas cantigas, chegamos às seguintes considerações fonológicas dos nomes próprios no PA que expomos a seguir.

Dos nomes próprios classificados como oxítonos terminados em sílaba travada por nasal, encontramos os 57 a seguir:

(4.1)

Adan	Jahen
Aben	Jerusalem
Abiron	Jerusalen
Abran	Joan
Adan	Jordan
Agostin	Leon
Albardan	Leteran
Almaçan	Lobaton
Alvan	Mafon
Aragon	Martin
Baguin	Melion
Baian	Merlin
Balaam	Monçon
Beleem	Mormoion
Belen	Octavian
Briançon	Orzelhon
Carron	Picandon
Datan	Reymon
Ebron	Saixon
Estevan	Salamon
Estevan	Santaren
Faaron	Seixon
Faraon	Simeon
Fernan	Simion
Foan	Sopetran
Garin	Syon
Gaston	Treeçon
Geen	Tristan
German	

No que se refere aos oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa, igualmente adaptados à fonologia da língua da época, temos 38 nomes próprios:

(4.2)

Alcaraz	Luís
Alhariz	Matheus
Alis	Monssarraz
Arraz	Nicolas
Beatriz	Ocrês
Belmez	Orgaz
Blandiz	Orlens
Bonifaz	Ourens
Castroixeriz	Paris
Cayfaz	Peiteus
Çuz	Salnes
Denis/Dinis	Satanas
Diniz	Seixons
Eixares	Silvez
Estremoz	Suz
Fiiz	Tamariz
Gormaz	Tarssis
Gris	Tomás
Josafas	Xerez

Como observou Massini-Cagliari (2011b), os nomes paroxítonos como *Brutus* e *Colistanus* (que não são, na sua origem latina, oxítonos), encontram-se realizados como oxítonos, já que, pelo contexto da cantiga em que aparecem, rimam com o monossílabo tônico *chus*. Em nossa análise, não observamos comportamento semelhante para outros dados senão os referenciados pela autora.

(4.3)

Brutus
Colistanus

Nomes próprios terminados em sílaba travada por rótica cujas pautas acentuais são oxítonas totalizaram 23 ocorrências:

(4.4)

Aivar	Escobar
Alanquer	Estepar
Alcor	Guiomar
Almançor	Leonor
Ander	Leuter
Ansur	Montemaior
Artur	Montpellier
Augadalquivir	Rocamador
Azamor	Salvador
Beger	Sar
Bondoudar	Vitor
Ensar	

No que se refere aos oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral, temos 29 casos:

(4.5)

Abel	Emanuel
Abril	Gabriel
Bernal	Gil
Bonaval	Irrael
Brancafrol	Manuel
Cistel	Marçal
Claraval	Migael
Conturbel	Miguel
Corral	Misael
Daniel	Mongibel

Muradal	Sil
Portugal	Sordel
Rachel	Soveral
Reinel	Vila-Real
Samuel	

Os nomes oxítonos terminados em sílaba aberta podem ser observados em (4.6).

(4.6)

Alcalá	Loulé
Aleixi	Moysi
Ali	Saba
Çalé	Salome
Davi	Sardonay
Gessemani	Tome
Içá	Tui
Jesu	Venexi

Em (4.7) a seguir, listamos os 9 nomes oxítonos terminados em ditongos decrescentes.

(4.7)

Andreu	Galisteu
Badalhou	Iseu
Bartolomeu	Lampai
Cambrai	Mateu
Campou	

Em relação aos nomes próprios paroxítonos terminados em sílaba leve coletados nas cantigas galego-portuguesas (4.8), observamos que houve uma amostragem de 338 nomes, excluindo-se as 39 ocorrências repetidas no *corpus*.

(4.8)

Abdalla	Arraixaca/Arreixaca	Cantaaria
Acre	Arrendaffe	Caorce
Affonso/Affonso	Ayamonte	Capela
Afonso/Alfonso	Azaria	Caralhote
Agostyõ	Azevedo	Cariço
Aguadalfajara	Babilonna	Cartagena
Aguadiana/Odiana	Badallouce	Castela
Alamanha	Barçalona	Castro
Alapa	Barrameda	Castro Radolfo
Albeza	Basillo/Basilo	Catalonha
Alcanate	Basto	Catalonna
Aleimana/Alemanna	Beeito	Catelinna
Aleixandria	Bêeito	Cecilia
Alfanje	Beira	Celorico
Algarve	Beja	Cesaira
Algizira	Belenha	Ceta
Alho	Belpelho	Cezilla
Almaria	Benavente	Cheira
Alvaça	Bernaldo	Chincoya
Alvela	Berria	Chora
Alverna	Besanço	Clemente
Amarante	Bitoria	Clusa
Anania	Bizcaia	Cogominho
Andaluzia	Bolonna	Coimbra
Anna	Borja	Coira
Archetecrõ	Bregonna	Colliure
Arcilla	Bretanna (Inglaterra)/	Colonna
Armenia	Bretanna (França)	Compostela
Armenteira	Calatrava	Conca
Arnado	Camela	Condado
Arnedo	Campya	Consogra
Arouca	Canete	Cornoalha

Corrade	Eva	Joana
Costança	Exarafe	Juyão
Constantinoble/	Fagundo	Laredo
Constatinobre	Faria	Lecia
Cova (Pena-Cova)	Fariza	Leirea
Crecente	Faro	Leirêa
Cremente	Fernando	Libano
Cudejo	Fita	Libira
Cunnegro	Foja	Limia
Daconada	Fontefria	Lisboa
Damiata	França	Lisboã/Lixboã
Darouca	Franco	Lombardia
Darra	Gaia	Lopo
Deça	Galilea	Lora
Diago	Galiza	Losi
Doiro	Garcia	Lourenço
Domingo	Gasconna	Lucêa
Dormãa	Gomorra	Lugo
Dovra/ Doura	Gonçalo	Luzerna
Egito	Gonçalvo	Luzia
Elbo	Gondianda	Macia
Elche	Gondrode	Madalena
Elvira	Gontinha	Madride
Endurra	Graãada	Mafomede
Engraterra/ Englaterra	Granada	Mafomete
Escalholá	Guadalete	Maia
Escoça	Guadayra	Manssella
Espanha	Guarda	Marco
Espanna	Gueda	Maria
Espya	Guilhelme	Marialva
Estela	Ingraterra	Mariame
Estorga	Isolda	Marinha
Estrela	Jacobe	Marsela
Estremadura	Jesse	Marselha

Martinho	Olmedo	Rodrigo
Martão	Onna	Roma
Meca	Orraca	Romania
Meçinna	Osca	Ronda
Medina	Osonna	Runa
Mediterrano	Outeiro	Saco
Meendo	Ovaia	Salamanca
Minerva	Pachacho	Saldanna
Minho	Palença	Salerna
Molide	Pamplona	Salze
Molina	Pavia	Sancha
Momede	Pedro	Sansonna
Monsanto	Pedro/Pero	Santiago
Mora	Peixota	Saragoça
Morabe	Perssia	Scala
Moriella	Pisa	Segonça
Morrazo	Poi	Segovia
Moura	Porto	Segovia/Segobia
Muimenta	Portugale	Sena
Murça	Prado	Servando
Murvedro	Prazença	Sesserigo
Mynno	Proença	Sevilha
Narbona	Pulla	Sevilla
Navarra	Rara	Silve
Nero	Reça	Sintra
Nevia	Recessiundo	Sirga
Nevla/Nevra	Redondela	Sodoma
Nicolao	Reimundo	Soffia
Nogueira	Requena	Solarãa
Ocanna	Riba	Sortelha
Odimira	Ribadulla	Sosonna
Olide	Ribela	Sousa
Oliveça	Roda	Sousela
Olivete	Rodão	Sueiro

Suria	Torre	Valverde
Tablada	Tortosa	Vasco
Talaveira	Toscana	Veiga
Tarraçona	Touro	Vela
Tarso	Trancoso	Vella
Tejo	Trevynno	Vigo
Terena	Triidade	Viso
Teresa	Tudela/Todela	Viveiro
Terrão	Tudia	Xacafe
Tocha	Vaia	Xemeno
Toda	Valada	Ysaía
Toledo	Valedolide	Zamora/Çamora.
Tolosa	Valença	
Tomba	Valongo	

Observamos no *corpus* 54 topônimos e antropônimos paroxítonos terminados em sílaba pesada (4.9).

(4.9)

Aboyuçaf	Ananias
Achelas	Arcos
Airas	Aroches
Alçaçar	Azarias
Barcelos	Cizneiros
Burgos	Combres
Cadiz	Cristus
Caliz/Cadiz	Domingas/Domingos
Campos	Eanes
Canhas	Elvas
Cesar	Esturas
Chartes	Felizes
Charthes	Fenares

Ferreiros	Marrocos
Flores	Mayorgas
Frandes	Messias
Gomes	Nunes
Guimarães	Olgas
Herodes	Roenas
James	Salas
Judas	Sanchez
Lagares	Silos
Leiras	Tanjar
Lemos	Telez
Longos	Tunez
Lucas	Ucres
Marcos	Ypocras

Em relação à pauta acentual proparoxítona, em nossa análise, encontramos 10 ocorrências, sendo todas elas retiradas das cantigas religiosas.

(4.10)

Africa	Genua
Arabia	Jeronimo
Basilio	Lazaro
Cordova	Locifer
Evora	Theophilo

Outros nomes merecem destaque por sua silabação: possuem consoantes obstruintes em posição de coda. De acordo com Massini-Cagliari (2015, p.88), apenas podem ocupar essa posição no PA as consoantes /r/, /l/, /S/ e /N/. A seguir listamos, todavia, alguns casos que parecem “problemáticos”, além dos já citados pela autora. Em sua interpretação, argumenta ser interessante notar que se tratam de nomes próprios não

galego-portugueses, em cuja língua de origem as consoantes em questão figuravam na coda. Ademais, Massini-Cagliari (2015, p.91) explica que as ocorrências dessas consoantes na coda podem aparecer nas cantigas com finalidades estilísticas ou ainda, numa outra interpretação, “é possível que essas consoantes não fossem ‘pronunciadas’, constituindo o que se convencionou chamar de ‘consoantes mudas’”. Outra consideração importante feita pela autora e que merece destaque em nosso estudo é que, em alguns casos, podemos notar que se trata de nomes castelhanos, como Monsarrat e Ciudad-Rodrigo, “o que pode ser um argumento para considerar esses casos de *castelhanismos*” (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p.91, grifos nossos). Em (4.11) listamos todos os nomes próprios encontrados na lírica profana e religiosa que apresentam consoantes obstruintes em posição de coda.

(4.11)

Abdalla	Mafomat
Aboyuçaf	Marot
Bernalt	Monsarrat
Bonamic	Montpellier
Cidad-Rodrigo	Octavian
Elisabet	Valedolid
Josep	Vincent

Do total de 576 antropônimos e topônimos que tiveram sua pauta acentual analisada conforme os padrões fonológicos do PA, a maior parte corresponde aos nomes paroxítonos, com 392 nomes próprios, enquanto os oxítonos somam 174 ocorrências e os proparoxítonos 10, conforme a Tabela 4.1. Nossos dados corroboram os resultados de Massini-Cagliari (2015) e Costa (2010), que dão conta de que o PA possuía uma grande quantidade de palavras paroxítonas e oxítonas em oposição às proparoxítonas,

que aparecem apenas em nosso *corpus* religioso, prevalecendo as paroxítonas terminadas em sílaba leve e as oxítonas terminadas em sílaba pesada.

Tabela 4.1 – Contagem absoluta e distribuição percentual das pautas acentuais dos nomes próprios coletados nas *CSM* e nas *CP*.

Pauta acentual	Nomes coletados	Porcentagem
Paroxítona	392	68,06%
Oxítona	174	30,21%
Proparoxítona	10	1,74%
Total	576	100%

Para classificarmos os nomes próprios, conforme explicado em 3.1, seguimos principalmente a proposta metodológica de Massini-Cagliari (1999), em que se propõe a observação de palavras em posição de rima para classificar o posicionamento do acento nas cantigas galego-portuguesas. No entanto, apesar de pouquíssimos casos não se encontrarem em posição de rima no verso, sobretudo as proparoxítonas, foi-nos possível supor a localização da sílaba tônica por meio de consulta a outros trabalhos que já os consideraram para análise e, também, observando a estrutura interna dos poemas, que nos fornecem pistas valiosas para a tentativa de decifração do acento.

Os nomes que listamos no exemplo (4.12) foram analisados por Costa (2010) e Massini-Cagliari (2015), adotando a inovadora metodologia de Massini-Cagliari (2008). Tais autores levam em consideração que “uma análise em paralelo da notação musical e do texto poético de cantigas trovadorescas pode constituir um instrumento auxiliar para a análise do acento e do ritmo no PA” (COSTA, 2014, p.212).

(4.12)

Africa	Arabia
Arrendaffe	Garin
Basillo/Basilo	German
Beorges	Juyão
Canete	Lugo
Castro Radolfo	Matheus
Cesaira	Migael
Clusa	Orlens
Darouca	Prado
Domas	Rodão
Elbo	Saixon
Estevan	Salerna
Estrela	Seixons
Evora	Sopetran
Garcia	Vella

Outros nomes, no entanto, apesar de não se encontrarem em posição de rima e nem terem sido especificamente estudados pelos referidos pesquisadores, puderam ser analisados levando-se em consideração argumentos advindos da própria cantiga em que aparecem. Há casos, por exemplo, em que classificamos determinados nomes próprios como paroxítonos após observarmos, nas estrofes em que aparecem, que todas as palavras localizadas antes da cesura no verso são paroxítonas; logo, para manter o paralelismo com os demais versos da estrofe, a hipótese mais plausível é que assim sejam também classificados os nomes próprios nesta posição. Vejamos, a seguir, duas estrofes de diferentes cantigas marianas que ilustram nossas afirmações:

(4.13)

Desto direi un miragre, | segundo que aprendi,
 que avêo en Alcaçar, | e creo que foi assi,
 dua mui boa crischãa | moller que morava i,
 que sabia ena Virgen | mais doutra cousa fiar.
 (CSM 246, METTMANN, 1986, grifos nossos)

E ascuitou ãa peça | e oi u falar os mouros
 que ian cavar as vinnas, | deles brancos, deles louros
 e oi u mogir as vacas | e oi u bruiar os touros,
 e diss': “En terra de Tanjar | me soo como soia.
 (CSM 325, METTMANN, 1986, grifos nossos)

Em (4.14) listamos casos de topônimos em que analisamos as pautas acentuais de acordo com este mesmo raciocínio:

(4.14)

Achelas	Caliz
Acre	Calatrava
Aguadiana	Camela
Alapa	Caorce
Alcaçar	Capela
Alcanate	Chincoya
Alemanna	Combres
Arraixaca	Conca
Ayamonte	Costantinopla
Babilonia	Cudejo
Badallouce	Daconada
Barçalona	Doura
Besanço	Elvas
Bitoria	Galiza
Burgos	Gasconna
Cadiz	Guadalete

Guimarães	Torre
Limia	Santaren
Lombardia	Santiago
Mansella	Silos
Marrocos	Scala
Mayorgas	Segonça
Mediterrano	Sevilla
Nevia	Silve
Odimira	Sosonna
Olgas	Tanjar
Olivete	Tejo
Onna	Terena
Palença	Tocha
Pena-Cova	Toledo
Porto	Tolosa
Requena	Tortosa
Roma	Touro
Ronda	Valverde
Salas	Viso
Saldanna	

De forma semelhante, comprovamos o caso *Evora* como proparoxítono, porque a segunda sílaba depois da cesura é sempre acentuada na estrofe:

(4.15)

Un ome boo avia | em **E**vora na cidade
 que avia seu mancebo, | per **com'** aprix en verdade,
 que lle fazia serviço | lav**r**ando-lle sa erdade,
 e a que muitas vegadas | **dizia**: “Vai e adu-me
 (CSM 322, METTMANN, 1986, grifos nossos)

Enquanto que, com relação a Genua, também podemos comprovar se tratar de um proparoxítono, porque recebe o acento na terceira sílaba do verso:

(4.16)

E da**quest'** un gran miragre | vos direi, se vos prouguer,
 que mostrou Santa Maria | por ùa boa moller
 que em **Genua** morava; | e queno logar quiser
 saber: **foi** ena ermida | de Scala, que pret' é en.
 (CSM 287, METTMANN, 1986, grifos nossos)

Outras vezes, os padrões silábicos podem ser inferidos pela escansão dos versos e, a partir da contagem das sílabas poéticas, podemos deduzir os limites entre as sílabas das palavras que o compõem, supondo sua estruturação interna. Em Sardonay (pauta acentual oxítona), por exemplo, há um ditongo na sílaba final da palavra e, como mostramos na seção 2 desta tese, atrai para si o acento por essa razão. Campyã, por sua vez, é um hiato, sendo, por isso, considerado um paroxítono.

Nos casos a seguir, a silabação do verso não coloca empecilho para pensarmos que a pauta paroxítona, prevista pela etimologia, não se mantém. Nesses casos, não há razão para se propor um padrão excepcional.

(4.17)

Que a **Albeza** dessa vez
 o levassen. “Ca”, diss' el, “sei
 que a Santa Virgen de prez
 me guarra, sol dulta non ei.”
 E un desses romeus lo fez.
 Mas da madre, que vos direi?
 Quand' o oiú, mui mais ca pez
 (CSM 146, METTMANN, 1986, grifos nossos)

(4.18)

Ond' aveo pois assy | que en **Beja**, u morava
 un ome casado ben | con sa moller que amava,
 almoxerife del Rei | era el, e confiava
 muito en Santa Maria; | mais avia gran tristura muit' en Santa Maria.
 (CSM 224, METTMANN, 1986, grifos nossos)

(4.19)

Porend' en **Cartagena** se partiu
 ùa nave, e eu vi quena viu;
 e ind' ala, pelo fondo s' abriu
 assi que muita d' agua foi coller.
 (CSM 339, METTMANN, 1986, grifos nossos)

(4.20)

El cuitad' assi andando,
 un dia foi que chegou
 a **Cunegro**, e entrando
 na eigreja, ascuitou
 e oiou como cantavan | vespervas a gran lezer
 da Virgen santa Reinna; | e quis con eles erger.
 (CSM 156, METTMANN, 1986, grifos nossos)

Em outros casos (4.21), a pauta acentual paroxítona pode ser comprovada pela elisão, fenômeno fonológico em que ocorre a “supressão de uma vogal átona final quando a palavra seguinte começa por vogal”, conforme explica Massini-Cagliari (2015, p.221). Os exemplos que encontramos nas cantigas galego-portuguesas estudadas são listados a seguir. Em todos eles, é possível observar a posição da sílaba tônica.

(4.21)

Alecant' (Alecante)

Alvaç' (Alvaça)

Besanç' (Besanço)

Consogr' (Consogra)

Doir' (Doiro)

Mynn' (Mynno)

Guadalet' (Guadalete)	Port' (Porto)
Lared' (Laredo)	Prad' (Prado)
Madrid' (Madríde)	Segovi' (Segovia)
Mec' (Meca)	Teren' (Terena)
Murvedr' (Muvedro)	Toled' (Toledo)
Nevl' (Nevla)	

Há casos, todavia, em que a suposição da pauta acentual se dá com base na análise de pistas ortográficas, como é o caso de Alcaraz e Estremoz, em que tudo indica se tratar de nomes próprios oxítonos, já que dificilmente uma palavra paroxítona seria escrita com <z> final no PA.

Tendo explicado nossas análises, consideremos, agora, as adaptações fonológicas dos nomes estudados. Classificaremos aqueles que se adaptam aos padrões considerados canônicos no PA e aqueles que apresentam padrões excepcionais (MASSINI-CAGLIARI, 1999, 2015).

Foram interpretados como “já adaptados” à fonologia da época (cf. proposta de Massini-Cagliari, 2011b) os seguintes:

- Nomes próprios paroxítonos terminados em sílaba leve (40 antropônimos e 174 topônimos nas *CSM*; 58 antropônimos e 104 topônimos nas *CP*, totalizando 376 nomes próprios);
- Nomes próprios oxítonos terminados em sílaba travada por nasal (21 antropônimos e 17 topônimos nas *CSM*; 14 antropônimos e 15 topônimos nas *CP*, totalizando 67 nomes próprios);
- Nomes próprios oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa (12 antropônimos⁹⁷ e 16 topônimos nas *CSM*; 7 antropônimos e 11 topônimos nas *CP*, totalizando 46 nomes próprios);

⁹⁷ Para a contagem, somamos aqui os nomes *Brutus* e *Colistanus*, casos únicos de paroxítonos realizados como oxítonos (adaptados à fonologia do PA).

- Nomes próprios oxítonos terminados em sílaba travada por rótica (5 antropônimos e 11 topônimos nas *CSM*; 6 antropônimos e 14 topônimos nas *CP*, totalizando 36 nomes próprios);
- Nomes próprios oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral (13 antropônimos e 7 topônimos nas *CSM*; 9 antropônimos e 6 topônimos nas *CP*, totalizando 35 nomes próprios);
- Nomes próprios oxítonos terminados em ditongos decrescentes (3 antropônimos nas *CSM*; 3 antropônimos e 5 topônimos nas *CP*, totalizando 11 nomes próprios).

No universo das cantigas profanas e religiosas analisadas, todavia, puderam ser encontrados nomes “cujo padrão não se encaixa na fonologia da língua da época” (MASSINI-CAGLIARI, 2011, p.803), sendo observados em nosso estudo:

- Nomes próprios oxítonos terminados em sílaba aberta (8 antropônimos e 7 topônimos nas *CSM*; 1 topônimo nas *CP*, totalizando 16 nomes próprios);
- Nomes próprios paroxítonos terminados em sílaba pesada (14 antropônimos e 24 topônimos nas *CSM*; 7 antropônimos e 16 topônimos nas *CP*, totalizando 61 nomes próprios);
- Nomes próprios proparoxítonos (5 antropônimos e 5 topônimos nas *CSM*; não foram encontrados nomes próprios proparoxítonos nas cantigas profanas, totalizando 10 nomes próprios);
- Nomes próprios com consoantes obstruintes na coda silábica, padrão inaceitável no PA (8 antropônimos e 2 topônimos nas *CSM*; 3 antropônimos e 2 topônimos nas *CP*, totalizando 15 nomes próprios).

Na Tabela 4.2, expomos a contagem absoluta de antropônimos e topônimos nas *CSM* e nas *CP*, de acordo com as categorizações propostas para análise.

Tabela 4.2 – Categorização dos nomes próprios analisados conforme a fonologia do PA.

Categorização de acordo com o sistema fonológico do PA delineado por Massini-Cagliari (1999, 2015)	Adaptação Fonológica	CSM		CP		Total
		Antrop.	Top.	Antrop.	Top.	
Paroxítonos terminados em sílaba leve	A	40	174	58	104	376
Oxítonos terminados em sílaba travada por nasal	A	21	17	14	15	67
Oxítonos terminados em sílaba travada por fricativa	A	12	16	7	11	46
Oxítonos terminados em sílaba travada por rótica	A	5	11	6	14	36
Oxítonos terminados em sílabas travadas por lateral	A	13	7	9	6	35
Oxítonos terminados em ditongos decrescentes	A	3	0	3	5	11
Oxítonos terminados em sílaba aberta	NA	8	7	0	1	16
Paroxítonos terminados em sílaba pesada	NA	14	24	7	16	61
Proparoxítonos	NA	5	5	0	0	10
Consoantes obstruintes na coda silábica	NA	8	2	3	2	15
Total		129	263	107	174	673

Observação: nomes iguais encontrados em dois *corpora* (ex: Leon, topônimo identificado tanto nas CSM quanto nas CP) foram contabilizados independentemente. A = adaptado. NA = não adaptado.

Levando em consideração os valores percentuais de ocorrências em toda a amostra de dados, temos a seguinte distribuição (Gráfico 4.3):

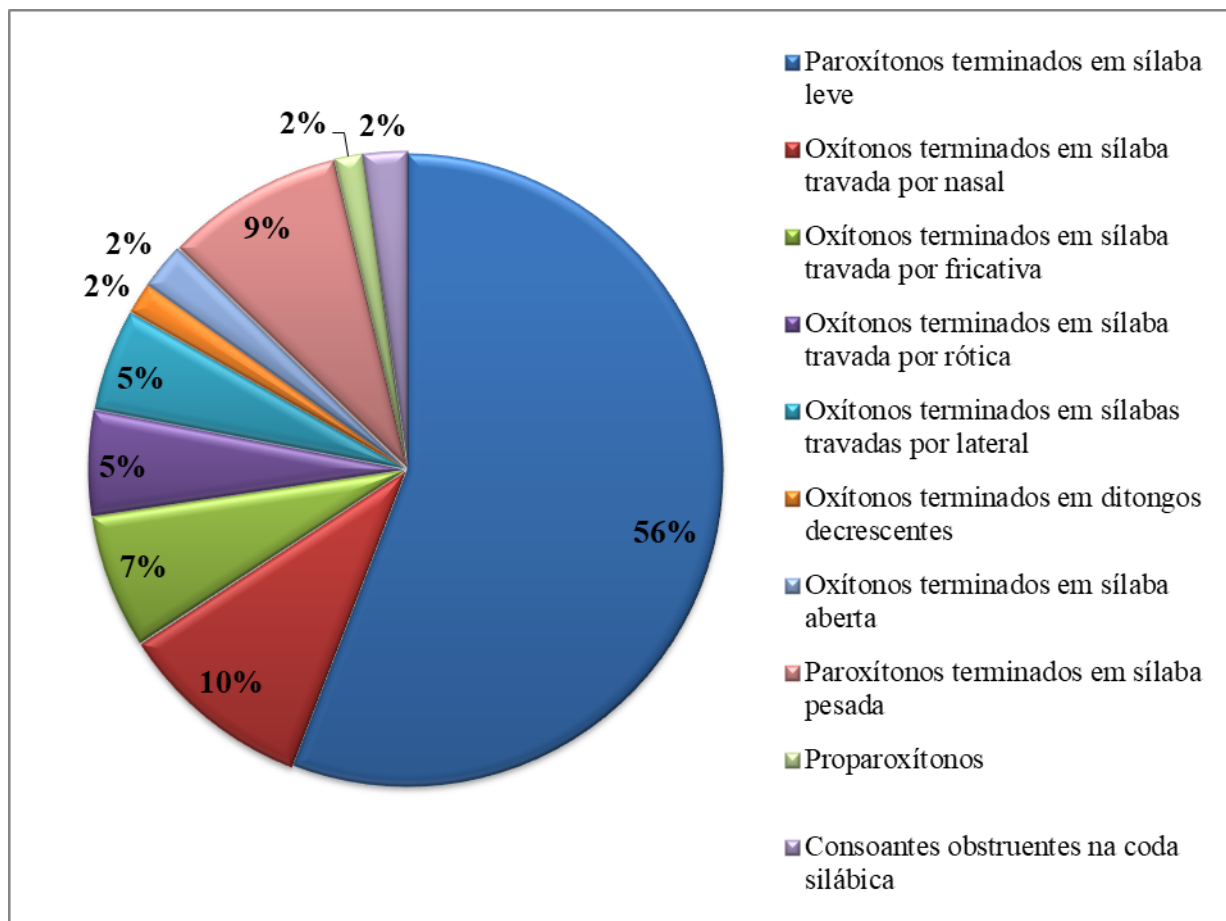


Gráfico 4.3 – Distribuição percentual de nomes próprios categorizados de acordo com o sistema fonológico do PA delineado por Massini-Cagliari (1999, 2015).

Podemos observar o predomínio da categoria de nomes próprios paroxítonos terminados em sílaba aberta (56%), como o esperado na fonologia do Português Medieval, seguida pelos nomes próprios oxítonos com sílaba travada por nasal (10%); apenas na terceira posição (9%) aparecem os primeiros casos de não adaptação à fonologia da época (paroxítonos terminados em sílaba pesada, um padrão excepcional de acentuação no PA).

Os dados analisados permitem-nos afirmar que, embora haja adoção de nomes próprios com padrões irregulares nas *CSM* e nas cantigas profanas que não se enquadram na fonologia do PA (15%), a maior parte das ocorrências foi classificada

como adaptada ao sistema fonológico da língua, totalizando 85% dos nomes próprios coletados, conforme ilustra o Gráfico 4.4.

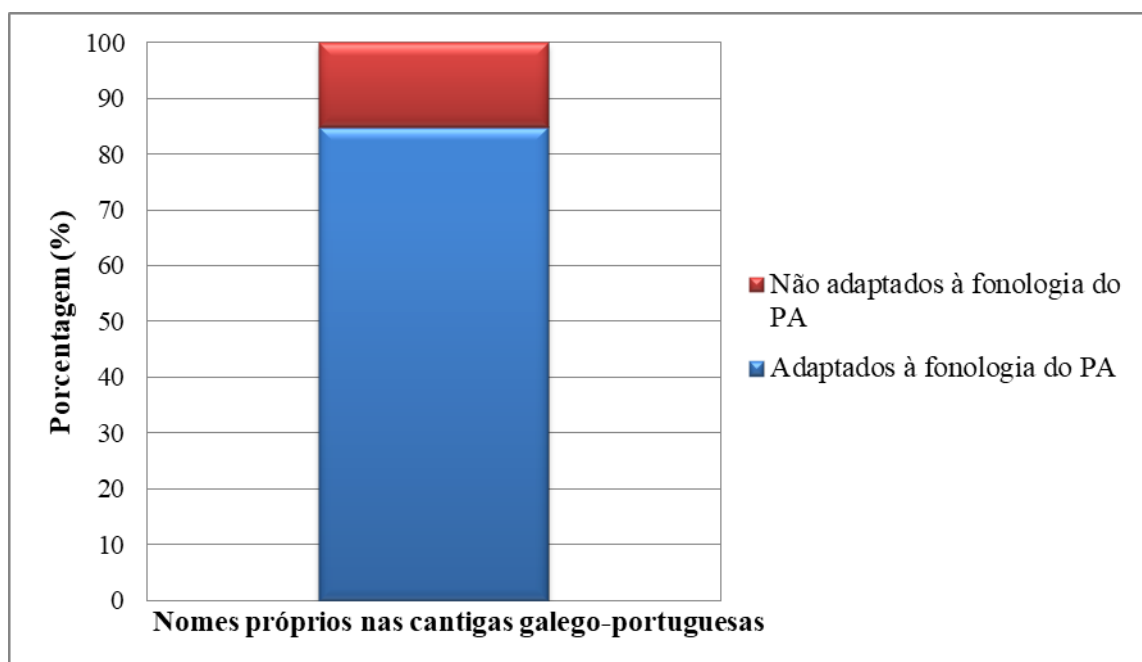


Gráfico 4.4 – Distribuição percentual dos nomes próprios (não) adaptados à fonologia do PA.

Tendo em vista que o objetivo geral desta pesquisa é estudar como se comportam nomes estrangeiros no PA, no PE e no PB, passemos, agora, à análise dos dados do português contemporâneo.

4.2 Nomes próprios no PE e no PB

Como explicamos na seção 3 desta tese, o estudo que empreendemos em Macedo (2015) averiguou as pronúncias e motivações de escolhas dos nomes próprios coletados na cidade de São Carlos, SP, e recolheu informações referentes aos seus respectivos hipocorísticos, com a finalidade de encontrar pistas fonológicas neles existentes. As pronúncias dos nomes foram transcritas e analisadas à luz dos modelos fonológicos não lineares (Quadro 3.3) e procuramos estudar o caráter “estrangeiro” dos antropônimos coletados, sobretudo os emprestados ou “inspirados” no sistema da língua

inglesa. Nele, discutimos a questão da identidade fonológica, classificamos os dados como “nomes usuais no PB” e “nomes não usuais no PB”, além de detalharmos os processos em que ocorre ou não adaptação fonológica ao sistema do PB.⁹⁸

Apesar de a maior parte dos nomes ter sido classificada como tradicionais no Brasil, chamou-nos a atenção a presença expressiva de nomes próprios com grafia estilizada como Akily, Dhavy, Haghatha, Heloysa, Henrik, Julhia, Jully, Kayo, Klara, Felipy, Felype, Fillipy e Matthews, nomes de origem inglesa, como Bryan, Hudson, Ryan, Richard, adaptações fonológicas e/ou ortográficas do inglês, como Allag (Alec), Alysther (Allistair), Clawford (Crawford), Dekster (Dexter), Jeyni (Jane), Kerollayne (Caroline), Máicon (Michael), entre outros, além das novas criações antroponímicas, categoria altamente produtiva, em que se enquadram nomes como Ainder, Ákissa, Gudryan, Hendjemille, Jádson, Jéfyt, Jhã, Kaliston e Rakemilly, por exemplo.

Quanto às adaptações ortográficas que “assegurariam” a pronúncia estrangeira dos nomes, observamos casos como Cleiton, Daiany, Deivid, Greice, Jeyni, Kerollayne, Leyd Daiane, Maick, Maychel, Maycon, Mayke, Maykel, Mayki, Maykon e Theyllor, por exemplo. Em outros nomes, era a acentuação gráfica, muitas vezes, a responsável por “garantir” o padrão excepcional do acento lexical, à semelhança de Ádrian, Álex, Állan, Dáfne, Dérick, Domínick, Émilly, Érick, Évellyn, Jádson, Jéfyt, Máicon, Quétele e Rúrick. Em outros nomes, ainda, observamos *clusters* incomuns em PB, como Charllys, Davids, Dekster, Denyffer, Dionatham, Dyeferson, Dyenifer, Jenifher, Jenipher, Jennyfe, Jhepherson, Jhoel, Khelryn, Khenyffer, Phelippy, Stter, Wellington, Whilian. Ressaltamos que, em casos como os nomes *Jhepherson*, *Jenifher* e *Jhoel*, a presença estilística do grafema <h> teve o intuito de conferir um “ar de estrangeirismo”

⁹⁸ O tema da “identidade linguística” foi tratado com mais detalhes na seção 1.4 desta tese.

e, noutros, como *Jhulifer*, identificamos uma amalgamação dos nomes *Julia* e *Jennifer*, exemplificando um possível caso de neologismo antroponímico.⁹⁹

Todavia, embora nomes como os exemplificados sejam recorrentes em nosso *corpus* do PB (MACEDO, 2015), não observamos a mesma frequência de nomes que fujam ao padrão do que seria esperado pelo português no universo dos nomes próprios que coletamos em Portugal, corroborando os estudos de Castro (2003, 2017) e Massini-Cagliari (2012).

Como apresentamos detalhadamente em 1.5, apesar de Brasil e Portugal possuírem muitas semelhanças em relação aos nomes próprios adotados (muitos dos nomes considerados “usuais no PB”, por exemplo, chegaram a nós pela tradição portuguesa), uma diferença parece ser crucial: a legislação. Castro (2003) afirma tratar-se do “peso da norma”, em que o Estado impõe uma lei mais rígida para (tentar) regularizar os antropônimos de cidadãos portugueses – tanto no que se refere à anuência de um oficial, que pode aprová-lo ou não nas Conservatórias do Registo Civil, quanto na grafia e na pronúncia –, ao passo que, no Brasil, a legislação proíbe apenas nomes vexatórios, outorgando um maior poder de escolha aos pais, que têm liberdade para fugirem do que seria esperado pelos padrões fonológicos do PB.

Em Macedo (2015, p.123), constatamos que, à semelhança do que já afirmara Massini-Cagliari (2009, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2013), diante de um nome próprio estrangeiro (ao contrário do que geralmente ocorre com nomes comuns)¹⁰⁰, o falante tende a carregar para o PB traços da pronúncia original do nome e, motivado, assim, a operar com e sobre a língua, características prosódicas que fogem ao padrão fonológico do PB podem aparecer. De fato, foram frequentes nomes com padrões silábicos incomuns na língua ou a manutenção de um padrão acentual excepcional.

⁹⁹ Todos esses casos foram analisados em Macedo (2015).

¹⁰⁰ Sobre processos fonológicos ocorridos na pronúncia de estrangeirismo no PB, sugerimos os trabalhos de Freitas e Neiva (2006) e Assis (2007).

Transcrevemos, a seguir, nossa análise para dois prenomes, Ketlen e Ketlin, registrados no *corpus* brasileiro:¹⁰¹

Pudemos observar nomes como *Ketlen*, realizado fonética e fonologicamente como ['ket.lĩn] e /'ket.liN/, respectivamente, e *Ketlin*, realizado como ['kɛ.tlĩŋ] e /'kɛ.tliN/, que chamaram a atenção pelo fato de que, no momento da pronúncia, a mesma informante produziu o primeiro (*Ketlen*) com o padrão silábico CVC.CVC e o segundo (*Ketlin*) com o padrão CV.CCVC. O primeiro padrão silábico [ket] não existe no PB. Apesar de existir na língua portuguesa o padrão CVC, o segundo C, entretanto, não pode ser uma oclusiva. Dessa forma, uma vez que a sílaba [ket] é irregular, deveria ter acontecido uma epêntese que, na verdade, não ocorreu. (MACEDO, 2015, p.125)

Diante do caso exposto, nossa análise nos permitiu conjecturar que, talvez, esse comportamento da informante da pesquisa, isto é, o desejo de afastar-se do que seria esperado na língua de chegada, pudesse ser um indicativo de sua intuição, enquanto falante nativa de PB, de estar diante de um nome estrangeiro. Todavia, observamos um comportamento diferente na análise da pronúncia da informante de PE que, ao pronunciar tais prenomes brasileiros, *Ketlen* e *Ketlin*, os realizou, respectivamente, no nível fonético como ['ketlẽn] e ['ketlĩn] e, no nível fonológico, como /'kɛ.tleN/ e /'kɛ.tliN/, ambos com o padrão silábico CV.CCVC, revelando sua “intuição silábica” para o português.

No *corpus* da variedade são-carlense, foi encontrado o nome Wlademir, ao passo que nenhum dos quase quatro mil antropônimos portugueses que coletamos apresentou a sequência /vI/. Massini-Cagliari (2010, p. 83) explica que esta sequência não ocorre em início de sílaba no português, restringindo-se a casos de empréstimos, nesse caso, um “empréstimo antroponímico”. Os nomes proparoxítonos Wallyson e Weliton, duas de diversas ocorrências semelhantes no PB, apresentam a sílaba tônica

¹⁰¹ Todos os exemplos contendo nomes próprios do PB foram analisados primeiramente em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015). São inéditas, neste trabalho, as análises para o PE.

em posição excepcional de acentuação, além de trazerem, na posição silábica pré-nuclear, a semivogal /w/. De acordo com Massini-Cagliari (2010, p. 84), nestes casos, /w/ encontra-se em posição irregular, pois que só ocorre nessa posição após as consoantes oclusivas velares /k, g/ no sistema fonológico do português. No *corpus* do PE, não houve nenhum caso com as mesmas condições.

No PB, observamos grande quantidade de nomes com padrão excepcional de acentuação (proparoxítonos ou paroxítonos terminados em sílabas travadas), como Anthony, Brayan, Cleiton, Cristofer, Dhienifer, Emili, Endrel, Erick, Hávyła, Ingrid, Jenifer, Jonatan, Kemilly, Kerin, Kerollyn, Ketelyn, Kethanli, Ketlen, Ketlin, Keven, Maycon, Nataly, Nickolas, Nilton, Peter, Quétele, Richard, Rillary, Robson, Ronald, Sahymon, Sahyron, Thálison, Wallacy, Wervelen, Wesley, Willian, entre outros.

No que se refere aos nomes próprios que coletamos na diocese de Lisboa, foi possível, em quase todos os casos, mapear o local de nascimento dos catecúmenos. Assim, após a análise de cada caso, constatamos que os poucos nomes que fogem aos padrões silábicos e acentuais esperados no PE pertencem, em sua maioria a pessoas nascidas no exterior ou a filhos de pais estrangeiros, que são dispensados de nomear seus filhos segundo as regras do Estado. Pela análise das fichas de batismo, constatamos que 316 antropônimos pertencem a pessoas que indicaram como local de nascimento um país diferente de Portugal.¹⁰² Em (4.22) listamos alguns desses:¹⁰³

¹⁰² Mesmo entre os nascidos no exterior, muitos são aqueles que adotam nomes usuais em PE.

¹⁰³ Todavia, fica sem resposta a pergunta se todas essas ocorrências são de pessoas registradas em Portugal, ou se, tendo nascido e sendo registradas no exterior, apenas buscaram o batismo em Lisboa.

(4.22)

Adam (França)	Kleiton (Príncipe)
Adryan (Brasil)	Layara (Suíça)
Paul (França)	Leopold Maximilian (Espanha)
Anton (Estocolmo)	Liam (Canadá)
Biocsan (Guiné-Bissau)	Lukas (Inglaterra)
Bryan (Suíça)	Martin (Reino Unido)
Raphael (França)	Matheo (França)
Djeferson (Guiné-Bissau)	Mathys (França)
Djenisa (Cabo Verde)	Max Elthan (Reino Unido)
Domink (Alemanha)	Mickael (Suíça)
Dyanna (Holanda)	Nayla Rose (Inglaterra)
Edilson (Príncipe)	Nicholas (Inglaterra)
Edmar (França)	Oliver Henry (Inglaterra)
Élisio (França)	OpheliaFlower (Reino Unido)
Elvis (França)	Pedro Michael (Reino Unido)
Emily (Canadá)	Pierre Fernand (França)
Fabien (Brasil)	Raphael Thomás (França)
Eduard (Estados Unidos)	Sasha Leisa (França)
Henry (Grã Bretanha)	Sebastian (Inglaterra)
HaileyJoy (Estados Unidos)	Thomas (Reino Unido)
Hayden (Luxemburgo)	Tífany (França)
Heather (Escócia)	Victor Edouard (Suíça)
JaydenKyle (Inglaterra)	Waldira Liliana (Guiné-Bissau)
Johanne (Bélgica)	Wander(Luanda).
Josef (Espanha)	

No que se refere a cidadãos nascidos em Portugal e filhos de pais portugueses, que estão subordinados pela lei a limitarem suas escolhas considerando os nomes previstos na Lista disponibilizada pelo IRN (como detalhamos na seção 1), encontramos, em todo o *corpus*, 41 nomes que nela não constavam, representando 1,3%

do total coletado. Isso nos permite supor duas hipóteses: a primeira é de que alguns destes catecúmenos tenham informado Portugal como país de nascimento, apesar de terem sido registrados em países diferentes (já que as fichas de batismo conferiam aos pais essa liberdade) ou serem de filhos de pais estrangeiros ou, ainda, uma segunda possibilidade é a de que, em termos práticos, as Conservatórias dos Registos Civis façam algumas poucas concessões, permitindo que sejam adotados nomes não previstos na Lista de vocábulos admitidos como nomes próprios. Dentre os nomes que encontramos, estão:

(4.23)	Kleidyany
Aguinaldo	Kleydilsa
Áyla	Lavi
Aymara	Layce
Béa	Ludimilson
Brayanne	Lumarcio
Carloni	Margarido
Dâmia	Marise
Denny	Maycool
Dircilene	Melani
Éllen	Natchaty
Etiéne	Nôa
Jaél	Nycole
Janifer	Odete
Jedgael	Patrike
Jeiza	Quitério
Jeyse	Rayden

Ritchelly	Thaina
Rudilson	Tollyane
Suelen	Wesly
Tayque	Willeiany

Outros nomes, contudo, (4.24), apesar de serem contemplados pela referida Lista, chamaram-nos a atenção por “desviarem-se” do que seria esperado no PE (pauta acentual ou ortografia), compondo uma possível categoria de “nomes não usuais”. Alguns desses nomes sugerem “um ar estrangeiro” (Ludimilson), enquanto outros já parecem estar adaptados à língua (como é o caso de Elisabete).

(4.24)

Anthony	Kevim
Cristhian	Kevin
Dany	Kévin
Dayane	Keyla
Denilson	Lawrence
Denzel	Ludimilson
Edgar	Maycool
Edson	Mélanie
Elisabete	Nicolly
Gabrielly	Noah
Gerson	Oliver
Henry	Patrick
Jénifer	Stephanie
Jénifer	Walter
Jennifer	Willeiany
Joyce	Wilson
Kelly	Yasmi
Kenzo	

Quanto aos parâmetros da fonologia, a principal irregularidade em relação à ocorrência de nomes estrangeiros (ou supostamente estrangeiros), como constatou Massini-Cagliari (2010, p.84), refere-se à ocorrência do acento. A autora foi a primeira a constatar que existe predominância de padrões marginais de acentuação (proparoxítonos e paroxítonos terminados em sílaba pesada) em nomes estrangeiros importados do inglês. De fato, ao reconhecer um nome como “estrangeiro”, a falante nativa portuguesa voluntária desta pesquisa deslocou o acento em muitos casos, fazendo escolhas por padrões excepcionais. No Quadro 4.5¹⁰⁴, apresentamos alguns desses nomes.

Quadro 4.5 – Pronúncia de nomes próprios com padrões marginais de acentuação no PE

Nome analisado	Transcrição fonética no PE	Transcrição fonológica no PE	Padrão silábico
Adilson	[ɐ' dilsɐ̃n]	/a.'dil.soN/	V.CVC.CVC
Alexia	[ɐ' lɛksɪɐ̃]	/a.'lɛk.si.a/	V.CVC.CV.V
Alexsander	[ɐlɛ'ksɐ̃ndɛr]	/a.lɛk.'saN.deR/	V.CVC.CVC.CVC
Allan	['alɐ̃n]	/ 'a.laN/	V.CVC
Anthony	['ɛ̃ntʰoni:]	/ 'eN.to.ni/	VC.CV.CV
Bryan	['braɪɐ̃n]	/ 'braj.eN/	CCVV.VC
Deivid	['deɪ.vɪdʰ]	/ 'dej.vid/	CVV.CVC
Denilson	[de' nɪlsɐ̃n]	/de.'niL.soN/	CV.CVC.CVC
Dhienifer	[di'e' nifer]	/di.e.'ni.feR/	CV.V.CV.CVC
Djeferson Carlos	[,dʒɪɛfersɐ̃n'karluʃ]	/ 'ʒɛ.feR.soN/ / 'kaR.luS/	CV.CVC.CVC CVC.CVC

¹⁰⁴ Este quadro, que reúne nomes proparoxítonos e paroxítonos terminados em sílaba pesada (padrões excepcionais de acentuação no PB), apresenta um recorte dos dados que apareceram, nesta tese, no Quadro 3.2.

Edilson	['ɛdɪlsən]	/ 'ɛ.diL.soN/	V.CVC.CVC
Ednan	['ɛdnən]	/ 'ɛd.naN/	VC.CVC
Edson Dany	[,ɛdsən 'dāni:]	/ 'ɛd.soN/ / 'da.ni/	VC.CVC CV.CV
Elthan	['ɛltən]	/ 'ɛl.taN/	VC.CVC
Erick	['ɛrik ^h]	/ 'e.rik/	V.CVC
Hayden	['aɪden]	/ 'aj. deN/	VV.CVC
Jackson	['dʒɪɛksən]	/ 'ʒɛ.ki.soN/	CV.CV.CVC
Janifer	['ʒənifer]	/ 'ʒe.ni.feR/	CV.CV.CVC
Jayden Kyle	[,ʒɛɪdɪn 'kajɛl]	/ 'ʒej.deN/ / 'kaj.el/	CVV.CVC CVV.VC
erson David	[,ʒɛrsən 'dɛvid]	/ 'ʒɛR.soN/ / da.'vid/	CVC.CVC CV.CVC
Jessica Sophie	[,ʒɛsikəsə 'fi:]	/ 'ʒɛ.si.ka/ /so'fi/	CV.CV.CV CV.CV
Jeyse Patrike	[,ʒɛɪs 'patrik ^h]	/ 'ʒej.si/ /pa.tri.ki/	CVV.CV CV.CCV.CV
Jonatan	['ʒonətən]	/ 'ʒo.na.taN/	CV.CV.CVC
Ketelyn	['kɛtɪlɪn]	/ 'kɛ.ti.liN/	CV.CV.CVC
Ketlen	['kɛtlɛn]	/ 'kɛ.tleN/	CV.CCVC
Ketlin	['kɛtlɪn]	/ 'kɛ.tliN/	CV.CCVC
Kevim	[,kɛvɪnɛli 'fɛndri]	/ 'kɛ.viN/	CV.CVC

Alexandre		/a.le.'ʃaN.dri/	V.CV.CVC.CCV
Kevin João	[,kevinʒo'ẽõ]	/'kɛ.viN/ /ʒo.'awN/	CV.CVC CV.VVC
Kleiton	['klejtẽn]	/'klej.taN/	CCVV.CVC
Ludimilson	[ludĩ'milsɐn]	/lu.di.'mil.soN/	CV.CV.CVC.CVC
Martim Walter	[mɐr'tin'valtɐr]	/maR.'tiN/ /'val.teR/	CVC.CVC CVC.CVC
Maycol	['majkol]	/'maj.kol/	CVV.CVC
Maycon	['majkõn]	/'maj.koN/	CVV.CVC
Maycool	[mɐi'kul]	/mai.'kul/	CVV.CVC
Mélanie	['mɛlɛni:]	/'mɛ.la.ni/	CV.CV.CV
Nilton	['niltẽn]	/'nil.toN/	CVC.CVC
Robson	['rɔbsɛn]	/'rɔb.soN/	CVC.CVC
Ronald	['ronald]	/'ro.nal.di/	CV.CVC.CV
Rudilson	[RU'dilsɛn]	/RU.'dil.soN/	CV.CVC.CVC
Sahymon	['sajmõn]	/'saj.moN/	CVV.CVC
Sahyron	['sajron]	/'saj.roN/	CVV.CVC
Thalison	['talizon]	/'ta.li.zoN/	CV.CV.CVC
Tiffany	['tifɛni]	/'ti.fa.ni/	CV.CV.CV
Wallyson	['ʁalizɛn]	/u.'a.li.zoN/	V.V.CV.CVC
Wander	['vɛndɐr]	/'vaN.deR/	CVC.CVC
Wervelen	['ʁɐvelɛn]	/u.'ɛR.ve.leN/	V.VC.CV.CVC
Wesly Cristhian	['ʁɛsli'kristiɛn]	/u.'ɛS.li/ /'kriS.ti.aN/	V.VC.CV CCVC.CV.VC

Wladimir	['vladimir]	/'vla.di.miR/	CCV.CV.CVC
Yasmin	['jasmin]	/i.'aS.miN/	V.VC.CVC

Em alguns casos, todavia, observamos processos fonológicos que ocorreram na pronúncia de nomes estrangeiros (tanto no PB quanto no PE), a fim de adaptá-los ao sistema da língua. Câmara Jr. (1973) explica que, quando um termo estrangeiro é incorporado de tal forma a um idioma a ponto de comportar-se como uma de suas palavras, isto é, a estar sujeito às suas normas e a ser moldado pela língua, pode-se dizer que este termo, outrora estrangeiro, já está totalmente adaptado à língua de chegada. A manobra de adaptação de termos estrangeiros também é explanada por Cagliari (2008, p.27) ao justificar que “todo falante nativo age linguisticamente em função do sistema de sua língua”. Freitas e Neiva (2006, p.8), que estudaram a adaptação de empréstimos do inglês para o português, também notam a influência das regras fonotáticas de sua primeira língua a que está sujeito o falante não nativo, já que este, muitas vezes, “ao deparar-se com estruturas silábicas estranhas às desta língua, tende a se valer de estratégias de adaptação, tomando por base o que é permitido ocorrer nos componentes da sílaba de sua língua materna”.

Na análise de nomes próprios estrangeiros ou criados tendo o inglês como “língua de inspiração” coletados na variedade são-carlense, no que se refere aos processos de adaptações fonológicas típicas do PB, observamos casos de palatalização, vocalização do /l/ em posição de coda silábica, nasalização e epêntese (MACEDO, 2015). O nome próprio *Ronald*, por exemplo, na passagem do Inglês Americano (IA) para o PB, ilustra alguns desses processos, como vemos na Figura 4.1.

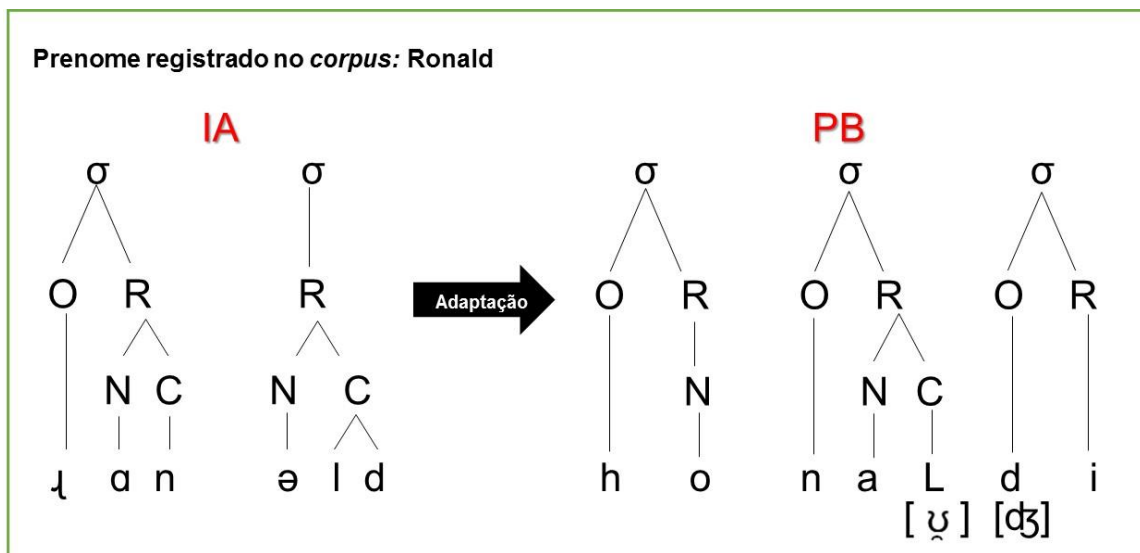


Figura 4.1 – Processo de adaptação fonológica do nome próprio Ronald na passagem do IA para o PB, variedade são-carlense, com base na transcrição fonológica de Souza (2011) para o inglês.

Fonte: MACEDO (2015, p.114)

Houve, neste caso, adaptações segmentais e reestruturação silábica. Podemos considerar a vocalização da consoante líquida lateral /l/, a palatalização da consoante oclusiva alveolar /d/, que se torna uma africada alveolopalatal [dʒ], e a inserção da vogal epentética [i], que passa a ser núcleo de uma nova sílaba.¹⁰⁵

Em nossa análise do PE, como consideramos anteriormente, a falante nativa, informante de nossa pesquisa, reconheceu quase todos os nomes próprios que lhe apresentamos como não pertencentes à onomástica nacional, sendo nítido o seu esforço para fugir a uma pronúncia considerada “portuguesa”. Todavia, como seria o esperado, já que o português e o inglês possuem suas particularidades, a falante rendeu-se a alguns processos fonológicos de adaptação à língua.¹⁰⁶ No Quadro 4.6, com base nas

¹⁰⁵ Em Macedo (2015), estudamos este e outros antropônimos estrangeiros que passam por processos de adaptações fonológicas quando pronunciados por falantes nativos de PB, além de apresentarmos considerações teóricas necessárias para as análises dos processos ocorridos.

¹⁰⁶ Consideramos, todavia, o fato de a informante, falante nativa de português europeu, ter declarado que possui certo conhecimento da língua inglesa. Permanece como perspectiva para trabalhos futuros, a consideração da pronúncia desses mesmos nomes por portugueses que não tenham contato/conhecimento desse idioma.

transcrições fonológicas de Souza (2011) para o IA, podemos comparar a realização de alguns nomes:¹⁰⁷

Quadro 4.6 – Transcrição fonológica e padrão silábico de nomes próprios no IA e PE.

Nome analisado	Transcrição fonológica do IA (Cf. Souza, 2011)	Padrão silábico (Cf. Souza, 2011)	Transcrição fonológica do PE	Padrão silábico
Bryan	/ˈbɹaj.ən/	CCVV.VC ¹⁰⁸	/ˈbraj.eN/	CCVV.VC
Cristhian	/ˈkɹɪs.tʃiən/	CCVC.CVVC	/ˈkɹiS.ti.aN/	CCVC.CV.VC
David	/ˈdeɪ.vəd/	CVV.CVC	/da.ˈvid/	CV.CVC
Edson	/ˈɛd.sən/	VC.CVC	/ˈɛd.soN/	VC.CVC
Emily	/ˈɛm.ə.li/	VC.V.CV	/ˈe.mi.li/	V.CV.CV
Erick	/ˈɛɹ.ɪk/	VC.VC	/ˈe.ɹik/	V.CVC
Jackson	/ˈdʒæk.sən/	CVC.CVC	/ˈʒɛ.ki.soN/	CV.CV.CVC
Jennifer	/ˈdʒɛn.ə.fəɹ/	CVC.V.CVC	/ˈʒɛ.ni.feR/	CV.CV.CVC
Jessica	/ˈdʒɛs.ɪ.kə/	CVC.V.CV	/ˈʒɛ.si.kə/	CV.CV.CV
Jonatan	/ˈdʒɔn.ə.θən/	CVC.V.CVC	/ˈʒo.na.taN/	CV.CV.CVC
Joyce	/ˈdʒɔys/	CVVC	/ˈʒɔj.ɛ/	CVV.CV
Kevin	/ˈkeɪ.vən/	CVC.VC	/ˈke.viN/	CV.CVC
Patrike	/ˈpæ.tɹɪk/	CV.CCVC	/ˈpa.ɹi.ki/	CV.CCV.CV

¹⁰⁷ No *corpus* de Souza (2011, p.165) aparecem as grafias Johnathan, Jennifer, Patrick e Wesley.

¹⁰⁸ A autora explica que, conforme Hogg e McCully (1999, p.41), optou por representar as semivogais dos ditongos decrescentes como V, ou seja, como parte do núcleo silábico (SOUZA, 2011, p.165).

Ronald	/'ɹɑn.əld/	CVC.VCC	/'RO.nal.di/	CV.CVC.CV
Tifany	/'tɪf.ə.ni/	CVC.V.CV	/'ti.fa.ni/	CV.CV.CV
Wesly	/'wɛs.li/	CVC.CV	/u.'ɛS.li/	V.VC.CV

Observamos que, dos 16 nomes comparados (pertencentes aos *corpora* do PB e do PE e sendo todos eles pronunciados pela mesma falante de PE), apenas os nomes Bryan e Edson apresentaram o mesmo padrão silábico em ambas as línguas, revelando a considerável adaptação dos nomes próprios estrangeiros de nosso *corpus*, no que se refere a esse nível, aos padrões da língua de chegada. Prado (2014, p.135), que estudou a passagem do IA para o português em nomes comerciais estrangeiros, também observou o processo de ressilabação como um dos mais frequentes ocorridos em seu estudo. Além disso, a mesma autora sugere a alta frequência de adaptações segmentais ocorridas por imposições do sistema fonológico do falante, que procura aproximar os sons da língua estrangeira a partir de seu inventário fonológico. As principais adaptações que ocorrem neste estudo, à semelhança de Prado (2014), foram adaptações envolvendo os sons vocálicos /æ/, /ɑ/ e /ə/ e os sons consonantais /tʃ/, /θ/, /ɹ/, exemplificadas em (4.25) a seguir:¹⁰⁹

(4.25)

Bryan – IA ['bɹaɪən]
Bryan – PE ['braiɛ̃]

Christian – IA ['kɹɪstʃən]
Cristhian – PE ['kristiɛ̃n]

Edson – IA ['ɛdsən]
Edson – PE ['ɛdsən]

¹⁰⁹ As transcrições fonéticas para os nomes do IA foram adaptadas de Souza (2011, p.165).

Emily – IA ['eməli]
Emily – PE ['emili:]

Jackson – IA ['dʒæksən]
Jackson – PE ['dʒɛksɐ̃n]

Johnathan – IA ['dʒənəθən]
Jonatan – PE ['ʒonətɐ̃n]

Kevin – IA ['kɛvən]
Kevin – PE ['kɛvin]

Ronald – IA ['ɹɑnəld]
Ronald – PE ['ronald]

No entanto, no que diz respeito aos padrões acentuais, não houve correspondência entre o IA e o PE apenas para o prenome David, sendo que poderíamos justificar a adaptação, nesse caso, por considerarmos que a informante reconheceu se tratar de um nome próprio “português”. O referido nome próprio é considerado “aceitável” para registro de cidadãos portugueses e foi identificado, com essa mesma grafia, 23 vezes em nosso *corpus* coletado em Portugal. Todos os outros nomes, provavelmente, a informante reconheceu se tratar de nomes “estrangeiros”, reafirmando sua identidade fonológica ao tentar se afastar dos padrões acentuais que seriam esperados em sua língua materna.

No que se refere aos processos fonológicos, podemos exemplificar casos de epêntese ocorridos nos prenomes Jackson (4.26) e Ronald (Figura 4.1), em que a vogal epentética passa a ser núcleo de uma nova sílaba, a fim de desfazer uma estrutura silábica mal formada no português:

(4.26)

Jackson – IA /'dʒæk.səN/

Jackson – PE /'ʒɛ.ki.soN/

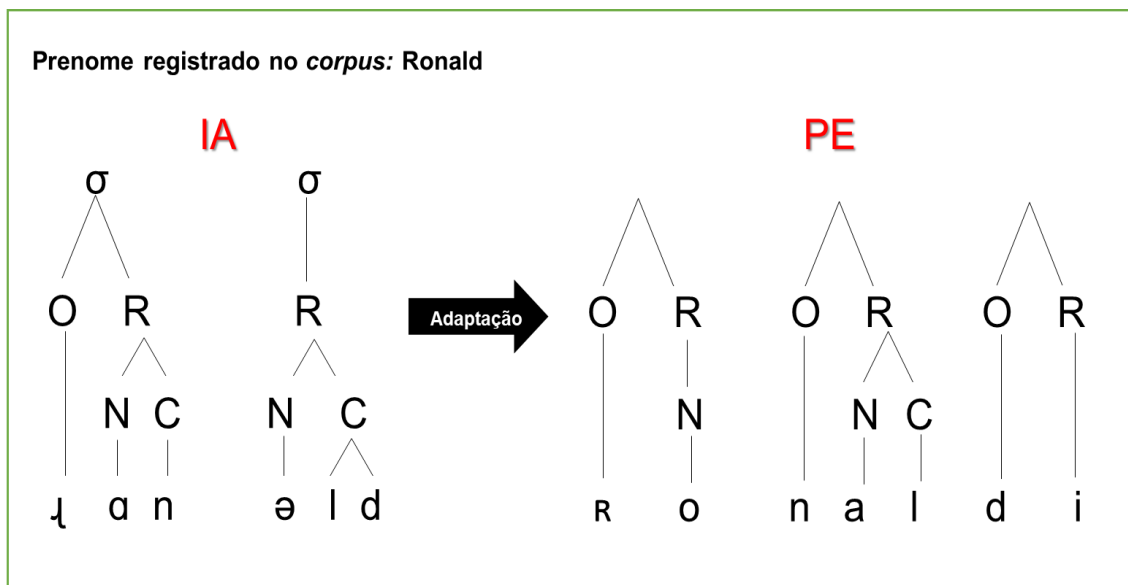


Figura 4.2 – Processo de adaptação fonológica do nome próprio Ronald na passagem do IA para o PE, com base na transcrição fonológica de Souza (2011) para o inglês.

Outro processo de adaptação fonológica ocorrido no *corpus* do PB que pode ainda ser observado no PA é a nasalização da vogal no nome próprio Allan, realizado foneticamente como [a'lẽ]. Todavia, os processos de palatalização e vocalização de /l/ em posição de coda silábica, à semelhança da constatação de Prado (2014) para os nomes comerciais em PE, não ocorreram em nosso *corpus* de análise de antropônimos quando pronunciados pela falante portuguesa, uma vez que não se trata de processos fonológicos comuns nessa língua, como explicam Mateus et al. (1990) e Freitas e Santos (2001).

Considerações finais

Nesta seção, analisamos os dados coletados nos diferentes *corpora* de nossa pesquisa. No que se refere ao PA, constatamos, à semelhança de Massini-Cagliari (2011b) e Massini-Cagliari e Silva (2012), que a maior parte dos nomes próprios que aparecem nas cantigas galego-portuguesas encontravam-se adaptados ao sistema

fonológico da época, com raros casos de exceção, que consideramos ao longo da seção. No que se refere aos nomes próprios no português contemporâneo (PB e PE), observamos casos de adaptação ao sistema da língua, mas, principalmente, casos que mereceram atenção por se tratar de padrões silábicos e acentuais que fogem ao que seria esperado na língua de chegada. Em relação aos dois países, percebemos que, em Portugal, a criatividade parece ser limitada pela legislação – se bem que observamos alguns nomes em nosso *corpus* que não estavam previstos na Lista de vocábulos admitidos como nomes próprios – ao passo que, no Brasil, a criatividade e/ou o gosto pelo que vem de fora pôde ser comprovado.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, nossa finalidade foi analisar a contribuição dos nomes próprios para os estudos de identidade linguística no português, considerando, principalmente, como se comportam fonologicamente nomes estrangeiros no português medieval (a partir das cantigas galego-portuguesas) e no português contemporâneo (brasileiro e europeu).

Massini-Cagliari (2010, p.74) foi a primeira a apontar para as relevantes contribuições científicas que o estudo da pronúncia de nomes próprios pode trazer à fonologia quando se pretende considerar questões relacionadas à determinação da identidade fonológica do falante. De acordo com a autora, tal estudo mostra-se relevante porque constitui um caso em que “os limites entre o que é e o que não é português são explorados pelos seus próprios falantes nativos”. De forma diferente dos nomes comuns, que tendem a não se comportar como “estrangeiros” do ponto de vista da pronúncia por muito tempo, cedendo logo a processos de adaptação fonológica ao sistema da língua, os nomes próprios emprestados – ou inventados a partir de um padrão que se acredita ser estrangeiro – revelam características peculiares. Se, em algumas vezes, aparecem adaptados ortográfica ou fonologicamente ao sistema do português, como afirma a autora, em outras, trazem para a língua de chegada características (principalmente em termos prosódicos) que não lhe são comuns.

Ao longo do nosso trabalho, buscamos ressaltar a importância da onomástica como valioso campo de investigação para os linguistas. Fizemos uma incursão na história à procura de vestígios deixados por diversos povos na sociedade e no tesouro de nomes próprios portugueses e apresentamos suas contribuições. Vimos que a maior parte dos prenomes adotados na Idade Média, de acordo com Nunes (1966), era de

proveniência latina, mas também havia nomes de origem grega, hebraica e germânica (que chegaram através do latim) e provençal, revelando contatos e presença de elementos de outros sistemas linguísticos. Consideramos ainda observações de Piel (1976) no que diz respeito à presença de elementos árabes e castelhanos, que não podem ser desconsiderados nessa época da língua. Além disso, ressaltamos a influência da Igreja, que contribuiu para a popularização do universo de nomes cristãos, passando os fiéis a adotarem (e pronunciarem) não somente nomes da onomástica nacional, mas também os mais diversos nomes hagiológicos estrangeiros, adaptando-os muitas vezes à língua da época. Também no que se refere à influência dos nomes de santos, notamos sua presença nas ordens religiosas, capelas, conventos e topônimos (que viriam a ser palco de muitos cenários nas cantigas medievais estudadas).

Ao agruparmos os nomes próprios coletados nas cantigas galego-portuguesas em dez categorias pré-estabelecidas de acordo com o sistema fonológico do PA delineado por Massini-Cagliari (1999, 2015), chegamos a resultados interessantes, discutidos na quarta seção. Além de corroborarmos as afirmações da referida autora e de Costa (2006, 2010) sobre a predominância de palavras paroxítonas, tanto na lírica profana quanto na religiosa, pudemos provar, por meio de acurada análise dos dados que, na língua daquela época, um nome próprio estrangeiro, quando pronunciado em contexto de PA, na maior parte das vezes, passava por processos de adaptação fonológica ao sistema da língua.

Em todo o universo do *corpus*, no que se refere à sílaba e acento, 85% dos nomes próprios que apareceram nas cantigas trovadorescas mostraram-se adaptados ao sistema da língua. Dentre as categorias em que subdividimos os nomes, a mais produtiva reuniu paroxítonos terminados em sílaba aberta, ao passo que a categoria

menos expressiva foi a de nomes proparoxítonos (encontramos apenas 10 ocorrências na lírica religiosa e nenhuma na profana).

No que se refere à silabação, 14 dados localizados nas *CSM* e nas *CP* revelaram a presença de elementos não adaptados ao sistema da língua, como consoantes obstruintes localizadas em posição de coda. Massini-Cagliari (2011, p.805), ao estudar alguns casos “problemáticos”, considerou a possibilidade da influência dos padrões do castelhano em alguns nomes com padrões irregulares. Em nossa investigação encontramos, por exemplo, topônimos como *Valladolid* (Espanha) e *Montpellier* (França), que puderam contribuir para endossar a afirmação da autora.

Na análise dos 3.948 nomes próprios estudados no PE, conforme expusemos na quarta seção, nenhum dado foi desconsiderado, porque uma única ocorrência poderia nos fornecer informações relevantes. Primeiramente, verificamos quais desses nomes pertenciam a catecúmenos que indicaram Portugal como país de nascimento e que, por essa razão, estariam legalmente sujeitos a adotar nomes previstos pela Lista de Vocábulos Admitidos como Nomes Próprios. Depois, selecionamos alguns prenomes e solicitamos a uma falante nativa de português europeu que os pronunciasse.

Na sequência, analisamos os 41 nomes próprios que observamos *não* constar na referida Lista e que representaram 1,3% do total coletado, sendo que, a partir dos resultados obtidos, levantamos duas hipóteses. A primeira delas seria supor serem estes nomes pertencentes a crianças filhas de pais estrangeiros e nascidas em Portugal (e que, nessa situação, possuem o respaldo da lei para adotar um nome “diferente”), ou, ainda, numa segunda possibilidade, nosso estudo poderia estar comprovando um fato que vem sendo observado atualmente no país: a flexibilização ocorrida nas Conservatórias dos Registos Cíveis ao aceitar “novos nomes” antes não previstos pela Lista, que restringe o cidadão a adotar um dentre os 7.360 nomes próprios sugeridos.

Ainda no que se refere à análise dos dados desta pesquisa, como mostramos, alguns dos nomes de nosso *corpus* foram estudados pelo fato de apresentarem um comportamento diferente do que seria esperado pelo PE, tanto no que diz respeito à grafia estilizada, quanto no que se refere à pronúncia destes.

Embora tenhamos observado adaptações de alguns segmentos consonantais e vocálicos que não são comuns na língua de chegada, a informante portuguesa afastou-se (conscientemente?) do que seria esperado no tocante ao padrão acentual do PE ao pronunciá-los. Apenas no que se refere ao prenome *David* não houve correspondência entre os padrões acentuais do IA e do PE; em todos os outros casos, a falante, pelo que tudo nos indicou, “percebeu” não se tratar de um nome tipicamente português e, uma vez tendo nos informado que possuía um pequeno conhecimento da língua inglesa, levou-nos, por conseguinte, a postular sua tentativa de afastar-se do que seria esperado em sua língua materna para a pronúncia daqueles nomes próprios. Assim, ao tentar “negar”, rendeu-se e acabou por “confirmar” sua identidade fonológica, revelando ser capaz de operar com e sobre ela, à semelhança do que Massini-Cagliari (2011b) havia considerado. A conclusões semelhantes chegamos para o PB em nosso trabalho anterior (MACEDO, 2015), em que observamos processos de ressilabação e adaptação segmental, por exemplo, ao mesmo tempo em que os falantes “esforçavam-se” para trazer características não *default* para o português, sobretudo no que diz respeito ao deslocamento do acento.

Embora, no Brasil, a criatividade na escolha dos nomes próprios tenha sido comprovadamente superior à dos portugueses, que ainda “sentem”, como afirmou Castro (2003), “o peso da norma” para a adoção de prenomes, pudemos perceber que Portugal parece estar dando alguns passos em direção a novos rumos na ampliação do tesouro onomástico. A atual Lista única, aliás, que veio para substituir as Listas de

Vocábulos Admitidos e a de Vocábulos *não* Admitidos como Nomes Próprios em Portugal, e que até 2017 constava no *website* do IRN, parece ser prova disso. Essa mudança, que Portugal vem observando no tesouro onomástico e na prática do dia a dia – ainda a dar seus primeiros passos –, talvez seja influência de uma “concepção linguística de *mudança*”, já que, nos últimos anos, tem sido linguistas a ocupar a função de Consultor Onomástico no país (os professores doutores Ivo Castro e João Paulo Silvestre), tempo que coincide com a atualização da lista antroponímica.

Além de nossa pesquisa ter corroborado os trabalhos de Massini-Cagliari (1999, 2011b, 2012, 2013, 2014, 2015), Costa (2006, 2010) e Massini-Cagliari e Silva (2012), que dão conta de questões relacionadas à sílaba e acento no PA, pudemos contribuir com novas análises dessa época longínqua do português ao considerar 236 antropônimos e 437 topônimos para análise fonológica dos dados. No que se refere ao Português contemporâneo (brasileiro e europeu) – uma vez tendo considerado os estudos mais recentes de Massini-Cagliari (2004, 2010, 2011a), Castro (2003, 2017), Souza (2011), Prado (2014) e Macedo (2015) –, pudemos observar em que medida se assemelha e se distancia a adoção e o comportamento de nomes próprios estrangeiros (no que se refere à ortografia e pronúncia) no Brasil e em Portugal.

Por fim, nesta tese, a partir da leitura do tratado histórico de Leite de Vasconcellos (1928), aceitamos com entusiasmo o convite lançado pelo autor para considerarmos o estoque antroponímico da língua como um processo vivo, sujeito às circunstâncias da época, que se expande continuamente e tem muito a revelar sobre a sociedade, a cultura e, principalmente, a *língua*, merecendo cuidados e estudos especializados. Esperamos ter contribuído com novas análises de dados e constatações de estudos anteriores, sobretudo no que abrange a questão da identidade fonológica dos

falantes por meio do estudo da pronúncia de nomes estrangeiros ou inventados a partir de outros sistemas linguísticos, como o inglês.

REFERÊNCIAS

- AGRELO, A. I. B. A antroponímia nos textos documentais galegos ata o século XIII. In: Agrelo, A. I. B. (ed.): *Na nosa lyngoage galega. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega*. Instituto da Lingua Galega, 2007, p.603-623.
- ALLEN, W. S. *Accent and Rhythm. Prosodic Features of Latin and Greek: a Study in Theory and Reconstruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- ÁLVAREZ, R. Los instrumentos musicales en los códices alfonsinos: origen. Algunos problemas iconográficos. In: SEMANA DE MÚSICA ESPAÑOLA, 1984. Madri. Symposium Alfonso X el Sabio y la Musica. Madri: Sociedad Española de Musicología, 1987, p.67-104.
- AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do Português Brasileiro. *Alfa*, São Paulo, vol 55, n. 1, 2011. p.63-82.
- ARTE de trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa. Edição crítica de Giuseppe Tavani. Lisboa: Colibri, 1999. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=6108>>. Acesso em janeiro de 2019.
- ASSIS, A. B. G. de. *Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do inglês por falantes de Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Araraquara, 2007.
- BENWELL; STOKOE B. *Discourse and Identity*. Edinburgh, UK: Edinburgh University Press, 2006.
- BERTOLUCCI PIZORUSSO, V. Cantigas de Santa Maria. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p.142-146.
- BIAGIONI, A. A sílaba em português arcaico. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2002.
- BILLY, P-H. A sociology of first names in the late middle ages. In: In: FELECAN, O (ed.). *Name and Naming: Synchronic and Diachronic Perspectives*. Newcastle upon tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p.53-64.
- BISOL, L. O acento e o pé métrico binário. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 22, 1992. p.69-80
- BISOL, L. *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPCRS, 1996.

- BISOL, L. A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, M. H. de M (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999, p.701-42.
- BLEVINS, J. The syllable in phonological theory. In: GOLDSMITH, J. A. (Ed). *The Handbook of phonological theory*. Cambridge: Brasil Blacwell, 1995. p.206-244.
- BOURDIEU, P.; DELSAULT, Y. “Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie”. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n.1, 1975, p.7-36.
- BREÁL, M. *Ensaio de Semântica*. Trad. Aída Ferrás *et al.*, EDUC-Pontes, São Paulo: 1992 [1897].
- BREA, M. Cancioneiro. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p.113-115.
- BREA, M. (coord.). *Lírica profana galego-portuguesa: corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica*, v. 1. Santiago de Compostela: Centro de Investigacións lingüísticas e literárias Ramón Piñeiro da Xunta de Galicia, 1999, 1ª. reimpressão,
- CABRAL, J. P.; Viegas, S. M. (orgs). *Mães, pais e nomes no baixo sul (Bahia, Brasil)*. In: *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra/São Paulo: Almedina, 2007.
- CAGLIARI, L. *Análise fonológica – Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas, Mercado de Letras, 1997.
- CAGLIARI, L. *Acento em Português*. Campinas: Edição do Autor, 1999.
- CAGLIARI, L. *Análise fonológica – Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas, Mercado de Letras, 2008.
- CAGLIARI, L.; MASSINI-CAGLIARI, G. Quantidade e duração silábicas em português do Brasil. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v.14, n. especial, 1998, p.47-59.
- CALAÇA, I. Z. P. Nomes próprios estrangeiros no português brasileiro. *Jornal A Página*, Porto, ano 10, n.108, p.31, dez. 2001. Disponível em <<https://www.soportugues.com.br/secoes/artigo.php?indice=21>>. Acesso em fev 2019.
- CALDWELL, H. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*. Cotia: Ateliê Editorial. Trad. Fábio Fonseca de Melo, 2002.
- CANGEMI, A. C. F. G. A. *Sândi vocálico externo no Português Arcaico*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCL/UNESP, Araraquara, 2014.

CÂMARA JR, J. M. *Princípios de Linguística Geral*. 4ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.

CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2009 [1970].

CARREIRA, A.; QUINTINO, F. *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Lisboa, vol. 1, 1964.

CARVALHINHOS, P. J. As Origens dos Nomes de Pessoas. *Domínios de Linguagem: Revista Eletrônica de Linguística*. Ano 1, nº1, 1º Semestre de 2007. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401>>. Acesso em junho de 2017

CARVALHINHOS, P. J. Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. *Anais do SIMELP...* São Paulo: FFLCH/USP, 2008a. Disponível em <<http://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/S1401.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CARVALHINHOS, P. J. Aplicações da teoria dos signos na onomástica. *Língua e literatura*, n. 27, p.301-311, 2008b. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/viewFile/105474/104140>>. Acesso em abril de 2018.

CARVALHINHOS, P. J. Brief overview of unconventional (or exotic) first names in the brazilian anthroponymic system. In: FELECAN, O; FELECAN, D. (orgs.). *Unconventional anthroponyms: formation patterns and discursive function*. Newcastle upon tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p.77-107.

CARVALHO DA SILVA, J. *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. Londrina: EDUEL, 2007.

CASSON, A. (ed.) *Cantigas de Santa Maria for Singers* [base de dados on-line], 2011- Disponível em: < <http://www.cantigasdesantamaria.com>>. Acesso entre abril de 2015 a janeiro 2019.

CASTILHO, A. F. *Tratado de metrificação portuguesa*. 5a ed. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal. Livraria Moderna Typographia, 1908 [1850].

CASTRO, B. M. *As Cantigas de Santa Maria: Um estilo gótico na lírica ibérica medieval*. Niterói: EdUFF, 2006.

CASTRO, I. *O nome dos portugueses*. Conferência no colóquio comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto [on-line], 2001. Disponível em <http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2001_Nome_dos_Portugueses.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

CASTRO, I. O linguista e a fixação da forma. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Porto, 2002. Lisboa: Associação Portuguesa de

Linguística. 11-24, 2003. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2003_linguista_e_norma.pdf. Acesso em maio de 2018.

CASTRO, I. *A estrada de Cintra: estudos de linguística portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2017.

CESCHIN, O. O léxico inovador das Cantigas de Santa Maria. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, v.5, p.177-203, 2003. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i5p177-203>>. Acesso em abril de 2019.

CLEMENTS, G.; N.; HUME, E. The internal organization of speech sounds. In: Goldsmith, J. A. (Org.) *The handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA, Oxford UK: Blackwell. p.245-306, 1995.

CÓDIGO de direito canônico. 4a. ed. rev. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. Disponível em http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em novembro de 2018.

COLLISCHONN, G. A sílaba em Português; O acento em Português. In: BISOL, L. (Org). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010 (1ª edição: 1996), p.99-131; p.132-165.

COSTA, D. S. *Estudo do acento lexical no português arcaico por meio das Cantigas de Santa Maria*. Araraquara. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa), FCL, Araraquara, UNESP, 2006.

COSTA, D. S. *A interface música e linguística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do português arcaico*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), FCL, Araraquara, UNESP, 2010.

COSTA, D. S. Análise da atribuição do acento lexical no português arcaico: uma abordagem por meio da música e do texto de cantigas trovadorescas. In: *Pesquisas linguísticas pautadas em corpora* [online]. São Paulo. Editora UNESP, 2014.

CUNHA, C. *Estudos de poética trovadoresca: versificação e ecdótica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

CUNHA, C. *Sob a pele das palavras: dispersos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Academia Brasileira de Letras, 2004.

DIAS, L. Aspectos da antroponímia no português arcaico. In: *Novos tons de rosa: para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: Edufba, 2009, p.11-26.

DICK, M. V. P.A. Aspectos funcionais da Antroponímia. In: *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de Estudos*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

DICK, M. V. P.A. A investigação linguística na onomástica brasileira. In: *Estudos de linguística textual do português*. Frankfurt am Main: TFM, 2000.

DRUMMOND, C. Prefácio. In: SOUTO MAIOR, M. *Nomes próprios poucos comuns: contribuição ao estudo da antroponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974. p.14-15.

ENCARNAÇÃO, J.d'. Aspectos da aculturação onomástica nos primórdios da Lusitânia. In: GORGES, J.G.; NOGALES BASARRATE, T. (ed.). *VII Table ronde sur la Lusitanie Romaine. Naissance de la Lusitanie Romaine*. Toulouse: Université de Toulouse-Le Mirail, 2010. p.175-184. Disponível em: https://estudo_geral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14274/1/Acultura%C3%A7%C3%A3o%20onom%C3%A1stica%20nos%20prim%C3%B3rdios%20da%20Lusit%C3%A2nia.pdf. Acesso em setembro 2018.

ESCRIVÁ, J. *Caminho*. Tradução de Alípio Maia de Castro. 9ed. São Paulo: Quadrante, 1999.

FARGETTI, C. M. Questões sobre a antroponímia juruna. In: AGUIAR, CASTRO, DIAS (org.). *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018.

FERNANDÉZ, X. X. R. F. Martin Codax: O nome. A onomástica na lírica trobadoresca. In: GUERRA, A. R.; FREIXEDO, X. B. (ed.). *The Vindel Parchment and Martin Codax: the golden age of medieval galician poetry*. John Benjamins Publishing Company, 2018, p.233-235. Disponível em < https://www.academia.edu/38017529/Martin_Codax_o_nome._A_onom%C3%A1stica_na_l%C3%ADrica_trobadoresca >. Acesso em abril de 2019.

FERREIRA, M. P. *O som de Martin Codax: sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)*. Lisboa: UNYSIS, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

FERREIRO, M. (dir.). *Glosario da poesía medieval galego-portuguesa (GLOSSA)*, [base de dados *on-line*]. Universidade da Coruña, 2014. Disponível em <<http://glossa.gal>>. Acesso em janeiro de 2019.

FERREIRO, M. (dir.). *Universo Cantigas: edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa*. Universidade da Coruña, 2016. Disponível em <<http://universocantigas.gal>>. Disponível em <<https://www.universocantigas.gal/a-lirica-profana-galego-portuguesa>>. Acesso em janeiro de 2019.

FIDALGO, E. *As Cantigas de Santa María*. Vigo: Xerais, 2002.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa María: Códice Rico de El Escorial*. Madri: Castalia, 1985. p.XI-LXIII.

FONTE, J. S. *As vogais na diacronia do português: uma interpretação fonológica de três momentos da história da língua*. Araraquara, Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – FCL/UNESP, 2014.

FRANCO, I. M. M. A. P. *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Minho, Université de Paris I, Sorbonne, 2006.

FREITAS, J. A. G. A antroponímia da oficialidade régia (1367-1481): identidade pessoal e diferenciação social. In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Martim de Albuquerque*, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p.83-135.

FREITAS, M. A. de; NEIVA, A. M. S. Estruturação silábica e processos fonológicos no inglês e no português: empréstimos e aquisição. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*. Ano 4, n. 7, agosto de 2006. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>>. Acesso em 30 jan. 2007. p.1-27, 2006.

FREITAS, M. J.; SANTOS, A. L. *Contar (histórias de) sílabas. Descrição e implicações para o ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Colibri, Associação Portuguesa de Linguística (APL), 2001.

FUDGE, E. Syllables. *Journal of Linguistics*, Cambridge, UK, n.5, 1969, p.254-287.

GARCÍA, T. V. A representación das soldadeiras nas cantigas de escarnio galego-portuguesas e na cultura visual románica. In: *Cuadernos de Estudios Gallegos*, v. 65, n. 131, 2018, p.107-131. <https://doi.org/10.3989/ceg.2018.131.04>.

GARDINER, A. H. *The theory of proper names: a controversial essay*. 2ed. London: Oxford University Press, 1954.

GOLDSMITH, J. A. *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Basil & Blackwell, 1990.

GONÇALVES, I. O Nome próprio masculino no extremo norte de Portugal (séculos XII-XIII). In: *Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra: editora Ausência, 2003, p.265-299.

GONÇALVES, E. Tenção. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. 5a. ed. São Paulo: Artpress, 2004 [1949].

HALLE, M. Addendum to Prince's "Metrical Forms". In: KIPARSKY, P.; YOUMANS, G. (Ed.). *Phonetics and Phonology: Rhythm and Meter*. v. 1. New York: Academic Press, 1989. p.81-86.

- HALLE, M.; KEYSER, S. J. *English Stress: its form, its growth, and its role in verse*. New York: Harper & Row, 1971.
- HALLE, M.; VERGNAUD, J. *An Essay on Stress*. Cambridge, Ma. MIT Press. 1987.
- HARAGUCHI, S. *A theory of stress and accent*. Dordrecht: Foris Publications, 1991.
- HAYES, B. *A metrical Theory of Stress Rules*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA, 1980.
- HAYES, B. *A metrical Theory of Stress Rules*. New York/London: Garland Publishing.
- HAYES, B. *Metrical stress theory: Principles and case studies*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1995.
- HOGG, R.; McCULLY, C. *Metrical Phonology: a coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999 [1987].
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.
- JENSEN, F. Pranto. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p.502-503.
- JOSEPH, J. *Language and identity: National, ethnic, religious*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- KAGER, R. *A metrical theory of stress and distressing in English and Dutch*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- KIPARSKY, P. Sprung Rhythm. In: KIPARSKY, P.; YOUMANS, G. (Ed.). *Phonetics and Phonology: Rhythm and Meter*. v. 1. New York: Academic Press, 1989. p.305-340. Volume 1: Rhythm and Meter.
- LANCIANI, G. Cantiga de amor. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p.136-138.
- LAPA, M. R. *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval*. 6a.ed. rev. pelo autor. Coimbra: Ed. Coimbra, 1966.
- LAPA, M. R. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2a.ed. crítica, rev. e acresc. Colección Filológica. Editorial Galaxia, 1970.
- LÉA, V. *Mebengokre (Kayapó) Onomastics: a facet of houses as total social facts in Central Brazil*. Revista Man. Vol. 27, n. 1. 1992. p.129-153.
- LEÃO, A. V. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio*. Aspectos culturais e literários. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

- LEE, S.-H. Morfologia e Fonologia Lexical do Português. Tese (Doutorado em Linguística) - IEL/UNICAMP, Campinas, 1995.
- LEMOS, M. *Encyclopedia Portuguesa*. Porto: Amato Lusitano, 1907.
- LIBERMAN, M. *The intonational system of english*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA, 1975.
- LIBERMAN, M.; PRINCE, A.S. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, 8, 1977, p.249-336.
- LIMA, E. C. A onomástica katukina é pano? In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 40, n. 2, p.07-30, 1997. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000200001>. acesso em 24 de abril de 2018.
- LOPES DA SILVA, M. A. P. *Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê*. Série Antropologia, vol. 6, FFLCH-USP, São Paulo, 1986.
- LOPES, G. V. et al. *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados on-line]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da FCSH/NOVA, 2011. Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em janeiro 2019.
- LOPES, G. V. et al. *Notas gerais das Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. In: *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados on-line]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da FCSH/NOVA, 2011. Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em janeiro 2019.
- LOPES, M. H. T. *Os nomes próprios no Império Novo*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH). Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MACEDO, N. Z. *Análise fonológica de nomes próprios de origem estrangeira e novas criações em Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Araraquara, 2015.
- MACHADO FILHO, A. V. L. *Dicionário etimológico do Português Arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MACHADO, J. B. *Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2009.
- MAIA, C. *História do galego-português*. 2 ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Reimpressão da edição do INIC, 1997 [1986].

MALING, J. M. *The Theory of Classical Arabic Metrics*. Ph.D. Thesis (Linguistics). Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA. Distributed by: MIT Working Papers in Linguistics, 1973.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico*. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística). IEL/UNICAMP, Campinas, 1995.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Language Policy in Brazil: Monolingualism and Linguistic Prejudice*. *Language Policy*, Dordrecht, v. 3, n. 1, 2004, p.3-23.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses: fontes, edições e estrutura*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

MASSINI-CAGLIARI, G. Interface Fonologia-Poesia-Música: Uma análise do ritmo lingüístico do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria. *Estudos Linguísticos XXXVII Anais de Seminários do GEL*. São José do Rio Preto, Universidade Paulista, v. I, p.9-20, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266074952_Interface_Fonologia-Poesia-Musica_Uma_analise_do_ritmo_linguistico_do_Portugues_Arcaico_a_partir_da_notacao_musical_das_Cantigas_de_Santa_Maria. Acesso em abril de 2019.

MASSINI-CAGLIARI, G. Loans and foreign first names as clues to phonological identity in Brazilian Portuguese. Comunicação apresentada em: *Interfaces in Language 2. Challenging orthodoxies in Linguistics*. Canterbury: University of Kent, Centre for language and Linguistic Studies, 2009.

MASSINI-CAGLIARI, G. Discutindo questões de identidade a partir da (não) adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *As interfaces da gramática*. 1 ed. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial FCL, 2010, v. 1, p.73-90.

MASSINI-CAGLIARI, G. Loans and foreign first names as clues to Phonological Identity in Brazilian Portuguese. In: David Hornsby. (Org.). *Interfaces in language 2*. 1 ed. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2011a, v. 1, p.53-67.

MASSINI-CAGLIARI, G. Adaptação de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre português arcaico e português brasileiro. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 40 (2), mai-ago, 2011b, p.795-807.

MASSINI-CAGLIARI, G. A fonologia dos prenomes estrangeiros em uma abordagem histórica: comparação entre Português Arcaico e Português contemporâneo (Brasileiro e Europeu). In: Petrov, P.; Sousa, P. Q.; López-Iglésias, R.. (Org.). *Avanços em Ciências da linguagem*. 1ed. Santiago de Compostela: Através, 2012, v. 1, p.457-474

MASSINI-CAGLIARI, G. Changing Attitudes: Ways of Phonologically Adapting Proper Names in Archaic Brazilian and European Portuguese. In: KOLOKONTE, M.; JANKE, V. (Org.). *Interfaces in Language 3*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. p.159-178.

MASSINI-CAGLIARI, G. Da legitimidade de textos poéticos musicados como fonte para o estudo da prosódia de tempos passados do português: o exemplo das cantigas medievais galego-portuguesas. *DELTA*, São Paulo , v. 30, n. 2, p.289-308, Dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502014000200289&lng=en&nrm=iso>. Acesso em janeiro 2019.

MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores: desvendando a prosódia medieval*. São Paulo: Editora UNESP digital, 2015.

MASSINI-CAGLIARI, G.; SILVA, H. M. B. da. Antropônimos e Topônimos nas Cantigas de Santa Maria. In: Massini-Cagliari, G.; Muniz, Márcio Ricardo Coelho; Sodré, Paulo Roberto (orgs.) Série Estudos Medievais 3 – Fontes e edições. Araraquara: GT de Estudos Medievais da Anpoll, 2012. p.87-110. Disponível em <http://www.anpoll.org.br/gtestudosmedievais/index.php/publicacoes/fontes-e-edicoes.html>> Acesso em jan 2016.

MATEUS, M. H. M. O acento de palavra em português: uma nova proposta. *Boletim de Filologia*. Tomo XXVIII. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983. p.211-229.

MATEUS, M. H. et al. *Fonética, fonologia e morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

MATTOS E SILVA. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATZENAUER, C.L Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (Org). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p.11-81.

MELO, G. C. *Iniciação à filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

METTMANN, W. Glossário. In: Afonso X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972. v. IV: Glossário.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986.

METTMANN, W. “Algunas observaciones sobre la génesis de la colección de las Cantigas de Santa Maria y sobre el problema del autor”. In: KATZ, I. J, KELLER, J. E. *Studies on the Cantigas de Santa Maria: Art, Music and Poetry*. Madison: The Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1987. p.355-66.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (cantigas 101 a 260)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1988.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (cantigas 261 a 427)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1989.

MEXIAS-SIMON, M. L. Os nomes e a sua possível motivação. In: Rio-Torto, G. M.; Figueiredo, O. M.; Silva, F. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto . vol. 2, 2005, pag. 695-709

MEXIAS-SIMON, M.; OLIVEIRA, A. *O nome do homem e reflexões em torno dos nomes próprios*. 1ed. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação Editora, 2004.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. *Cancioneiro da Ajuda*. Edição de Michaelis de Vasconcelos. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1990 [1904].

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. Lições de filologia portuguesa (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) seguidas das lições práticas de português arcaico. Rio de Janeiro: Martins Fontes, [19--].

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. Glossário do Cancioneiro da Ajuda: Revista Lusitana, v. XXIII, n.1-4. Lisboa: Livraria Clássica, 1922. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=83436>>. Acesso em janeiro de 2019.

MILL, J. S. A system of logic, racionative and inductive. In: ULLLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 3ed., Lisboa, 1977, p.152.

MONGELLI, L. M. *Fremosos cantares*. Antologia da Lírica Medieval Galego-Portuguesa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MONTOYA MARTÍNEZ, J. *Composición, estructura y contenido del cancionero marial de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1999.

MUNIZ, M. R. C. Vós, que conhecedes a mim tam bem...” - as soldadeiras. In: *Revista Literatura em Debate*, v.2, n.2, julho/2008. Disponível em

<<http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/427>>. Acesso em abril de 2019.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

NUNES, J. J. Cantigas de amor dos trovadores galego-portugueses: Nova edição. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. (1a edição: 1932).

NUNES, J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: Fonética e Morfologia*. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

NUNES, J. J. Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973 (1a edição: 1926/1929).

NUNES, N. N. *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.

OBATA, R. *O livro dos nomes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

OGDEN C. K.; RICHARDS I. A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltd., 1936 [1923].

OLIVEIRA, A. R. *Depois do espetáculo trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Colibri, 1994.

OLIVER, N. *Dicionário de nomes*. 3ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

PARKINSON, S. As Cantigas de Santa Maria: estado das cuestións textuais. *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, p.179-205, 1998.

PARKINSON, S. (Ed). *Alfonso X, the Learned: "Cantigas de Santa Maria": An Anthology*. Cambridge: Modern Humanities Research Association, 2015.

PELLEGRINI, S. I lais portoghesi del Codice Vaticano Lat, 7182. In: *Studi su Trove e Trovatori della prima lirica ispano-portoghese*, 2.ª ed. Bari: Adriática Editrice, 1959.

PEREIRA, A. História Linguística de um nome: Maria Helena Pinto Novais Paiva. In: *Linguística Histórica e história da Língua Portuguesa: Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Org: Brito, A. M; Figueiredo, O.; Barros, C. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos. Tipografia Nunes: Porto, 2003, p.301-313. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6294.pdf>. Acesso em abril de 2018.

PEREIRA, A. C. Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti): génese e actualidade da antroponímia nas Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer. Dissertação.

(Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa. Braga, 1997.

PIEL, J. M. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976. p.9-16.

PIKE, K.; PIKE, E. Immediate constituents of Mazateco syllables. *Internacional Journal of Applied Linguistics*, n.13, p.78-91, 1947.

PINTO, P.F. *Política de língua*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2010.

PONTES, H. Inventando nomes, ganhado fama: as atrizes do teatro brasileiro, 1940-68. IN: *Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, vol. 12 (1), 2008.

PRADO, N. C. *A influência da língua inglesa na formação de nomes comerciais: questões de identidade linguística e cultural*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCL/UNESP, Araraquara: 2014.

PRINCE, A. S. *The Phonology and Morphology of Tiberian Hebrew*. 1975. Doctoral Dissertation (Linguistics)-Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA., 1975.

PRINCE, A. S. Relating to the grid. *Linguistic inquiry* 14: 19-100, 1983.

PRINCE, A. S. Metrical Forms. In: KIPARSKY, P.; YOUMANS, G. (Ed.). *Phonetics and Phonology*. New York: Academic Press, 1989. p.45-80. Volume 1: Rhythm and Meter.

RABINOVICH et al. Atribuição de nomes próprios e seu papel no desenvolvimento segundo o relato dos nomeados. In: *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, vol. 3, nº 2, 1993, p.119-137.

RABINOVICH, E. P.; COSTA, L. A. F.; FRANCO, A. L. S. Famílias evangélicas baianas e o processo de nomeação. *Psicologia e Sociedade*. [online]. vol. 20, n.3, 2008. p.417-424

RODRIGUES, L. S. COELHO, J. S. B. Germanismos e a contribuição para a antroponímia brasileira. *Revista Hyperion*, Instituto de Letras da UFBA. Salvador, n. 8, 2016. p.75-90.

RODRÍGUEZ, J. L. Castelhanismos no galego-português de Afonso X, o sábio. *Boletim de Filologia*, Lisboa, v.1, n28, 1983, .p.7-19.

RODRÍGUEZ, J. L. Algumas considerações sobre o espaço nas cantigas de escarnio e de mal dizer. In: *Revista de Literatura Medieval*, v. 8, 1996, p.179-200.

ROSTAS, M. H. S. G. *Balizas suprasegmentais para a adaptação do reggae cantado em São Luís*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCL/UNESP, Araraquara, 2010.

SÁNCHEZ, A. G.; ZAS, M. Q. *Historia xeral da literatura galega*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, 2001.

SCARPIM, F. A. Família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos. In: *Revista brasileira. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, jan./jun, 2014. p.135-150.

SEIDE, M.S., GRESPAN, T. Mais Wellicas Samaras e Hendryas Nicoles, menos Marias Luíças e Joões Pedros: Os novos nomes duplos do sistema antroponímico brasileiro. IN: *RECORTE* – revista eletrônica do Mestrado em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso / UNINCOR. v. 10 – n. 2, jul./dez, 2013.

SELKIRK, E. O. The syllable. In: HULST, H. SMITH, V.D. *The structure of phonological representations* (part III). Foris, Dordrecht, p.337-383, 1982.

SERROTE, J. M. *Antroponímia Da Língua Kimbundu Em Malanje*. Dissertação (Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 2015.

SILVA. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, I. S. de S. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. In: *VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá*. Guarapuava, Paraná, vol. 04, n. 01, 2012. Disponível em: <http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/281/04_Vol4.1_VOOS2012_CL>. Acesso em fevereiro de 2019.

SNOW, J. T. Alfonso X y las “Cantigas”: documento personal y poesía colectiva: In: MONTOYA MARTÍNEZ, J.; DOMÍNGUEZ RODRÍGUES, A. (Orgs.). *El Scriptorium alfonsí: de los Libros de Astrología a las “Cantigas de Santa Maria”*, Madri: Editorial Complutense, 1999, p.159-72.

SODRÉ, P. R. Em nome do riso: os trovadores galego-portugueses e a sátira em jogo. In: *Revista Signum*, vol. 14, n. 2, 2013, p.18-39.

SOLEDADE, J. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [on-line]*. Salvador: EDUFBA, 2012, p.323-336.

SOUTO MAIOR, M. *Nomes próprios poucos comuns: contribuição ao estudo da antroponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

SOUZA, S. M. L. S. *Antropônimos de origem inglesa: adaptações ortográficas e fonético-fonológicas realizadas por falantes do português brasileiro de São Luís-MA*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCL/UNESP, Araraquara, 2011.

SPINA, S. *A lírica trovadoresca*. 4. ed. revista e ampliada São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 [1956].

TAVANI, G. *Problèmes de la poésie lyrique galego-portugaise*. Colóquio – Letras, Lisboa, n. 17, 1974. p.45-56.

TAVANI, G. *La poesia lírica galego-portoghese*. In: *Grundriss der romanischen Literaturen des Mittelalters*, vol. II: *Les genres lyriques*, tomo I, fasc. 6, Heidelberg, 1980. p.7-8.

TAVANI, G. Cantiga de escarnho e maldizer. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Orgs). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p.138-9.

TESONE, J. E. Inscrições transgeracionais no nome próprio. In: *Jornal de Psicanálise*, vol.42, n.76, 2009. p.137-157.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. 3.ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à Ciência do Significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 4 ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra para a Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa, 1977.

UM BRASIL de Marias e Josés: IBGE apresenta os nomes mais comuns no País: Projeto Nomes no Brasil tem por base as listas de moradores dos domicílios do Censo 2010”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/um-brasil-de-marias-e-joses-ibge-apresenta-os-nomes-mais-comuns-do-pais> Acesso em 30 de maio de 2017

VASCONCELOS, J. L. *Lições de filologia portuguesa* dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1911. Disponível em <<https://archive.org/details/liesdephilol00vascuoft/page/n4>>. Acesso em janeiro de 2019.

VASCONCELOS, J. L. *Antroponímia Portuguesa*. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes os apelidos usados por nós desde a Idade Média até hoje. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VESCOVI, J. P. Escolha dos nomes de pessoas pelos pioneiros de Palotina-PR. In: *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, vol 43, n. 1,; p.201-211, jan-abr 2014.

VERISSIMO, T. C.. *O nome na sátira medieval: estudo de três personagens dionisinos à luz da interpretatio nominis*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

VERISSIMO, T. C. *O nome nas cantigas satíricas: estudo de (possíveis) personagens mouros à luz da interpretatio nominis*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

VIEIRA, J. M. Silva (tradutor). *Ensaio histórico sobre os nomes propios entre os povos antigos e modernos*. Lisboa, 1845.

VISCH, E. *A metrical theory of rhythmic stress phenomena*. Dordrecht: Foris Publications, 1990.

WETZELS, W. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos linguísticos*, Campinas, n.23, 19-55, jul./dez. 1992.

YOUMANS, G. Introduction: Rhythm and Meter. In: KIPARSKY, P.; YOUMANS, G. (Ed.). *Phonetics and Phonology*. New York: Academic Press, v.1, 1989. p.1-14.

ZUCARELLI, F. *Ditongos e hiatos nas cantigas medievais galego-portuguesas*. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2002.